

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, grey, hand-drawn map of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, is positioned to the right of the title. The map's outline is irregular and textured, resembling a sketch or a cutout. It is partially overlapped by the letters 'er' and 'me' of the word 'Albuquerque'.

ISSN 1983-9472



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Luperco Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Aldrin Armstrong Silva Castel-lucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (U-niversidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Vapor “Cidade de Corumbá”, 1935. Fazia o trajeto Corumbá-Cuiabá.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana

e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@gmail.com

Editora UFMS • Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009- .
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
ARTIGOS	
VARGAS-HERNANDÉZ, José G. <i>El caracter de los retos de la sociedad civil</i>	09
NASCIMENTO, Valdir Aragão do; BANDUCCI JUNIOR, Álvaro <i>De bar em bar: notas etnográficas sobre os bares da periferia</i>	43
CALADO, Lenita Maria Rodrigues <i>Feira Livre Central em Campo Grande: lugar de consumo material e Cultural na cidade que se transformou em capital</i>	65
ROCHA, Eunice Ajala <i>O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)</i>	81
BRANDÃO, Leonardo <i>A cidade e a história dos jovens: em busca das heterotopias</i>	103
MELO, Elenir Machado de <i>A questão das forças produtivas (Notas e impressões)</i>	117
CANOVA, Loiva <i>A presença indígena na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo</i>	133
SILVA, Celeida Maria Costa de Souza <i>A cultura escolar no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá/MS: um olhar por meio das festas (1972 – 1987)</i>	159
BUCKER, Marina Brun; RIBAS, Lidia Maria; ALVES, Gilberto Luiz <i>A força de trabalho indígena da Aldeia Amambai na Indústria sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul (2010 – 2011)</i>	185

CADERNO ESPECIAL

Manifesto à Nação Brasileira 215

RESENHA

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros
Os Jacobinos Negros 225

Apresentação

A revista Albuquerque apresenta o seu volume 7º, cumprindo uma sequência obrigatória de semestralidade, em quatro anos de existência, para representar a produção científica dos docentes de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e de autores externos que atendem a chamada pública de seleção de artigos.

São bem conhecidas as dificuldades de perseverar um projeto de periódico sequencial que atenda as exigências da avaliação acadêmica, tal como se processa hoje em dia. Contudo, os esforços envidados, bem como a insistência daqueles que se envolveram diretamente nessa empreitada, foram recompensados com o enquadramento e a classificação positiva deste periódico no sistema Qualis da CAPES.

É consensual a afirmação de que um periódico científico especializado por área de conhecimento é um dos maiores anseios dos docentes da universidade. Entretanto, a concretização deste projeto e a sua continuidade passam por inúmeros obstáculos de ordem prática. É notável o excesso de atribuições que os docentes dos cursos de História da UFMS acumulam, sobretudo aqueles mais compromissados com as atividades administrativas do curso, as atividades de orientação de pesquisa, de iniciação científica e de pós-graduação. Contudo, tais particularidades, por serem ocasionais e superáveis, devem sofrer num futuro próximo uma substancial alteração, com o avanço da revista Albuquerque que tende a alçar maiores patamares no sistema Qualis em decorrência dos resultados de seus últimos editais, atraindo bons relatórios, atendendo à rigorosa semestralidade de suas edições e aguardando para breve a sua versão via internet.

Neste volume do primeiro semestre de 2012, a seção de artigos é aberta com o pesquisador mexicano José G. Vargas-Hernández que apresenta uma interessante análise sobre estado, mercado e sociedade civil na América Latina. Os

demais artigos abordam temas de grande interesse focalizando a sociedade urbana, as sociedades indígenas e a escola, todos relacionados aos estudos históricos regionais. Abordando questões conceituais sempre oportunas, este 7º volume edita o instigante texto da docente Elenir Machado de Melo.

A publicação do artigo da professora Eunice Ajala Rocha é uma homenagem à pesquisadora e à iniciativa pioneira, quase heróica, de publicar um periódico com artigos de professores universitários em Corumbá, nos anos de 1972-1977. O relatório sobre emancipação de escravos foi editado há 25 anos na histórica revista Dimensão, órgão oficial do Centro Pedagógico de Corumbá da Universidade Estadual de Mato Grosso. A autora teve o mérito de apresentar uma análise bem fundamentada em documentação inédita, alertando para a urgente necessidade de preservar o arquivo da Câmara Municipal local que, à época, já se encontrava em situação de grande vulnerabilidade.

O caderno especial cumpre com a meta estabelecida no projeto original da Albuquerque que é a socialização de documentos relacionados à história regional, de depoimentos de historiadores ou de pessoas que tiveram atuação significativa na história de nosso estado, ou ainda de textos produzidos por membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Nesta oportunidade, publica-se um manifesto da Liga Sul de Mato Grosso que trata dos anseios separatistas nos anos de 1930 em diante.

Por fim, a resenha contempla o tema da escravidão africana na América.

A revista Albuquerque neste 7º volume vence o desafio de seus primeiros passos, consolidando seu projeto de veicular a produção científica regional, abordar temas regionais e, sobretudo, manter o diálogo com historiadores nacionais e estrangeiros para garantir a qualidade e a oportunidade de seus trabalhos.



Artigos

El Carácter Evolutivo de los Retos de la Sociedad Civil

*José G. Vargas-Hernández**

Este trabajo tiene por objetivo analizar el carácter evolutivo de la sociedad civil a partir de su conceptualización, orientación como forma de gobernancia y la delimitación de las características propias de la comunidad, mercado, Estado y sociedad civil como tipos ideales de orden social. El análisis de las funciones de la sociedad civil permiten determinar como una tendencia la emergencia en Latinoamérica. Finalmente, se analizan los retos que enfrenta la sociedad civil.

Palabras clave: Comunidad, Estado, forma de gobernancia, mercado, sociedad civil

Este trabalho tem como objetivo analisar a natureza evolutiva da sociedade civil a partir de sua conceituação, como uma forma de orientação de governo e do delineamento das características da sociedade da

Concepto de sociedad civil

La definición o el concepto de sociedad civil implica recurrir a referencias filosóficas, económicas, políticas, sociales, culturales, históricas, funcionales, etc. El concepto de sociedad civil es práctico indicativo que engloba a todas las instituciones y mecanismos que no forman parte del Estado, de acuerdo a Anderson. En un concepto más amplio, la sociedad civil comprende a las diversas instituciones sociales, económicas del mercado, la

* M B.A.; PhD. Profesor Investigador miembro del Sistema Nacional de Investigadores. Departamento de Mercadotecnia y Negocios Internacionales. Centro Universitario de Ciencias Económico Administrativas. Universidad de Guadalajara. Periférico Norte 799 Edificio G-306, Zapopan, Jalisco, C. P. 45100, México. Tel y fax: +52 (33) 3770

comunidade, estado, mercado e civil como tipos ideais de ordem social. A análise das funções da sociedade civil como uma tendência para a determinação do apare-

cimento na América Latina. Finalmente, analisamos os desafios da sociedade civil. **Palavras-chave:** Comunidade, Estado, forma de governo, mercado, sociedade civil

libre asociación de los ciudadanos para debatir, la que tiene que ir acompañada de la libertad de expresión. Según Fossaert, la sociedad civil es “una entidad que configura su ser en oposición con el Estado y en donde nuevas organizaciones sociales se forman separadamente de éste y en ocasiones hasta lo enfrentan”.

La sociedad civil se define como “la esfera de interacción social situada entre la economía y el Estado, compuesta sobretudo por la esfera íntima (especialmente la familia), la esfera de las asociaciones (en particular las asociaciones voluntarias), los movimientos sociales y las formas de comunicación pública”, de acuerdo a Cohen y Arato¹. La sociedad civil se conceptualiza también como una esfera directamente conectada al ámbito del Estado por medio de una red de autoridades administrativas autogobernadas y otros cuerpos cooperativos, pero de carácter anti-político.

Por lo tanto, de acuerdo a Torres-Rivas², el concepto de la sociedad civil se asocia a una versión ideológica y política conservadora que pretende reducir el papel del Estado y al sector público reforzando la acción privada y que privilegia la vida asociativa. La sociedad civil es aquella esfera históricamente constituida de derechos individuales, libertades y asociaciones voluntarias, cuya autonomía y competición mutua en la persecución de intereses e intenciones privados quedan garantizadas por una institución pública, llamada Estado” de acuerdo a López Calera³.

La sociedad civil “Es un espacio donde las clases y las fracciones de clase, expresan sus intereses a través de diferentes instituciones, organismos e individuos, los cuales se confrontan y resuelven en el ámbito de la superestructura en

¹ COHEN, Jean, ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.

² TORRES-RIVAS, 2001. UNESCO. Nuestra diversidad creativa. *Informe de la Comisión Mundial de Cultura y Desarrollo*. Mexico, 1997.

³ LÓPEZ CALERA, N. *Yo, el Estado*. Madrid: Ed. Trotta, 1992.

una formación social determinada”⁴. . La sociedad civil como espacio contiene a las instituciones, organismos e individuos que representan los intereses de las clases sociales.

La sociedad civil compendia un grupo heterogéneo de individuos y colectividades cuya característica común es que no forman parte del Estado, y que son capaces de movilizarse como actores políticos para la defensa de sus intereses y para la promoción de cambios económicos, sociales, políticos, culturales, etc. Así la sociedad civil comprende las “instituciones, entidades, personalidades que representan y manifiestan los intereses de las clases sociales, pero sobretodo de las clases dominadas “mediante la actuación de instituciones e individuos que no pueden representar esos intereses en el Estado (espacio) o sociedad política”.

Martínez Nogueira⁵ sostiene que la sociedad civil es “un ámbito inserto entre el Estado y el individuo en el que se despliega la sociabilidad, se protegen los derechos y se ejerce el control social sobre la discrecionalidad de un Estado al que en este campo sólo le corresponde el respeto a la libertad de asociación y a las iniciativas sociales”

El concepto prevaleciente de sociedad civil es que es un sistema de asociaciones civiles autorreguladas, descentralizadas y voluntarias, basadas en una vida moral y organizadas en forma autónoma del Estado. De hecho, el elemento central del concepto de sociedad civil es la práctica que tiene como base una actividad asociacionista y que tiene lugar fuera de la esfera de influencia de las funciones del Estado y fuera de las estructuras formales de las organizaciones e instituciones oficialistas. El concepto de sociedad civil amplía la esfera pública superando la dicotomía de lo estatal y privado. La sociedad civil está formada por un conjunto de organizaciones y asociaciones que se desarrollan y actúan en la esfera pública pero independiente y autónoma del Estado conforme a determinados principios sociales y regulaciones que lo separan del poder político y del Estado.

La sociedad civil está formada por agrupaciones que tienen intereses públicos, privados o ambos, mientras que los partidos políticos son de interés público. Las organizaciones que integran la sociedad civil y los partidos políticos están

⁴ URQUIZA, Waldemar, ULLOA, Félix. La sociedad civil salvadoreña frente a los actuales problemas nacionales. *Diálogo - debate*. 2001.

⁵ MARTINEZ NOGUERA, Roberto. Estado, sociedad civil y gestión pública. Parte I y II. *Magazine*, n. 25. Instituto Internacional de Gobernabilidad, 18 de diciembre del 2001.

compuestos por ciudadanos cuya única diferencia es de naturaleza jurídica. En este sentido el concepto de sociedad civil se expande hasta comprender los conceptos de ciudadanía y derechos humanos. Salamon y Anheier⁶, ven a la sociedad civil como “la plétora de organizaciones privadas, sin fines de lucro y no gubernamentales que han emergido en las décadas recientes en virtualmente cada esquina del mundo para proveer vehículos a través de los cuales los ciudadanos pueden ejercer iniciativa individual en la persecución privada de los propósitos públicos”.

Para Gramsci, la sociedad civil está compuesta por organizaciones privadas que constituyen prototipos de las relaciones que establecen entre los seres humanos. El concepto sociedad civil predominante nada tuvo que ver con la idea de Gramsci, pues ése sí se conectaba con los partidos y las vías al poder a fin de construir nuevas hegemonías en la sociedad, para transformarse ella y a las instituciones. Es decir, no es posible transformar una sociedad y el Estado sin una idea o proyecto global sobre la economía, el Estado, las leyes; y la sociedad civil requiere instrumentos propios para organizarse y organizar a todos los estratos de la sociedad.

El concepto sociedad civil, de acuerdo a Razcón⁷, como medida para contener los sectarismos ideológicos, se volvió “compañero del neoliberalismo en la medida en que se convirtió en la conciencia crítica del nuevo modelo económico, mientras el rechazo a la lucha por el poder se tradujo en fundaciones, organismos no gubernamentales y civiles, basados fundamentalmente en la filantropía.

La sociedad civil constituye una red de individuos privados unidos por sus relaciones legales (contrato social) y se concibe su esfera como una comunidad de valores compartidos basada en las múltiples asociaciones de los ciudadanos⁸. La sociedad civil es una red asociativa que comprende todos los intereses sociales y facilita la participación de los ciudadanos que forman parte de un sistema político. La sociedad civil está integrada por una red compleja de asociaciones voluntarias de ciudadanos con una participación activa para mantener los intereses comunes en forma independiente y autónoma del Estado. Así, la sociedad civil es vista más en términos de relaciones que como espacio.

⁶ SALAMON, Lester, ANHEIER, Helmut. *The civil society sector. Society*. 34, 2.

⁷ RAZCÓN, Marco. La crítica de la crítica al neoliberalismo. *La Jornada*. México, D. F., 6 de agosto del 2002.

⁸ HONNETH, Axel. Concepciones de la sociedad civil. *Este País*. Número 102, septiembre, 1999.

La sociedad civil conceptualizada como el espacio donde se expresan las mayorías por sí mismas o a través de sus instituciones, es considerarla como una instancia de resolución de conflictos económicos, políticos y sociales, o que bien los trasciende en forma de demandas al espacio estatal. La sociedad civil está formada por el conjunto de intereses de los sujetos que se relacionan entre sí a través de las instituciones y las organizaciones creadas para tal fin. El concepto de sociedad civil como sujeto, asume “roles y representaciones que corresponden a sujetos específicos”⁹ tales como los partidos políticos, las organizaciones no gubernamentales, etc., toma ventaja de sus posiciones dentro del espacio, para la defensa de sus propios intereses. Sin embargo, la sociedad civil no es un sujeto en sí misma, sino la esfera en la actúan y realizan sus actividades las instituciones y entidades que la forman.

Así, el lugar en que se efectúan mediaciones y contestaciones entre la sociedad y el Estado y con las macro instituciones del poder económico y cultural, es lo que Rocco¹⁰ denomina sociedad civil. Estos sitios de mediación son los lugares de la vida diaria, donde los individuos y los grupos entran en contacto mediante normas, fronteras, tradiciones, y redes que definen las relaciones institucionales, etc.

Existen muchas lógicas en la moderna sociedad que compiten y son inconsistentes, pero la presencia y extensión de los conflictos permanece para ser evaluados empíricamente. El buen desempeño económico, político y social se fundamenta en la confianza que es un catalizador de conflictos potenciales y en las redes de cooperación que se construyen con la asociatividad horizontal.

La sociedad civil como forma de governancia

La sociedad civil es la forma de autoorganización social más natural y orgánica de todas las formas de organización. La sociedad civil se basa en normas de reciprocidad, confianza e intercambio mutuo que tienen lugar dentro de ciertos espacios institucionales y que median la relación entre los hogares y las institu-

⁹ URQUIZA, Waldemar, ULLOA, Félix. *Op. cit.*

¹⁰ ROCCO, Raymond. The formation of latino citizenship in Southeast los Angeles. *Citizenship Studies*. Vol. 3, n. 2, 1999.

ciones que controlan y tienen el poder sobre los recursos económicos, políticos y culturales. A mayor complejidad de las relaciones de poder entre los diferentes agentes y actores económicos y políticos, la sociedad civil tiende a ser más democrática.

El término gobernancia que hace referencia a la conducción de las interrelaciones de la sociedad civil con el Estado y el mercado, la coordinación de actores, grupos sociales e instituciones, proviene del francés *gouvernancia* usado en los siglos XVI y XVII y de la noción traducida del Inglés *governance* utilizado para delimitar el ámbito de intervención socioeconómica de las empresas. El término de *Governance* originalmente significó la forma en que el poder o la autoridad política, administrativa o social se ejerce en el manejo de los recursos o asuntos que interesan al desarrollo. *Governance* significa el marco de comportamiento de los individuos, las organizaciones y las empresas. *Governance* es la determinación de los usos amplios en los cuales los recursos organizacionales son expuestos y la resolución de conflictos entre todos los participantes en las organizaciones.

Governance es una forma de gestionar la estructuración del régimen para alcanzar una mayor legitimidad en las acciones políticas del gobierno y del Estado, así como de los diferentes actores de la sociedad civil. Un régimen es un “conjunto de reglas fundamentales sobre la organización del espacio público”, que comprende tanto al Estado como a la sociedad civil y divide lo público y lo privado¹¹. El *governance* se entiende, según Prats¹² como las “instituciones y reglas que fijan los límites y los incentivos para la constitución y funcionamiento de redes interdependientes de actores (gubernamentales, del sector privado y de la sociedad civil).

Para Prats¹³ la *governance* como metapolítica que concierne “a la estructura institucional de la acción política tanto del gobierno como de los actores de la sociedad civil”, tienen una dimensión estructural y otra dimensión dinámica o de proceso. La *governance*, no se refiere solo a las organizaciones gubernamentales

¹¹ PRATS, Joan. Gobernabilidad democrática para el desarrollo humano. Marco conceptual y analítico. *Instituciones y Desarrollo*. Barcelona, España. N. 10, octubre 2001. http://www.iigov.org/revista/re10/re10_04.htm.

¹² *Idem*.

¹³ *Idem*.

porque enmarcan y entrelazan una serie interdependiente de actores que comprende los gobiernos, los actores de la sociedad civil y el sector privado, tanto en el ámbito local, nacional e internacional¹⁴.

Deckker y Van den Broek¹⁵, basándose en un análisis propio acerca los principales argumentos del debate sobre la posición de la sociedad civil en Los Países Bajos, ofrecen una representación gráfica que relaciona la distancia de varias instituciones de los Estados modernos de bienestar en los cuatro modelos de orden social mencionados.

El desarrollo social se sustenta en las interrelaciones entre el Estado, mercado y sociedad civil. En una sociedad más desarrollada se fortalecen el Estado, el mercado y la sociedad civil, como instrumentos del desarrollo mismo. En este tipo de desarrollo, las organizaciones de la sociedad civil representan un papel central en la promoción y facilitación de la participación social en la definición de las políticas de desarrollo, la cual es delimitada como un problema de gobernabilidad en la que se determinan las reglas de juego de los agentes para la formulación de las políticas públicas.

La transnacionalización del Estado presupone la transnacionalización del capital y de la sociedad civil no sin provocar conflictos en el centramiento del Estado nación o en la dualidad nacional- global. Según Honneth¹⁶, el concepto de sociedad civil concepto “sitúa el núcleo civil de una sociedad a igual distancia de la esfera económica y política de la sociedad”. La sociedad civil al ser parte de la superestructura facilita la operabilidad de las relaciones con otras instancias al mismo nivel, como el Estado-aparato y que difieren de las contradicciones que se generan entre las fuerzas productivas y las relaciones de producción.

Las nuevas formas de organización y relación entre el Estado y la sociedad civil se encuentran más bien sujetas a una multiplicidad de dinámicas comple-

¹⁴ PNUD. Governance for sustainable human development. Nueva York: PNUD, MDGD-BPP, UNDP Policy Document, 1997, in: PRATS, Joan. *Op. cit.*

¹⁵ DECKKER, Paul, BROEK, Andries van de. Civil society in comparative perspective: involvement in voluntary associations in North America and Western Europe. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*. V. 9, n. 1, 1998.

¹⁶ HONNETH, Axel. *Op. cit.*

jas regidas por los intereses y fines del mercado. Las instituciones y las normas constituyen la base del funcionamiento interrelacional que determina el grado de racionalidad instrumental entre los diferentes actores del Estado (gobiernos, burócratas, políticos, etc.) el mercado (propietarios privados) y la sociedad civil.

La sociología política describe la complejidad y la fragilidad de la inserción de la sociedad civil en la esfera pública y endereza las críticas hacia el modelo de desarrollo neoliberal impuesto por el Estado. Estado y mercado existen para representar los intereses de lo público y lo privado de una misma realidad social. El lugar en el que la sociedad entra en relación con el Estado constituye la sociedad civil, la cual no actúa como un sujeto sino como un espacio o esfera donde expresan y se manifiestan sus instituciones y entidades que la forman.

Por lo tanto la sociedad civil no debe ser considerada como un sujeto, sino como una esfera o espacio donde se expresan determinados intereses. La capacidad de demanda de algunos grupos de interés sobre el Estado limita el pretendido universalismo del bien público, para adoptar estrategias basadas en tendencias focalistas, contingentes, descentralizadas y de terciarización del sector privado y la sociedad civil. El mismo carácter anti-político de la sociedad civil fragmenta los intereses y limita sus aportaciones a la construcción de las instituciones.

El modelo de desarrollo neoliberal con su estrategia que favorece a los capitalistas, estimula la formación y funcionamiento de una sociedad civil motivada en los valores democráticos que se contraponga a las decisiones autoritarias del Estado, reduzca sus funciones para dar más campo de acción al libre mercado. Las funciones públicas contingentes toma en consideración aquellas actividades que pueden ser subcontratadas (outsourcing) o privatizadas y que desestructura las principales funciones del Estado moderno a las que Dror¹⁷ denominó como “las funciones de orden superior” del Estado.

El nuevo modelo de crecimiento económico centrado en el empresario privado que actúa en el mercado, ha desacreditado al Estado, desvalorizado la esfera pública y se apoya en la acción dentro de determinados límites de la sociedad civil. Así, propone una relación directa de fortalecimiento mutuo entre la sociedad civil y la democracia.

La sociedad civil se caracteriza con relación al Estado, en que este último constituye el espacio que sirve para la expresión de los intereses de sectores

¹⁷ DROR, Yehezkel. *Fortalecimiento de la capacidad de los gobiernos en material de formulación de políticas*. Documento presentado a la 12 Reunión de expertos del Programa de las Naciones Unidas en material de Administración y Finanzas Públicas. Nueva York, 31 de Julio a 11 de agosto de 1995: 222.

minoritarios de la sociedad y cuyas instituciones también están en función de los intereses del Estado. Las organizaciones de la sociedad civil proyectan y despliegan la capacidad de la acción del Estado. La participación política de los actores y movimientos sociales tradicionales y nuevos en el actual proyecto democrático, que enfatiza la redefinición del papel del Estado y la construcción de una sociedad civil, es muy limitada si se instrumenta bajo esquemas de racionalidad económica.

Para evitar la organización espontánea de la sociedad civil, los gobiernos privilegian programas de asistencia social donde no se haga mucho énfasis en el desarrollo comunitario y donde se encubra el apoyo gubernamental como despojado de su carácter de proselitismo político.

Mercado

Para los neoliberales, el mercado es el mejor asignador de los recursos y el Estado debe jugar un papel subsidiario, mientras que la sociedad civil se conforma por un conjunto de organizaciones y agrupaciones de individuos que en forma voluntaria logran objetivos conjuntos. Organizaciones privadas y del mercado son persuadidas por la lógica de la eficiencia económica y las organizaciones públicas y no del mercado por la lógica de la apropiabilidad. La responsabilidad a lógicas diferentes resulta en heterogeneidad de adopción de nuevas prácticas y en la forma en que adoptan. La promesa hecha por la globalización corporativa de que los mercados mantendrían el equilibrio ha resultado en un desequilibrio en beneficio de los países más desarrollados.

La lógica de los mercados sustituye las relaciones basadas en la reciprocidad de las obligaciones entre las personas por las relaciones centradas en transacciones monetarias, lo cual debilita la solidaridad entre los individuos y los pueblos y las identidades comunitarias. Así, un elevado desarrollo económico puede coexistir con un debilitamiento de las relaciones de confianza y cooperación cívica¹⁸. Pero cuando el mercado empieza a mostrar sus grandes fallas, la responsabilidad para corregirlas se transfiere al papel diferenciado de la sociedad civil. Las privatizaciones de las empresas propiedad del Estado no están dando

¹⁸ GROOTAERT, Christiaan. Social capital: the missing link? *Social Capital Initiative*. Paper 3, World Bank, April, 1998.

los beneficios y ventajas esperadas a la ciudadanía y a la sociedad civil en términos de calidad, precios, etc., y si han quedado más expuestas a los impactos de los efectos de las crisis financieras.

Con la crisis ideológica del neoliberalismo que tiene implicaciones con la crisis económica y social que debilita los sistemas políticos, se cuestionan los principios del libre mercado, se promueven las acciones de la sociedad civil y se reivindican las funciones complementarias del Estado. Investigaciones sobre la cultura política concluyen que la crisis política tiene poca relación con la crisis de confianza en las instituciones democráticas cuyo nivel de aceptación sigue siendo elevado.

Algunas características de comunidad, mercado, Estado y sociedad civil como tipos ideales de orden social

Crterios	Comunidad	Mercado	Estado	Sociedad Civil
Principios guía	Solidaridad	Competencia	Jerarquía	Voluntariedad
Actores colectivos dominantes.	Familias, vecindades.	Negocios, partidos políticos.	Agencias burocráticas.	Asociaciones.
Prerrequisito para la participación.	Adscripción.	Poder de compra.	Autorización legal.	Compromiso.
Regla de decisión principal.	Consenso.	Oferta y demanda.	Adjudicación autoritaria.	Debate.
Medio de intercambio.	Estima.	Dinero, votos.	Coerción.	Argumentos.
Tipo de bienes generados.	Bienes solidarios.	Bienes privados.	Bienes colectivos.	Bienes mixtos
Externalidades positivas.	Afección mutua, identidad colectiva.	Prosperidad, responsabilidad.	Seguridad, justicia.	Capital social, Discurso público

Estado

La forma de gobernabilidad centrada en el Estado nación se encuentra en una relación de transformación con los procesos de globalización económica del sistema capitalista. El Estado intervencionista usa el poder para colonizar la sociedad y el Estado neoliberal subyuga a la sociedad al libre juego del mercado, limitando con ello las posibilidades de la sociedad civil para establecer una gobernabilidad democrática. El modelo económico neoliberal limita la participación del Estado en la solución de problemas sociales, los cuales transfiere a la sociedad civil. El Estado subsidiario difícilmente puede alcanzar la estabilidad democrática aún contando con el apoyo de una sociedad civil fuerte, aunque esta sí puede influir en la corrección del rumbo del Estado a través de movimientos sociales y revolucionarios.

Hacia dentro del Estado nación se presenta la lucha de intereses para lograr el aseguramiento del acceso a los recursos mediante la conquista del poder. Surgió así la gran estructura de la financiación con nuevos centros de poder, que sí establecieron vínculos concretos con los grupos de acceso al poder político del Estado.

Una sociedad civil vigorosa fortalece al gobierno democrático. En este sentido la gobernabilidad de un sistema social mantiene su estabilidad política. Es democrática porque presupone el gobierno democrático, hace del control social por la sociedad civil una forma principal de accountability política, y requiere transparencia de las agencias públicas. Es social-demócrata porque afirma el papel del Estado de garantizar la protección eficaz de los derechos sociales.

Desde una visión Estado-céntrica en donde los gobiernos tienen un papel predominante, la gobernabilidad es provista por una sociedad influida por redes organizacionales de grupos de interés como los iron triangles o triángulos de hierro y los issue networks o redes temáticas debilitan el papel de la gobernabilidad Estado céntrica y contribuyen a centrar la gobernabilidad en la sociedad civil misma, lo cual puede predeterminar la agenda política de los gobiernos. Es por lo tanto un problema de gobernabilidad más que de administración pública que requiere la redefinición de las funciones del Estado y de la sociedad civil.

El Consenso de Washington orienta la agenda y los desafíos de las instituciones de la sociedad civil a limitar las acciones del Estado. La implantación

se realiza a través de las denominadas reformas administrativas orientadas a la modernización de las estructuras del aparato burocrático, la más reciente de las cuales se ha denominado la revolución gerencial que intenta redefinir el sistema burocrático sin alcanzar los beneficios esperados. El involucramiento de la sociedad civil en la reforma del Estado la orienta hacia una dimensión de reforma societal. El involucramiento societal hace referencia a las implicaciones de normas, costumbres, tradiciones, normas morales y religiosas, etc., que difieren entre los diferentes grupos de los Estados nacionales y operan como apoyos sociales para dar credibilidad a los contratos. Los actores políticos y sociales deben compartir esfuerzos administrativos para alcanzar el desarrollo compartido

La reforma del Estado incorpora elementos institucionales que promueven la coordinación de las instituciones del Estado y la sociedad civil, la eficiencia adaptativa privada y pública, y una mejor formulación e implementación de las políticas públicas. Esta eficiencia adaptativa requiere de estructuras organizacionales flexibles, normas y procedimientos simplificados y una racionalización de los recursos. Los procesos de la gestión pública requieren de un rediseño para la creación de nuevas capacidades de las instituciones políticas orientadas a promover la participación y acción de la sociedad civil en los asuntos públicos locales mediante la formación de un capital social.

El capital social fortalece las relaciones y capacidades de la sociedad civil. Para Putnam¹⁹ el capital social es un bien público basado en los aspectos de la organización social tales como la confianza, las redes y reglas que superan los dilemas de la acción colectiva para alcanzar la eficiencia social. Para Putnam²⁰, el capital social es la relación de confianza que existe entre los actores sociales, su comportamiento cívico y nivel de asociatividad como elementos viables para la acción colectiva y desarrollo de capacidades cooperativas de una comunidad.

La gestión pública del Estado transforma sus estructuras, comportamientos y procesos burocráticos para ser sustituidas por arreglos institucionales más flexibles que facilitan la participación más directa de la comunidad y de la sociedad civil en los asuntos públicos mediante la promoción de comportamientos solidarios,

¹⁹ PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

²⁰ PUTNAM, Robert. *Para hacer que la democracia funcione*. Caracas: Editorial Galac, Venezuela, 1994.

procesos deliberativos democráticos y mecanismos de transparencia y rendición de cuentas. La nueva gestión pública es un proceso de reingeniería y rediseño de las relaciones entre los actores involucrados en la esfera estatal para la creación de valor público mediante el fortalecimiento de las instituciones a partir del aumento del capital social y el aprendizaje organizacional que promueven espacios de confianza entre el sector público, la ciudadanía y la sociedad civil.

El Estado se transforma mediante procesos de democratización y por la forma en que la sociedad civil se organiza para garantizar la fundamentación política. Los procesos de democratización política se relacionan directamente con las estructuras del tejido social que da sustento a la sociedad civil que facilita la participación en función de decisiones de mayorías políticas que eliminan, en forma parcial las manifestaciones autoritarias. La tendencia hacia una democracia sin ciudadanos como la determinante de las democracias institucionalizadas en una estructura en la cual se afirman en la confianza del sistema o se niegan en la pasividad de la participación política.

Es a partir de la dimensión territorial como la reforma del Estado de concentra en los gobiernos locales y regionales, por ser los espacios donde se dan los máximos contactos entre la sociedad civil y el Estado y en donde por lo tanto, existen las mejores posibilidades para territorializar adaptando y flexibilizando las políticas y estrategias de desarrollo.

El respeto al derecho internacional reconocido por todos los Estados ayuda a sostener el funcionamiento de la sociedad civil. Denota una representación conceptual y teórica de la coordinación de sistemas sociales y del rol del Estado en este proceso²¹.

Comunidad

Fronteras de los espacios de lo público y lo estatal en forma no siempre precisa entre lo privado de los individuos, la acción colectiva de las organizaciones sociales y comunidades y el ejercicio de la política. La República se concibe como una forma de gobierno basada en la libertad política de una comunidad de ciudadanos que viven el gobierno de las leyes.

²¹ PIERRE, J. Understanding governance, in: PIERRE, J. *Debating governance: authority, steering and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

En La Política de Aristóteles se hace referencia al término *koinonía politiké* que literalmente significa comunidad política que se traduce al Latín como *societas civilis* con se denominaba a la pólis griega. La pólis, de acuerdo a Urquiza y Ulloa²² era “una forma de comunidad diferente a la familia y superior a ella, que consistía en la organización de una convivencia que cobraba las características de la autosuficiencia, de la independencia y del interés social, aspectos que a partir de la modernidad pretenderán ser las propiedades del Estado”. Es necesario analizar otra distinción que Aristóteles hace en su Política sobre lo que significa la *koinonía* o vida comunitaria. Pues una cosa es el uso en común promovido por la ley y el castigo y otro la acción común inspirada en la *filía*, que es la virtud de la *polis*. De la lectura de algunos pasajes de la Política y en armonía con lo que inspira a la Ética a Nicómaco puede “destilarse” una distinción conceptual que yo expresaría distinguiendo entre “colectividad” y “comunidad” en el lenguaje moderno.

De acuerdo con Tomassini²³, “la idea de la sociedad civil encarna de esta manera un ideal ético del orden social, no ideal, que si no supera, por lo menos armoniza las conflictivas demandas entre los intereses individuales y colectivos”. Este proceso de colectivización puede ser si las sospechas iniciales son eliminadas. No obstante, se considera que si las instituciones de la sociedad civil valoran la individualidad mediante la defensa de los derechos individuales y los valores de la colectividad, tales como la confianza, entonces la sociedad civil puede ser más democrática.

En el modelo republicano de democracia el centramiento es en la construcción de las identidades individuales y colectivas a través del diálogo en un espacio público para la participación de los ciudadanos activos en el cual la política crea preferencias en la búsqueda del bien común considerados como sujetos responsables, libres e iguales en una comunidad. En la sociedad civil, los ciudadanos tienen las posibilidades de ejercitar su libertad y en los términos de igualdad de oportunidades. La ciudadanía es considerada como una esfera abierta de participación para la formación de una voluntad política.

²² URQUIZA, Waldemar, ULLOA, Félix. *Op. cit.*

²³ TOMASSINI, L. La revalorización de la sociedad civil, in: *La reforma del Estado y las políticas públicas*. Centro de Análisis de Políticas Públicas. Universidad de Chile, Santiago, 1994.

La conformidad cultural es una condición y un medio para la obtención de la ciudadanía de quienes participan en las prácticas sociales y sus correspondientes valores, adaptándose a los patrones culturales dominantes que movilizan su conexión con una comunidad imaginada, cuyo ideal es la comunidad cultural, lingüística, étnica, religiosa.

Los integracionistas demandan que todos los miembros de los grupos asentados en un territorio formen una comunidad mediante la internalización y conformidad de valores, sin dejar de reconocer el derecho de las minorías para expresar su propia cultura en los dominios intercambiables de lo público y privado. Desde el punto de vista integrativo se defiende la uniformidad e integridad de la sociedad y del Estado nación para promover causas comunes y sobre la base de una comunidad de valores fundamentales y estándares de los grupos que forman la sociedad permite la expresión de la pluralidad de la sociedad y cuya meta se orienta a la abolición de las diferencias culturales.

El cambio a las instituciones del Estado no ha sido exitoso en la creación de poder de las comunidades y en hacer más efectivas a las autoridades locales y a las agencias de la sociedad civil en la articulación y en la acción de demandas sociales. Las transferencias de conocimientos y experiencias entre las organizaciones de la sociedad civil son además instrumentales en apoyos a las comunidades para neutralizar y combatir políticas negativas a la promoción del desarrollo social sustentable de los gobiernos, de grandes corporaciones transnacionales y multinacionales y de los grandes capitales financieros. La capacidad de organización comunitaria entre los diferentes sectores de la población, sobretudo los más desprotegidos que padecen carencias, o en situaciones extremas de desastres, ha motivado la emergencia espontánea del apoyo solidario de diferentes grupos de la sociedad civil, desafiando la lentitud en las respuestas de las instituciones gubernamentales.

Debido a que las respuestas a los diferentes problemas comunitarios surgen de las propias organizaciones de la comunidad, su conocimiento y su compromiso son más profundos que los diseñados por las instituciones públicas. La promoción del desarrollo comunitario tiene fines pragmáticos al intentar hacer algo por los miembros de la comunidad, y fines democráticos al buscar la autoafirmación como comunidad. No obstante, la devolución del poder social y político a las comunidades, junto con la implementación de una política económica inclusiva por el Estado, es crucial para la promoción de un desarrollo participativo y justo.

Sociedad civil

La sociedad civil se encuentra según Wolfe²⁴ en “familias, comunidades, redes de amistad, conexiones solidarias en los lugares de trabajo, voluntarismo, grupos espontáneos y movimientos”. Las organizaciones voluntarias y el voluntarismo parecen ser los elementos centrales de la sociedad civil de acuerdo con Deckker y Van den Broque²⁵. Estos autores proponen la “voluntariedad como el principio guía de la sociedad civil y las asociaciones como sus actores colectivos dominantes. Las redes de actores individuales y colectivos “representan un nexo sobresaliente en la relación entre las personas y los sistemas funcionales”²⁶.

La sociedad es uno de los actores sociales que promueve el desarrollo en sus diferentes formas. La sociedad civil se organiza en forma autónoma al Estado, pero no como un sujeto sino un espacio o esfera donde se expresan intereses. Sin embargo, tanto la sociedad civil como el Estado son actores sociales del desarrollo. Debido a los procesos de globalización que traspasan las fronteras de las naciones mediante la emergencia de una sociedad civil global, el Estado transfiere sus responsabilidades hacia las nuevas estructuras sociales y las organizaciones no gubernamentales, de tal forma que los poderes de las naciones se trasladan a un espacio global despolitizado, es decir, que las naciones ceden a la sociedad civil global.

Esta transferencia de funciones del Estado a la sociedad civil tiene lugar después de que lamentablemente el Estado ha descuidado la infraestructura y los servicios públicos. La sociedad civil se expresa en la intensionalidad ética y la responsabilidad social de sus resultados a través de la acción de sus organizaciones. La administración de las organizaciones de la sociedad civil ha sido influida por la ética calvinista del trabajo.

La emergencia de las organizaciones de la sociedad civil tiende a equilibrar las relaciones entre el Estado y el mercado, lo cual contribuye a lograr mejores niveles de crecimiento económico, desarrollo social y libertad política de los

²⁴ WOLFE, A. *Whose keeper*: Berkeley, California: University of California Press, 1989.

²⁵ DECKKER, Paul, BROEK, Andries van den. *Op. cit.*

²⁶ LECHNER, Norbert. Desafíos en el desarrollo humano: individualización y capital social. *Instituciones y desarrollo*. N. 7, noviembre 2000.

pueblos y reducir las brechas generadas por las desigualdades. El equilibrio entre el poder del Estado, el dinero del mercado y las formas de creencias de la sociedad civil son importantes para que funcione el mercado, es decir, se requiere el balance entre el mercado, el sector privado y el gobierno o el Estado.

El sistema político constituido por las instituciones públicas y los partidos políticos es autónomo en su actividad política en la que participa la ciudadanía, y puede ser vehículo de intermediación entre el Estado y la Sociedad civil. Un sistema político liberal fuerte que se oriente hacia la democracia, no necesariamente requiere de una sociedad civil también fuerte pero si apoyada en valores liberales que fortalecen las estructuras políticas, de tal forma que tienda a equilibrar las diferencias económicas y sociales que crea el mercado. El sistema de partidos políticos entra en crisis y son rebasados por una sociedad civil mas demandante y participativa, y por los medios de comunicación que se asumen como actores políticos para servir de intermediarios en las demandas de la sociedad.

Sin embargo, tanto la sociedad civil como los partidos políticos tienen funciones y actividades que son complementarias y por lo tanto no tienen intereses necesariamente antagónicos. Los partidos políticos buscan el acceso al poder político, realizan la gestión social y proponen proyectos económicos, punto en el que hay mucha coincidencia con las funciones de las organizaciones de la sociedad civil, aunque los partidos políticos representan los intereses generales y pueden beneficiarse con las acciones de las organizaciones civiles que persiguen intereses más específicos. Los componentes de la sociedad civil pueden contribuir a potenciar la ideología y los programas de acción de los partidos políticos, para que representen intereses heterogéneos.

Una sociedad civil vigorosa fortalece al gobierno democrático. Instituciones democráticas saludables y economías fluorescentes crecen de una raíz común, de una vigorosa sociedad civil, a pesar de que las mismas instituciones democráticas no pueden garantizar los resultados de la aplicación de las políticas públicas. Es la sociedad civil la que instituye la función pública mediante la creación de un arreglo constitucional. La dinámica de las instituciones existentes y la sociedad civil son el fundamento que determinan el modo de gobierno y su nivel de gobernabilidad democrática.

“La calidad del ejercicio democrático del poder depende de la acción conjunta de dos elementos: Por una parte, de la naturaleza de las instituciones del Estado, la responsabilidad y transparencia de los funcionarios estatales, y por

la otra, de la naturaleza de la sociedad civil y su capacidad para ejercer control sobre el aparato del Estado²⁷. A su vez, el desarrollo democrático de las sociedades impulsa la sociedad civil. Así entonces, la sociedad civil es vista como un receptáculo inerte de todo lo que haga el gobierno.

La política estratégica está constituida más por la sociedad civil que establece la reforma y legitima a las instituciones, más que por las instituciones por sí solas. La satisfacción con la forma de gobierno en sí misma no significa legitimidad, sino que también es importante considerar las actitudes hacia las otras alternativas políticas extremas manifiestas en esos intereses heterogéneos. Su legitimidad democrática no se establece solamente porque alegan que son parte de la sociedad civil. Si no existe legitimidad de las instituciones que implica la manifestación de confianza y aprobación del mandato conferido por la ciudadanía, tampoco existe gobernabilidad.

La actividad económica que define la dimensión social reclama un espacio fuera de las estructuras políticas de la sociedad y por tanto sin identidad política, pero además fuera del espacio del Estado, integrando lo que se ha denominado sociedad civil. La participación de organizaciones sociales y comunitarias en la producción, prestación y control de bienes y servicios públicos, fortalece a la sociedad civil, modifica la relación público privado y elimina el monopolio que tradicionalmente ha tenido el Estado. Un prerrequisito de participación en la sociedad civil es la entrega: la voluntad para sostenerse a sí mismo en un curso de acción y tomar responsabilidades.

La sociedad civil se identifica con una pluralidad de las asociaciones voluntarias y no con el mercado y los agentes económicos particulares con fines especulativos, como se pretende. En las mismas formas de organización social que están estrechamente vinculadas con la política, ocurre la estructuración de la sociedad civil que fomenta relaciones asociacionales animadas por ciertos valores ideales democráticos para dar sustento a la participación ciudadana. Así, en las instituciones de la sociedad civil se encuentran formas de organización de las más variadas, desde las fundamentales con intereses económicos y sociales hasta aquellas formas organizativas que tienen por objeto de trabajo el conocimiento, la información, la ideología, etc.

Es cuestionable considerar que el mercado es parte del ámbito de la sociedad

²⁷ TORRES-RIVAS. *Op. cit.*

civil, tomando en cuenta que ésta no constituye el Estado. Las semillas de las virtudes cívicas no se encuentran en las instituciones económicas y políticas, sino en las asociaciones voluntarias de la sociedad civil, empezando con la familia.

En la democracia social, el ethos de la sociedad exige la igualdad de los miembros de la sociedad civil que en posiciones y estructuras horizontales dan sustento a comunidades y asociaciones voluntarias. La creación de nuevas estructuras que democratizan los espacios para la participación ciudadana activa capaz de transmitir la agregación de los intereses individuales en forma representativa de la voluntad general.

Tanto el voluntarismo como los patrones de la sociedad civil refuerzan los movimientos de acción ciudadana. La asociación voluntaria de los individuos en la denominada sociedad civil contribuye a la formación de redes de solidaridad, al forjamiento de identidades colectivas de los pueblos y a la organización para lograr fines colectivos y superar cualquier contingencia.

Sí de los intereses privados se desarrollan mediante la asociación de los individuos en la comunidad, por lo que “en el interior de la sociedad se organizan los intereses privados del ciudadano y cuando ellos están animados por una voluntad de defensa de lo propio y de lo colectivo, de servicio público, de asociación en provecho de derechos sociales y políticos, surge la sociedad civil” de acuerdo a Torres-Rivas²⁸, quien concluye que “La sociedad civil existe cuando la sociedad como totalidad puede estructurarse a sí misma y coordinar sus acciones a través de un conjunto de asociaciones voluntarias”.

La opinión pública es la característica que diferencia la sociedad civil del Estado y que representa la voz de la sociedad civil en la esfera política. En sí misma, la opinión pública es la fuerza de la sociedad civil que es capaz de confrontar el poder establecido e impulsar cambios sociales, económicos y políticos. La sociedad política legaliza las acciones de la sociedad civil y ordena su funcionamiento con una orientación hacia la esfera pública.

La relación existente entre la sociedad civil y el sistema político se analiza mediante el concepto de capital social desde su función. El vínculo social es un recurso del capital social para el desarrollo económico, el cual se presenta en forma neutral para ser aprovechado mediante diferentes estrategias. El capital social es un recurso acumulable que crece si se hace uso o se devalúa si no es

²⁸ *Idem.*

renovado. El capital social fortalece las relaciones y capacidades de la sociedad civil. Así, las organizaciones de la sociedad civil promocionan el desarrollo de capacidades sociales y políticas de los ciudadanos, en lo que Putnam²⁹ ha denominado como la formación del capital social. Putnam no explica como la implicación en grupos afecta el comportamiento de los actores y como la sociedad civil afecta al gobierno.

El capital social se distribuye desigualmente en los diferentes grupos socioeconómicos que forman parte de la sociedad civil dependiendo de los niveles de educación e ingreso existentes. El capital social fortalece las relaciones y capacidades de la sociedad civil. Las relaciones de confianza entre los individuos y el compromiso cívico dependen de las oportunidades y las restricciones que ofrece el contexto histórico-social. Newton³⁰ examina la subjetividad del capital social compuesto de valores y actitudes que afectan las formas de relación entre las personas.

El capital social tiene carácter instrumental y expresivo, fortalece la subjetividad frente a la modernización y es también una relación “puramente expresiva y gratuita” como fin en sí misma y que además crece en la medida en que la modernización avanza³¹. Cruz³² lo define como “un conjunto de fenómenos que implican dos situaciones: Existe una particular estructura social, y que esta es determinante para ciertos modos de actuar, tanto al nivel individual como al colectivo.”

Cuando la sociedad civil está en contra del Estado se sustenta en principios de identidad comunitaria. La ciudadanía como una identidad abstracta es una construcción política que es cuestionada por la identidad social. Una sociedad civil en contra del Estado cuestiona sus funciones y roles tanto en los asuntos internos que son de su competencia como los asuntos externos que implican su inserción en lo global.

²⁹ PUTMAN, R. *Op. cit.*, 1993.

³⁰ NEWTON, Kenneth. Social capital and democracy. In: *American Behavioral Scientist*. V. 40, n. 5, pp. 575-585.

³¹ LECHNER, Norbert. *Op. cit.*

³² CRUZ, César Nicandro. La justificación del poder en el proceso de la políticas públicas: implicaciones de la gobernabilidad democrática. In: *Desarrollo Humano Institucional en América Latina*, n. 27, 26 de febrero del 2002.

La emergencia de la sociedad civil está conectada con el descrédito del Estado. La colaboración de la sociedad civil con el gobierno para la provisión social puede generar interrelaciones sinérgicas para la co-producción de servicios que van más allá de las relaciones de complementariedad, lo cual requiere además de nuevas bases estructurales, procedimentales y comportamentales.

El carácter evolutivo de la sociedad civil

La sociedad civil es evolutiva, pasa por procesos de transformación, hasta llegar a desarrollarse en redes formales e informales de individuos voluntarios. La facilidad de acceso que tienen los individuos a las redes formales e informales para la consecución de sus objetivos, se posibilita por lo que ofrecen los contactos con estas mismas redes, en los términos de recursos instrumentales, tales como el apoyo y el consejo relacionado con las actividades, y por los recursos emocionales como la amistad.

En las sociedades antiguas se identificaba a la sociedad con política como en el caso de la *Ágora* griega, por lo que se desprende que la comunidad existe antes que el Estado. Si bien la sociedad civil es privada en sus orígenes, los intereses y derechos colectivos se realizan en la vida política y pública. El concepto de *civil society* hace alguna referencia al concepto de *societas civiles* de Aristóteles con que se denominaba a la forma de comunidad de la *pólis*. En el libro II cap. 2 {1261 a} refuta Aristóteles la tesis platónico-socrática de que el Estado o *Polis* deba ser lo más unitario posible. “La *Pólis* -dice Aristóteles- no es un unidad de la manera que algunos afirman. Y lo que algunos llaman el mayor bien común en realidad lo destruye”, “No hay pues que buscar la unicidad de la sociedad en grado exagerado”.

Para Aristóteles la familia es la forma social más unitaria, pero no la más autosuficiente. El Estado-ciudad es autosuficiente no siendo tan unitario, pues la autosuficiencia es preferible a la unicidad. Todo estado-ciudad que tienda a mayor unicidad tiende a dejar de ser un estado-ciudad para convertirse en una especie de alianza militar. Pues una *pólis* se caracteriza por una pluralidad de individuos que son diferentes. En los trabajos clásicos de Platón y Aristóteles se asegura que la democracia como forma de gobierno, solo puede sobrevivir en un Estado pequeño.

Según Charles Taylor (citado por Honneth³³), en la obra de Montesquieu “se encuentra el origen de una noción de sociedad civil en la que las corporaciones legalmente legitimizadas de autogobierno público son las responsables de mediar constantemente entre la esfera social y el Estado”. El filósofo Alemán Hegel describió a la “sociedad civil” como la esfera comercial donde la gente era considerada como individuos separados, cuyos intereses eran civiles y económicos, pero no políticos ni morales y se basaba en el propio interés de individual y particular que no podía ser reconciliado con una moralidad universal. Hegel consideró a la sociedad civil como la esfera de representación de intereses que no comprende al Estado. Hegel concluyó que el Estado es la autoridad moral final para los conflictos que surjan dentro del mismo³⁴.

El concepto hegeliano de una sociedad civil burguesa adquiere vigor y se involucra en el espacio público en forma de opinión pública en las sociedades modernas. Las sociedades modernas tienen como características la diferenciación social, la secularización de la cultura política y un sistema político. Cuando estos ciudadanos convertidos en actores de la sociedad civil se preocupan por los problemas de la comunidad se dimensionan en la esfera pública y se expresan en una opinión como reconocimiento de que comparten intereses generales.

En el siglo XVIII, Adam Smith y David Hume hablaron de “sociedad civil” para referirse a la emergente clase burguesa surgida del comercio para protegerse de los señores feudales, de tal forma que el término fue aplicado al naciente sector comercial privado, por el que los individuos eran libres para desarrollar sus propios negocios

El *Zivilgesellschaft* que “evoca el republicanismo democrático de Tocqueville” y el *Bürgerliche gessellschaft* que se refiere a la estructura legal del “sistema de necesidades”, tales como se conocen en la Filosofía del derecho de Hegel, son los conceptos alemanes que se acercan a la concepción de sociedad civil para referirse a todas las instituciones y organizaciones que preceden al Estado. La polisemia del concepto de sociedad civil muestra diferentes contenidos según la describa Tocqueville o algún autor actual. Tanto Mill como Tocqueville caracte-

³³ HONNETH, Axel. *Op. cit.*

³⁴ BRUYN, Severyn T. The moral economy. In: *Review of Social Economy*. V. LVII, n. 1, march 1999.

rizan a la sociedad civil distinguiéndola del Estado-aparato, caracterización que es más relevante en Gramsci y que entran en contradicción

El concepto de sociedad civil, del Inglés *civil society*, tal como lo conceptualizó Adam Ferguson, se refiere a “Todas las instituciones y organizaciones civiles que preceden al Estado, ya que son la condición previa a cualquier resistencia por parte de los ciudadanos, contra la dictadura de la burocracia de partido.” En este sentido, Thoreau ha dicho que los hombres reconocen el derecho a la revolución, como el derecho a rechazar la obediencia, lealtad y a resistir un gobierno cuando su tiranía e ineficiencia son insostenibles³⁵. El término anglosajón de *civil society* hace referencia más al concepto de sociedad civilizada que al de sociedad natural.

Marx ubica en la sociedad civil el espacio negativo de lo privado donde se desarrollan las relaciones económicas o materiales y en donde además, la familia representaba lo opuesto a la parte más organizada de la sociedad denominada Estado o sociedad política.

De acuerdo a Gramsci, la sociedad civil se constituye en relación con el Estado. Para Gramsci el concepto de la *société civile* es equivalente a “esfera pública” o Bürgerliche Öffentlichkeit de Habermas³⁶, definido como un “ámbito social en el que están incluidos todas las instituciones culturales dentro de las cuales se forma la opinión pública”. El nivel de asociacionismo de los individuos de una comunidad y las formas de transmisión de las creencias (Gramsci) son las características orgánicas de la sociedad civil. Gramsci distingue la caracterización de la sociedad civil del Estado-aparato, los cuales entran en contradicción con intereses que pueden ser irreconciliables sobretodo cuando el Estado-aparato se apartan del bien social. Gramsci rescata a la sociedad civil de la base económica y la lleva a la superestructura y le da el lugar de la formación del poder ideológico diferente del poder político en sentido estricto y de los poderes de legitimación de la clase dominante.

Urquiza y Ulloa³⁷ sintetizan la conceptualización moderna y contemporánea de la sociedad civil en su carácter relacional, señalando que “los modernos

³⁵ HONNETH, Axel. *Op. cit.*

³⁶ HABERMAS, Jürgen. Struggles for recognition in the Democratic Constitutional State, In: GUTMAN, A. *Multiculturalism*. Princeton: Princeton univ. Press, 1994.

³⁷ URQUIZA, Waldemar, ULLOA, Félix. *Op. cit.*

establecen una cierta continuidad, porque cuando hablan de la sociedad civil aluden a un sedimento relacional de sana convivencia, tolerancia ideológica, búsqueda de intereses particulares y disfrute de los derechos individuales y sociales”. De los contemporáneos señalan que “tienen un punto de convergencia al referir la sociedad civil como un substrato organizacional de carácter privado que ejerce una influencia especialmente económica e ideológica decisiva en toda la sociedad, para bien o para mal, dependiendo de sus propios intereses”.

En la sociedad civil se involucran fuerzas que se contraponen en sus intereses irreconciliables, muchas de las veces. Urquiza y Ulloa³⁸ hacen una distinción operativa al interior de la sociedad civil entre lo que denomina la “sociedad civil del capital” y la sociedad civil descapitalizada”. Sin embargo, la caracterización dual de la sociedad civil en términos de quien tiene capital y no lo tiene es confusa sino se delimitan los sujetos, las instituciones que representan sus intereses y el espacio o esfera donde resuelven sus conflictos.

El concepto de “sociedad civil del capital” lo expresa como “el conjunto de individuos y organismos privados que controlan el gran capital, y que por tanto, poseen intereses comunes y guardan una mayor afinidad ideológica”, mientras que la “sociedad civil descapitalizada está caracterizada por la no propiedad del capital y por situarse frente a él como una masa asalariada, y por tanto, por asumir o “deber asumir” una posición existencial de lucha contra la explotación y buscar una mayor participación de los beneficios del trabajo que garantice una adecuada sobrevivencia humana”.

Así, la teoría dicotómica de la sociedad civil, intenta establecer “la línea divisoria entre la gran empresa unida a los altos dirigentes del Estado-aparato y la gran mayoría restante, mayoría que encierra potencialidades similares de cara al cambio social.” La sociedad civil del capital puede guiar las acciones y manipular los comportamientos y voluntades de la sociedad civil descapitalizada. El Estado-aparato sigue una política de dualidad, mientras que con la sociedad civil capitalizada entra en procesos de negociación de políticas e intereses y resolución de conflictos, desprecia con trato diferenciado a la sociedad civil no capitalizada la cual es fácilmente manipulable para fines corporativos electorales.

³⁸ *Idem.*

El problema es el carácter relacional del análisis que no es confiable. Por lo tanto, concluyen que la sociedad civil “comprende el conjunto de relaciones y acciones que generan los individuos, ya sea asociados o no asociados, cualificados por el hecho de estar desprovistos, por lo menos de forma expresa, de la autoridad que confiere el poder político que emana del Estado-aparato”.

La emergencia de las organizaciones no gubernamentales en los decenios de 1980 y 1990 coinciden con en el mismo momento en que se liquidaba el bloque socialista y la URSS como una respuesta desde la sociedad civil, frente a las aberraciones estatistas que habían impregnado al grueso de la izquierda. La sociedad civil ha pasado por un largo periodo de transición para convertirse en el principal actor, protagonista de los cambios en todos los órdenes del tejido social, dejando atrás la abulia tradicional que le caracterizaba como un sujeto pasivo y manipulable. Sin embargo, no se regulan los procesos de transición la sociedad es amenazada de destrucción.

La globalización de los procesos económicos ha generado la globalización de la sociedad civil, mediante la creación de nuevas redes e instituciones que formulan agendas globales. Las organizaciones no gubernamentales activas y estructuradas en la sociedad civil se enlazan formando una red con el apoyo de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación para promover acciones de resistencia frente a las instituciones que imponen los procesos de globalización del sistema económico capitalista.

La sociedad civil conjunta reivindicaciones de diferentes movimientos sociales que se oponen y resisten los procesos de globalización orientados por una hegemonía corporativa. Es decir, desde la base misma de la sociedad, se apoya la defensa de la ideología neoliberal y antiestatista, desde una falsa posición de izquierda que defiende a la sociedad civil y que conduce a procesos de despolitización y desmovilización de los grupos que pudieran expresar sus inconformidades y demandas contra el sistema neoliberal a través de movimientos sociales. A pesar de los procesos de globalización económica, si tiene que haber algún tipo de respuesta democrática a la ascendencia del neoliberalismo, entonces la transformación del Estado a través de los movimientos sociales queda como un camino válido ³⁹.

³⁹ MAY, Christopher. From international political economy to global political economy. The In-

Sin embargo, la sociedad civil en el modelo neoliberal queda reducida a un conjunto de meros procedimientos que limitan la concepción de las instituciones políticas y su compromiso con el desarrollo humano. Las instituciones políticas determinan el tipo de relaciones de la sociedad política y la dinámica de la sociedad civil, que pueden ser de incertidumbre. En los procesos de institucionalización, las estructuras de la acción política de los actores gubernamentales y de la sociedad civil se sustentan en normas y valores que tienen su impacto motivacional y en la cohesión de los grupos sociales. El desarrollo actual de la sociedad civil ha sido motivo de diversos análisis. Según Bruyn (1999), los conservadores la denominan el “sector voluntario”.

Funciones de la sociedad civil

El papel fundamental de la sociedad civil es constituirse en los agentes del cambio del cambio social mediante la promoción de la democracia y una mayor participación en los procesos de toma de decisiones públicas. El foco central de las organizaciones no gubernamentales y de la sociedad civil es restablecer el control democrático de las instituciones en las políticas públicas económicas, sociales y de bienestar, pero se pierde control social y rendición de cuentas cuando estos procesos están muy centralizados.

La sociedad civil se enfoca al entendimiento y a los diferentes modos consuetudinarios y a las prácticas de la naturaleza comunitaria de las culturas y prácticas diarias de los ciudadanos, sus valores y creencias, etc., fuera de las instituciones del Estado y en donde las instituciones y entidades que la forman desarrollan sus actividades y funciones.

La incorporación de las organizaciones de la sociedad civil (OSC) en los procesos de formulación e implementación de las políticas públicas se establece mediante relaciones que son gobernadas por el “respeto a la independencia y autonomía de las OSC, por el reconocimiento de su identidad especial y por la transparencia y la imparcialidad en los tratos” según Martínez Nogueira⁴⁰. La

International Political Economy Yearbook Series: an assessment. In: *Political Geography*, v. 16, n. 7, 1997, pp. 605-615.

⁴⁰ MARTINEZ NOGUERA, Roberto. *Op. cit.*

ausencia de una cultura institucional impide el logro de mejores resultados, incluyendo la autonomía. Las organizaciones de la sociedad civil proyectan y despliegan la capacidad de la acción del Estado. Como una fuerza, la sociedad civil puede hacer rendir cuentas a políticos y burócratas. No obstante Finot⁴¹ concluyó que “sólo excepcionalmente se consiguió la participación de los ciudadanos en la gestión pública, además de en las elecciones”.

Las actividades de la sociedad civil consolidan la democracia a partir de formas asociacionistas definidas por valores liberales. El fortalecimiento de la sociedad civil se logra a través de la participación ciudadana en los asuntos públicos y en el involucramiento ciudadano en los ámbitos de gestión pública local. De acuerdo a Martínez Nogueira⁴², la incorporación de la sociedad civil a las políticas públicas representa una forma para canalizar recursos sociales y capacidades porque se generan economías de escala, se reducen los costos de transacción y se establecen limitaciones a los comportamientos oportunistas. La formulación e implementación de las políticas públicas pueden aprovechar los recursos y capacidades de la sociedad civil a través de las organizaciones no gubernamentales.

La creación de espacios para la toma de decisiones mediante mecanismos de gobernabilidad que democráticamente informen del bienestar, de los principios de derechos humanos, del desarrollo sustentable y del desarrollo social es un rol importante de la sociedad civil. La sociedad civil tiene un papel preponderante para establecer y mantener la gobernabilidad a través de la asistencia a los gobiernos en la implementación de amplios objetivos sociales. Las políticas sociales no conseguirán sus objetivos sino se conceptualizan e implementan con una base fuerte de la sociedad civil. Las estrategias de reducción de la pobreza deben ser elaboradas por los propios gobiernos mediante la consulta a la sociedad civil y su involucramiento en la aplicación para garantizar los resultados.

Las transferencias de conocimientos y experiencias fortalecen a la sociedad civil y les otorga capacidad y autonomía para ejercer sus funciones en las nuevas formas de gobernabilidad. La autonomía de la sociedad civil se sustenta en las

⁴¹ FINOT, Ivan. Elementos para una reorientación de las políticas de descentralización y participación en América Latina. In: *Revista del CLAD Reforma y Democracia*. N. 15, October 1999.

⁴² MARTINEZ NOGUERA, Roberto. *Op. cit.*

redes sociales que con base en la confianza y reciprocidad, despliegan la esfera pública. Este compendio heterogéneo de componentes que actúan en la esfera de la sociedad civil, de acuerdo a Murillo Castaño⁴³, constituye un “modelo que valora la pluralidad y el respeto a las diferencias, culturales, étnicas y religiosas. Sin embargo, la ausencia de una cultura institucional impide el logro de mejores resultados, incluyendo la autonomía.

Sin embargo, las diferencias de la densidad de las organizaciones sociales también varían regionalmente ofreciendo diferentes niveles de oportunidades y posibilidades de organización, expresión y manifestación de los intereses de los individuos, por lo que se puede decir que tanto social como territorialmente, la sociedad civil es desigual. Existe una relación cercana entre el desarrollo de la sociedad civil, los movimientos sociales y el desarrollo democrático, para impulsar las formas democráticas en todos los ámbitos de la organización social. Nuevamente, el pensamiento de Habermas (1998) es claro:

“En el proceso de la globalización, la capacidad de cooperación de los egoístas racionales se encuentra rebasada. Las innovaciones institucionales no tienen lugar en sociedades – cuyas élites gubernamentales son capaces de tales iniciativas - si no encuentran antes la resonancia y el apoyo en las orientaciones valorativas reformadas de sus poblaciones. Por esta razón los primeros destinatarios de este proyecto no pueden ser los gobiernos, sino los movimientos sociales y las organizaciones no gubernamentales, es decir, los miembros activos de una sociedad civil que trasciende las fronteras nacionales. Sea como fuere, la idea nos lleva a pensar que la globalización de los mercados debe ser reglamentada por instancias políticas: las arduas relaciones entre la capacidad de cooperación de los regímenes políticos y la solidaridad civil universal (Weltbürgerliche Solidarität).

Una sociedad civil marginada no permite el acceso de los ciudadanos al mercado político ni al disfrute de los bienes públicos democráticos. Torres-Rivas⁴⁴, señala como riesgos negativos de las sociedades civiles, la debilidad de las asociaciones, la falta de autonomía y de defensa de los intereses y derechos del grupo y la legalidad de su existencia.

⁴³ MURILLO CASTAÑO. La organización de la sociedad civil: una alternativa respecto a los partidos políticos? In: *Biblioteca de Ideas*. Instituto Internacional de Gobernabilidad. <http://www.iigov/pnud/biblioteca/documentos/docu0013.htm>.

⁴⁴ TORRES-RIVAS. *Op. cit.*

La emergente sociedad civil en Latinoamérica

En América Latina, el Estado “remanente”⁴⁵ del modelo de Estado de Bienestar no consolidado fue incapaz de dar soluciones a las crecientes demandas de bienestar, por lo que se crea un vacío que empieza a ser cubierto por la emergente sociedad civil que empieza a jugar un importante papel.

El programa político de gobernabilidad democrática propuesto para los Estados latinoamericanos a finales de los noventa, se orienta a alcanzar la estabilidad de las instituciones políticas y sociales a través del fortalecimiento de las organizaciones intermedias entre el Estado y la sociedad civil, tales como los partidos políticos, con capacidad para eliminar las barreras existentes entre la sociedad civil y el Estado. Este programa de gobernabilidad busca la promoción de la política democrática orientada a la formación de una opinión pública mediante una regeneración de la vida ciudadana capaz de encausar los intereses y derechos de la sociedad civil que el mismo Estado reconoce.

Los elementos del Programa de Desarrollo de las Naciones Unidas para la promoción de la gobernabilidad y la democracia en Latinoamérica comprenden la consolidación de la gobernabilidad democrática más allá de las elecciones, el fortalecimiento de las instituciones de la gobernabilidad democrática, promoción del Estado de Derecho mediante la separación de poderes, el apoyo a la sociedad civil con atención particularizada a las organizaciones no gubernamentales, grupos de educación cívica, centro de estudio y desarrollo de políticas, medios de comunicación independientes y sindicatos (Santiso, 2002). El Banco Mundial trabaja con los países que piden su ayuda sobre la base de un proceso participativo para asegurarse de la buena voluntad de los poderes públicos y la colaboración de la sociedad civil. Al fin de este proceso un programa de acción es establecido y fue propuesto al país demandante.

Los factores estratégicos para promover el desarrollo de los pueblos latinoamericanos tienen que ver con la reforma institucional y con la promoción del papel activo que tiene que desempeñar las organizaciones sociales y la misma sociedad civil. Chile basó su poder en mantener la distancia social de la sociedad

⁴⁵ MARTINEZ NOGUERA, Roberto. *Op. cit.*

civil y reprimiendo a la oposición, mientras que en México, el Estado buscó perpetuar su hegemonía abarcando a la sociedad entera a través de redes complejas de patronazgo.

El régimen mexicano nació de una acción revolucionaria contra una dictadura aristocrática que puso atención a las demandas de los más necesitados y suavemente cooptó o reprimió a sus disidentes. Según Razcón⁴⁶, en México “la sociedad civil quedó en manos de las iglesias, las cuales son un ejército organizado y jerarquizado, cuya hegemonía política ha crecido, gracias al debilitamiento de los partidos progresistas y laicos y al cariz que ha tomado la sociedad civil en su dispersión intrínseca. Las ONG y fundaciones se quedaron con miles de cuadros y activistas agotados por la burocratización y el sectarismo de sus organizaciones, que fueron la base y el motor que construyeron los grandes movimientos sociales, sindicales y campesinos de finales del siglo xx.”

Análisis de los retos de la sociedad civil

En las organizaciones de la sociedad civil descansa un potencial de cambio económico, político y social. Las acciones y las formas operativas de una sociedad civil pueden abrir, profundizar y ampliar los procesos de cambio para la institucionalización de una cultura democrática sustentada en un código de principios democráticos. La participación de las asociaciones en la sociedad civil representa un potencial democrático que une los movimientos populares al sistema político, estabilizando y fortaleciendo sus instituciones. Así la participación política es un factor que facilita el desarrollo democrático de las sociedades. El desarrollo democrático de las sociedades impulsa la sociedad civil. A largo plazo, aunque no está exenta de riesgos, la sociedad civil tiene la tendencia a consolidar la democracia, más que a fundarla, aunque este es un planteamiento cuestionable. El impacto que tiene la sociedad civil para resolver los grandes problemas contemporáneos de una sociedad más democrática, todavía está por verse.

La globalización se perpetua en los contenidos de la información y la comunicación excluyendo a más individuos que quedan fuera de los beneficios de la

⁴⁶ RAZCÓN, Marco. *Op. cit.*

nueva cultura e identidad global. Este hecho destaca la importancia de fomentar lazos de solidaridad, desde el Estado o desde la propia sociedad civil. De acuerdo a Gramsci, la sociedad civil se constituye en relación con el Estado. Es decir, no es posible transformar una sociedad y el Estado sin una idea o proyecto global sobre la economía, el Estado, las leyes; y la sociedad civil requiere instrumentos propios para organizarse y organizar a todos los estratos de la sociedad”.

En una sociedad más desarrollada se fortalecen el Estado, el mercado y la sociedad civil, como instrumentos del desarrollo mismo. La autonomía de la sociedad civil frente al Estado y el mercado debe sostenerse a fin de que prevalezca una relación de interdependencia. La autonomía de la sociedad civil necesita fortalecerse para convertirse en un verdadero interlocutor de los agravios del Estado. Autonomía e interdependencia adquieren un carácter coexistente. El mayor reto que enfrenta la sociedad civil es el desarrollo de las facultades para administrar su propia regulación específica de derechos y obligaciones. Un instrumento de las organizaciones de la sociedad civil para la construcción de la cultura de rendición de cuentas es la inclusión de mecanismos de monitoreo y auditoría social.

El Estado de Derecho, el fortalecimiento de la sociedad civil y el desarrollo de la capacidad de gobernabilidad son requerimientos del Buen gobierno porque contribuyen a la ampliación y profundización del espacio público y al establecimiento de mecanismos de control social sobre los recursos públicos. Todavía más, se debe dar lugar a un Estado ampliado donde las instituciones de las esferas propias de la sociedad civil y del Estado confluyan en formas de gobernabilidad que propicien la colaboración. Todavía es un reto involucrar a las instituciones del Estado, el sector privado y la sociedad civil para la provisión de los bienes sociales.

Es necesario transformar el marco jurídico en que funcionan las jurisdicciones internacionales con el objeto de permitir a la sociedad civil (ciudadanos y sus asociaciones) actuar ante la justicia en las jurisdicciones nacionales como en el escalón internacional contra los Estados, las empresas o las organizaciones internacionales. La sociedad civil global debe asegurar la igualdad cívica universal caracterizada por el respeto a los derechos humanos como condición de desarrollo de la humanidad.

El aumento de la frecuencia de las crisis financieras requiere de serias reformas a la arquitectura del sistema financiero mundial en la que también participen las organizaciones de la sociedad civil de los países en desarrollo para diversificar la formulación de políticas. La formulación e implementación de políticas de participación equitativa deben promover procesos de negociación de los intereses de las diferentes asociaciones y agrupaciones mediante la construcción de nuevas formas de la sociedad civil, con el fin de que se fortalezcan como uno de los pilares del desarrollo social y humano.

La responsabilidad social corporativa debe fortalecerse y monitorear su cumplimiento. Las organizaciones de la sociedad civil tienden a reemplazar las funciones que tienen los partidos políticos como canales de expresión de inconformidades y descontento, dando lugar a los nuevos movimientos sociales que luchan por lograr poner en la agenda la nueva cuestión social. La reforma de los partidos políticos deben abrirse a los cambios que experimenta la sociedad civil al influjo de los procesos de globalización, abandonando esquemas corporativistas rígidos, con la posibilidad de ofrecer elecciones significativas.

La idea de que emergerán instituciones en el ámbito global que desarrollen las funciones de los partidos políticos, parece ser irreal, a pesar de la necesidad de que existan políticos que sirvan de intermediarios entre la ciudadanía global y los formuladores e implementadores de las políticas. El fortalecimiento de la ciudadanía como participación efectiva de los actores sociales en los asuntos públicos es esencial para enfrentar el deterioro de la cohesión social. En efecto, todas las sociedades de la región vienen experimentando, con mayor o menor intensidad, una pérdida de sentido de pertenencia de las personas a la sociedad, de identidad con propósitos colectivos y de desarrollo de lazos de solidaridad. Este hecho destaca la importancia de fomentar lazos de solidaridad, desde el Estado o desde la propia sociedad civil.

El nuevo acercamiento a la política social debe examinar las capacidades de los gobiernos locales, estatales y nacionales, las organizaciones de la sociedad civil para introducir formas participativas de administración social de los sistemas de políticas sociales. Lo que es necesario, es cambiar los términos de la política social a través del establecimiento de un pacto político-social para subordinar el interés individual al interés de la sociedad. Este pacto debe ser el resultado de acuerdos entre partidos políticos y organizaciones de la sociedad

civil de carácter asistencial social, a partir del desarrollo y la participación solidaria de la organización comunitaria de la sociedad civil.

El gobierno local requiere de una sociedad civil asentada en un territorio con un conjunto de valores y normas que sustentan la identidad con un sistema político que le proporciona el poder capaz suficiente para la transformación de procesos de generación de bienestar y riqueza. El gobierno local asegura la mediación entre el poder hegemónico del Estado y la sociedad civil, facilita los intercambios e integra las acciones entre los diferentes actores. El gobierno local debe movilizar a la sociedad civil como una nueva forma de interrelacionar al Estado con la sociedad promoviendo mediante procesos democráticos la descentralización de los servicios, con fundamento en el principio de cercanía que enuncia que las decisiones sean tomadas lo más cercano posible a la población involucrada.

De Bar em Bar: Notas etnográficas sobre os Bares da Periferia

*Álvaro Banducci Junior**

*Valdir Aragão do Nascimento***

O trabalho aqui exposto objetivou deslindar o universo lúdico das práticas de lazer elencadas pelos moradores dos bairros mencionados, notadamente às que conferem, segundo os interlocutores, maior satisfação. O trabalho buscou coligir e analisar as formas de lazer nos espaços tidos socialmente como masculinos: os bares. Os dados obtidos referem-se aos jogos; ao consumo de bebidas e às relações socioculturais estabelecidas pelos frequentadores quando entregues ao convívio na esfera lúdica que os bares oportunizam. A pesquisa foi realizada na cidade de Campo Grande/MS; notadamente os bairros Jardim Itamaracá, Campo Verde e Pacaembu.

Palavras-Chave: Antropologia, Lazer, Periferia

Introdução

O modelo de lazer largamente difundido pelas indústrias de diversão e entretenimento está centrado no consumo, ou seja, cria a ilusão de que o melhor estilo de vida é aquele praticado pelo galã da novela; pelo garoto do comercial de carros; pela mulher “estressada” que sai para fazer compras só para “espairecer”. O preconceito que essa noção de lazer enseja, tende a considerar o lazer como algo supérfluo, ou ainda um privilégio

* Doutor em Antropologia Social. UFMS. banducci@uol.com.br

** Bacharel em Ciências Sociais (UFMS). Mestrando em Antropologia – PPGAnt – UFGD. 33valdir@gmail.com

The work discussed here aimed to unravel the playful universe of leisure practices listed by the residents of the neighborhoods mentioned, especially those which give, according to the interlocutors, greater satisfaction. This study aimed to collect and analyze the forms of leisure spaces taken socially as masculine: the bars. The data refer to the games,

the drinking and sociocultural relations established by patrons when delivered to the living play on the ball that nurture bars. The survey was conducted in Campo Grande / MS, especially the neighborhoods Itamaracá Garden, Campo Verde and Pacaembu.

Keywords: Anthropology, Recreation, Periphery

das classes abastadas. Nesse sentido, Bruhns¹ assevera que tal maneira de pensar o lazer, aliena uma grande parte da população de seus direitos de cidadãos. Assim, o lazer deve ser entendido como uma forma de essencializar o ser humano, devendo ser considerado como um bem igualitário.

Diante de uma perspectiva de lazer reificada, estereotipada e mercantilizada, este trabalho objetivou desnudar o universo semântico de algumas práticas de lazer das classes populares. Segregadas às periferias e favelas, estas classes não dispõem de condições para usufruir dos entretenimentos que a propaganda e o marketing consideram e preconizam como ideais; daí a importância de se descobrir como estas pessoas se divertem ou, ainda, como “gastam” seu tempo livre.

Desse modo, o objetivo que orientou a pesquisa foi descobrir quais as preferências que norteiam a vida dos moradores da periferia quando procuram satisfação e entretenimento longe do cotidiano do trabalho e, ainda, revelar as particularidades das práticas lúdicas dos moradores e se estas lhes trazem o contentamento almejado. O que se pretendeu foi desnudar os aspectos relevantes e os sentidos atribuídos pelos moradores da periferia às suas práticas de lazer. Como esferas representativas do lazer na periferia, foram escolhidos os bares de três bairros da periferia da cidade de Campo Grande – MS, quais sejam: Jardim Itamaracá, Campo Verde e Pacaembu.

A metodologia adotada foi a de estudo de caso. Este instrumento de pesquisa caracteriza-se pelo uso de outro método clássico nas Ciências Sociais: a observação participante. No decorrer do trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os frequentadores dos bares dos bairros mencionados. Além de entrevistas,

¹ BRUHNS, Heloisa T., GUTIERRES, G. L. (Org.). *O corpo e o lúdico: cilco de debates lazer e motricidade*. Campinas: UNICAMP, 2000.

foram realizadas visitas periódicas aos bares no intuito de elencar os dados etnográficos necessários à análise da realidade sociocultural que se apresenta no cotidiano dos atores sociais inseridos no contexto de lazer. As entrevistas serviram como estratégia de “entrada em campo”.

Os dados obtidos através de questionários e entrevistas foram também analisados e interpretados (sabendo-se, de antemão, que são frágeis e eivados de possibilidades de erro) com o fito de responder às questões levantadas neste trabalho. Sabe-se, contudo, que questionários e entrevistas não se configuram como instrumentos indefectíveis de levantamento de dados de cunho científicos².

Buscando inspiração no arcabouço teórico-metodológico da Antropologia, este trabalho teve como referencial teórico a antropologia interpretativa de Clifford Geertz. O que se procurou foi entender o papel da cultura na vida humana; compreensão que Geertz acredita ser o dever da teoria³.

Lazer: aportes e conceitos

O fato de não haver um consenso geral sobre o que seja o lazer, indica que é forçoso reconhecer que desta forma o tema é crivado de julgamentos de valor e preferências⁴. Para Dumazedier⁵, o lazer é definido por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana. Dever-se-á, ainda, salientar que ele só é praticado e compreendido pelas pessoas que o praticam dentro de uma dialética da vida cotidiana, na qual todos os elementos se ligam entre si e reagem uns sobre os outros. Para ele, o lazer não tem qualquer significado em si mesmo.

Gaelzer⁶ acentua que o importante é ter consciência que o lazer não é uma situação na que se pode fazer o que se quer. É, também, o fenômeno que leva

² HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Pedrópolis: Vozes, 2010.

³ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 19.

⁴ PARKER, Stanley. *A sociologia do lazer*. Trad. Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁵ DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Ed. Perspeciva, 1976, pp. 31-31.

⁶ GAELZER, Lenea. *Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*. Porto Alegre: Luzzano, 1985, p. 26.

ao descanso sem tensão e a uma situação sem constrangimento. Na concepção dessa autora, o lazer se configura como uma oportunidade em que o indivíduo pode descansar sem tensão ou constrangimento, ou seja, em que o indivíduo pode usufruir o seu tempo de lazer sem se preocupar com questões de qualquer natureza; pressupondo total liberdade onde as necessidades de subsistência e existência não interferem, ou, em outras palavras, onde não haja influência externa do trabalho, da família, das normas e das pressões sociais. Desse modo, o lazer não implica em nada mais senão na habilidade que o ser humano tem de ser ele mesmo.

Corroborando a opinião de Gaelzer e – de certo modo – à de Dumazedier em relação ao caráter ontológico do lazer, Andrade⁷ afirma que o lazer considerado em si mesmo e em seus efeitos é um fenômeno integralmente dependente das estruturas psicológicas, das infraestruturas sociais, dos níveis mentais individuais e das próprias capacidades orgânicas de quem o exerce ou pretende exercê-lo. Por ser subjetiva, sua mensuração é sujeita às múltiplas possibilidades de erros de interpretação, pois cada pessoa é única e diferente de todas as demais.

O lazer, na concepção de Andrade⁸ ultrapassa qualquer esforço de mensuração ou enquadramento classificatório, não se circunscreve a tipos, formas ou modalidades. Nem se esgota nas explanações teóricas ou nos recursos dos instrumentos sociais formais e informais. É fenômeno aberto que, por natureza da própria liberdade de ser e de agir de cada indivíduo humano, depende de concepções particulares, de conveniências e necessidades, de circunstâncias e épocas. Conforme a diversidade de caráter e do temperamento das pessoas, as expressões do lazer aparecem como estáticas ou dinâmicas; definidas ou volúveis

Retomando Dumazedier⁹, o lazer de hoje não é nem egoísmo e nem tampouco egocentrismo. É, acima de tudo, uma forma nova de afirmação do sujeito social em face do trabalho e das instituições de base da sociedade, tais como: estilo de vida, sociabilidade e cotidiano. É a aspiração de viver um jogo maior dentro das engrenagens da vida. Assim, o tempo social do lazer de hoje exprime

⁷ ANDRADE, José Vicente de. *Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 77.

⁸ *Idem*.

⁹ DUMAZEDIER, Joffre. *A revolução cultural do tempo livre*. Trad. Octávio de Lima Camargo emarília Ansarch (colaboração). São Paulo: Nobel; Sec, 1994, p. 48.

uma conquista: a possibilidade de o homem usufruir o seu tempo de lazer independentemente da participação institucional que o funcionamento utilitário da sociedade impõe.

Desta concepção de tempo social como conquista e liberação, emerge um outro aspecto importante na problemática que o lazer enseja: o tempo livre. Este se configura como uma imposição do progresso tecnológico e uma conquista do homem no mundo do trabalho. O trabalho é, portanto, o antônimo de tempo livre. Mas não de lazer. Lazer e trabalho não estão em oposição, devem servir um ao outro e serem complementos da vida do homem¹⁰.

Parker¹¹ observa que o aumento das indústrias de lazer em massa, quase por definição, leva a uma ampliação do âmbito de bens e serviços de lazer que podem ser adquiridos por grandes quantidades de pessoas. Contudo, isto não significa que haja igualdade social no lazer.

Lazer e diferença de classes

A estratificação social é um ingrediente importante das sociedades modernas, e o lazer adotado pelas pessoas é influenciado por sua classe ou condição social. Na medida em que a ocupação determina a posição de classe, as desigualdades no lazer são relativas aos vários grupos ocupacionais. Porém, presentes na estratificação existem também elementos culturais e educacionais que, embora possam unir para propósitos de lazer indivíduos com as mesmas experiências culturais e educacionais, servem também para separar aqueles que não partilham dessas experiências¹².

O tempo fora-do-trabalho é, como observou Dumazedier¹³, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da revolução industrial. Nas sociedades pré-industriais o lazer não existe, o trabalho inscreve-se nos ciclos naturais das

¹⁰ GAELZER, Lenea. *Lazer, bênção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina, 1979, p. 43.

¹¹ PARKER, Stanley. *Op. cit.*

¹² *Idem.*

¹³ DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer.* São Paulo: Perspective, 1979, p. 26.

estações e dos dias: é intenso durante a boa estação, e esmaece durante a estação má. Seu ritmo é natural, ele é cortado por pausas, cantos, jogos, cerimônias. Em geral se confunde com a atividade do dia: da aurora ao pôr-do-sol. Entre trabalho e repouso o corte não é nítido.

Nos climas temperados, no decurso dos longos meses de inverno, o trabalho intenso desaparece para dar lugar a uma semi-atividade; durante a qual a luta pela vida é, muitas vezes, difícil. O frio mortífero e a fome frequente conjugam-se às epidemias. Esta inatividade é suportada, ela é amiúde associada a um cortejo de adversidades. Evidentemente, não apresenta as propriedades do lazer moderno

Ainda conforme Dumazedier¹⁴, estes ciclos naturais são marcados por uma sucessão de domingos e festas. O Domingo, tal como entendido aqui, refere-se ao dia dedicado ao culto, pertence ao culto. As festas muitas vezes são ocasião de um grande dispêndio de alimentos e de energia; constituem o inverso ou a negação da vida cotidiana. Os festejos são indissociáveis das cerimônias, dependem geralmente do culto, não do lazer.

O desenvolvimento das grandes indústrias acabou com este antigo ritmo de trabalho, determinado pelas estações do ano e interrompido pelos jogos e festas. Após longas horas de trabalho diário, só restava o repouso. Hoje, após as conquistas dos trabalhadores, o repouso foi substituído por um conjunto integrado das mais diversas atividades, não ligadas a necessidades e obrigações, como, por exemplo, os deveres familiares e sociais.

Como observou Andrade¹⁵, com a Revolução Industrial, nasceu uma nova civilização e cultura, que possibilitaram reflexões que levaram a humanidade ao reconhecimento dos direitos universais ao lazer e ao repouso. No entanto, nem todos os seus tipos e formas estão ao alcance de toda a humanidade, porque a nova ordem social, embora proclame direitos e os reconheça como extensivos a todos, não tem meios de fazer com que todos os homens e mulheres tenham acesso a condições de exercê-los igualmente, porque tanto indivíduos como culturas sempre se diferenciam.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ ANDRADE, José Vicente de. *Op. cit.*, p. 15.

Identidade e Lazer

Apesar das diferenças existentes entre indivíduos e culturas, o lazer praticado em qualquer esfera da relação humana, não pode ser considerado uma manifestação estanque de identidade local. No caso específico do lazer da periferia de campo grande, por exemplo, este não pode ser considerado como característica identitária dos moradores, visto que em outras periferias do país os mesmos códigos se repetem.

No prefácio à segunda edição do livro de José Guilherme Cantor Magnani, *Festa no Pedaco*, a antropóloga Ruth Cardoso¹⁶ – comentando as influências existentes no contexto do lazer da periferia, principalmente no tocante à questão do local e do universal - assevera que os trabalhadores vivem uma experiência urbana fundamental: “[...] a criação de identidades locais que passam pelo consumo de informações universais”. Ou seja, não existe uma forma de lazer regional, pura, como querem alguns, o que existe são manifestações culturais características de determinados grupos sociais que vivenciam as mesmas condições estruturais de existência.

Dessa maneira, as noções de pertencimento que a atmosfera dos bares ensaja “são fundamentais na construção dos sujeitos sociais, pois revelam universos simbólicos partilhados. As conversas entre homens são locais privilegiados para a produção de significados, no que se refere ao conteúdo e a dinâmica destas”¹⁷.

Os bairros e os bares

Os bairros visitados neste trabalho assemelham-se em muito a outros bairros existentes nas periferias da cidade de Campo Grande; ou seja: falta pavimentação, esgoto, posto policial, enfim, faltam, aos moradores que neles residem, condições mínimas de acesso aos bens e serviços públicos que lhes são de direito.

Para obter tais serviços, os moradores têm de procurá-los em outros bairros – dependendo do transporte público que, como é sabido, é lento e insuficiente.

¹⁶ CARDOSO, Ruth. Prefácio. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa ao pedaco: cultura popular elazer na cidade*. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1998, p. 16.

¹⁷ JARDIM, Denise Fagundes. *De bar em bar: identidade masculina e auto-segregação entre homens de classes populares*. 1991, 177 fls. Dissertação em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/UFRGS, P. 16.

Morar na periferia é, nas grandes e médias cidades brasileiras, o destino dos pobres, condenando-os a conviver com a ausência de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles. É o mesmo que se dá com os transportes. Caros e ruins. Ruins e demorados¹⁸.

Devido à falta de opções em relação ao lazer, uma parcela considerável da população masculina – a feminina também, ainda que em contingente menor – se concentra, principalmente à noite, nos bares; denominados por alguns como constituintes de uma “realidade própria dos bairros pobres da cidade”¹⁹. Essa concentração de pessoas nos bares se deve à necessidade de, segundo alguns entrevistados, “espairecer”. O depoimento de Marcus [28 anos, casado] ilustra bem isso:

É o seguinte, meu, eu venho pro bar porque depois de dá um trampo eu vô pra casa, né? Mas lá em casa num tem nada pra fazê. Eu num vô ficá assistindo novela, né? Às vezes eu assisto o jornal, mas é tudo a mesma coisa, só fala do mesmo assunto; é uma mentirada só. Então eu venho pra cá, aí eu encontro um chegado ou um amigo e a gente começa a conversá, jogá sinuca, tomá cerveja, né? E por aí vai. Você acaba esquecendo os pobrema do serviço, das conta, é isso aí²⁰.

Alguns aspectos relacionados à amizade são percebidos no depoimento de Marcus, por exemplo: o “chegado” não é um amigo no sentido estrito do termo. Como observou Magnani²¹: “[...] diz-se que alguém é ‘chegado’ a fulano quando é apenas conhecido e os seus vínculos com ele são superficiais”.

Desse modo, o “chegado” é um indivíduo com quem não se tem afinidade; uma pessoa que se conheceu numa festa por intermédio de um amigo. O chegado não é convidado, como são os amigos, para ir ao bar; ele é encontrado por acaso e cumprimentado, via de regra, com aperto de mão (ou um aceno) e a seguinte frase: “E aí, chegado, beleza?”.

¹⁸ SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, p. 47.

¹⁹ VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si*. Uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim do Século, 1995, p. 181.

²⁰ As entrevistas [obtidas junto aos interlocutores dos bares onde foi realizada a pesquisa] são transcritas em itálico para se diferenciar das citações [com mais de três linhas] retiradas de trabalhos de autores que corroboram ou explicitam as observações feitas ao longo do texto.

²¹ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Op. cit.*, p. 115.

A questão do toque de mão, do cumprimento, é importante para se analisar o grau de relação entre os indivíduos no interior da atmosfera dos bares. O caráter de rito desta prática cultural entre os jovens fica patente quando, por algum motivo, ela não é seguida à risca, ou seja, quando alguém desconsidera, na presença de “chegados”, o tradicional “e aí, chegado, beleza?” e passa por uma pessoa conhecida sem cumprimentá-la, o poder de coerção do grupo se faz presente e se manifesta na indignação fria de um ou outro membro do grupo: “por que você não cumprimentou o cara, meu?!”. Esta indagação é geralmente seguida de um pedido de desculpas e alegação de displicência e, quase sempre, pronta correção do “erro”.

Outro aspecto importante, ligado ao cumprimento aos “chegados”, é a diferença entre o aceno e o aperto de mão. O aceno e o cumprimento tradicional *e aí chegado* são manifestações de respeito e camaradagem, enquanto que o aperto de mão e o cumprimento tradicional *e aí chegado* significam a possibilidade de estreitamento dos laços e podem “transformar” um “chegado” em amigo.

Lazer e mercado

No que concerne ao lazer, cada vez mais, as pessoas são convencidas através dos meios de comunicação (ainda que, talvez, não intencionalmente) de que o melhor lazer é aquele onde se pode viajar para lugares paradisíacos e se hospedar em hotéis suntuosos; onde se pode nadar em piscinas gigantescas; onde se possa ir à praia a qualquer hora, dentre outras modalidades preconizadas e aceitas como ideais.

No mundo contemporâneo, as questões de lazer podem receber alta valorização em âmbito financeiro, tornando-se uma das indústrias mais rentáveis e prósperas, onde se paga muito para “entrar no jogo” e usufruir determinadas atividades, como viagens, hotéis e, até mesmo, acesso aos elementos culturais em geral²².

²² SCHWARTZ, Gisele Maria. Homo expressivus: as dimensões estética e lúdica e as interfaces do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini (org.). *Temas sobre o lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 88.

O “bar de família” e o “bar liberado”

Outra faceta interessante do comportamento dos indivíduos no bar é a que concerne ao respeito pelo estabelecimento comercial – que reflete o respeito pelo lugar e pelo dono do estabelecimento. Esse respeito se manifesta na interdição de palavrões, palavras ou gestos obscenos no interior dos bares. Aqui, o próprio espaço determina o comportamento. Roberto Da Matta, quando problematiza a questão do espaço da casa, da rua e do outro mundo; dá a seguinte explicação sobre a influência do espaço no comportamento das pessoas:

[...] estou me referindo a espaços, a esferas de significação social – casa, rua e outro mundo – que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. É que eles contêm visões de mundo ou éticas que são particulares. Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa e desusa [...] de acordo com suas estratégias diante da “realidade”, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias. Sustento, então, que, embora existam muitos brasileiros que falem uma mesma coisa em todos os espaços sociais, o normal – o esperado e o legitimado – é que *casa, rua e outro mundo* demarquem fortemente mudanças de atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade. O comportamento esperado não é uma conduta única nos três espaços, mas um comportamento diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação²³. **[grifo do autor]**

Nos bares da periferia, o espaço adquire significação devido à classificação que os indivíduos imputam a eles. Nos bares existentes no Jardim Itamaracá, no Campo Verde e no Pacaembu, durante a pesquisa de campo, percebeu-se que os frequentadores os classificam como “bar de família” e “bar liberado”.

Os bares reputados como “de família”, são comumente os que funcionam também como mercearia, mercadinho, açougue ou padaria; dupla funcionalidade que, quase sempre, vem expressa na fachada do estabelecimento: “Bar e Mercearia do Zito”; “Bar e Açougue do Alemão”; e assim por diante.

O aspecto familiar de que se reveste o bar tido de “família”, funciona também como um mecanismo de proteção ao comércio. Ou seja: os bares consi-

²³ DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, pp. 51-52.

derados como “de família” são freqüentados por todas as pessoas do bairro: as mulheres, os homens, as crianças (a mando de seus pais), as senhoras com alguma idade. Então, é compreensível que se queira manter uma aura de respeito em relação ao bar, para que não se perca a clientela.

Em geral, as pessoas – os homens, principalmente – vão a esses bares para comprar alguma coisa que esteja faltando em casa, ou quando chegam do trabalho à tarde e querem “tomar uma pra jantar”. Dificilmente estes bares reúnem muita gente, exceto no final de semana; mas ainda assim, o contingente não chega a ser expressivo.

A padaria, que também funciona como bar, embora, às vezes, isto não esteja especificado na fachada, é outro lugar bastante freqüentado e está inserida no universo denominado “de família”. Tanto a padaria como outros estabelecimentos, como constatou Magnani: “[...] permanecem abertos aos sábados e até mesmo aos domingos, pois é no fim de semana que as pessoas podem fazer suas compras”²⁴.

A uniformidade parece favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local que distingue essa população das camadas mais abastadas. Para estas, as distâncias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone, e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade. A casa ou o apartamento, isolados e auto-suficientes, limitam um espaço social que não é completado pela vizinhança. Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade²⁵.

Essa mobilidade das classes abastadas, que inibe as práticas de sociabilidade no espaço doméstico e na vizinhança, também foi detectada por Forjaz²⁶ quando da realização de uma pesquisa sobre o lazer das elites na cidade de São Paulo:

Aquelas formas de entretenimento produzidas no espaço doméstico e familiar envolvendo a afetividade e a sociabilidade (tais como visitas, reuniões, ou simplesmente bater papo, conversar, conviver) aparecem com freqüência bem menor e não constituem o padrão dominante de lazer entre as elites [...].

²⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Op. cit.*

²⁵ DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 174.

²⁶ FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: Ampocs; Vértice, v. 3, fev. 1988, p. 103.

Ainda no tocante aos bares, estes são como já citados, de vários tipos, ou seja, desempenham múltiplas funções, tais como: bar e mercearia; bar e açougue; bar e lanchonete; bar e mercadinho; bar e mini-conveniência; além da divisão engendrada pelo imaginário das pessoas como o “bar de família” e o “bar liberado”.

O “bar de família” é considerado como um espaço de respeito, de livre circulação e acesso a todas as pessoas do bairro, visto que neste é vedado aos frequentadores um comportamento desregrado e descompromissado com as normas morais aceitas e praticadas entre os moradores.

O “bar liberado” é o espaço das manifestações de opinião, indignação e comportamento de uma forma menos comedida e vigiada. Aqui é permitido (ou pelo menos tolerado sem sanções) o uso de palavrões, gestos obscenos e outras modalidades de expressão pouco usuais no universo moral destas pessoas.

Geralmente, a dupla função inerente aos bares da periferia está ausente no “bar liberado”. Este, quase sempre, consiste em algumas mesas de sinuca (duas ou três) dispersas ao longo do bar e algumas mesas esparramadas na frente. Aqui, não se vende condimentos; só bebidas e cigarros. Por não serem frequentados por todos os moradores da periferia, estes bares são considerados espaços marginais.

Alguns moradores nutrem certo preconceito contra as pessoas que frequentam bares. Para estas pessoas, o bar é um lugar de gente “que não presta”, de gente “sem qualidade”. Maurício [36 anos, casado] quando indagado acerca de sua antipatia pelos bares deu a seguinte resposta:

Ah, no bar acontece muita briga, né? A gente vê na televisão. Só vai gente que num presta lá. Eu num gosto do bar por causa disso. Às vezes eu vou lá comprá cigarro ou cerveja, mas saio logo. Fica um monte de bêbado jogando sinuca e bebendo o dia inteiro, como é que pode, né? Parece que eles num têm família.

Esta característica “marginal” conferida aos bares por pessoas como Maurício, tem sua origem (senão de todo pelo menos em parte) no sensacionalismo de alguns noticiários da capital, que via de regra apresentam os bares da periferia como lugares perigosos; onde se corre risco de morte a todo instante. Mostrando

só o lado negativo dos bares, a imprensa contribui com a manutenção do preconceito que atinge, não somente os bares enquanto espaço, mas as pessoas que os frequentam. Transformam um lugar destinado à sociabilidade e à distração em um lugar onde, aparentemente, só se manifesta a violência, o vício e a degradação.

Um aspecto importante da sociabilidade entre os frequentadores do bar é a questão da solidariedade; mesmo estando desempregado o indivíduo não deixa de frequentar o bar – embora que, nessa condição, vá com menos assiduidade. Ele é sempre convidado pelos amigos e quando alude à falta de dinheiro, logo é tranqüilizado com frases do tipo: “pô, meu, nós estamos chamando, né? Então, não esquenta, tá!”.

Porém, essa solidariedade é reservada aos amigos, ou seja, àqueles que participam das redes de relacionamento tecidas na vivência do cotidiano; ou como observou Magnani²⁷: “Não basta, contudo, morar perto ou frequentar com certa assiduidade estes lugares [...] é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência”.

Nessa conjuntura, as trocas – revestidas de caráter ritual – existentes no interior dos bares, configuram-se como alicerce moral da sociedade. Isso ocorre porque tais trocas demarcam as fronteiras estruturais de aliados e parentes, remoçando e retroalimentando um sistema complexo de valores. Assim, o fluxo de produtos como cigarros e bebidas, transcende tanto o princípio da reciprocidade quanto o do cálculo individual²⁸.

A importância das relações sociais, representadas no âmbito dessa solidariedade entre amigos, fica clara quando se observa o comportamento desses indivíduos face a outro que não é do grupo; é o caso do “chupim”²⁹. Geralmente, o

²⁷ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Op. cit.*, p. 115.

²⁸ GILMORE, David. Commodity, comity, Community: male exchange in rural Andalusia. In: *Ethnology*, 30(1), 1991, p. 28, Apud VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Op. cit.*, pp. 186-187.

²⁹ O “chupim” é um pássaro que, segundo a crença popular, bota seus ovos nos ninhos de outros pássaros para que estes possam criá-los. Desse modo, configura-se como um explorador. Por esta razão, o indivíduo que se aproveita da boa vontade alheia é considerado um “chupim”. Chopim (*Molothrus bonariensis*) ave da família dos icteridae. Para maiores informações sobre os hábitos e costumes dessa ave; consulte: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/fauna/aves/chopim_%28molothrus_bonariensis%29.html

“chupim” é um tipo extrovertido e brincalhão. Chega ao bar de mansinho, fazendo brincadeiras e piadas; cumprimenta todo mundo: “E aí, chegado?”, ou “e aí, véio, beleza?”. Apesar de sociável (ainda que de uma sociabilidade hipócrita), o “chupim” é um aproveitador. Circula de mesa em mesa; conversa com um e com outro e bebe. O problema do “chupim” é que ele nunca paga nada, está sempre “duro”, “quebrado” ou “desprevenido”; fato considerado por alguns como “conversa fiada”, “cascata”.

Esse comportamento do “chupim” não passa despercebido e, frequentemente, é alvo de comentários e reprovações; quando não, ainda que raramente, de acusações diretas. Numa comunidade onde a relação dar/receber³⁰ é pautada por padrões inscritos no universo cultural das pessoas, o “chupim” é quase sempre tolerado, nunca respeitado.

O significado da bebida no interior dos bares

A relação que os freqüentadores do bar têm com a bebida vai além do mero prazer em consumi-la por suas propriedades “anestésiantes”. A bebida também serve para medir a atual situação financeira dos freqüentadores do bar e conferir *status*; além de, algumas vezes, tornar-se veículo de discórdia entre “chegados” e, conquanto isso seja raro, entre amigos.

Como bem observado por Souza³¹ o álcool constitui-se um dos componentes da construção da noção de “homem de verdade”. É – de acordo com esse autor – “através da compra, partilha e consumo da bebida alcoólica que um homem se faz mais homem perante os outros homens”. Contudo, o consumo exagerado – até a embriaguês total e conseqüente descontrole – de bebida alcoólica não é

³⁰ Para maiores informações sobre a relação dar/receber e a categoria de reciprocidade na literatura sociológica, vide MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: formação e razão das trocas nas sociedades arcaicas. p. 183-294. In. *Antropologia e Sociologia*. Cosacnaify. 2003 536 pp. Tradução: Paulo Neves. Disponível em: http://www.4shared.com/document/Na1GKXuu/Sociologia_e_Antropologia_-_Ma.html

³¹ SOUZA, Rolf Ribeiro de. *A confraria da esquina: o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando – etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio*. Rio de Janeiro: Bruxedo, 2003, p. 45.

visto com bons olhos pelo grupo; pois pode macular a imagem de homem – que é duramente construída e que está em constante avaliação.

Cabe, aqui, a análise de Mirandé³², acerca do homem latino e da construção da masculinidade enquanto categoria: “[...] os homens latinos não constituem, quiçá, uma massa homogênea, monolítica e indivisível como quer fazer crer o paradigma tradicional”. Sugere-se, então, que não existe um modo de ser masculino, mas uma variedade de modalidades e masculinidades que não são somente diversas, mas frequentemente contraditórias. Ou seja, a construção da masculinidade não se dá somente no interior dos bares; mas em vários outros contextos sociais e culturais onde os homens se relacionam.

Outra faceta interessante diz respeito à atual situação financeira de um ou outro frequentador do bar, situação que é medida pela “marca” da cerveja que se está tomando; se a está tomando acompanhada de um aperitivo e, algumas vezes, pela quantidade de bebida consumida. Por exemplo: se um frequentador do bar costuma beber – diariamente ou todas as vezes que vai ao bar – duas ou três garrafas (ou latinhas) de cerveja Skol – a preferida entre a maioria dos consumidores de cerveja nos bares; por acreditarem ser esta cerveja a “melhor” –, mudar este costume e começar a tomar Cintra ou Kaiser (que, segundo alguns entrevistados, “dá uma tremenda dor de cabeça”) despertará comentários do tipo: “Você viu fulano? Parece que ele tá ‘quebrando’. O cara só tomava Skol, agora tá tomando cerveja mais barata; a coisa deve tá ficando feia pra ele”. Para Durhan³³, estas características culturais se dão por causa da:

[...] uniformização do consumo criada pelo nível salarial, a existência de problemas comuns nas áreas de habitação, saúde, escolarização e acesso ao mercado de trabalho que promove, nessa população, *o desenvolvimento de tipos de sociabilidade, modos de consumo e lazer; padrões de avaliação do mercado de trabalho e formas de percepção da sociedade que lhes são próprias* [grifo meu]

³² MIRANDÉ, Alfredo. Los hombres latinos e la masculinidad: um panorama general. In: *La Ventana*, n.8, 1998, p. 23. (Capítulo tomado del libro *Hombres y machos. Masculinity and latino culture*, de Alfredo Mirandé. Westview Press, Boulder, 1997, pp. 9-28). Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/laventan/Ventana8/ventana8-1-1.pdf>

³³ DURHAN, Eunice Ribeiro. *Op. cit.*, p. 170.

Os comentários de que “fulano” está “quebrando” são feitos, geralmente, por pessoas que não mantêm estreitos laços de amizade com ele. Os amigos só fazem estes comentários de brincadeira; ou seja: quando chegam ao bar e se encontram com um outro e o vêem tomando uma cerveja que não a de costume, cochicham entre si (sempre na presença do outro, para que este saiba que é uma brincadeira) e comentam em voz suficientemente audível: “Olha só a cerveja que o ‘menino’ tá tomando, a coisa num deve tá boa pra ele”. Esta brincadeira geralmente enseja alguns “insultos” e palavrões; cuja intensidade de suas manifestações é medida de acordo com o tipo de bar onde se está: o “bar de família” ou o “bar liberado”.

No que concerne às manifestações de indignação, insultos e palavrões, que as brincadeiras ensejam e encerram, destaca-se a explicação de Radcliffe-Brown³⁴, onde este afirma que:

A relação de brincadeira é uma combinação singular entre cordialidade e antagonismo. O comportamento é um comportamento que, em qualquer outro contexto social, expressaria e provocaria certas hostilidades, mas este comportamento não é suposto ser levado a sério e, na realidade, não é levado a sério. Existe uma pretensa hostilidade e uma verdadeira cordialidade; por outras palavras, a relação é uma relação de desrespeito consentido.

“Truco, ladrão!”: os jogos e suas particularidades

O jogo é outra das características importantes no âmbito dos bares. Aqui, os jogos preferidos são o baralho e a sinuca. O truco é a modalidade mais praticada pelos frequentadores e a que, via de regra, provoca mais algazarra: gritos, pancadas na mesa e gargalhadas; além ensejar uma gama de gestos – previamente combinados entre os parceiros. Esses gestos transmitem sinais que servem de instrumental estratégico para um resultado positivo aos “contendores” que os utilizam nessa querela lúdica.

³⁴ RADCLIFFE BROWN, A. R. *Estrutura e função nas sociedades primitivas*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p. 134.

Assim, tal instrumental constitui-se uma espécie de jogo de sinais – que os jogadores de baralho fazem uso, principalmente na modalidade do truco – dentro de outro jogo oriundo das práticas e desdobramentos de um jogo maior; mais nem por isso, de menor importância. O sistema de sinais elaborado para um determinado jogo não é perene, ou seja, não segue inalterado nos jogos subsequentes. Um gesto, ou alguns gestos, como por exemplo: um modo peculiar de cruzar as pernas; piscar os olhos ou cofiar o bigode podem ficar “manjados” e, com isso, denunciar ou levantar suspeitas acerca do significado subjacente que ocultam; ou seja: no jogo existe alguma coisa “em jogo” que confere um sentido à ação³⁵.

Por conta disso, os jogadores estão sempre elaborando novos sinais ou trocando o significado dos já existentes. Essa troca pode se dar da seguinte maneira: quando cruzar a perna direita sobre a esquerda significa dizer “o meu jogo tá ruim”; cruzar a perna esquerda sobre a direita pode significar o contrário. Todavia, quando esses gestos ficam “manjados”, trocam-se seus significados e eles podem passar a representar a posse de uma ou mais cartas que, necessariamente, não indiquem vantagem ou desvantagem; servindo apenas para troca de informações entre os parceiros do jogo de truco.

Outra modalidade de diversão praticada nos bares é o jogo de sinuca. Este jogo pode ter como participantes dois ou quatro jogadores. Há, ainda, uma terceira opção que é o “birro”, onde se joga com até cinco pessoas. Quando se joga com um adversário, a escolha das bolas em relação aos números é feita através do “par ou ímpar”. Aqui, respeita-se a regra do jogo que é chamada de “saída” ou de “estouro”; que consiste em colocar as bolas de sinuca na mesa (14 bolas, dependendo do tipo de jogo o 8 (oito) fica fora) em forma de triângulo numa das extremidades da mesa e, com o “bolão”, dar a tacada inicial. Se cair na caçapa uma bola de número par, o jogador que “saiu” terá de continuar o jogo “matando” apenas as bolas de números pares; por conseguinte, seu adversário terá de “matar” as bolas de números ímpares. Quem conseguir derrubar na caçapa as 7 (sete) bolas que lhe correspondem no jogo, passa para o 8 (oito); derrubada esta, ganha-se a partida.

O birro é uma modalidade mais “séria” do jogo de sinuca. Enquanto nas outras modalidades – parceiro contra parceiro ou dupla contra dupla – a partida

³⁵ HUIZINGA, Joham. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva; Edusp, 1993.

é jogada só pelo valor da “ficha”, ou só pela diversão de jogar – neste caso os jogadores não disputam nada e dividem as despesas; no birro só se joga a dinheiro ou, ainda, valendo cerveja. A quantidade de cervejas (medida por garrafas, nunca por latinhas: uma, duas, três ou mais) é acordada pelos contendores no início de cada partida.

O jogo do “birro” é simples: se 3 (três) pessoas forem jogar é necessário utilizar 15 tampinhas de garrafa, 5 (cinco) para cada jogador. As tampinhas – de cerveja, refrigerante, qualquer uma serve – são recolhidas e numeradas de 1 (um) a 15 (quinze). Depois, os jogadores as recolhem se conhecimento prévio do número das bolas que lhes cabem “matar” no desenrolar do jogo. Após saber quais devem ser derrubadas para se ganhar o jogo, a partida começa.

À primeira vista, o ritual de “saída” não parece ser nada mais que uma maneira de se iniciar o jogo. Entretanto, esta prática possui algumas peculiaridades que dão testemunho a respeito das normas de sociabilidade existentes entre os jogadores. O ato de “saída” não é um ato voluntário. Ele depende da “autorização” do adversário com quem se joga. Normalmente, essa autorização é dada informalmente com um simples “pode sair”, ou “você pode começar”, e, também, com um pedido por parte de um dos jogadores: “posso sair?”.

A inobservância dessas “normas” por parte de algum jogador pode gerar desentendimentos no decorrer da partida. O jogador que transgredir a regra pode, durante o jogo, sofrer sanções por parte de seu adversário devido à sua negligência. Tais sanções, no entanto, limitam-se ao âmbito do jogo e não têm, geralmente, maiores consequências. As sanções aparecem ao longo da partida através da inobservância de uma vantagem que o jogador “transgressor” possa vir a ter. Contudo, depois de aplicado o “castigo”, elas perdem seu poder e caem no esquecimento, sem complicações sérias nem ressentimentos profundos.

O “castigo” mencionado é aplicado nas seguintes circunstâncias: às vezes, durante um jogo, o jogador “transgressor” reclama quando quaisquer dos seus “direitos” não são atendidos, mas logo é informado do porquê da sanção com frases do tipo: “você começou o jogo saindo sem pedir nada, meu, e agora vai reclamar do quê?!”, argumento que tem ressonância na assistência que parece, às vezes, desatenta; mas que na verdade é observadora arguta e, por conta disso, juíza implacável desses pequenos litígios.

Assim, tem-se que o jogo funciona como um gerador e mantenedor de algumas formas particulares de sociabilidades e convivências existentes no interior do espaço denominado de bar, sendo dentro desse espaço que o jogo se processa e que suas regras têm validade Huizinga³⁶.

O trabalho revisitado no lazer

Nos séculos XVIII e XIX, em toda a Europa os trabalhadores consideravam o *beber* como um aspecto inextrincável e até obrigatório do trabalho. A bebida foi reprimida no trabalho pelas exigências dos novos sistemas de produção. Por conta disso, historicamente falando, o bar tornou-se o palco da sociabilidade masculina³⁷.

A divisão existente entre lazer e trabalho, expressa nos depoimentos de alguns entrevistados, não é tão rígida quanto eles querem, inconscientemente, fazer crer. Apesar de fazerem questão de enfatizar a liberdade que o tempo de folga pode lhes proporcionar em relação ao trabalho, deste não se separam de todo.

Robert Kurz³⁸ vai mais além e assevera que o tempo do lazer não consiste em tempo liberado e que, na realidade, este tempo não está à livre disposição; pois caso isso fosse verdade, também deveria ocorrer com respeito à atividade produtiva. Para ele, não se trata de ócio no seu sentido antigo, mas de tempo funcional para o consumo permanente de mercadorias.

O “ócio no sentido antigo”, a que se refere Kurz, pode ser interpretado da seguinte maneira: nas sociedades antigas, quando o indivíduo não se ocupava das tarefas que possibilitavam a manutenção de sua existência (caça, pesca etc.), ele ficava na ociosidade. Essa ociosidade não exercia influência na realidade social que circundava o indivíduo. Para Kurz, nas sociedades industriais, o tempo do lazer se constitui como um tempo “liberado” pelo capitalismo para que o indivíduo possa consumir mercadorias “abstratas”, tais como: cinema, música,

³⁶ *Idem*, p. 23.

³⁷ VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Op. cit.*, pp.184-185.

³⁸ KURZ, Robert. A ditadura do tempo abstrato. In: *Lazer numa sociedade globalizada: leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000, p. 42.

entre outras. Assim, segundo Kurz³⁹, o homem que vive sob o regime capitalista é um trabalhador, não apenas quando ganha dinheiro, mas também quando gasta. Desse modo, a diversão é o prolongamento do trabalho. Ela é procurada pelos que querem esquecer os processos de trabalho a que estão submetidos para que estejam de novo em condições de enfrentá-lo⁴⁰.

No interior dos bares, entre amigos, os homens se sentem mais à vontade para falar abertamente a respeito de suas ocupações: a organização ou desorganização da empresa onde trabalham; um encarregado insuportável; um colega dedo-duro; enfim: trocam impressões; experiências; opiniões, construindo, com os fragmentos destes elementos, suas concepções a respeito da realidade.

Considerações finais

O que se buscou nesse trabalho, foi compreender como as pessoas que moram na periferia entendem suas práticas de entretenimento e diversão; como se dá a interação das pessoas no exercício dessas práticas e o grau de satisfação alcançado no desenrolar dos eventos. Essa satisfação é encontrada no convívio com os amigos, na reunião em torno da mesa do bar para tomar cerveja, jogar sinuca ou baralho ou, ainda, só para conversar. É encontrada, também, nas partidas de futebol disputadas nos finais de semana, enfim, nas ocasiões em que pessoas amigas se juntam para se divertir.

O bar é o lugar de refúgio dos homens na periferia. Aqui, reforçam-se os laços de amizade, sociabilidade e convivência. No bar, entre uma cerveja e outra, é possível esquecer a vida cotidiana e tudo o que ela representa: trabalho; família; obrigações e deveres. No entanto, para algumas pessoas, estas práticas não configuram lazer. Entendem-nas apenas como formas de distração. Para elas, como já observado neste trabalho, o lazer é aquele onde se pode viajar para lugares paradisíacos e se hospedar em hotéis suntuosos, onde se pode nadar em piscinas gigantescas, onde se possa ir à praia a qualquer hora, enfim, interiorizam a ideologia emanada das indústrias do lazer em detrimento das formas de lazer que possuem.

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 33.

A conclusão a que se chega neste trabalho a respeito do lazer na periferia, é que este é influenciado pela propaganda e pelas indústrias de lazer. Ainda que esta influência não inviabilize e nem invalide a satisfação que as pessoas obtêm nas práticas a que se entregam para se divertir.

Feira livre Central em Campo Grande: Lugar de consumo material e cultural na cidade que se transformou em capital

Lenita Maria Rodrigues Calado*

A ideia de cidade como um *cronotopo* é esclarecedora, pois cidade não é apenas espaço e também não se realiza no tempo único e linear, ela realiza tempos diferentes em espaços diversos. Nessa visão o evento de tornar-se capital do Estado de Mato Grosso do Sul fez com que Campo Grande vislumbrasse o futuro filtrado por seus anseios de cidade moderna, aparada no modelo de São Paulo e realizando transformações que aproximasse seus projetos reais do imaginário de seus habitantes. A criação do Estado aconteceu em outubro de 1977 e trouxe, além de mudanças políticas e econômicas, novos anseios de “progresso e prosperidade”. A Feira Livre Central representou nesse processo o consumo material e cultural dos habitantes da cidade.

Palavras-chave: Campo Grande, feira, cultura

Campo Grande, cidade média do centro-oeste brasileiro, expressa processos de desenvolvimento, decorridos no século XX, que buscam homogeneidade impulsionada pela globalização, deste modo as cidades entram em disputas veladas pelo mercado consumidor. Nessa concorrência, as cidades estão amparadas em diferenças e semelhanças que podem ser úteis para que sejam visitadas, sejam “consumidas” das mais diversas formas. Mas para que Campo Grande pensasse um futuro, “progressivamente”, foi preciso que seus habitantes integrassem um

* Mestra em História pela da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista CAPES, professora Universidade Anhanguera/ UNIDERP. Lenita.calado@aedu.com

The idea of the city as a chronotropic is enlightening, because the city is not only space and does not take place only in time and linear, it carries out different times in different spaces. In this view, the event from becoming the state capital of Mato Grosso do Sul caused, in Campo Grande, one idea glimpsing the future filtered by their expectations of modern city, trimmed in the model of São Paulo and making changes approached the projects in the imagi-

nary city. The creation of the state occurred in October 1977 and brought, as well as political and economic changes, new expectations of “progress and prosperity.” The Central Free Fair represented in this process the material and cultural consumption of the inhabitants of the city.

Keywords: Campo Grande, fair, culture

imaginário com suas vivências, trazendo assim experiências que determinam as imagens que se queria para a capital de Mato Grosso do Sul.

Antes, porém, é preciso ter um pouco mais de recuo no tempo.

A história de Campo Grande iniciou-se em 1872 com a primeira viagem do mineiro José Antônio Pereira à região de Mato Grosso. “No ano seguinte parte a comitiva dos Pereira em regresso a Monte Alegre, para buscar o restante da família e outros interessados”¹. Dois anos mais tarde, em 1875, José Antônio Pereira voltou à região instalando-se, juntamente com familiares e amigos, na porção de terra localizada na confluência dos atuais córregos Prosa e Segredo, organizando, a partir de então, o que passaria a ser conhecido como “Arraial de Santo Antônio de Campo Grande”.

Na virada do século XIX para o XX, mais precisamente pela Resolução nº 225, de 26 de agosto de 1899, foi criada a Vila de Campo Grande, definitivamente enquadrada, em 1902, na categoria de município regido por uma administração pública própria, encabeçada por “Francisco Mestre nomeado seu primeiro Intendente”². Desse momento em diante, efetivou-se todo um processo normativo, que seguiu o modelo de transformações ocorridas nos centros urbanos mundiais, materializado na elaboração do Código de Posturas de 1905, promulgado pela Câmara Municipal, e nos projetos de planificação urbana, a exemplo do apresentado em 1909, pelo engenheiro Nilo Javari Barém, aprovado pela Câmara do município em 18 de junho daquele ano.

¹ GARDIN, Cleonice. *Campo Grande: Entre o Sagrado e o Profano*. São Paulo: USP, dissertação de mestrado em Geografia, 1999, p.51.

² COSTA, Celso. “Evolução Urbana”. In: *Álbum Campo Grande, 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999, p. 73.

“Em 1911, ano em que foi elevado à categoria de sede de comarca, o município contava então com 50 casas e com a presença da guarnição militar”³. Nesse mesmo período, chegaram a Campo Grande os trabalhadores encarregados da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, registrando-se a primeira viagem oficial do trem, vindo de Porto Esperança, estação próxima de Corumbá, no ano de 1914. No mesmo ano, com o lançamento do Álbum Ghráfico de Mato Grosso⁴, dizia-se haver 500 casas e cerca de 5.000 habitantes. Espantoso crescimento da região, explicado pelos “avanços” da modernidade que ganhavam espaço nos mais longínquos recantos do oeste brasileiro.

Com a chegada da ferrovia a economia local ganharia novo impulso, com a inserção de novos agentes sociais proporcionando e estabelecendo novas imagens e novas sensações com relação ao tempo e às distâncias⁵. As relações entre as pessoas que viviam na cidade e como elas enxergavam as transformações que estavam ocorrendo formavam novos paradigmas, como afirma Antônio Firmino de Oliveira Neto:

A inauguração da ferrovia instaurou, inexoravelmente, na região, uma nova relação social, ditada, dessa vez, pelo capital monopolista de São Paulo, ao mesmo tempo em que estabeleceu, no imaginário dos habitantes do lugar, novos paradigmas em relação ao tempo e às distâncias.⁶

Distâncias estas que eram representadas pela proximidade de cidades paulistas, principalmente São Paulo, representante máxima de desenvolvimento urbano, sendo assim, a palavra “perto” significava uma representação espacial que designava proximidade com o “civilizado” e os signos da civilização, assim, vapor, telégrafos e trens traziam para “perto” a “civilização” permitindo o fluxo ininterrupto de mercadorias, pessoas e informações. A ferrovia serve como fator de transformação dos ideais citadinos, afastando o “sertão” e aproximando o “mundo civilizado”, assim nos diz Gilmar Arruda:

A construção da divisão “cidades” e “sertões”, que se estava consolidando no início do século, produzia reações por parte de habitantes da cidade de Campo

³ *Idem.*

⁴ AYALA, S. Cardoso, SIMON, F. (Org.). *Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso*. Hamburgo/Corumbá, 1914, p.410.

⁵ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru/ SP: EDUSC, 2000.

⁶ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *A Rua e a Cidade: Campo Grande e a 14 de julho*. Campo Grande/ MS: Editora UFMS, 2005, p.99.

Grande, exatamente um lugar que se encontrava no meio dos dois termos, nem era cidade, como São Paulo, nem era totalmente “sertão”.⁷

Politicamente, o que podemos chamar de processo de modernização tem seu início no Estado moderno, e a sua ligação com a cultura da sociedade é fator que reforça as transformações, como explica Roger Chartier:

(...) a construção do Estado moderno tem conseqüências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indelévels.⁸

O que Chartier chama de *percepções do devir social possível* aconteceu no imaginário da população campo-grandense com a chegada dos trilhos, ou seja, a modernização ampliava o campo de percepção do devir social possível, as oportunidades podiam mudar a construção do futuro, como se possível fosse visualizar o próprio futuro.

Sendo assim, a difusão do ideal de “progresso” instalava-se como ideais de novos modos de vida, mais promissores, ligando um “sertão” esquecido ao resto do mundo moderno. Esse imaginário moderno com tal força instalou-se, que permanece atuante nos desejos dos habitantes da cidade. Facilmente localizado entre as notícias, no comércio, nas conversas e nas promessas dos políticos. Ainda é muito importante para os moradores de Campo Grande, identificar-se como “cidadãos modernos”, que vivem num lugar de “progresso”, ligados com o mundo da “cidade grande”, comumente, representado por São Paulo.

Segundo Gilmar Arruda⁹, a introjeção desses valores “modernos” às classes subalternas estava em franco desenvolvimento nos grandes centros, assim as atitudes das classes dominantes visavam vencer a “barbárie” dos “sertões” e de seus moradores e estabelecer um vínculo permanente com tais centros.

Não é somente com a construção da ferrovia que esse imaginário chega a Campo Grande, mas a partir dela pôde ser visualizado com clareza. As cidades

⁷ ARRUDA, Gilmar. *Op. cit.*, p.192.

⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo: Bertrand Brasil, 1990, p.225.

⁹ ARRUDA, Gilmar. *Op. cit.*

faziam um movimento no mesmo sentido, no caminho do mundo “moderno” e “modernizado”.

Para a construção da ferrovia chegaram, por volta de 1908, os primeiros imigrantes japoneses, que egressos das lavouras de café de São Paulo, incorporaram-se à economia e à sociedade campo-grandense. Após o término dos trabalhos com a ferrovia e aproveitando o conhecimento adquirido em seu país de origem, esses imigrantes voltaram-se para a produção de hortaliças, formando assim, o “cinturão verde” nos arredores de Campo Grande. Alguns desses imigrantes formaram as colônias agrícolas como a de Terenos. Campo Grande teve um crescimento de 4000% na população do seu município entre 1909 e 1940, o que facilitou a formação de outros municípios como foi o caso de Terenos e Rio Brilhante¹⁰.

Com a criação, em 1977, do Estado de Mato Grosso do Sul e a sua transformação em capital, fato que trouxe como conseqüência um novo fluxo migratório, Campo Grande conheceu forte impulso de desenvolvimento e modernização, materializado em grandes obras produtoras de uma nova configuração de seu espaço urbano. Além disso, a atenção e o interesse que o Estado recém-criado despertou, em todas as regiões do país, fez com que, “em sete anos de existência como capital, Campo Grande visse sua população praticamente triplicar”¹¹.

Na década de 1970, as feiras também se multiplicaram, a cidade contava com 1.185 barracas em doze feiras livres, incluindo a Feira Livre Central. Ainda assim, a capital do novo Estado, produzia somente vinte por cento de hortifrutigranjeiros que consumia¹².

A Feira Livre Central de Campo Grande passou por nova mudança de localização e na própria estrutura organizacional, ocupando parte da antiga estação ferroviária, em 2004, local construído e administrado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. Mudança que acarretou, por parte dos órgãos institucionais e pela sociedade em geral, diferentes processos no tratamento da memória social, no uso do patrimônio arquitetônico da Estação Ferroviária e do patrimônio cultural da Feira.

¹⁰ OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. *Op. cit.*

¹¹ REVISTA MS CULTURA. Campo Grande: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Ano II; nº 6, Julho/Agosto/Setembro de 1986, p. 23. Acervo Arquivo Público do Município.

¹² GRIFO, nº 04, Campo Grande: Editora Matogrossense, 1979.

André Puccinelli, reeleito pelo voto direto, em seu segundo mandato na prefeitura de Campo Grande (2000 – 2004), realizou os projetos de reorganização do espaço da antiga estação ferroviária visando à utilização deste espaço para a construção de uma feira fixa, assim como a criação de um local para eventos, que foi denominado de Armazém Cultural. Com relação à mudança da Feira, o então Prefeito disse:

Isto nos deixou contentes, pelo acerto da equipe técnica da prefeitura, que vislumbrou a possibilidade de preservação da memória cultural da nossa feirona, adaptando-a a modernidade dos tempos atuais, o que resultou em melhorias da sustentabilidade dos feirantes¹³.

O patrimônio é um fator de valorização das identidades, o espaço e o tempo e a compressão entre estes dois de que fala Stuart Hall¹⁴, transformam o impacto da globalização e são as coordenadas básicas de todos os sistemas de representação.

Alguns fatores fazem parte da formação do que pode ser considerado patrimônio ou não, a caracterização de algo como patrimônio perpassa por leis e por outros interesses da coletividade. O memorável é uma parte dos discursos dos agentes envolvidos nestas considerações sobre o patrimônio. O patrimônio envolve o que foi chamado por Maurice Halbwachs¹⁵ de memória coletiva, mas também na mesma linha, dialoga com o imaginário da população da cidade.

Os patrimônios urbanos foram encarados como itens importantes para a adaptação das cidades em cidades-mercadoria. Fernanda Sánchez analisa que a globalização corre em duas vertentes, uma que busca a homogeneização e outra que busca a singularidade, a concorrência entre as cidades também acompanham esse processo. As cidades são premiadas por serem melhores que as outras e também recebem mais verbas por preservarem seus bens patrimoniais – inclusive pelo atrativo turístico que causam com esses bens. Ainda há o intuito de mercadoria quando a cidade é dividida territorialmente para a venda, em lotes, ou

¹³ BUAINAIN, Maura S. C. Neder. *Campo Grande: memória em palavras; a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006, p. 439.

¹⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

seja, na produção de seus espaços. “A produção do espaço-mercadoria envolve também a produção de representações que o acompanham”¹⁶.

A alteridade consta nos discursos, em um momento existe a valorização do aspecto estético e elitizado da Feira nova, em outro momento há a percepção da perda de alguns monumentos ou patrimônios que faziam parte da cidade, o discurso fica entre o novo que pode ser agradável e o antigo que não se pode perder. E as questões são formuladas para os governantes, vistos como guardadores e responsáveis pelo patrimônio. O discurso ficou entre o “patrimônio pertence a todos”, mas as ações devem ficar a cargo dos detentores de cargos públicos. O patrimônio não é encampado, e fica, por vezes, alienado.

Pensando na Feira como um patrimônio citado pelos entrevistados e pelas matérias de jornais, vejo que as ações de *marketing* urbano podem explicar a apropriação realizada no campo ideológico de cidade-mercadoria. O planejamento ressaltado pelos governantes tem a proposta de transformação da cidade em objeto vendável.

A articulação global econômica une as estratégias que são desenvolvidas para a homogeneização e a valorização do heterogêneo, não apenas na questão financeira, mas também como “amálgama” da sociedade, no desejo de pertencimento e de acomodação das inquietudes do indivíduo. O patrimônio – “aquele que se conserva” – mostra que há história do lugar, e “aquilo que se transforma” demonstra que a cidade faz parte do mundo. O desejo de ter história e de participar do mundo globalizado constrói a dialética na práxis do ator social.

Fazendo uma digressão sobre agentes constituintes dos patrimônios, no caso da Feira, há um Decreto nº 9.685 de 18 de julho de 2006 que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural do município de Campo Grande. O primeiro bem registrado no Livro dos Saberes é o Sobá, prato de origem da Província de Okinawa, servido na Feira pelos imigrantes japoneses. A partir deste decreto, a Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande realiza o festival do Sobá, um evento de enaltecimento do patrimônio imaterial da cidade.

¹⁶ SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003, p.48.

Entre essas comemorações, o que notei de mais interessante foi a comemoração de aniversário da Feira que é realizada em dezembro, comemoram-se sempre mais de oitenta anos de uma Feira que foi construída em 2004. A continuidade é colocada nas datas marcadas. E ao mesmo tempo em que ouvi a totalidade de meus entrevistados me falarem que a antiga Feira *acabou*, restam dela resquícios na nova Feira porque a municipalidade não quer enterrar seus “mortos”.

A Feira abriga um patrimônio instituído em lei municipal, apesar de que o Sobá é servido há tantos anos que se confunde com a própria existência da Feira, mesmo assim, só foi registrado depois da mudança da Feira. Fato este que reforça a formação e o tratamento diferenciado que os governantes reservam para a história, ou seja, valor em bens patrimoniais e memoriais.

Observando o Decreto é importante acrescentar sobre os aspectos “culturais” colocados em leis. O patrimônio, em geral, permite leituras de senso comum e de conceitos formados na academia. Agregar o termo “cultural” merece muitas reflexões com relação aos termos que formam – o que muitas pessoas adoram discutir – o “patrimônio cultural” de uma sociedade.

Os discursos tendem a englobar o que se pode definir como cultura, como se referiu Clifford Geertz:

O conceito de cultural ao qual adiro [...] denota um padrão, transmitido historicamente, de significados corporizados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as atitudes perante a vida¹⁷.

O conceito elaborado por Geertz é amplamente usado, mas se faz necessária uma reflexão; Geertz trata primeiramente da história, nos termos *padrão* e *historicamente* faz referência ao tempo, ainda reforçando essa idéia com o verbete: *herdadas*.

É profundo o alcance dos termos utilizados por Geertz, ele consegue somar *formas simbólicas* com a realidade das *atitudes perante a vida*. Sendo assim, o que a pesquisa discute é a perpetuação, a comunicação e o desenvolvimento do conhecimento, advindos de padrões transmitidos historicamente, expressos nas

¹⁷ GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque: Basic Books Inc., 1973, p. 89.

relações elaboradas no espaço-tempo da cidade, tendo como meio simbólico a Feira. Geertz incorpora o social no tempo, o cultural no espaço. Cultura como o elo entre o subjetivo e o real.

O termo “cultural”, de certa forma, está vulgarizado, desvinculado de qualquer profundidade, usado a “mão cheia”, qualquer forma de expressão é dita como “cultural”. Sempre num sentido polarizado, o que é antigo é cultura, ou o que é expressão é cultura, alienado do processo, do que Geertz salienta como *transmitido historicamente*.

Por muito tempo o conceito de cultura identificou-se com o de civilização. A cultura era o que representava a participação no mundo estruturado em valores de “progresso”, avanço tecnológico e de artes. Os Institutos Históricos e Geográficos surgiram com a necessidade de preservação da documentação para a criação da história do Brasil, responsáveis pela guarda dos papéis memoráveis. Assim como, os Institutos de Artes e de Patrimônios salvaguardam a chamada “alta” cultura. Depois o conceito de cultura passou a englobar o “folclórico”, o popular e o pitoresco. E a tensão existe quando o assunto é aprofundado:

Por conseguinte, a cultura apresenta-se como o campo de uma luta multiforme entre o rígido e o flexível. Ela é o sintoma exagerado, canceroso de uma sociedade dividida entre a tecnocratização do progresso econômico e a folclorização das expressões cívicas. Manifesta uma disfunção interna: o fato de que a apropriação do poder produtivo pelos organismos privilegiados tem como corolário uma desapropriação e uma regressão políticas do país, isto é, o desaparecimento do poder democrático de determinar a organização e a representação do trabalho que uma sociedade faz sobre si mesma¹⁸.

Certeau escreveu sobre uma ação cultural representada por uma *trajetória* aos lugares praticados, aos espaços construídos e assim transformados em espaços culturais. Talvez, o pensamento dos representantes do Estado seja de que se o patrimônio não existisse, devesse ser inventado. Existe outra ideia, porém, o patrimônio inventado se relaciona com o tempo, quando necessário ele pode ser reinventado, mudando suas vestes e cumprindo sua missão.

Em entrevistas, para a pesquisa sobre a Feira Livre Central, algumas feirantes revelaram a relação entre a cidade e o patrimônio; elaborando sua fala sobre

¹⁸CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Trad.: Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1995, p.235.

uma visão de trabalhadora e, ao mesmo tempo, de observadora dos acontecimentos como habitante da cidade Maria do Socorro disse:

Teve uma política pra tirar a gente de lá... porque o prefeito quis tirar a gente de lá...em 2002 quiseram tirar e não consegui. A japonesa queria vir, são os da comida, mas de verdura e fruta ainda não chegamos igual o que era lá (falando de rendimento das barracas) ainda está a metade do que era lá.¹⁹

Maria do Socorro tem duas barracas de frutas, ela falou que gosta muito da Feira e que acha que continua sendo uma “feira”. Mas na parte da entrevista citada acima deixou “escapar” que sabia do movimento político e das estratégias para mudar a Feira de lugar. Esse modo de convencimento usado pela prefeitura, para realizar seus projetos, não é aceito inconscientemente. Ou seja, a valorização de patrimônio existente ou a “patrimonização” é sentida pelos agentes cidadãos, e as táticas do poder também são vistas. O convencimento acontece na individualidade e na coletividade: “O que me faz aquilo que sou é minha essência, que é a espécie à qual pertença.”²⁰ A humanidade e o pertencimento colaboram com a aceitação. O patrimônio pode suplantar a história quando preenche a necessidade de convencer.

O sentimento acalantado pela “patrimonização” é de consolo, o tempo leva consigo muitas emoções, e é preciso segurar, para não se perder. O patrimônio concede segurança na relação com a humanidade, mesmo que não tenha contato com esse patrimônio, sabê-lo dá conforto.

Maria Iaeko, a “Batatinha”, expressou sua agitação de vendedora e ao mesmo tempo suas preocupações em sobreviver. Sobre a Feira que se realizava nas ruas começou dizendo: “A outra feira era muito boa demais, pena que não existe mais, nunca mais vai voltar... Lá era bom, lá era sensacional.”²¹ A ênfase dada ao tempo transcorrido, ao que já passou implica na relação de tempo. O tempo associado ao trabalho como agregador de valor. O que Maria diz não ter mais, que ficou no passado, apesar de recente já transmite valor para que ela crie uma comparação com o parâmetro do que tem no momento presente.

¹⁹ ENTREVISTA Maria do Socorro de Oliveira. Feirante, 57 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 20 min. (aprox.), son. CD.

²⁰ EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. Trad.: Sandra Castelo Branco. São Paulo: UNESP, 2005, p.84.

²¹ ENTREVISTA Maria Iaeko, [Batatinha]. Feirante. 65 anos. (meio digital) Produção: Lenita Maria Rodrigues Calado. Campo Grande: PPGH/UFGD, 2008. 10 min. (aprox.), son. CD.

A relação com os outros habitantes e que são seus clientes, ela também faz com relação à existência de um momento anterior, quando a Feira ainda estava nas ruas, e não no espaço regulamentado da prefeitura: “Aqui, ninguém gosta daqui não. Todo mundo fala que lá era melhor.”²² Perguntada sobre se a Feira constitui um patrimônio da cidade, ela respondeu:

É, é um patrimônio da cidade. Eu preferia que a outra fosse considerada patrimônio porque a outra era boa demais. Lá entrava dinheiro, aqui não entra. Aqui nós tamo quebrado. Acabar não vai, senão pra onde que eu vou, quer me matar? (risos) A gente paga caro pra ficar aqui, tem que continuar.²³

A preocupação da Maria é com seu meio de vida, seu sustento como feirante e a continuidade que esse trabalho pode ter. O que move a feirante é o capital que ela consegue no seu trabalho, mas ao mesmo tempo ela tenta ligar esse capital ao fato de trabalhar em uma Feira que seja reconhecida como patrimônio do município. Sua memória lhe dá a saudade como o sentimento ligado ao passado “glorioso” e também lhe traz revolta na falta de opção que existe no fato de que a Feira já foi transformada.

Num certo momento a conversa ficou tensa, porque a entrevistada se referia à Associação da Feira Central Turística, dizendo que a Associação não resolve os problemas que os feirantes possam ter. Principalmente que a Associação, ligada à Prefeitura, não melhora as condições de trabalho, e conseqüentemente o rendimento dos vendedores. Maria se calou. Perguntou novamente porque eu estava fazendo aquelas perguntas. Depois de nova explicação, ela voltou a trabalhar. Respondeu mais algumas questões, mas seu semblante mostrava apreensão. Eu terminei a entrevista, pedi sua autorização e me despedi. Depois de duas semanas voltamos a conversar, e ela restabeleceu a confiança na pesquisadora.

As entrevistas, como um conjunto, demonstram períodos da vida da entrevistada: ela passou sua juventude sob as rédeas da ditadura militar no Brasil, toda a sua vida de trabalhadora foi na Feira, no presente ela segue as normas do mercado consumidor, para sua sobrevivência no lugar que sempre ocupou. Maria, como todos os feirantes, paga um condomínio para continuar na Feira, participa dos eventos culturais que a Associação faz, e tem medo da falência, ou de que a Prefeitura ou a Associação retire seu “ganha-pão”.

²² *Idem.*

²³ *Idem.*

No limite, o patrimônio acumula cultura, pertencimento, cotidiano e ao mesmo tempo toca na essência, no elo de humanidade. Não se faz necessário dizer por que o termo seja tão bem quisto nos projetos governamentais e nas rodas de memorialistas, tão valorizado pelos chamados “formadores de opinião”, o patrimônio dá-nos certeza de termos história, de não sermos soltos no mundo de efemérides, de não nos questionarmos de nossa “missão” neste mundo. Para tanto o patrimônio é procurado, construído, inventado, levantado, falado e divulgado.

Seus habitantes, em meio às transformações, reafirmaram desejos de “progresso”, como se a história fosse sempre um passado de possível “construção”, e o futuro uma “invenção”. Campo Grande se enxergava, por meio de seus governantes e de seus habitantes, detentora do poder de realizar o que até então estava em sonhos de participação no “mundo moderno”, posto que realizasse vários planos estruturais para colocar em realidade o imaginário campo-grandense. Como exemplo desse processo, atualmente, tem-se publicações interessantes, em datas memoráveis, como no aniversário de 112 anos da emancipação política e administrativa, comemorado em 26 de agosto de 2011. Nessa ocasião a Folha do Povo, em versão eletrônica e impressa, estampou a manchete: “Campo Grande 112 anos. O maior presente é relembrar as conquistas do passado e celebrar as vitórias do futuro. Parabéns Cidade Morena.”²⁴

Observa-se assim, os anseios de transformar a cidade para que o futuro previsto seja realizado, e também como a história fica definida como fator de legitimação do passado favorável a que se propõe. Nessa corrente, os espaços da cidade são transformados para a funcionalidade e muitas vezes são apropriados pelos habitantes como meio de vida e de construção da própria cidade. Num processo de duas vias, os moradores territorializam seus espaços para transformar a cidade em *locus* de sua sobrevivência e de seu desfrute; e a cidade aceita os limites criados em suas políticas de abrandamento de conflitos, ou os adapta ao que pode ser consumido por todos como espaço público.

O ano de 1977 foi muito agitado em Campo Grande, não apenas pela criação do Estado, mas também por causa das mudanças na infraestrutura por que

²⁴ FOLHA DO POVO, 2011, In: http://www.folhadopovo.com.br/index.php?option=com_blog_calendar&year=2011&month=08&day=26&modid=229&Itemid=511

a cidade passou. O engenheiro Jaime Lerner, que em Curitiba realizou grandes mudanças quando foi prefeito, trabalhou em conjunto com algumas prefeituras; em Campo Grande, ele teve contato com o Prefeito Marcelo Miranda e propôs que a “Rua 14 de Julho se transformasse em “calçadão”, o que já havia acontecido em grandes centros do país”.²⁵ A ideia não se desenvolveu e, atualmente, a cidade não possui um “calçadão”, em suas vias centrais.

Também em 1977, a Igreja Matriz de Santo Antônio, de duas torres, foi condenada; logo em seguida foi demolida, não houve discussão sobre a possibilidade de restauração ou de reconstrução. A modernização empregada pela arquitetura levou à destruição de outros monumentos da cidade. Sobre o assunto, José Newton Coelho Meneses afirmou:

No decorrer do século XIX e de quase todo o século XX até, pelo menos, os anos 1960, o ímpeto renovador que primava pela destruição de construções antigas e pela modernização dos centros urbanos foi uma tônica muito forte nos preceitos arquitetônicos e urbanísticos. Além disso, a despeito do papel da industrialização e da Revolução Industrial, que acontece em cronologia complexa nos vários países, nessa busca transformadora do espaço urbano e da natureza, outros fatores importantes, como o Romantismo, vão permitir uma reflexão até então não vista acerca do *monumento histórico* ²⁶.

Nos anos de 1990 iniciou-se o processo de globalização e de valorização econômica do turismo, nesse sentido, um fator importante para a análise histórica é a construção do passado, que diretamente leva a uma reflexão sobre o patrimônio da cidade. A construção do passado é a forma dada aos dados de origem da cidade, divulgando-se eventos que dão forma valorativa à história do núcleo urbano.

Formulando uma linha imaginária entre como surgem as feiras livres no mundo e o sentido de pertencimento que a feira pode traduzir no cotidiano de cada morador da cidade atual pode-se enxergar uma ligação atemporal. O comércio, na Antiguidade, se realizava nas ruas, ou nos templos, ambientes que abrigavam religião e troca. Na Idade Média, as ruas eram transformadas em feiras,

²⁵ DIÁRIO DA SERRA, 02/07/1977, p. 01. Acervo Fundação Barbosa Rodrigues.

²⁶ MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.33-34.

quando surgiu o termo “feira”, vindo do latim “*feria*”, que significa a própria ligação com os dias santos ou religiosos²⁷.

“Se na Idade Média, a cultura do camponês, vinda com os produtos vendidos na praça, misturava-se à cultura urbana que ele, na volta, carregava consigo, isso era um processo lento de impregnação mútua, da cidade pelo campo e do campo pela cidade”²⁸. A realidade vai formando os imaginários nessa junção, a cidade é o espaço onde fato e imaginação se fundem. A realidade mostra como as relações dos habitantes nos espaços da cidade são dinâmicas e produtoras de um novo entendimento entre o rural e o urbano, faces da mesma moeda.

Na Idade Moderna, a feira se consolidou sendo um espaço aberto de comércio, conseqüentemente, de rua. No mesmo período, surgiram os mercados fechados e outras formas de comércio. O comércio alterou as relações entre os consumidores e produtores e a relação do espaço de comércio com ambos.

Com esses registros culturais, nota-se a pluralidade na formação dos habitantes da cidade de Campo Grande. Muitas práticas culturais estão inseridas no contato com os imigrantes, ou mesmo no contato frontereiro que é trazido para a cidade.

Interessante notar que, a cidade que se propôs, a todo tempo, “moderna”, não possui uma verticalização notável. As pessoas preferem morar em casas, principalmente, casas com varandas e espaço de terra para jardinagem. Costume esse, que cria a hipótese de que o espaço aberto, que remete ao campo, seja importante para essa população. Mesmo os apartamentos comercializados, para a classe média, são grandes e devem possuir uma área de lazer com churrasqueira, assim como, ter vagas na garagem que caibam camionetas.

Os primeiros edifícios construídos em Campo Grande eram comerciais. Os prédios residenciais foram construídos, paulatinamente, com a imigração, principalmente dos paulistas que vieram trabalhar em empresas que estabeleceram filiais na cidade.

²⁷ Conforme site acessado em 30/12/2009: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>

²⁸ GASTAL, Susana. *Alegorias Urbanas: O passado como subterfúgio*. Campinas, SP: Papi-rus, 2006, p. 95.

Os conjuntos habitacionais eram de pequenas casas, formando alguns bairros que levam em sua denominação o prefixo Coopha, proveniente de Cooperativa Habitacional, assim tem-se: Coophasul, Coophafé, Coophamate, Coophavila e Coopharádio.

No final da década de 1980, a Caixa Econômica Federal financiou alguns conjuntos de apartamentos, mas não eram espigões, eram prédios que não ultrapassaram o número de quatro andares por bloco.

Somente depois da virada do século XXI é que Campo Grande apresentou um salto no crescimento vertical da cidade. Com muitas empreiteiras do ramo da construção investindo nesse tipo de moradia, e por conta da necessidade de segurança, parte da população, que possui condições financeiras, opta por tal habitação. A relação com o campo ficou estremecida no cotidiano das novas gerações que se acostumaram com esses novos modos de habitar, e eles vivem na cidade imaginada por seus antecessores.

Relevante também as representações ligadas ao Pantanal que surgem decorrentes dos usos da cidade pelo turismo. Pode-se ver um conjunto de obras de arte de tamanhos gigantescos pelas ruas da cidade, com figuras de tuiuiús (ave pernalta típica do Pantanal), araras, onças pintadas e peixes, há uma aproximação com o chamado ecoturismo, tão difundido no final do século XX.

Em alguns lugares, como na Casa do Artesão, o visitante tem a impressão que a população da cidade é formada majoritariamente por indígenas, por conta das esculturas e *souvenirs* feitos em cerâmica e fibras vegetais. Em outros momentos nota-se o predomínio das tradições rurais, nas festas com músicas fronteiriças (chamamé, polcas) e sertanejas, nos churrascos com mandioca, nas rodas de tereré (bebida gelada feita com erva mate), nos encontros de Laço e Rodeios, geralmente frequentados por jovens denominados de “agroboys”. Nos anos de 1980, esse aparecimento da ruralidade nos meios citadinos foi chamado de “bovinocultura”, esta incrementada pela economia de Mato Grosso do Sul que era sustentada pela agropecuária.

Campo Grande é a representação da crise que se estabeleceu na cidade moderna. Henri Lefebvre argumenta que as relações não são estabelecidas por vontade dos que detém o poder, mas que são forjadas do cotidiano, da práxis, da vida social. O habitante de Campo Grande requer seu direito à cidade,

[...] e o *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.²⁹

Talvez, a Feira encarne um momento de realização prático-sensível, e continue sendo um lugar de encontro, mesmo que dela tenham sido retiradas características camponesas. A simplicidade e a nostalgia continuam sendo uma busca da subjetivação do direito à cidade. Seja a Feira comércio de produtos alimentícios ou espaço cultural, sua pluralidade é o que fornece *padrões*, maneiras de viver a vida urbana. Os habitantes administram as crises da cidade, formulando novos usos, nova produção, e novas relações que se estabelecem no cotidiano, ou seja, criam com a nova cidade a nova vida na cidade.

Propositalmente, nesse texto, há uma mistura de ideias e conceitos que estão sempre interligados pelo trabalho de pesquisa em História Urbana: lugares de sociabilidade, tratamento de patrimônios, consumo e produção culturais, as relações entre os indivíduos, as relações de pertencimento, e o processo de tempo e espaço na história da cidade, sendo assim, se pode afirmar que a cidade é tudo aquilo que a transforma ao longo do tempo, ou seja, um *cronotopo*.

A Feira e a cidade de Campo Grande são formadas pela diversidade, pelo trabalho diário, pelas necessidades de sobrevivência e de integração humana, pela busca de um passado “enaltecedor” e de um futuro “brilhante”. Enfim, a Feira alimenta Campo Grande, de maneira material ou sentimental.

²⁹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p. 117-118.

O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)

Eunice Ajala Rocha*

Este trabalho é o resultado do arrolamento de farta documentação existente na Câmara Municipal de Corumbá, datados dos anos de 1884-1888. A autora analisa as atividades da Sociedade Abolicionista da Vila de Santa Cruz de Corumbá, revelando como a sociedade local lidou com as transformações operadas no processo lento e gradual de substituição da mão de obra escrava pela livre.

Palavras-chave: Corumbá; escravos; abolição.

This work is the result of extensive documentation of enrollment in existing Municipal Board of Corumbá, dating from the years 1884-1888. The author analyzes the activities of the Abolition Society of the town of Santa Cruz de Corumbá, revealing how the local society coped with the transformations in proceso slow and gradual replacement of slave labor for free.

Keywords: Corumbá; slaves; abolition

Introdução

O desinteresse e a pouca atenção dispensados aos documentos, que nos transmitem um pouco do nosso passado histórico, constituem-se num motivo de preocupação por parte daqueles que, consciente do seu papel, e dentro da sua realidade, sentem-se responsáveis pela formação de uma mentalidade que conduza à pesquisa. A ausência dessa mentalidade e a falta de incentivos à preparação do material humano necessários à execução dessa tarefa são

* Professora Mestre de Prática de Ensino de História da UFMS – Campus do Pantanal, aposentada. Artigo publicado na revista Dimensão do Centro Pedagógico de Corumbá – Universidade Estadual de Mato Grosso, Ano V/VII, n. 5/7, 1975/1977. É aqui reproduzido devido ao pioneirismo em relação ao tema da escravidão em Corumbá, resultado de pesquisa criteriosa com documentos inéditos.

os principais empecilhos que vêm contribuindo para o desaparecimento do nosso acervo cultural.

Em termos de valor, a preservação de documentos assume sentidos diversos para diferentes pessoas.

O homem comum, alheio às mudanças que se operam à sua volta, nem sempre possui a sensibilidade para compreender o seu significado. Não percebe que os registros dos livros e papéis processados diariamente nas repartições públicas, nas empresas privadas, nas associações de classes, nos cartórios, nas escolas e nas universidades, com o passar do tempo convertem-se em subsídios indispensáveis à coleta de dados e à pesquisa, devendo por isso ser preservados a todo custo.

Na realidade, o seu valor obedece a uma gradação de acordo com a época. Hoje, pode parecer muito mais importante se analisados em relação às pessoas. Amanhã, a sua importância poderá ter maior amplitude, pois se ligando a um todo, estará inserido dentro de um processo histórico.

As fontes mais antigas, ao lado das informações que contém, proporcionam um campo de estudos apreciável. Sua contribuição é muito importante para a revisão, análise, interpretação ou reinterpretção de determinados períodos insuficientemente estudados, ou para elucidar e reformular posições, que até então se apresentavam como nebulosas ou indefinidas. É onde se pode sentir todo o dinamismo do estudo da História.

A incineração de documentos, tida até certo ponto como um processo normal é praticada indiscriminadamente sem que haja *a priori* uma avaliação no sentido de medir a sua utilização no campo da pesquisa histórica. Este procedimento é correntemente justificado de uma maneira simplista. A exiguidade de espaço físico e a necessidade da utilização dos arquivos dinâmicos – os mais comuns – dão lugar à dilapidação de um patrimônio, que poderia ser transformado em preciosa fonte de informações.

A dispersão de documentos processada através de doações a particulares tem, como ponto de partida, a vaidade pessoal e ausência de espírito público. É uma prova incontestada de que, tanto doador quanto a pessoa que aceita a doação indevidamente, desconhece que o trabalho de uma coletividade pertence a todos, devendo por esse motivo ser canalizada em benefício de todos, e nunca utiliza-

da como um instrumento de satisfação pessoal. Esse aspecto desagregador, ao lado dos efeitos negativos da ação da traça e do cupim, esvaziam em nível de conteúdo, o esforço de um trabalho global e definido, cuja integridade deve ser mantida. Essa atitude, só poderá ser modificada através de uma conscientização e do incentivo à preparação de mão de obra especializada para o campo da pesquisa histórica.

Quando todos compreenderem que um documento aparentemente rotineiro tem sua utilidade, estarão começando a perceber também o seu valor. É exatamente o valor do trabalho do dia a dia de uma comunidade que ser avaliado e mensurado. A sociedade se constrói com o trabalho comum, no dia a dia, e quando todos, jovens e maduros forem capazes de visualizar esse esforço comum como elementos preciosos a serem integrados nas páginas de nossa História, os documentos e papéis serão com certeza, tratados com maior respeito e seriedade. O lume já não será o lugar comum do documento “feio” ou “antigo”, porque mesmo entre os mais afoitos estará presente, pelo menos, a consciência da necessidade da preservação do documento para a pesquisa histórica. Destarte, com a adoção dessa nova mentalidade, as pessoas vaidosas e egoístas não encontrarão campo propício para a sua atuação.

O conhecimento dos valores de que se compõe a nossa história é que nos dá a medida exata do orgulho que temos pelo nosso torrão natal. Não se pode amar o que se não conhece. Daí a importância de conhecer o que existe em nossa terra, a necessidade de saber o que existe em Corumbá e a responsabilidade de catalogar e preservar os documentos ainda encontrados incólumes à ação do tempo e do homem que, podendo revelar muitos aspectos da vida econômica, política e social desta sociedade, fazem parte de um processo histórico, de uma totalidade.

I – Sociedade Abolicionista Corumbaense (1884 – 1888)

Iniciamos nosso trabalho pela Câmara Municipal de Corumbá, graças à abertura demonstrada pelos integrantes daquela egrégia Casa. Após uma sondagem do material existente nos arquivos, passamos à fase de catalogação.

Os documentos encontram-se em armários de aço e estão dispostos em arquivos numerados. Os do século XIX são manuscritos; alguns são livros com pá-

ginas numeradas e rubricadas, outros foram encadernados posteriormente, como é o caso do livro de Atas da Sociedade Abolicionista Corumbaense¹.

Escolhemos para uma primeira análise, alguns aspectos da abolição da escravatura em nossa cidade, baseando-nos na amostragem que nos fornecem dados mensuráveis e apreciáveis. Os primeiros que podem ser medidos quanto aos seus aspectos quantitativos, nos fornecem os elementos materiais e palpáveis para uma análise da situação. Os segundos, pela sua subjetividade, não são mensuráveis, mas se deixam revelar através das atitudes assumidas pelo elemento humano que elaborou o trabalho e que hoje é objeto de análise.

A investigação limita-se a menos de duas décadas do século XIX e, para desenvolvê-la, baseamo-nos principalmente nesses documentos manuscritos, que se encontram arquivados na Câmara Municipal de Corumbá. São os trabalhos da “Junta de Emancipação dos escravos que possam ser libertados pelo Fundo de Emancipação” e os da “Sociedade Abolicionista Corumbaense”².

Trata-se evidentemente das atividades desenvolvidas por duas instituições, cujos objetivos, aparentemente iguais, assumem sentidos diferentes traduzidos pela própria natureza da sua constituição.

A Junta de Emancipação nasceu de um dispositivo governamental e os seus objetivos – a libertação de escravos – estavam condicionados em primeiro lugar, às disponibilidades orçamentárias, uma vez que a partir do ano de 1870³ o orçamento do Império contava com algum recurso para que se tornasse possível a alforria dos escravos. Em segundo lugar, a aplicação da lei⁴ nas diferentes províncias, além de possuir conotação diversa de acordo com a maior ou menor importância representada pelo trabalho escravo, poderia ser utilizada como instrumento para a liberação de um capital improdutivo, capital esse representado pelo escravo idoso, doente ou sem nenhuma aptidão para o trabalho. A possibilidade da distorção nos objetivos primeiros do dispositivo legal estava ligada não

¹ Livro n. 30.

² *Idem*.

³ “Nabuco, no Senado conseguia fazer passar uma emenda ao orçamento atribuindo mil contos de réis para a alforria dos escravos, o que evidentemente dado o seu preço, surtia apenas efeito psicológico”. In COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difel, 1966, p. 388.

⁴ Lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871.

somente à própria mentalidade escravista, como também aos interesses econômicos em jogo nas diversas províncias do Império⁵.

As Sociedades Abolicionistas, ao contrário, nasceram do gesto espontâneo de uma sociedade que, embora assentada sobre bases escravistas, estava fortemente motivada pelas idéias liberais⁶ e pelo positivismo⁷.

A Sociedade Abolicionista Corumbaense, como as demais sociedades que se fundaram em todo o país⁸, nasceu da vontade e da iniciativa dos corumbaenses que se propuseram a propugnar pela libertação dos escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá, independentemente da ação do governo. Para a consecução desses objetivos, criaram os meios elaborando programa para angariar os fundos necessários. A organização de conferências, quermesses, feiras, bazares e recitais⁹ tal como se deu na Vila de Santa Cruz de Corumbá, foram atividades típicas realizadas em todo o Império, que faziam parte do elenco de programas das Sociedades Emancipadoras, cujas rendas visavam ser revertidas em benefício dos escravos para que pudessem comprar sua liberdade. Esse movimento, que se revestiu de um caráter humano e espontâneo, extrapolou as nossas fronteiras e obteve a adesão de um grupo de senhoras uruguaias, resistentes em Montevideu¹⁰ que enviaram “prendas” para a campanha abolicionista.

⁵ “Nas Províncias menos vincladas no sistema escravista a emancipação avançava rapidamente. Em 1884 a escravidão estava extinta no Amazonas e no Ceará”. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, O Brasil Monárquico, v. 3, Reações e Transações. São Paulo: Difel, 1969, p. 184.

⁶ “O sr. Simão Heyman pede a palavra e diz que desejando festejar o dia 14 de julho o maior dia para a humanidade, pois recorda a queda da Bastilha, pede que a Sociedade contribua com algumas cartas de liberdade para dar maior realce a festa que pretende realizar”. In: *Atas da Sociedade Abolicionista Corumbaense*. Livro n. 30, citado, p. 7 v.

⁷ “A escravidão, diziam os positivistas, era um estado anacrônico e transitório que acabaria por ser eliminado”. HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*, p. 181.

⁸ “De 1881 (...). De então em diante, multiplicaram-se os jornais e as sociedades abolicionistas, na capital e nos Estados. – Surge a idéia de congregar estas sociedades abolicionistas numa Confederação Abolicionistas, que é fundada em 10 de maio de 1883. In: RAMOS, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1956.

⁹ “Os abolicionistas desencadearam intensa campanha promovendo conferências, quermesses, festas beneficentes, comícios em praça pública. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*

¹⁰ “O sr. Luis Esteves diz que em seu poder existem alguns objetos de valor angariados em Montevideu, pelo sr. Francisco Vierse”. *Livro n. 30*, 5a. ata, p. 8 e 8 v.

As duas entidades que tendo como postulado a libertação dos escravos, e diversa na sua constituição, mantiveram ainda uma idéia comum: a de não abrir mão da indenização devida ao senhor, dono dos escravos. O ressarcimento tanto poderia ser realizado pelo Estado, através do Fundo de Emancipação, quanto por particulares ou pelo próprio escravo a quem era permitido a formação de um pecúlio para a aquisição da própria liberdade. Essa finalidade das Associações de caráter emancipador, propondo-se a trabalhar para obter os recursos necessários, tendia a preservar o capital dos senhores de escravos empregado na aquisição de braços para o trabalho.

A documentação em apreço é constituída de quatro volumes. Dois deles contêm o registro dos escravos residentes no município de Santa Cruz de Corumbá; outro, as atas onde estão registrados os trabalhos da mesma Junta; e o 4º, pertence à Sociedade Abolicionista e onde foram lavradas as atas. Esse livro foi entregue à Câmara Municipal de Corumbá a 12 de junho de 1888, visto ter aquela Sociedade “cumprido a sua missão”.

A sessão de instalação da Sociedade Abolicionista Corumbaense, realizada no Paço da Câmara Municipal, transcorreu num clima de entusiasmo e euforia, entre vivas e aplausos. Nela se manifestou a ação espontânea de dois¹¹ dos seus organizadores, que libertaram seus únicos escravos¹² em homenagem à sua fundação. Aqui, como nas outras vilas e cidades, a propaganda abolicionista preparava a opinião pública, aproveitando-se das diversas cerimônias para conceder alforria aos escravos.

Presidiu-a, a convite da Comissão Organizadora, o Juiz de Direito da Comarca¹³. Nela, teve lugar a eleição da primeira diretoria, que tomou imediatamente diversas providências como: 1º Nomeação de uma comissão para serem elaborados os estatutos. Nesta, apenas cinco¹⁴ dos seus integrantes assinaram a

¹¹ “Nos dias festivos, nos testamentos, ou ainda por ocasião do batismo católico dos negros escravos, as cartas de alforria eram ainda concedidas”. In RAMOS, Arthur. *Op. cit.*, p. 72.

¹² Firmino Pinto, com 27 anos de idade, pertencente a Joaquim Pinto Guedes e Sebastiana, com 24 anos, pertencente a Luis Esteves. Ata da instalação da Sociedade Abolicionista Corumbaense, *Livro n. 30*, fls. 2 e 2 v.

¹³ Dr. José Joaquim Ramos Ferreira, datada de 04 de maio de 1884. *Livro n. 30*, fls. 2 e 2v.

¹⁴ Capitão João Luis Gomes, Ernesto Vitorino Jeolás, Carlos Augusto Brazilico de Carvalho, Joaquim Antonio Ferreira da Cunha e Carlos d’Alencar.

proposta, ultimada em 11 dias, após o que, foi posta em votação e aprovada com exceção dos artigos 11 e 12 que foram suprimidos. 2º Posto em discussão o nome da Sociedade que passou a ser chamada “Sociedade Abolicionista Corumbaense”. 3º Nomeada outra comissão com a finalidade de angariar donativos para a realização de um bazar no dia em que fosse feita a entrega de algumas Cartas de Liberdade. Nessa oportunidade, o 1º Presidente eleito, o coronel Arthur José da Costa, “propõe um voto de louvor aos membros da comissão instaladora da Sociedade Abolicionista Corumbaense e outro a Guimarães & Serra, pela oferta que fizeram do seu jornal *O Iniciador* para publicação gratuita dos trabalhos pertencentes à Sociedade”.

Ao examinar uma relação dos sócios da Loja Maçônica Caridade e Silêncio, datada do ano de 1884, lá se encontram nomes de diversos sócios ligados à Sociedade Abolicionista Corumbaense.

Ao lado daquela entidade percebe-se a participação atuante de componentes do Exército e da Marinha, uma vez que pelos postos que ocupavam se tornaram perfeitamente identificáveis.

A propagação das idéias de liberdade orientou então a ação de particulares em Corumbá, que se juntando aos esforços da Sociedade Abolicionista local colocaram à disposição desta os seus serviços profissionais¹⁵. Assim, o 1º tenente d’armada, Afonso de Vasconcelos¹⁶, sugeriu medida que julgava necessária à libertação deste município. Propunha como providência indispensável “trancar-se o porto desta cidade ao ingresso dos escravos vindos de outros portos, pois do contrário todos os esforços da Sociedade serão improficuos e quiméricos”¹⁷. Este pedido foi encaminhado à Assembléia Provincial com a sugestão de que, através de Lei, se fechasse o porto de Corumbá ao tráfico de escravos.

Essa proposta era original quanto aos seus fins, porquanto o objetivo da Sociedade era a libertação total dos escravos no município. O porto de Corumbá a essa época era intensamente movimentado. Navios nacionais e estrangeiros aqui aportavam trazendo mercadorias para o comércio atacadista, que tinha por

¹⁵ Ofício do cap. João Antonio Rodrigues oferecendo à Sociedade os seus serviços de advogado no foro. In: *Livro n. 30*, 2a. ata, fl. 4.

¹⁶ Orador da noite de 05 de junho de 1884.

¹⁷ *Livro n. 30*, fl. 4v.

função distribuí-las em toda a província. Era uma cidade-empório constituída na sua maior parte de comerciantes de nacionalidades diversas. Era o único meio de acesso e a porta de entrada da Província de Mato Grosso¹⁸.

Por outro lado, na medida em que os trabalhos da Sociedade se desenvolviam, eram apresentados os balancetes de arrecadação dos bazares que se elevavam com as doações de pessoas e entidades simpáticas à causa¹⁹. Paralelamente, com a divulgação das entregas das Cartas de Liberdade, outros escravos solicitavam da Sociedade as importâncias necessárias ao seu resgate²⁰.

Analisando os Estatutos da Sociedade Abolicionista Corumbaense²¹ encontramos como seu objetivo primeiro, a libertação do maior número possível de cativos na vila. As libertações eram processadas após avaliação judicial e mediante o pagamento do valor do escravo ao seu senhor.

Para prover os meios necessários a essas manumissões, era exigido do sócio um trabalho árduo, no sentido de angariar fundos, através da obtenção de donativos adjudicados nos bazares e nas quermesses. O estatuto explicitava essa obrigação criando para o sócio um comprometimento de ordem moral e material.

O número de sócios era ilimitado e compunha-se de nacionais e estrangei-

¹⁸ A proibição do tráfico interprovincial já havia sido proposta por Nabuco, em 1873, por arriscar o desenvolvimento de São Paulo ao promover a coexistência do trabalho livre com a mão de obra escrava. “Em 1874 o Presidente da Província de São Paulo, João Teodoro Xavier, ao solicitar um novo tributo sobre os escravos que entrassem na Província, salientava os riscos que adviriam do deslocamento dos escravos do Norte para o Sul do País. Lembrava o que sucedera nos Estados Unidos. Alguns anos mais tarde um deputado paulista, Moreira Barros, apresentava à Câmara dos Deputados um projeto proibindo a venda e o transporte de cativos de uma outra Província. Dizia que essa medida teria a “vantagem poética de sustar o antagonismo que se desenvolvia entre as duas partes do Império, a propóstio da questão escravista e colocaria todas as Províncias no mesmo nível de interesses para resolverem, quando fosse oportuno, a questão do *elemento servi*”. HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*, p. 157.

¹⁹ “Um outro dos Srs. Reisofer & Heyman enviando a quantia de dez mil réis, produto de 5% que vendeu o seu estabelecimento – Café e Bilhar Abolicionista - durante cinco dias”. In: *Livro n. 30*, 4a ata, fs. 7.

²⁰ “Um requerimento da escrava Tereza Valéria de Jesus, solicitando da Sociedade a quantia de 136\$000 réis para completar 1: 1000\$000 réis, importância de sua avaliação e com a qual tem de entrar para obter sua liberdade”. “Um requerimento de Muguelina de Jesus, pedindo a proteção da Sociedade para coadjuvá-la na sua alforria, visto já ter depositado na Alfândega a quantia de 406\$000 réis”.

²¹ Composto de 4 folhas avulsas manuscritas em papel almaço. Contém 7 capítulos e 21 artigos.

ros “desde que não estivessem processados por crime infamante”. Na sua composição estavam compreendidos os sócios efetivos – fundadores e os que a ela se filiassem posteriormente – e os sócios honorários e beneméritos. A Assembléia Geral reunir-se-ia de 6 em 6 meses em sessões ordinárias e, em extraordinárias “quando assim o entender ou lhe for requerida por oito ou mais sócios”²².

No ano em que foi fundada, a Sociedade Abolicionista Corumbaense realizou suas sessões com bastante frequência²³; mas, a partir daí, as atas não registram os motivos pelos quais os trabalhos foram interrompidos. Na última sessão daquele ano foi eleita a nova diretoria, após o que nada consta a respeito de sua atuação, nem os motivos pelos quais deixou de se reunir. Somente após três anos e meio a Sociedade Abolicionista Corumbaense se reuniu, mesmo assim, presidindo os trabalhos seu vice-presidente²⁴ em substituição ao titular²⁵ que se encontrava ausente. Seu vice-presidente em exercício em 1888 foi o único remanescente das diretorias que se antecederam. Este, ao ter notícia da assinatura da Lei Áurea, reuniu-se com os demais membros²⁶ na sua residência²⁷ para tratar de assuntos relacionados à Abolição. Para esse fim “e na forma dos respectivos Estatutos, há sido convidado o cidadão Salvador Augusto Moreira²⁸ e o capitão Zenóbio de Deus e Costa, aquele para ocupar o lugar de 1º secretário e este de segundo, assim como o tenente Lindolfo Silva o de tesoureiro, por estarem ausentes os eleitos”, ficando assim constituída um diretoria *ad hoc*.

O Estatuto²⁹ previa a emancipação de determinado número de escravos, desde que existisse fundo suficiente. Uma vez constatada a suficiência desses fundos, mandava que se constituísse uma comissão nomeada “á sorte”, para ela-

²² Artigo 9º, § 8º dos Estatutos.

²³ *Livro n. 30*, 1a. sessão, 04.05.1884, fl. 2; 2a. sessão, 05.06.1884, fl. 4; 3a sessão, 15.06.1884, fl. 5; 4a. sessão, 06.07.1884, fl. 6v; 5a. sessão, 23.11.1884, fl. 8.

²⁴ Tenente Luiz Augusto Esteves. *Livro n. 30*, fl. 9.

²⁵ Major João Pinto Guedes, sócio fundador. *Livro n. 30*, fl. 8v.

²⁶ Avulso – Relação para convocação dos sócios fundadores e sócios honorários com o respectivo “ciente”.

²⁷ Avulso – convocação para a reunião do dia 22/05.1888, às 16 horas, na residência do vice-presidente.

²⁸ Avulso – relação dos sócios fundadores.

²⁹ Avulso – 3 folhas de papel almaço manuscritas.

boração de uma lista composta do triplo do número de escravos que pudessem ser libertos com a importância em disponibilidade nos cofres da Sociedade. Ficava, assim, a cargo da Comissão a tarefa de decidir a preferência para a libertação, sendo que, em caso de empate, o presidente tinha o voto de minerva.

O Fundo da Sociedade era formado:

§ 1º - Da receita líquida de espetáculos, conferências e outros favores.

§ 2º - Do produto de prendas e outros donativos vencidos em leilão.

§ 3º - De contribuição voluntária dos associados e mais pessoas generosas que simpatizarem com a causa que esta sociedade advoga³⁰.

O capítulo 6 do mesmo Estatuto definia as atribuições do presidente, vice-presidente, dos 1º e 2º secretários e do tesoureiro³¹.

O livro número 30, que pertenceu à Sociedade Abolicionista Corumbaense está completo, porém mal conservado. Dele consta a discussão e aprovação dos Estatutos, bem como a constituição de todas as Diretorias. Nele foram lavradas 7 sessões, seis das quais se realizaram no ano de sua fundação. A 7ª e última, realizada em 1888 traz o registro das discussões sobre o programa a ser desenvolvido em homenagem à promulgação da Lei Áurea e que só seria levado a termo, depois de oficialmente confirmadas as notícias que corriam na cidade através de boletins³². Curiosamente, o telegrama transmitido extra oficialmente de Buenos Aires trazia exatamente a data de 13 de maio de 1888³³.

Foram entregues à Câmara Municipal, juntamente com o livro de atas, o Estatuto e a prestação de contas dos responsáveis pela entidade. Nelas foram anexados os recibos correspondentes às importâncias doadas pela Sociedade para alforria de seis escravos avaliados por valores diversos³⁴. Com o acervo da

³⁰ Avulso – Art. 22, § 1º a 3º, do cap. 7º.

³¹ *Idem*. Art. 21, § 3º – “Escriturar em livro, que se denominará de *contas correntes* a receita e despesa, que deverá ser feita com clareza e simplicidade”.

³² Livro n. 169 – *Livro de correspondência da Câmara Municipal com a Província* – Registro 1886 – 1890, fl. 56, Ata n. 167 de 21/05/1888 – “Alusão a boletim que circulou na cidade, onde transcrevia 2 telegrama enviados por Pettis & Calzada, de Buenos Aires, via Assunção, ao seu Gerente (José Joaquim Rabelo) nesta cidade, noticiando haver passado na Câmara o projeto do governo para extinção da escravatura no Brasil.

³³ Livro n 169. *Idem*. Ata n. 166, fl. 55. “Faustosa notícia da extinção da escravatura”, Pettis & Calzada.

³⁴ Documentos que contém o selo da Sociedade Abolicionista Corumbaense, de números 24 a 28

Sociedade foram também entregues “as *prendas* que, em nome de senhoras de Montevidéu, oferecemos à Casa de Caridade de Corumbá”³⁵.

Ao encerrar as suas atividades que culminaram com os festejos da Abolição, a Sociedade possuía em seus cofres a importância de 238\$840 (duzentos e trinta e oito mil e oitocentos e quarenta réis). Parte dessa importância foi utilizada com a aquisição de materiais destinados aos festejos³⁶.

Exatamente na noite de 31 de maio de 1888,

Vestia galas a valorosa população pela grata notícia da extinção do elemento servil no Império Brasileiro, quando correu por toda a cidade a nova do passamento súbito do presidente desta Associação. De coração grande, magnânimo, Luiz Augusto Esteves, o incansável propugnador de todas as idéias de interesse para a sociedade brasileira, desceu ao tûmulo cercado das bênçãos de todos quantos nele souberam apreciar a grandeza da alma – Cumprimos nós, os últimos membros da Sociedade Abolicionista, um dever apresentando protestos de gratidão ao povo corumbaense pela manifestação de pesar que seu povo deu despidindo as galas festivas daquele dia para tomar as vestes lutuosas³⁷.

II – Trabalhos da Junta Classificadora dos escravos realizados na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1885)

O Fundo de Emancipação, criado pela Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871³⁸, adotava uma série de procedimentos visando a emancipação gradual. Instituiu a Matrícula Especial de todos os escravos existentes no Império e obri-

e 29: Inácia pertencente à herança de Thiago José Mangini – 700\$000. Teodora, de propriedade de Ulderico Colombo – 300\$000. Joana, de propriedade da herança de Hipólito Maria da Conceição – 200\$000. Rosa, no valor de 277\$000, com 54 anos e Vicencia no valor de 400\$000, ambas pertencentes a Carolina Alves Ferreira. Filete, 500\$000, de propriedade do Barão de Vila Maria.

³⁵ Livro n. 30, fl. 13.

³⁶ Docs. de . 31 a 36, grampeados: 30 dúzias de foguetes, 35 archotes, 35 maços de vela, 6 tochas e outros materiais.

³⁷ Livro n. 30, fl. 13 – Último registro feito pela Sociedade Abolicionista Corumbaense a 12 de junho de 1888.

³⁸ Lei Rio Branco, vulgarmente chamada de lei do Vente Livre.

gava o senhor a pagar uma taxa no momento da matrícula que também reverteria em favor do próprio Fundo³⁹. A Matrícula Especial serviria de respaldo para que os senhores, donos de escravos, não burlassem a lei ao concederem a seus escravos, cartas de liberdade hipotéticas, continuando, contudo, a usufruírem dos seus serviços.

O Decreto n. 5.135 de 13 de novembro de 1872⁴⁰, que aprovou o Regulamento Geral para a execução da Lei 2.040, determinou a distribuição dos recursos necessários ao Fundo de Emancipação alocados aos municípios, cabendo ao Presidente da Província a convocação das reuniões na data em que houvesse alguma cota a ser aplicada pelo Fundo. Estabelecia também a ordem de classificação, primeiro por famílias e segundo, por indivíduos, indicando-lhes dentro destas a ordem de preferências⁴¹. Dispunha ainda sobre a organização da Junta, composta do promotor público, do coletor ou chefe da repartição fiscal encarregada da matrícula e do presidente da Câmara Municipal, ou seu substituto legal, que era o presidente nato da Junta⁴².

Os párocos estavam obrigados a manter livros especiais destinados ao registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas nascidos a partir da Lei Rio Branco. Por esse registro poder-se-ia estabelecer um controle dos filhos de escravas nascidos livres, uma vez que a Junta deveria também matricular, em

³⁹ Art. 3º, § 1º – O Fundo de Emancipação compõe-se: 1) Da taxa dos escravos; 2) Dos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos; 3) De produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e da decimal parte das que forem concedidas d’ora em diante para correrem na Capital do Império; 4) Das multas impostas em virtude desta lei.

⁴⁰ Alterado pelo Decreto n. 6.341, de 20 de setembro de 1876.

⁴¹ Decreto n. 5.135 de 13/11/1872 – Art. 27 – A classificação para as alforrias pelo Fundo de Emancipação sera a seguinte: I – Famílias. II – Indivíduos. § 1º Na libertação por famílias, preferirão: I – Os cônjuges que forem escravos de diferentes senhores. II – Os cônjuges, que tiverem filhos nascidos livres em virtude da lei e menores de oito anos. III – os cônjuges, que tiverem filhos livres menores de 21 anos. IV – Os cônjuges com filhos menores escravos. V – As mães com filhos menores escravos. VI – Os cônjuges sem filhos menores. § 2º. Na libertação por indivíduos preferirão: I – A mães ou pai com filhos livres; II – Os de 12 a 50 anos de idade, começando pelos mais moços do sexo feminino, e pelos mais velhos do sexo masculino.

Na ordem de emancipação das famílias e dos indivíduos preferidos: 1º – os que por si ou por outrem com certa cota para sua libertação; 2º – os mais morigerados, a juízo dos senhores. Em igualdade de condições a sorte decidirá.

⁴² Decreto n. 5.135 de 13/11/1872 – Art. 29 – O Presidente da Junta será o da Câmara Municipal ou seu substituto legal.

livro distinto, os filhos nascidos a partir de 28/09/1871. A lei estabelecia também um prazo para a matrícula, considerando libertos os que, por culpa ou omissão do senhor, não fossem dados à matrícula até um ano após o encerramento desta.

Com a regulamentação da Lei e aprovado o Regulamento que disciplinava a execução da mesma, foram instaladas as Juntas Municipais em todas as províncias do Império. No município de Santa Cruz de Corumbá, ela foi instalada no ano de 1873⁴³.

O primeiro livro aberto para a Matrícula Especial de 1873 contém 150 fls. com 32 escritas, tendo sido utilizado para arrolamento dos escravos existentes no município, apenas o número de ordem. Nesse ano foram inscritos 57 escravos, com escassas informações, limitadas apenas ao modo de aquisição ou suas condições físicas, como: “havido por compra”, “havido por dote” ou “cria de casa”, “cocho”, “doentio”, ou ainda “fugido desde 1864”.

O número irrisório de escravos dados à Matrícula nesse ano pode ser entendido como oriundo da insuficiência de comunicação, mas também pode significar um retraimento natural por parte dos senhores donos de escravos ao sentirem que o problema da escravidão passava novamente a ser alvo de atenções.

No ano seguinte, em 1874, a classificação passou a ser feita por “Famílias” e “Indivíduos”⁴⁴. Destarte, foram relacionados: famílias – 30; indivíduos – 130. Nesta já havia uma informação mais completa como: declaração de nome, sexo, número de matrícula, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho⁴⁵, moralidade, pessoas da família, além de outras observações. O número registrado nesse ano atinge a 176 escravos, incluindo os 57 do ano anterior.

O fato de ter sido acrescentada a coluna “pessoas da família”, onde inseriram as anotações a respeito da prole das escravas, nos deixa em dúvida quanto

⁴³ *Livro de Atas* n. 28, 1873 – 1885 – Reunião realizada a 7 de setembro de 1873 teve como presidente, João Pimenta de Moraes, presidente da Câmara Municipal. Como membros: cap. Jacinto Pompéo de Camargo, promotor público *ad hoc*; 1º escrit. Benedito Manoel Nunes, no impedimento do inspetor da Alfândega; major João Lopes Carneiro da Fontoura e Silvério Antunes de Souza, como escrivão de paz.

⁴⁴ “Decreto n. 5.135 de 13/11/1872, Art. 27, I e II.

⁴⁵ Lei 2.040, Art. 8º – O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com a declaração do nome, sexo, estado civil, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se for conhecida

ao cumprimento do que determinava a lei, isto é, a adoção de um livro distinto ao registro dos filhos dos escravos nascidos livres⁴⁶.

De acordo com a ordem dos registros, pode-se notar que a relação levantada a cada ano não era cópia da anterior, dando a impressão de que, a cada ano, novas declarações eram feitas. Pela própria qualificação, percebe-se que se trata do mesmo escravo arrolado anteriormente.

Até o ano de 1876 não consta dos trabalhos o número da Matrícula Especial aprovada pelo Regulamento de 1872. Isto aparece em 1877, quando foram arrolados na vila 194 escravos.

Na medida em que as classificações foram se processando de ano para ano, foram acrescentadas novas informações como: “morada do senhor”, fugas, número e nomes dos filhos nascidos livres, a instituição de pecúlio, vendas e manumissões; também o número de averbação na Alfândega da vila, procedência e local onde originariamente o escravo foi matriculado.

A Junta não contemplou na classificação os escravos menores de 12 anos, ou maiores de 50⁴⁷, os declarados alforriados, nem os que se encontravam fugidos. “A Junta não pode classificar muitos escravos residentes nos distritos de São Lourenço, Coxim e Taquari, por não terem os senhores e possuidores, matriculado e nem averbado neste município, os ditos escravos”⁴⁸. Por esse motivo, deu conhecimento à Alfândega, bem como enviou uma relação de tais escravos ao juiz de Órfãos para que se tomassem as providências cabíveis.

Procedimentos dessa natureza eram rotineiros. Favoreciam a impossibilidade de uma fiscalização mais efetiva nas dificuldades advindas dos meios de transportes, que aumentavam consideravelmente as distâncias. Uma parte da população escrava do município localizava-se na vila e a restante estava distribuída nas terras de Piraputangas, Chané, Herculânea, Coxim, Taquari, Ladário, Albuquerque e São Lourenço.

⁴⁶ Lei n. 2.040, de 28/09/1871, art. 8º, § 4º – Serão também matriculados em livros distintos os filhos da mulher escrava que por esta Lei ficam livres.

⁴⁷ Decreto n. 5.135, art. 27, § 2º – Item II, *citado*.

⁴⁸ *Livro de Atas*, n. 28, 1873 – 1885, fl. 7.

Com o advento da Lei 2.040 (Rio Branco) os senhores donos de escravos utilizaram-se de novos artifícios para subtraírem-se ao alcance da Lei. Registravam os filhos das escravas alterando-lhes o dia de nascimento para data anterior a 28.09.1871. Neste caso, as autoridades recorriam aos registros dos párocos⁴⁹ que tinham por obrigação o controle dos nascimentos e óbitos, uma vez que nesse período eram considerados servidores do Estado. Em caso de omissão estavam sujeitos às penas da Lei⁵⁰.

Outra prática com a qual deparamos: o registro de um menor como filho de outra escrava, que não a mãe biológica. É o caso de Manoel, nascido em 1870, pertencente a Custódia Maria Libania, “o qual não é filho de Brizida, como está na matrícula, mas sim filho de Mariana, preta, que foi vendida separada do filho⁵¹ para o município de Miranda⁵² A simulação da verdadeira identidade do menor nos parece clara e adremente preparada, levando-se em conta que a “cria” pertencia legalmente ao senhor. Examinando atentamente os registros, encontramos Brizida matriculada sob o número 41 e Manoel sob o número 42, o que nos faz presumir que tenham sido feitas no mesmo momento. Esse procedimento dá a entender que a senhora havia decidido vender Mariana, porque segundo as anotações ela representava mão de obra ociosa. Como não quisesse se desfazer do menor, inscreveu-o como filho de Brizida que contava 24 anos. Esta, além de se situar numa faixa etária produtiva, “tinha bastante aptidão para o trabalho”.

Na classificação feita em 1874, entre a designação “famílias”, apenas cinco casais estavam ligados pelo casamento. No caso de três casais continuou ignorada a existência do vínculo entre marido e mulher, em relação à pessoa. Nesse sentido, dificilmente encontra-se em “observações” o conhecimento da ligação

⁴⁹ *Livro de Atas* n. 28, fl. 7 – “A Junta julgou informar igualmente ao Juízo de Órfãos, que a menor Maria, nascida livre em junho de 1872, segundo informações do vigário desta Freguesia, filha da escrava Lucinda, pertencente ao Barão de Vila Maria, foi matriculada em Cuiabá, sob o n. 4.449 e averbada neste município como escrava, tendo a junta feito observação na averbação, de que a menor é de condição livre, em virtude da Lei 2.040 de 28/09/1871”.

⁵⁰ Lei 2040, art. 8º, § 8º – “Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro dos nascimentos e óbitos dos filhos de escravas nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos a multa de cem mil réis”.

⁵¹ *Idem*, art. 4º, § 7º – “Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravo é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges, e os filhos menores de 12 anos, do pai ou da mãe”.

⁵² *Livro de atas* n. 29, fl 8.

entre marido e mulher, sendo mais comum, quando se tratava de escravos casados, a afirmação do senhor: - “ignora-se quem seja o seu marido” ou “ignora-se quem seja sua mulher”. Essa prática tornava muito cômoda a situação e facilitava também a alienação, uma vez que a lei proibia a separação dos cônjuges. No mesmo ano estavam classificados entre as “famílias “oito escravas soleiras, com filhos menores, também cativos, num total de treze⁵³. Outro documento ao Juízo de Órfãos relacionava sete senhores que não matricularam nem averbaram seus escravos na Alfândega da vila.

As informações que nos trazem estas listas dão uma idéia de quanto era difícil controlar, e por isso mesmo, conhecer o verdadeiro estado em que se encontrava a população escrava. As declarações dos donos de escravos eram tão incompletas que diziam desconhecer até a cor do seu escravo.

No que tange a classificação por “indivíduos”, entre 12 escravas 10 possuíam um filho nascido livre e duas tinham dois filhos, perfazendo assim um total de 14 crianças nascidas livres nos anos de 1872 a 1874. Em “observações” de 1874 existe a anotação de duas escravas libertas. Uma pela sua senhora⁵⁴ e outra pelo Juízo de Órfãos sem, contudo, mencionar a data⁵⁵.

Ao encerrarem-se as classificações do ano de 1874, foram encaminhadas duas relações às autoridades competentes. A primeira ao Inspetor da Alfândega, contendo o nome dos senhores que se mudando para a vila não averbaram seus escravos na Alfândega.

Continuando os trabalhos, uma das primeiras providências tomadas pela Junta, no ano de 1875, foi o pedido feito ao Juiz Municipal para que mandasse aos notários públicos da vila a elaboração de uma relação nominal de todos os escravos libertos a partir de 15/07/1874 até 06/07/1875. Entretanto, não consta das atas se essa determinação foi levada a efeito. Nesse mesmo ano foi divulga-

⁵³ *Livro I*, p. 3.

⁵⁴ *Livro n. 1*, p. 5 – Cecília, matrícula n. 23, preta, 24 anos, solteira, serviços domésticos, apta para o trabalho pertencente a Inez de Chaga do Amor Divino, a 12/06/1875.

⁵⁵ *Idem*. Luzia, matrícula n. 60, cabra, 33 anos, solteira, serviços domésticos, aptidão para o trabalho regular, pertencente a Vitor Antonio Roiz Coimbra.

da uma relação de 10 crianças nascidas livres, pelo vigário da Paróquia⁵⁶, cujas mães não se encontravam matriculadas, nem averbadas na Alfândega. Ao ter conhecimento do fato, a Junta tomou as providências cabíveis, enviando a referida relação às autoridades competentes⁵⁷.

A não ser a atuação do pároco e a libertação de uma escrava pelo seu senhor⁵⁸, nada mais se acrescentou nas nove sessões⁵⁹ que se realizaram em 1875. Num exame mais acurado dos trabalhos desse ano, bem como a identidade dos componentes da Junta, encontramos o seu presidente como dono de cinco escravas. Uma delas possuía dois filhos menores nascidos em 1872 e 1874, não constando nas anotações se eram livres em virtude da lei de 1871. Da mesma forma, o promotor público tinha, naquele ano, registrados e averbados na Alfândega nove escravos.

Em 1876 as atas contêm somente o termo de abertura e encerramento.

Em 1877, “Pelo respectivo Pároco foi apresentada a esta Junta uma relação nominal e circunstanciada dos escravos que tivera conhecimento terem morrido nesta Paróquia, de 1º de julho de 1876 até 1º /07 do corrente ano”⁶⁰.

A Junta solicitou ao juiz municipal que ordenasse aos escrivães a remessa, com a máxima brevidade, de uma relação dos escravos que foram libertos, transferidos de domínio ou que tivessem recolhido aos cofres públicos qualquer quantia destinada a sua libertação. Certamente, essa providência deu origem às anotações que foram acrescentadas em “observações” nos assentamentos dos anos anteriores. No ano seguinte, o de 1878, nenhum fato novo, nem providência ficaram registrados.

⁵⁶ Frei Mariano de Bagnaia.

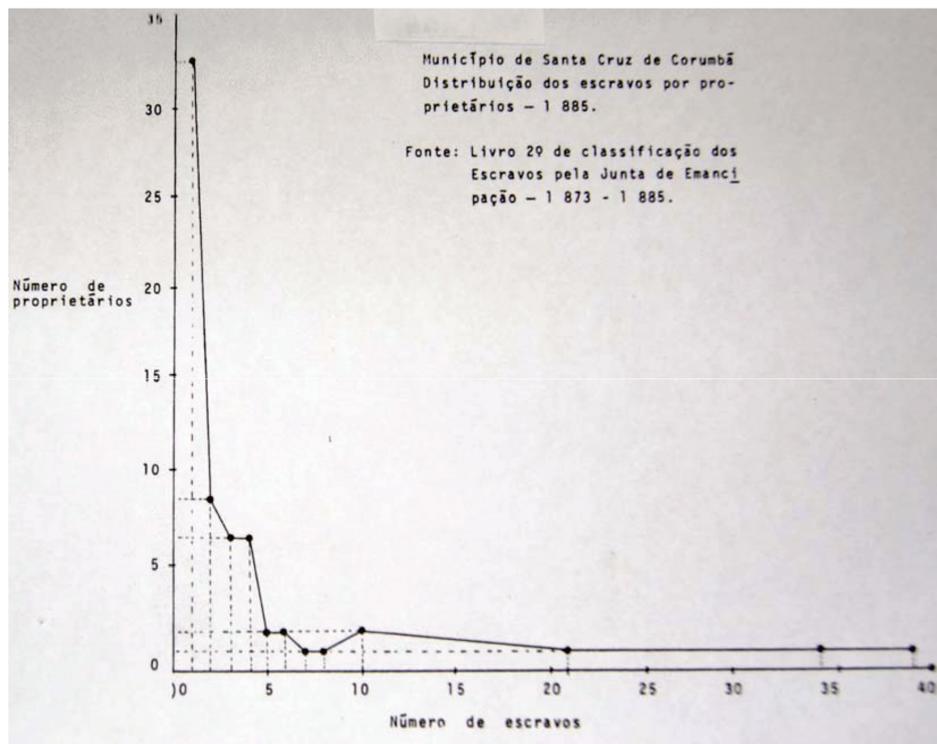
⁵⁷ Ofícios datados de 14/07/1875 ao: sr. Inspetor da Alfândega desta Vila, Juízo de Órfãos e ao Exmo. Sr. Brigadeiro Hermes Ernestoda Fonseca, presidente e comandante das armas desta provincial.

⁵⁸ *Livro I*, p. 5 – “Em tempo: a escrava Joana, de 5 anos de idade, de propriedade do cap. Miguel Paes de Barros, e que se achava matriculada sob n. 8, foi pelo seu senhor libertada no dia 16 de setembro de 1875, segundo informação que a Junta obteve do mesmo senhor, por não constar nos livros da Alfândega cousa alguma a respeito”.

⁵⁹ Presidente da Junta – major João d’Alincourt Sabo de Oliveira – promotor público – Jacinto Pompéo de Camargo.

⁶⁰ *Livro de Atas* n.28, p. 22.

Levantamos também, através desta análise o número de senhores e seus respectivos escravos.



Três deles⁶¹ eram os que possuíam maior número de cativos apesar de ser bem maior o número de proprietários que possuíam apenas um escravo empregado nos afazeres domésticos dos senhores domiciliados na vila.

Um dos senhores que tinha maior número de escravos era o cidadão Firmiano Firmino Ferreira Candido, que falecera antes da classificação. Dentre os 21 escravos pertencentes à sua herança, encontramos a seguinte situação: onze não foram matriculados; três estavam pronunciados em sumário crime e seis se encontravam fugidos. Entre eles, apenas três eram casados “não se sabendo quem era a mulher de escravo ou marido de escrava”.

⁶¹ Barão de Vila Maria – 39 escravos; José Caetano Metelo – 34 escravos; Firmiano Firmino Ferreira Cândido – 21 escravos.

Quando ao pecúlio acumulado pelos escravos, objetivando a sua alforria, dificilmente foram declarados pelo senhor. O Juiz de Órfãos, o inspetor da Alfândega e os notários públicos encarregavam-se dessa tarefa.

III – Esméria e Jacob

Este é um caso singular que deve ser focado como resultante de procedimentos consentâneos com a mentalidade escravista vigente até então, e que expressa em toda a sua extensão o pensamento de uma elite dirigente que emergia da estrutura escravista. Revela, através de uma prolongada espera, os antagonismos gerados em relação à Lei que deveria ser posta em prática e aquilo que era possível ser realizado. O texto da lei era claro ao estabelecer a ordem de preferência para a libertação. Contudo, os recursos disponíveis no orçamento do Império não correspondiam às necessidades para que se tornasse possível a execução da mesma lei. Além disso, a distribuição das verbas era um processo bastante demorado. Por esses motivos, somente no ano de 1879 a Junta resolveu classificar os escravos, enquadrando-os nos termos da lei e separando-os de acordo com a preferência. Para isso, recorreu como das vezes anteriores, ao vigário da paróquia⁶². E de acordo com as informações obtidas separou-se a escrava Esméria, em consonância com o Decreto número 5.135 de 13/11/1872⁶³. Em consequência, mandaram que fossem expedidos e publicados os editais, não ficando registrada a sua avaliação judicial.

No ano seguinte, foi também classificado Jacob, marido de Esméria, de acordo com a preferência legal⁶⁴, deixando a Junta bem claro que não havia outro escravo que satisfizesse as condições exigidas por lei.

⁶² Livro n. 28, 5ª sessão realizada a 15/09/1879 – “Abriu-se a sessão sem eguida recebendo-se um ofício do Vigário cujo teor é o seguinte: Vigararia Forânea do Baixo Paraguai, Corumbá 15/98/1879. Ilmo. Sr. Respondendo ao ofício de anteontem tenho a dizer que conheço pessoalmente a Jacob, casado com Esméria, ambos escravos de Francisco de Lara Falcão e sei também que têm mais de um filho, porém o que não posso asseverar é se algum desses é posterior à lei da emancipação porque não vou àquela paróquia desde 1876. Ass. Frei Mariano de Bagnaia”.

⁶³ Art. 27, § 1º, caso 2º – A classificação para as alforrias pelo Fundo de Emancipação sera a seguinte: I – Famílias. § 1º - Na libertação por famílias preferirão: II – Os cônjuges, que tiveram filhos nascidos livres em virtude desta lei e menores de oito anos.

⁶⁴ *Idem.* – IV – Os cônjuges com filhos menores escravos.

Em 1881, ano de Reforma Eleitoral, a Junta não se reuniu. E no ano seguinte, 1882, considerou-se sem efeito as classificações de Esméria e Jacob, sob a alegação de que o valor da escrava era “superior em dobro ao fundo distribuído”⁶⁵ e do marido o valor era desconhecido. Por esses motivos classificaram em seus lugares três⁶⁶ escravos que, por valores inferiores, já se encontravam avaliados judicialmente. O quadro é o seguinte:

Modesto	200\$000	
Adão	363\$000	+ 137\$000 de pecúlio (seu valor era de 500\$000)
Emília	200\$000	
Total	763\$000	

A importância deduzida da cota distribuída, 820\$000, deixou um saldo de 57\$000. Essa deliberação, todavia, durou pouco, pois cinco dias após a classificação a Junta tomou conhecimento de que o escravo Modesto já se encontrava falecido, havendo, portanto, necessidade de retificação e de sustar-se a publicação dos editais. Em vista do impasse surgido, a Junta recorreu aos inventários do Barão de Vila Maria e de Firmiano Firmino Ferreira Cândido para melhor certificar-se dos valores dados aos escravos das referidas heranças.

Os inventariantes⁶⁷, anteriormente chamados, acrescentaram novas informações, incluindo a do aumento do pecúlio feito pelo escravo Adão, para 307\$000.

Reunindo-se novamente a Junta, a classificação passou a ser feita da seguinte maneira:

Francisca	400\$000	
Adão (500\$000)	193\$000	+ pecúlio de 307\$000
Emília	200\$000	
Cota distribuída	820\$000	
Aplicação	793\$000	
Saldo em 1882	27\$000	

⁶⁵ *Relatório do Presidente da Província da provincial de Mato Grosso, Dr. José Maria de Alencastro em 15/06/1882*, aponta a cota de 820\$000.

⁶⁶ *Livros de Atas n. 28*, p. 46 e verso. Modesto pertencente a herança de Firmiano Firmino Ferreira Cândido, matrícula 4952 com 63 anos de idade, judicialmente avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis), Adão pertencente a mesma herança com 55 anos de idade, avaliado pro 500\$000, tendo o pecúlio de 137\$000. Finalmente a escrava Emília, matrícula sob n. 44 02, com 59 anos de idade e pertencente à herança do Barão de Vila Maria, que também tem o pecúlio de 200\$000.

⁶⁷ *Livro 28*, p. 47 e 48 – Joaquim Ferreira Nobre, invenariante da herança de F. F. F. Cândido e Antonio Miguel da Costa Leite, inventariante do Barão de Vila maria.

Enquanto isso, Esméria e Jacob aguardavam a liberdade. Embora tivessem sido classificados em consonância com o decreto, os recursos disponíveis eram insuficientes para que se tornasse possível a sua liberdade.

Em 1883, nova cota foi distribuída⁶⁸. Todavia, ela trazia a sua destinação conforme o ofício dirigido ao juiz municipal. Estava alocada à libertação da escrava Esméria⁶⁹, já classificada em 1879. Segundo o documento, até aquela data estavam sendo esperados os recursos para a sua libertação. Da mesma forma, seu marido Jacob, considerado na 1ª ordem de classificação, não poderia ser precedido. Destarte, nenhum outro poderia ser classificado enquanto a cota distribuída não libertasse também o escravo Jacob. Em 1884, embora já definida a situação de Jacob, a Junta reuniu-se para deliberar a sua classificação, só efetivada no ano seguinte, 1885, quando foi distribuída nova cota destinada àquela manumissão.

A exposição detalhada deste caso outro objetivo não tem senão o de demonstrar a mentalidade escravista ainda vigente na época, a despeito das mudanças que se estavam operando.

IV – Considerações finais

O estudo comparativo que motivou este trabalho nos possibilitou reunir alguns subsídios sobre “O Processo de Emancipação dos Escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá” e colocou em evidência o esforço empreendido por muitos dos nossos antecessores para extirpar a escravidão na nossa cidade num período que podemos considerar como de transição.

Colocadas em paralelo as duas instituições – a Sociedade Abolicionista Corumbaense e a Junta de Emancipação dos Escravos – concluímos pela maior proficiência da primeira, face aos resultados obtidos.

Procuramos analisar a emancipação dos escravos em Corumbá como parte de um processo que se desencadeava em todo o Império de acordo com os interesses econômicos considerados à época como prioritários em cada região.

Nessa perspectiva passamos a focar Corumbá como um centro mais voltado para o comércio. A esta circunstância, dada a importância do seu porto, elo

⁶⁸ Livro 28, p. 50. – 782\$990.

⁶⁹ Livro 2, f. 6. Liberta pelo Fundo de Emancipação em 1883.

da ligação com as demais cidades da província, interessava manter o mercado consumidor.

Registramos também, através desta análise, a atenção e o entusiasmo com que a Câmara Municipal encarava o problema da escravidão, acompanhado *pari passu* os trabalhos que se realizavam em prol da liberdade na Assembléia Geral do Império. Uma prova dessa participação encontra-se expressa num documento elaborado pela Câmara Municipal, protestando quanto a localização de uma colônia para escravos libertos na fronteira⁷⁰.

Convém reafirmar a importância da conservação dos documentos, pois a sua preservação possibilitou desvendar estas questões sobre a escravidão em Corumbá. Afinal, a tradição e a memória de uma cidade se expressa pela sua história fundamentada em documentos, por que só se valoriza aquilo que se conhece e compreende.

⁷⁰ Avulso – “Requeiro que no livro de Atas se lavre um protesto contra o procedimento do Dr. A. C. V. F. Fleury, representante do 2º Distrito desta Província na Assembléia Geral, por haver assinado o projeto do Ministério Saraiva, inteiramente oposto ao do Ministério Dantas que estava incumbido de defender. Ainda mais porque indica as fronteiras desta província para se colonizar com os pretos libertos, sem ocupação, constituindo em presidio a Província de Mato Grosso. Corumbá, 30 de junho de 1885. Ass. Antonio Galvão”.

A Cidade e a História dos Jovens: Em busca das Heterotopias

Leonardo Brandão*

Este artigo tem por objetivo relacionar a noção de heterotopia, tal como proposta pelo filósofo Michel Foucault, com o momento de emergência dos jovens adeptos do skate de rua (street skate) durante a década de 1980 no Brasil. Para tanto, utiliza-se como fonte revistas especializadas nesta atividade, publicadas durante o período em questão, para analisar a maneira com que muitos jovens fizeram uso de seus corpos no espaço urbano de grandes e médias cidades. Constatou-se que, nesta época, havia uma influência do punk sobre a atividade do skate, sendo que para os skatistas, as ruas podiam oferecer muito mais do que um espaço de locomoção, sendo interpretadas como lugares de diversão, desafio e/ou entretenimento. Trata-se de pensar a cidade revelando espaços de enunciações subjetivas até então desconhecidas.

Palavras-chave: Heterotopia; Skate; Juventude.

This paper aims to relate the notion of heterotopia, as proposed by the philosopher Michel Foucault, with the moment of emergence of young fans of street skating during the 1980s in

Considerações iniciais

A noção de “heterotopia” apareceu pela primeira vez nos escritos do filósofo francês Michel Foucault, e de forma muito breve, no livro “As palavras e as coisas”, publicado inicialmente na França no ano de 1966. No entanto, foi somente a partir de uma Conferência ao Círculo de Estudos Arquiteturais de Paris, proferida em março de 1967 (e publicada posteriormente no Brasil com o título de “Outros Espaços”), que o filósofo forneceu a essa noção algum estofamento teórico e operacionalidade.

* Doutor em História Social pela PUC/SP. brandaoleonardo@uol.com.br

Brazil. For this purpose, is used as source magazines in this activity, published during the period in question, to analyze the way that many young people made use of their bodies in urban areas of large and medium cities. It was noted that at this time, punk was an influence on the activity of skateboarding, and for the skaters,

the streets could offer much more than a space of movement, are interpreted as places of fun, challenge and / or entertainment. It is thought the city spaces revealing hitherto unknown subjective utterances.

Keywords: Heterotopia, Skateboard, Youth.

Ao analisar a questão da heterotopia em Michel Foucault, Rodrigo Valverde, professor do Departamento de Geografia da USP, afirmou que um dos propósitos do filósofo fora o de trabalhar com uma forma de concepção espacial que valorizasse a “presença de múltiplas representações conflitantes em uma mesma área”¹. De fato, Foucault afirma que “a heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis”². Nesse sentido, a virtude de tal noção estaria em nos induzir a uma compreensão mais complexa e heterogênea do espaço, permitindo-nos apontar a existência de percepções que fugiriam da racionalidade instrumental moderna. Para Foucault, portanto, existiriam certos espaços que, em função da movimentação de atores e de seus significados, poderiam ser pensados como espaços de inversão, suspensão ou neutralização da ordem oficial.

Mas seria possível aproximarmos a noção de heterotopia dos estudos históricos? Cremos que sim, e um exemplo concreto pode estar no experimentalismo estético/espacial que muitos jovens adeptos do *street skate*³ passaram a realizar em meados da década de 1980 no Brasil.

O skate, assim como outras práticas corporais, apresenta um polimorfismo bastante evidente. A sua prática em pistas e campeonatos possui certas diferenças em relação à que é exercida nas ruas (*street*). Se, por um lado, as modalidades

¹ VALVERDE, Rodrigo. Sobre espaço público e heterotopia. In: *Geosul*. Florianópolis, v. 24, n. 48, 2009, p. 10.

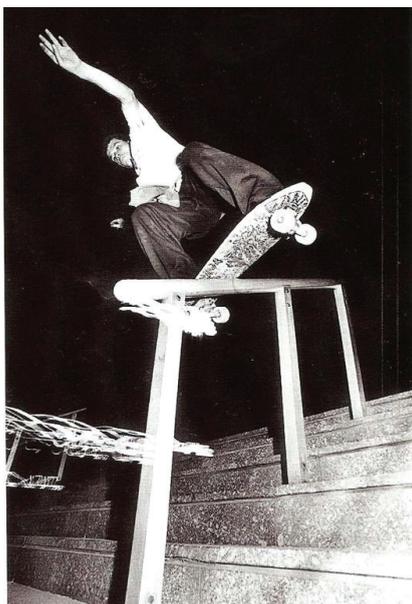
² FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. In: *Ditos e Escritos* (v. III). Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 418.

³ De acordo com o antropólogo Giancarlo Machado, “a modalidade street skate, como o próprio nome sugere, possui como objetivo central a prática do skate nas ruas da cidade. Entretanto, praticar skate nas ruas não significa dizer que os skatistas, munidos de seus ‘carrinhos’, circulem por aí dando somente impulsos em asfaltos e calçadas, por entre pedestres, carros, motos, caminhões e outros veículos. Ao contrário, eles transitam e interagem com a dinâmica urbana tendo em vista a procura por ‘picos’, isto é, equipamentos urbanos dotados de certas características que possibilitam a prática do street skate”, In MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. *De “carrinho” pela cidade: a prática do street skate em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia), USP, 2011, p. 23.

do universo do skate praticadas somente em rampas (como o *vertical* e o *big air*) são espetacularizadas e exibidas como atividades esportivas (e “radicais”) em canais de televisão aberta; por outro, a praticada em equipamentos urbanos (corrimãos, bancos, escadas, etc.), ao contrário, revela características distintas e com pouca relação de identificação com o esporte moderno.

Neste artigo, trataremos especificamente do skate praticado nas ruas, conhecido como *street skate*. E embora essa atividade tenha sido introduzida no país no final da década de 1960⁴, foi somente em meados da década de 1980 que ela passou a ser realizada, para além das ruas e calçadas, também sobre escadas, buracos, muretas, corrimãos etc⁵.

Este novo uso do skate engendrava uma forma de ver e utilizar o espaço que não era o previsto nem o aceitável institucionalmente. Pois fazer de um corrimão um obstáculo e não um instrumento de ajuda para apoiar o corpo, usar escadas para saltos e não como um auxílio para se passar de um nível ao outro do pavimento são exemplos concretos, reais e localizáveis de heterotopias; isto é, de invenção de outros espaços dentro dos próprios espaços.



⁴BRANDÃO, Leonardo. O surfe de asfalto: a década de 1970 e os momentos iniciais da prática do skate no Brasil. In: Brandão, Leonardo; HONORATO, Tony (org.). *Skate & Skatistas: questões contemporâneas*. Londrina: UEL, 2012, p. 20.

⁵ BRANDÃO, Leonardo. *A cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural*. Dourados: EDUFGD, 2011, p. 103.

Skatista em São Paulo descendo um corrimão na rua em 1988. Fonte: BRITTO, E. (org.). *A Onda Dura: 3 Décadas de Skate no Brasil*. São Paulo: Parada Inglesa, 2000, p. 30.

A questão, entretanto, é que as heterotopias geram inquietações: um corrimão não é mais um corrimão, nem uma escada é tão somente uma escada. Além disso, não podemos nos esquecer da grande heterotopia citada por Foucault: o navio, figura por excelência do século XIX, o navio inglês nos mares, por exemplo, o navio transatlântico... Pedaco grande de espaço que flutua no imenso mar. Mas neste caso em particular, parece que a heterotopia também pode ser a própria prancha de skate, minúsculo pedaco de espaço – comparado com o navio – mais leve que ele, certamente, metáfora do que se passa no século XX e não mais no XIX. Em Foucault há vários tipos de heterotopias: abertas, fechadas, menores, maiores, umas que parecem fascistas, outras não... Todas são espaços que incluem dentro deles vários espaços que seriam incompatíveis. Mas o *street skate* é interessante porque é um espaço que literalmente corre, sai do lugar, não tem lugar e é da sua essência não ter um. O skate corre sobre os espaços da cidade e é um objeto ao mesmo tempo próprio (do skatista) e exposto a todos. É um solo constantemente deslocalizado, um lugar sem lugar (porque se ele tiver um lugar já deixa de ser o que é). Diferente do navio, um espaço fechado dentro de outro, que oferece conforto, luxo e segurança, o skate seria uma heterotopia mesmo da insegurança, do mínimo necessário, da raridade das coisas para se apoiar, do espaço rarefeito.... O skate reenvia a imaginação ao tempo dos primeiros barqueiros, que não tinham nada a não ser um pinguelinha de barco, prestes sempre a virar. Reenvia à figura do andarilho, despojado e exposto.

Com a emergência do *street*, os discursos veiculados nas revistas de skate (existentes desde a década de 1970) já não se faziam exclusivamente em prol de sua efetivação como um “esporte radical”. Para além dos vãos alçados nas pistas de concreto ou madeira, esse novo uso do skate nos espaços urbanos ativava formas de enunciações discursivas até então inexistentes (ou pouco relevantes) nessas publicações, incitando a questionamentos e sentidos que fugiam ao par “esporte” e “radicalidade”.

Criando práticas e representações: o caso do “street skate”

Para pensar a questão das heterotopias, utilizaremos aqui três revistas de skate publicadas durante a década de 1980 no Brasil: as revistas *Yeah!*, *Overall* e *Skatin’*. Nosso objetivo não é realizar um estudo exaustivo dessas mídias, mas sim identificar o modo como elas passaram a retratar o skate de rua (*street skate*) que estava nascendo na época.

A revista *Yeah!* – edição de maio de 1986 – trouxe em sua capa uma manchete sobre o *street skate*, intitulada: “O skate invade as ruas”. Na fotografia, de autoria de Daniel Bourqui, era retratado um skatista saltando sobre uma escada. No interior dessa revista, ficamos sabendo que o skatista se chamava César “Portuga” e que a escada fotografada ficava na cidade do Rio de Janeiro. “O skate invade as ruas” também foi o tema do pôster dessa edição, localizado em suas páginas centrais. Além do pôster, uma matéria intitulada “Pontos Indeterminados” apresentava, em 10 fotografias, a prática do *street skate* em diversos “pontos” espalhados pelas cidades de São Paulo e alguns em Florianópolis. Acompanhando as imagens, uma série de legendas buscava explicar ao leitor que, diferentemente do skate vertical, que dependia de um *half-pipe* (“U”) ou de algum outro tipo de pista para acontecer⁶, a prática do *street skate* podia ser exercida em qualquer lugar e a qualquer hora⁷. Por isso, no meio das imagens que demonstravam skatistas em ação, deslizando e saltando sobre os mais inusitados pontos da arquitetura dessas cidades (como bancos, muros e paredes), havia inúmeras legendas que diziam, por exemplo, que “aproveitar o espaço é antes de tudo uma questão de criatividade”, pois “ir à procura de locais skatáveis é uma missão arriscada [...] é descobrir uma nova aventura a cada local encontrado.”⁸

Já na segunda edição da revista *Overall*, também publicada no ano de 1986, havia uma reportagem que apresentava skatistas “horrorizando os obstáculos das

⁶ Como as pistas que tinham um formato de feijão, chamadas “*banks*”, ou bacia, chamadas “*bowl*”.

⁷ Revista *Yeah!*, nº 2, 1986, p. 36. Também localizamos o mesmo discurso na revista *Overall*, que afirmava ser “o acesso ao *street skating* o mais fácil possível. As ruas estão aí para serem usadas, a qualquer hora de qualquer dia”. Revista *Overall*, nº 7, 1987, p. 16.

⁸ Revista *Yeah!*, nº 2, 1986, p. 37.

ruas de Sampa”⁹. Nesta edição em especial, o *street* foi o tema principal em uma matéria que recebeu um título bastante irônico¹⁰: “Não acordem a cidade... *Street Skate*”¹¹. A matéria, escrita por Fábio Bolota (skatista e um dos colaboradores desta edição) se reportava ao *street skate* da seguinte maneira,

Eu quero mais é asfalto e concreto, para pegar meu skate e sair por aí, gastando minhas rodas, descendo e subindo ladeiras puxado por ônibus, *dropar* de muros, horrorizar o trânsito, achar transições para uma boa diversão, entrar na contra-mão, subir guias, etc. Por que? Porque nós amamos isto, vivemos disto!!!

Imagine a infinidade de coisas que uma cidade pode ter em suas ruas, postes, carros, guias, *shits*, bêbados, *bitches*, transições, buracos, valas, velhas e muito asfalto. E o que isto significa? Obstáculos?

Talvez sim, para aqueles que não possuem a ousadia de encarar ruas desconhecidas e terrenos inexplorados. Mas para outros, todos esses “obstáculos” se transformam num verdadeiro campo de batalha, em que o objetivo é demonstrar o domínio sobre a arma de ataque: o skate. E o *ground* de ação: as ruas!¹²

“Horrorizar os obstáculos das ruas”, “horrorizar o trânsito” e “entrar na contra-mão” não parecem ser atitudes condizentes ao que geralmente identificamos como “esporte”. Se com os campeonatos e o desenvolvimento das pistas, o skate estava sendo associado ao termo “esporte radical”, agora, para além dele (mas de modo concomitante) reivindicavam-se certas características que em nada podiam ser comparadas às tradicionais formas de organização esportiva.

⁹ Revista *Overall*, nº 2, 1986, p. 5.

¹⁰ A ironia se deve ao fato do skate produzir muito barulho ao ser exercido nas ruas, fato que entrava em contradição com o título da matéria, que dizia: “Não acordem a cidade...*Street Skate*”.

¹¹ Possivelmente este título “Não acordem a cidade” também faça alusão a uma canção de mesmo título da banda de punk rock chamada Inocentes, a qual é citada tanto na *Overall* quanto na *Yeah!* e *Skatin'* como uma das principais influências dos skatistas da época, tendo entrevistas publicadas nessas mídias. A letra da música, transcrita no livro de Helena Wendel Abramo, diz assim “De noite quando a cidade dorme/anjos negros de asas sujas e escuras/saem de suas tocas/e tomam conta das ruas/são os reis da diversão/do ódio e da solidão/não têm esperança/nem de viver nem de vingança/em cada esquina que você passar/em cada beco que você entrar/não se espante/eles vão estar lá/vendem sexo e drogas/roubam ou matam/têm vida curta/não importa o que façam”. Apud ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994, p. 102.

¹² Revista *Overall*, nº 4, 1986, p. 16.

Um outro exemplo nesse sentido podemos encontrar numa matéria especial sobre *street skate* publicada na edição de junho/julho de 1989 da revista *Skatin'*. Nesta edição, uma das matérias principais chamava-se “Estritamente *street*” e tinha como subtítulo: “um modo especial de ver um mundo bastante conhecido: as ruas”. Os textos abaixo são de autoria de Luiz Calado, sendo que cada fragmento reproduzido vinha publicado na revista junto a uma fotografia de um skatista explorando bancos, bordas e escadas. Ao lê-los, eles nos ajudam a compreender melhor a formação dessas representações espaciais,

Não foi ele quem planejou aquilo. E não planejaram pensando nele. Aquilo simplesmente está ali. E não poderia ser melhor/ Seus olhos brilham vendo o que ninguém mais vê. Sua mente viaja no que ninguém mais imagina. Seu coração acredita no que ninguém mais crê. E seu corpo vibra com o que ninguém mais sente/ Em busca de emoções verdadeiras, ele foge das regras convencionais, cria novos conceitos e vence seus próprios limites/ Misturando dimensões de tempo e espaço, ele transforma a ilusão de muitos numa realidade para poucos/ As ruas escondem perigos, abrigam incertezas e oferecem desafios. Nas ruas ele mostra coragem, revela precisão e se torna um vencedor. / Entre formas frias e estáticas, ele se torna um ser colorido e móvel/ Enquanto as pessoas se escondem em seus gigantes arranha-céus, ele encontra a liberdade a alguns centímetros do chão/ Mesmo cercado por centenas de quilômetros quadrados de concreto, poucos metros são mais que suficientes para que ele concentre toda sua criatividade e energia.¹³

Nessa revista, seguindo o mesmo tom das outras duas publicações citadas, o skatista era apresentado aos leitores como alguém que “foge das regras convencionais” e, por isso mesmo, “encontra a liberdade”. Não é difícil deduzirmos que a prática do *street skate* era bastante diversa daquela praticada em rampas verticais, pistas construídas em espaços delimitados e organizada nos moldes de um esporte de competição. No *street* até haveria um “vencedor”, como nos diz a citação acima, mas o derrotado não era um oponente (um outro skatista), mas sim os limites dos corpos e dos espaços.

¹³ Revista *Skatin'*, n. 6, 1989, p. 30 – 39.

O “street skate” e o movimento “punk”

Ao retratarem o *street skate* em suas páginas essas mídias buscavam outros vieses discursivos que pouco (ou nada) tinham a ver com o esporte¹⁴. Assim, em uma das passagens da revista *Yeah!*, por exemplo, localizamos o seguinte trecho de autoria de Paulo Anshowinhas, seu editor,

Eles [os skatistas] não se preocupam com a etiqueta social, nem com o sistema que tentam lhes impor. Criam uma anarquia urbana e circulam sem nenhum tipo de autoritarismo. São os filhos do futuro! Não se importam com comentários ou críticas, pois banalidades já estão cansados de ouvir. Eles pensam diferente do *Status Quo* e se comportam como tal¹⁵.

Ora, como formar as bases sólidas para o desenvolvimento esportivo de uma “anarquia urbana”? Não seriam anarquia e esporte termos imaginariamente antagônicos? Pois o conceito moderno de esporte¹⁶ não é algo sempre relacionado ao rendimento físico e ao tempo das provas, que exigem o espaço instituído e o gesto preciso? Em sua organização ele não revelaria sempre “um programa temporal, um calendário especial, com provas regulamentadas e rigorosamente escalonadas ao longo do ano”?

Esporte, destarte, é algo que se pratica com disciplina e respeito às regras estabelecidas, jamais com “anarquia”. A questão, portanto, é que havia uma forte relação entre o *street skate* e as formas de anarquia criadas por um outro movimento juvenil que também estava se desenvolvendo neste mesmo período: o *punk*¹⁷.

No Brasil, o movimento *punk* teve seus primeiros sinais de vida no final da década de 1970, no contexto da ditadura militar¹⁸. No entanto, foi somente a

¹⁴ Salvo às vezes em que alguns promotores organizavam campeonatos de *street skate* em locais como ginásios esportivos. Nesses espaços eles fabricavam rampas de madeira e colocavam trilhos para os skatistas deslizarem.

¹⁵ Revista *Yeah!*, nº 2, 1986, p.23.

¹⁶ Para uma discussão sobre a formação do conceito moderno de esporte, ver: MELO, Victor Andrade de. *Esporte e Lazer: conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

¹⁷ ABRAMO, Helena Wendel. *Op. cit.*, p. 91.

¹⁸ Segundo o historiador Roberto Camargo de Oliveira, foi “em meio à ditadura militar (1964/1985), época de intensa repressão a manifestações culturais, sociais e políticas com teor rebelde/contestador, que surgiram as primeiras bandas nacionais entre 1977 e 1978: Condutores de Cadáver, AI-5

partir do ano de 1982, quando um projeto de abertura política no país já estava em andamento, que esse movimento começou a ter uma maior expressão, sobretudo na cidade de São Paulo. Segundo o historiador Antonio Carlos Brandão,

em 1977 o país recebia apenas algumas informações sobre esse movimento, em sua maioria pela grande imprensa e por discos importados. Eram informações que, geralmente, deixavam a impressão de mais um modismo. O número de *punks* era pouco representativo. No país, o movimento apenas tomou corpo em 1982, principalmente nas periferias das grandes cidades, apresentando grupos como Lixomania, Inocentes, Olho Seco, Ratos de Porão, entre outros, alheios aos grandes meios de comunicação¹⁹.

Importante lembrarmos que, nesta época, o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela Ditadura Militar, após os breves anos da euforia do “milagre econômico”, começava a resultar numa grave crise financeira. Crise esta que levou o país, ao longo desses anos de transição para a democracia, a conviver com altas taxas de inflação, um enorme endividamento (tanto externo quanto interno) e com uma grande concentração de renda. E embora não haja estudos comparativos sobre a emergência do movimento *punk* na Inglaterra e no Brasil, existem alguns indícios para pensarmos, como afirmou o historiador Rafael Lopes de Souza, que tanto o *punk* inglês quanto o brasileiro desenvolveram-se a partir de um quadro de desorganização econômica que “estimulou a união de jovens excluídos dos benefícios sociais em torno de um mesmo movimento”²⁰.

Foi neste contexto, marcado por um lado pelo início da abertura política, e por outro pelo agravamento da crise social, que os *punks* começaram a estruturar mais claramente uma cena musical no país, elaborando festivais e gravações em áudio. Pois, como afirmou Antonio Brandão,

Os punks brasileiros [...] gravaram seu primeiro disco, uma coletânea chamada *Grito Suburbano*, em 1982, reunindo grupos como Inocentes, Olho Seco e Cólera, pelo selo independente *Punk Rock*. No mesmo ano, os *punks* conseguiram realizar o controvertido festival “O Começo do Fim do Mundo” (no

e Restos de Nada”. OLIVEIRA, Roberto Camargo. Do *punk* ao *hardcore*: elementos para uma história da música popular no Brasil. In *Temporalidades* (UFMG), vol. 3, n. 1, janeiro/julho de 2011, p. 133.

¹⁹ BRANDÃO, Antonio Carlos. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 2004, p. 110.

²⁰ SOUSA, Rafael Lopes de. *Punk: cultura e protesto*. São Paulo: Edições Pulsar, 2002, p. 61.

Sesc Pompéia, em São Paulo), chamando a atenção da polícia e dos meios de comunicação para esse movimento de jovens, em sua maioria, suburbanos²¹.

Embora tenhamos notícias de muitas brigas no interior do movimento *punk* no início da década de 1980, sobretudo entre os *punks* de São Paulo e os do ABC paulista, é fato que elas foram gradualmente sendo diluídas²². Assim, seria um equívoco interpretarmos tal fenômeno somente pelo viés da violência juvenil, pois para além dele, o movimento é algo intrinsecamente ligado à música, sendo possível afirmar que ele foi uma forma de resistência às expressões musicais em voga no período e, em particular, uma resistência ao *rock progressivo* – visto como um “desvirtuamento” do *rock* tradicional. Sobre esse ponto em particular, a antropóloga Janice Caiafa escreveu que no *punk rock*,

O som é muito simples, e muito rápido. Basicamente percussivo, com vocal violento. Contra a complicação do “*rock progressivo*” que se fazia na época, o *punk rock* é o uso imediato do instrumento. Produzir intensidade e lançar um desafio – essa a contundência do *punk* – e fazer isso com o mínimo. O *punk* surgiu então num momento em que a extrema complexidade de elaboração e execução fazia do *rock* uma obra de muitos anos de trabalho (as etapas de progresso e maturação) e muito dinheiro para comprar os mais sofisticados equipamentos²³.

O que chamamos de *punk*, portanto, não existe como um movimento social independente da cena musical. Além disso, segundo o pesquisador Craig O’hara, a maioria das letras de *punk rock* aproximava-se do anarquismo ou eram escritas sob sua influência, e isso significava questionar o conformismo social, a submissão à autoridade e ao governo.

De fato, no Brasil, muitas bandas surgidas na década de 1980 diziam-se anarquistas. Evidentemente, nem todos os *punks* brasileiros tinham tal discernimento, muitos entravam para o movimento ou curtiam as bandas somente pela energia das músicas ou pelo fato de poderem pertencer a um grupo²⁴. No

²¹ BRANDÃO, Antonio Carlos. *Op. cit.*, p. 130.

²² Acerca disso, ver o vídeo-documentário “*Botinada: a origem do punk no Brasil*”, dirigido por Gastão Moreira e lançado pela ST2 vídeo em 2006.

²³ CAIAFA, Janice. *Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 9.

²⁴ Lembramos que, de acordo com Maffesoli, “as matizes da vestimenta, os cabelos multicoloridos e outras manifestações *punk* servem de cimento. A teatralidade instaura e reafirma a comunidade”.

entanto, como afirmou O'hara, mesmo que muitos *punks* não fossem versados em história e teoria do anarquismo, havia entre a maioria a “crença formada em torno dos princípios anarquistas de não ter um governo oficial ou governantes”²⁵. Assim, em uma entrevista publicada em janeiro de 1988 pela revista *Yeah!* com Clemente, vocalista de uma banda *punk* chamada “Inocentes”, por exemplo, o mesmo afirmava que os membros de sua banda eram “absolutamente contra o Fascismo” e que a Anarquia era um ideal com a qual simpatizavam²⁶. Além disso, Clemente também dizia ter acompanhado o PT (Partido dos Trabalhadores) desde sua criação por acreditar nele como o partido “menos corrupto de todos”²⁷. Ao final da entrevista, Clemente ainda recomendava aos seus leitores que lessem “1984, de George Orwell”²⁸.

Com relação ao skate, numa entrevista com a mesma banda Inocentes, publicada na primeira edição da revista *Skatin'*, de 1988, um outro integrante da banda, chamado Tonhão²⁹, dizia que “o skate saiu da rua, como a gente”, e afirmava que o paralelo existia porque ambos tinham que “fugir da polícia”³⁰. De fato, como apontou o skatista Guto Jimenez, um dos articulistas da revista *Yeah!*, havia sim uma relação entre o skate e o *punk* – relação essa que começou nos Estados Unidos e depois também ocorreu no Brasil. Além disso, ele atesta que essa identificação também ajudou na diferenciação entre o skate e o surfe. Segundo seu depoimento,

Nos EUA surgiu o movimento musical do *punk hardcore*, de música rápida e ignorante, que caiu imediatamente no gosto dos skatistas. Somente uns 5 anos depois é que a surfista começou a curtir um som mais *punk*, por assim dizer; antes os surfistas ouviam bandas de *hard rock*, *reggae* e os primeiros sons identificados como *surf music*. O *skate punk* surgiu pra marcar a diferença entre as tribos³¹.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006, p. 134.

²⁵ O'HARA, Craig. *A filosofia do punk: mais do que barulho*. São Paulo: Radical Livros, 2005, p. 74.

²⁶ Revista *Yeah!*, nº 7, janeiro de 1988, p. 52.

²⁷ *Idem*, p. 52.

²⁸ *Idem*.

²⁹ Tonhão era o baterista da banda.

³⁰ Revista *Skatin'*, n. 1, 1988, p. 65.

³¹ Em entrevista realizada no dia 03/12/2011 (Arquivo do autor).

Ao analisarmos as revistas supracitadas, podemos observar que essa relação (entre o skate e o *punk*) se manifestava como um “contágio”, isto é, como uma influência do *punk* tanto na forma como os skatistas de rua apropriavam-se da cidade quanto no modo como essa atividade passava a ser retratada por suas mídias especializadas. Frases como “subindo e descendo ladeiras puxados por ônibus, *dropar* de muros e horrorizar o trânsito”, ou ainda, ter a “ousadia de encarar ruas desconhecidas e terrenos inexplorados”, indicavam algo de transgressor, rebelde, atitudes similares as que encontramos nas manifestações *punk*³².

A questão é que tanto a *Overall* quanto a *Yeah!* e *Skatin'* traziam seções com comentários sobre a discografia desse gênero musical. “*Punk's not dead*” era o nome de uma seção da revista *Yeah!* que comentava os discos de músicos *punks*. Os LP's tinham títulos sugestivos: “Grito do suburbano”, “O começo do fim do mundo”, “Crucificados pelo sistema”, “Tente mudar o amanhã”, “Brigadas de ódio”, “Mais podres do que nunca”, “Ataque sonoro” etc. Desta forma, ao ler tais publicações, escutar as músicas, informar-se sobre as resenhas dos LP's e irem (eventualmente) aos shows de *punk rock*, muitos skatistas ficavam cada vez mais familiarizados com as formas de pensar e agir que vinham desse cena musical. Tal influência, contudo, passava a ser praticada nas ruas. Enxergá-las como um “campo de batalha”, indica bem a guerra da qual as ruas tornavam-se palco: guerra simbólica, heterotópica, busca por espaços e (des)territorializações.

De certo modo, havia uma semelhança entre a atitude dos skatistas de transitar por locais não projetados para essa prática com a atitude do movimento *punk* de negar qualquer tipo de imposição social. Pois a partir dessas representações do urbano advindas do *street*, os skatistas carregavam também um pouco do espírito irreverente do *punk*, pois ambos questionavam as normas e padrões sociais até então estabelecidos. Nesse sentido, por exemplo, de acordo com um leitor da

³² Em seus estudos sobre tatuagens, a pesquisadora Célia Maria Antonacci Ramos lembrou que os *punks* “vestiam-se à moda ultrajante para o sistema da época. Jaquetas de couro preto e roupas rasgadas e desbotadas misturavam-se às mutilações corporais, tais como: pequenas queimaduras com tocos de cigarro, escarificações faciais com agulhas, *piercing* no nariz, lábios e peito, e tatuagens pelo corpo todo. Em suas apresentações encenavam rituais de provocação, dança transe regada a álcool e drogas [...] Tal provocação ao sistema estabelecido mais de uma vez foi interrompida por policiais”. RAMOS, Célia Maria Antonacci. *Teorias da tatuagem: corpo tatuado*. Florianópolis: UDESC, 2001, p. 124.

Yeah!, chamado Sérgio Borin Del Vale, de Atibaia/SP, a analogia entre o *street skate* e o *punk* estava no modo como os skatistas representavam e se apropriavam da cidade. Em suas palavras, ele dizia,

O skate apareceu como um desafio à paisagem urbana e hoje [maio de 1986] se estendeu por todos os cantos do país. Acho o skate o esporte mais *punk*, pois andar de skate é uma anarquia saudável. Você se sente dono da cidade. Cria em cima daquilo que já foi criado. Enfim, inverte tudo o que está parado³³.

Palco de manobras e aventuras do skate, a cidade foi sendo gradualmente conquistada, interpretada e apropriada. E se as pistas levaram alguns skatistas a trilharem os rumos do “esporte”, ou mais especificamente os rumos do “esporte radical”, as “aventuras” do *street* demonstravam que também havia outros caminhos que poderiam ser explorados. Pois mesmo que os skatistas (como na citação acima) ainda recorressem ao conceito de esporte para caracterizar essa prática, o desconforto era logo amenizado por sua adjetivação como algo além ou aquém de um esporte. Neste caso, o “skate era o esporte mais punk”. Assim, como apontado pela pesquisadora Carmen Lúcia Soares, devido à existência dessa *mentalidade esportiva* que a quase tudo permeia e contamina, tornava-se difícil – até mesmo para os próprios skatistas – reconhecerem-se em registros alheios à “cultura do esporte”³⁴.

Considerações finais

Se no caso do skate praticado em pistas com rampas verticais (“U”) é menos problemático a ampliação do conceito de esporte para caracterizá-lo, a denominação do *street skate* como um esporte choca-se com seu uso irreverente e transgressor nas ruas dos grandes e médios centros urbanos. Nesses espaços da cidade não havia competição, não havia um tempo cronometrado e nem juízes. Neles, o que contava era a liberdade para criar, para passar por cima de obstáculos imaginados, saltar sobre bancos, escadas, enfim, escorregar sobre as *dobras* da matéria. O skate de rua, neste sentido, manifestava-se de maneira informal e não através da formalidade esportiva (cronômetros, juízes, equipes etc). Tratava-

³³ Revista *Yeah!* ano 1, n. 2, maio de 1986, p. 10.

³⁴ SOARES, Carmen Lúcia. Práticas corporais: invenção de pedagogias? In: SILVA, Ana Márcia; DAMIANI, Iara Regina (Orgs.). *Práticas corporais*. Florianópolis: nauembla Ciência & Arte, 2005, p. 48.

se de novas experiências juvenis, heterotópicas, que buscavam singularizar as vivências do cotidiano ao explorarem “outros espaços”, inventando maneiras de ser onde o lúdico tinha – quase sempre - um lugar especial.

Quem poderia identificar skatistas nas ruas como “esportistas”? Afinal, eles corriam da polícia, muitos escutavam *punk rock* e, de modo algum, utilizavam uniformes de equipe tais como os jogadores de futebol, por exemplo. “Em 1981 já usavam pulseiras de rebite, em 1982 pintavam os cabelos de verde ou roxo”³⁵. O skatista paulistano apelidado como “Pois é!”, por exemplo, “catava o que via pela frente e transformava em pulseira. Cadarços, plásticos, arames, fios elétricos, varal... E como ele era *streeteiro* e a rua era um prato cheio, sempre aparecia com braçadeiras enormes para andar de skate no Parque do Ibirapuera”, recorda a escritora Cecília Gonçalves, que viveu o período junto aos skatistas de São Paulo³⁶.

Ao observarmos a emergência do *street skate* durante a década de 1980, portanto, encontramos um exemplo concreto de heterotopia! Pois andar de skate na cidade era desenhar um novo uso do tempo livre, inventar algum estilo de vida que estivesse sempre mais próximo da diversão e também da rebeldia. Era conquistar, dessa forma, novos modos de subjetividade, de leituras do espaço e de inserção mesmo nesse espaço. E isso implicava uma disponibilidade sempre presente para o desejo, para um tempo de satisfação, de invenção de si e, certamente, de “re-criação”³⁷.

³⁵ GONÇALVES, Cecília Moisés. Eu não era feliz e sabia. In: BRITO, Eduardo (Org.). *A onda dura: 3 décadas de skate no Brasil*. São Paulo: Parada Inglesa, 2000, p. 92.

³⁶ *Idem*.

³⁷ Devemos a utilização do termo a Alain Corbin. CORBIN, Alain. A história dos tempos livres. In CORBIN, Alain (org.). *História dos tempos livres: o advento do lazer*. Lisboa: Teorema, 2001, p. 14

A Questão das Forças Produtivas

*Elenir Machado de Melo**

Este artigo propõe o estudo histórico da visão marxiana das forças produtivas na sociedade capitalista e tenta desmistificar os avanços tecnológicos contemporâneos como liberação humana tanto do trabalho manual, quanto do trabalho intelectual, entendendo que isso ocorre nas formas antagônicas da sociedade capitalista, mas que contribui para a perpetuação dessas relações.

Palavras-chave: produção capitalista; grande indústria; ciência; tecnologia.

This article proposes the historical study of Marxian vision of productive forces in capitalist society and tries to demystify contemporary technological advances as human liberation both of manual labor, and intellectual work, understanding that this occurs in ways antagonistic of capitalist society, but that contributes to the perpetuation of these relationships.

Keywords: capitalist production; major industry; Science; technology.

1. Introdução

A questão das forças produtivas ganhou maior destaque nas discussões da década de noventa, tanto no âmbito intelectual, quanto nos âmbitos político e social.

As idéias de modernidade foram difundidas e representadas como se vivêssemos na época da chamada “terceira revolução industrial”, devida aos avanços da microeletrônica e a profusão de aparelhos eletrônicos disponíveis no mercado.

À primeira vista, na verdade, vivemos cercados por todos os lados

* Professora Mestre Adjunta da Especialização em Educação Infantil. UFMS/CPAQ. Curso de Pedagogia (História da Educação). Lenamelo677@hotmail.com

pelo “excesso” de tecnologia, desde as coisas mais comuns, como a eletricidade e o telefone, até sofisticados computadores de última geração. Não é que isto não signifique certo avanço nas atividades produtivas da condição humana, mesmo porque, essa tecnologia que aí está “facilita” a realização de muitas “tarefas” consideradas “complexas”, como as das donas de casa, na lida diária das “trabalhas” domésticas.

No que concerne à produção da riqueza, no entanto, essas idéias tomam como acabadas as tendências da produção capitalista, apontadas por Marx à época do grande desenvolvimento industrial, a ponto de Pinto¹ compreender que essa tendência pode levar ao desenvolvimento do “homem integral e polivalente”.

Outro ponto a considerar e que sempre nos chamou a atenção, nas análises das forças produtivas, era a importância dada somente às indústrias de produção seriada, ou àquelas que utilizam os princípios racionais de produção taylorista, como a indústria de automóvel.

Dessas análises, então, a principal idéia que se difundia e na qual existia consenso era a do “progresso tecnológico” da indústria naqueles princípios, como ocorreu com a microeletrônica, em que esta “revolucionou” os processos de trabalho.

O que se nos coloca aqui, é a pergunta do por que essas análises ignoravam as indústrias já automatizadas, como por exemplo, a indústria alimentícia (ou a têxtil), sinônimo de desenvolvimento da ciência e da técnica enquanto forças produtivas. Essa postura começou a determinar a preocupação de nossos estudos.

Outra questão que se nos apresentou nesta época de crise capitalista, foi a retomada, pelos estudiosos, da lei do valor, desenvolvida por Ricardo e por Marx, e as dificuldades em comprová-la na prática. Isto é, dificuldades em acompanhar o movimento da realidade, inerente a qualquer estudo teórico dessa natureza, desde os escritos de Marx, o qual nos legou mais problemas do que certezas.

As posições teóricas, hoje, ou refutam totalmente a lei do valor, ou ignoram as suas bases, procurando adaptá-la, no entanto, aos desdobramentos do capita-

¹ PINTO, Ana Maria Rezende. *O mundo capitalista e as transformações do Fordismo: a reabilitação da escola clássica na era das máquinas inteligentes*. São Paulo, 1991. (Tese de Doutorado) – PUCSP, 1991.

lismo contemporâneo ou, reproduzem as conclusões de Marx, sem a tentativa do crivo necessário da comprovação da teoria, tarefa, por si só, muito difícil.

Uma observação mais detida, também, nos fez verificar a discussão acerca da ciência e, em especial, da tecnologia. O que aí é subjacente é a idéia da “autonomia” da ciência, transmutada em tecnologia, enquanto personificação da profissão, reflexo imanente da divisão social do trabalho intelectual.

Por fim, o estudo do trabalho de Ana Maria Rezende Pinto², intitulado **O mundo capitalista e as transformações do fordismo** deu maior relevo às nossas impressões de que a análise das forças produtivas segue um parâmetro mistificador, que não a tendência apontada pela história do próprio capitalismo e, nem mesmo, pela experiência histórica da época de Marx.

Essas impressões devem-se muito mais à riqueza de dados fornecidos pela Autora citada acima, do que pela análise desenvolvida por ela, em si mesma, contraditória, apesar de ser uma tentativa pouco usual de explicar a complexidade das relações capitalistas contemporâneas.

Tentaremos, portanto, desmistificar a visão de que a tecnologia que aí está serve exclusivamente ao progresso humano de liberação das forças produtivas e, conseqüentemente, do trabalho produtivo.

Entendemos, no entanto, que essa liberação se dá de forma contraditória, tendo em vista que a maioria da população não vive do trabalho produtivo imediato, e que depende muito mais das necessidades de lucro do capital e das relações entre os homens, do que da tecnologia em si, como insinua a Autora.

2. A análise de Marx e a especificidade da grande indústria

Num aspecto mais amplo, a análise desenvolvida por Marx acerca da sociedade capitalista acompanha as diferentes transformações sociais, a partir do Renascimento, preocupação constante não só dele, como também de muitos estudiosos de sua época. A literatura desse período é extremamente rica em de-

² *Idem.*

monstrar o quanto os homens se preocupavam com um novo mundo que se estruturava e a condição humana.

Do desenvolvimento dessa sociedade, como é óbvio, diferentes formas de pensamento, em determinadas épocas, manifestaram-se como expressões próprias do grau de problemas e conflitos a elas pertinentes.

É o caso, por exemplo, da Filosofia, a partir do Renascimento, quando tratava de forma geral a sociedade, a propriedade, a ciência e a política. A Astronomia, nesse sentido, não era uma ciência autônoma, mas uma proposição da Filosofia.

Somente o desenvolvimento da sociedade capitalista leva à especialização todos os ramos das ciências, inclusive daquela proposta por Marx, a crítica à Economia Política.

Sem nos estendermos sobre o Renascimento, no entanto, o importante a assinalar aqui é a magnitude da riqueza da sociedade nascente, já no período considerado artesanal e mercantil, a ponto de Campanella³, na sua obra **A cidade do sol** afirmar sobre os novos tempos:

Dizem eles que, em nossos dias, num período de cem anos, acontecem mais fatos dignos de história do que nos quatro mil anos do mundo anterior...

A partir daí, as conquistas da humanidade foram se ampliando em todos os seus aspectos, desde as formas de apropriação e produção da riqueza, até as formas de expressão e de manifestação do espírito.

Enfim, os homens produziram novas relações numa amplitude jamais vista até então. A riqueza, portanto, não se traduzia somente na sua forma material e nem desconsiderava as especulações da Filosofia Antiga, mas retornou às suas antigas proposições para o entendimento da natureza humana.

Era de se esperar que tal riqueza não tenha se desenvolvido com tranqüilidade. Marx é profícuo em exemplos das relações “nada idílicas” daquele período.

Porém, se Marx estuda com profundidade a sociedade capitalista nas suas diferentes fases, é na época da maquinaria e da grande indústria que a sua análise torna-se muito mais detalhada.

³ CAMPANELLA, T. *A Cidade do Sol*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 252. (Os Pensadores)

A especificidade das relações que produzem e reproduzem o capital amplia-se e toma forma na grande indústria. Para Figueira⁴ “se é lícito falar do método de Marx, então a grande indústria é esse método.”

Essa posição se evidencia no propósito da análise marxiana de que as formas sociais mais desenvolvidas são a “chave” para a explicação das menos desenvolvidas.

Muito mais do que julgar ou aderir à obra de Marx, o que procuramos é o entendimento das relações sociais contemporâneas e, esse entendimento pode nos ser fornecido pela história e não simplesmente pela refutação de seus estudos.

Na perseguição desse entendimento, reproduzimos sinteticamente, a seguir, as proposições daí apreendidas.

2.1. A riqueza como criação exclusiva da grande indústria

Nos séculos XVIII e XIX, as forças produtivas se desenvolvem e superam as bases manufatureiras, em mãos da burguesia enquanto classe dominante, subvertendo, segundo Marx, todas as demais formas de relações sociais.

Compelida pela concorrência, a burguesia cria, inconscientemente, na sua fase progressista, forças produtivas que vão muito além de seus limites e da sua avidez por lucro.

Essa riqueza sem precedentes preconiza a utilização da ciência em forma de tecnologia, aplicada à produção, cuja apropriação, muitas vezes, traduz a “política de rapina” do capital. Balzac⁵ nos fornece alguns exemplos históricos dessa forma de “apropriação” nas suas obras: *As ilusões perdidas* e *A grandeza e a decadência de Cesar Birroteau*.

Nesse processo, a burguesia revoluciona e subsumi todas as manifestações de trabalho, adaptando-as aos seus interesses:

Os proprietários receberam da lei dos homens o direito de usar e abusar, isto é, de fazer o que lhes agrada com a matéria de todo o trabalho... Jamais estão obrigados por lei a fornecer oportunamente ou sempre trabalho aos não proprietários, ou a pagar-lhes um salário adequado [...] Plena liberdade quanto à natureza, à quantidade, à oportunidade da produção, ao uso, ao consumo das

⁴ FIGUEIRA, Pedro de A. *Ensaio sobre o materialismo*. São Carlos, 1983 (datilografado), p. 3.

⁵ BALZAC, H. de. *A comédia Humana*. Porto Alegre: Blobo, 1954.

riquezas, à disposição dos materiais do trabalho. Cada qual é livre para permutar as suas posses como entender, sem outra consideração que não seja a do próprio interesse.⁶

Os estudos científicos acerca das leis da natureza, em desenvolvimento desde o Renascimento, e que se manifestavam, portanto, como uma conquista da humanidade, passam a ser adaptados aos interesses do capital, já na forma de máquinas.

Assim, nessa fase, ao invés de liberar conscientemente o trabalho, por causa da diminuição do tempo trabalho necessário para a produção da riqueza social, o capital faz exatamente o inverso.

Nisso acreditava Bacon⁷, por exemplo, nas suas proposições sobre o desenvolvimento da ciência, a qual, aliada aos instrumentos de trabalho como força produtiva, seria capaz de dominar a natureza e produzir coisas úteis aos homens aliviando-os da canseira do trabalho.

[...] O número de trabalhadores na indústria do algodão não diminuiu com a introdução da maquinaria, mas aumentou de 40.000 para um milhão e meio.⁸

Essa situação histórica leva Marx a detectar o reverso da produção capitalista: a imensa produção da miséria como o seu oposto. Ao invés de liberar o homem da canseira do trabalho produtivo, transforma o trabalhador em “apêndice” da máquina.

Nesse sentido,

Revela-se, de um lado, progresso histórico e fator necessário de desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração.⁹

Porém, não só Marx, como alguns autores, selecionados por ele, percebem que a produção da riqueza no capitalismo também tem seus limites:

[...] a crescente concorrência entre os donos de fábricas reduziu necessariamente os seus lucros em relação à quantidade dos produtos. Entre 1820 e 1833,

⁶ SCHULZ, W. Die bewegung der produktion. Apud MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Lisboa, Ed. Setenta, 1989, p. 132.

⁷ BACON, Francis. *Nova Atlântida; Novum Organum*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

⁸ MARX, K. *Manuscritos econômicos - filosóficos*. Lisboa, Ed. Setenta, 1989, p. 131.

⁹ MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [s. d.], L. 1, v. 1, p. 417-18.

o lucro bruto dos produtores de Manchester numa peça de algodão desceu de 4 xelins e 1 1/3 dinheiro para 1 xelim e 9 dinheiros. Mas, de maneira a compensar esta perda, intensificou-se muito mais a escala de produção. O resultado é [...] que em alguns ramos da indústria há produção excessiva; que surgem freqüentes bancarrotas [...]¹⁰

Estes limites, na época de Marx, eram inerentes à utilização do progresso tecnológico na exploração do trabalho vivo. A burguesia, por causa das crises e das bancarrotas, passa a negar de forma sistemática a sua tendência “natural” de criação da riqueza e, pelo contrário, segundo Marx, passa a “emperrar o desenvolvimento das forças produtivas”.

Essa incapacidade de desenvolvimento contínuo das forças produtivas seria a dificuldade que o capital possui, em determinadas fases, de manter e expandir a exploração de mais trabalho produtivo, em outras palavras, trabalho vivo:

A massa de trabalho vivo empregado decresce sempre em relação à massa de trabalho materializado que põe em movimento, à massa dos meios de produção produtivamente consumidos, inferindo-se daí que a parte não paga do trabalho vivo, a qual se concretiza em mais-valia, deve continuamente decrescer em relação ao montante de valor do capital global aplicado. Mas, essa relação entre a massa de mais-valia e o valor de todo o capital aplicado constitui a taxa de lucro, que por conseqüência tem de ir diminuindo.¹¹

Dessa forma,

Não se produz riqueza demais. Mas a riqueza que se produz periodicamente é demais nas formas antagônicas do capitalismo. O limite da produção capitalista patenteia-se nos seguintes fatos: 1) o desenvolvimento da produtividade do trabalho gera, com a queda da taxa de lucro, uma lei que em certo ponto se opõe frontalmente a esse desenvolvimento e por isso tem de ser constantemente superada por meio de crises. (2) a obtenção do trabalho não pago e o trabalho materializado em geral, ou, em termos capitalistas, o lucro e a relação entre esse lucro e o capital aplicado, por conseguinte, certo nível da taxa de lucro é que determina a decisão de expandir ou restringir a produção, e não a relação entre a produção e as necessidades sociais, as necessidades de seres humanos

10 SCHULZ, W. *Op. cit.*, p. 131.

11 MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, L. 3, p. 243-44.

socialmente desenvolvidos. Por isso, a produção já encontra limites em certo grau de expansão, embora se patenteie muito insuficiente, se considerarmos o segundo desígnio. Ela estagna no ponto exigido pela produção e realização do lucro e não pela satisfação de necessidades.¹²

É importante salientar aqui, que Marx denomina as forças produtivas já na forma propriamente capitalista, ou seja, na forma da grande indústria, na qual se dá a chamada “subsunção real” do trabalho ao capital, diferentemente da sua “subsunção formal”:

A característica geral da subsunção geral da subsunção formal continua sendo a direta subordinação do processo de trabalho – qualquer que seja, tecnologicamente falando, a forma em que se efetue – ao capital. Nessa base, entretanto, se ergue um modo de produção tecnologicamente específico que metamorfoseia a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais: o modo capitalista de produção. Somente quando este entra em cena, se dá a subsunção real do trabalho ao capital.¹³

A tendência da produção da riqueza capitalista, na sua fase de progressão contínua (progresso social), seria, então, assim detalhadamente descrita por Marx:

[...] A produtividade do trabalho, o volume de produção, o volume de população e o volume de superpopulação, desenvolvidos por tal modo de produção, suscitam, incessantemente – com o capital e o trabalho agora disponíveis – novos ramos produtivos, nos quais o **capital pode trabalhar novamente em pequena escala e percorrer, novamente, as diversas fases de desenvolvimento, até que esses novos ramos de atividade também começam a ser explorados em escala social. [É] esse um processo contínuo.** Simultaneamente, a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos industriais dos que até então não se apoderara, e nos quais ainda [se dá] apenas a subsunção formal. Tão logo se apodera da agricultura, da indústria de mineração, da manufatura das principais matérias têxteis etc., invade os outros setores onde unicamente [se encontram] artesãos formalmente independentes ou ainda independentes [de fato]. Na análise da maquinaria havíamos assinalado como a introdução desta em um ramo provoca o mesmo fenômeno em outros ramos, e ao mesmo

¹² *Id.*, *ibid.*, p. 296-7.

¹³ MARX, K. *O capital* (livro I, capítulo VI – inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978, p. 66.

tempo em outros setores do mesmo ramo. A fiação mecanizada leva à mecanização da tecelagem; a fiação mecanizada na indústria algodoeira, à fiação mecanizada da lã, do linho, da seda, etc. O emprego intensivo de maquinaria nas minas de carvão, nas manufaturas de algodão etc., tornou necessária a introdução do modo de produção em grande escala na construção das próprias máquinas. Abstraindo da ampliação dos meios de transporte, exigida por esse modo de produção em grande escala, temos, por outro lado, que é somente devido à introdução da maquinaria na construção das próprias máquinas – sobretudo de geradores de energia (prime motors) cíclicos – que se tornou possível a introdução de barcos a vapor e das ferrovias, e se revolucionou, integralmente, a construção naval. **A grande indústria lança tal massa humana nos ramos ainda não dominados por ela, ou neles produz tal superpopulação relativa quanto o necessário para transformar o artesanato ou a pequena empresa, formalmente capitalista, em grande indústria.** (Grifos nossos).¹⁴

Como revolucionam continuamente, nessa fase, os diversos ramos de produção, as máquinas que produzem em grande escala caracterizam-se pelo gigantismo e pelo sistema automático de máquinas, no qual o trabalhador não domina o processo de trabalho:

Tão logo a máquina possa executar sem a ajuda do homem todos os movimentos necessários para elaborar a matéria-prima, ainda que o homem vigie e intervenha de vez em quando, teremos um sistema automático da maquinaria [...].¹⁵

Existem muitas passagens na obra de Marx que explicitam o que seria o progresso tecnológico de sua época que não cabem, no entanto, aqui. Mas, cabe salientar, ainda, o papel da ciência no processo imediato de trabalho. Diz Marx:

A ciência manifesta-se, portanto, nas máquinas, e aparece como estranha e exterior ao operário. O trabalho vivo encontra-se subordinado ao trabalho materializado, que age de modo autônomo. Nessa altura, o operário é supérfluo [...].¹⁶

¹⁴ *Id., ibid.*, p. 67-8.

¹⁵ MARX, K. Apud MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 20.

¹⁶ *Id., ibid.*, p. 21.

3. As “bases, por excelência”, da produção capitalista contemporânea

São os estudos históricos, desenvolvidos por Marx, que possibilitam as observações de Benedito Moraes Neto, quando questiona o caráter progressista da produção taylorista e fordista. Diz ele:

[...] Todo o esforço de nosso trabalho foi mostrar que o taylorismo não se ajusta à forma desenvolvida da produção capitalista (sistema automático de maquinaria), caracterizando-se, isto sim, como uma recriação da manufatura [...].¹⁷ Podemos [...] batizar o fordismo de manufatura do capitalismo monopolista, e, por causa mesmo dessa analogia, podemos compreender por que, ainda que o capital tenha aprendido a “chutar com os dois pés [...]” [automatização e trabalho manual].¹⁸

Em síntese, o Autor procura demonstrar a retroação do taylorismo e do fordismo na utilização do trabalho manual e a dependência “do capital frente ao trabalho vivo”, por causa, principalmente, da transformação dos trabalhadores em “autômatos úteis”, o inverso da grande indústria, quando o trabalhador se torna supérfluo.

Na realidade, se observarmos mais atentamente, a chamada “produção seriada” está, na sua totalidade, estruturada pelo sistema mecânico do trabalho manual, seja na produção de carros, relógios e aparelhos eletrônicos, inclusive. Reproduzimos, abaixo, um trecho de Alain Lipietz sobre esse “espírito revolucionário” e que traduz a produção seriada, citada por Moraes Neto:

A destreza manual da mulher oriental é renomada no mundo inteiro. Ela possui duas pequenas mãos e trabalha velozmente com diligência extrema. Quem, por conseqüência, poderia estar melhor qualificado pela natureza e pela tradição para contribuir para a eficiência de uma linha de montagem que a mulher oriental?¹⁹

Contrariamente ao tom apologético do trabalho manual, esta passagem ilustra que o capital, na produção seriada, além de não revolucionar as bases da pro-

¹⁷ *Id.*, *ibid.*, 95.

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, 53.

¹⁹ LIPIETZ, A. Apud MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 58.

dução, ainda se apropria da destreza histórica do trabalho manual, na sua forma virtuosa.

Poder-se-ia argumentar, no entanto, que a própria produção automobilística já automatizou várias operações da linha de montagem. Mesmo substituindo operações parciais, que em nada lembram o sistema automático de máquinas, argumentaríamos, em contrapartida: Por que o robô não substitui totalmente o trabalho do operário, se isso já é possível, por meio da microeletrônica, mesmo sendo o automóvel uma mercadoria “peculiar”? [...] “junção de milhares de componentes (cinco mil na época de Ford e hoje cerca de dez mil.”²⁰

Num artigo de Roger Draper encontramos o relato das dificuldades encontradas pelo capital, para o desenvolvimento da robótica:

Os robôs, em sua maioria de primeira geração, que foram adquiridos pela GM no início da década de 80 eliminaram, em média, 1,7 dos empregos – e 2,7 dos empregos em fábricas que operam 24 horas por dia – cifras que compreendem todas as novas posições criadas pela robótica. [...] O fato de os robôs de segunda geração poderem ser utilizados em linhas de montagem significa que as perdas futuras (trabalho manual) não se limitarão a poucas indústrias, como acontece no presente. [...] Quase todo o trabalho desse tipo (pegar, carregar, colocar no chão) já pode ser executado por robôs, embora, na maioria dos casos, o trabalho humano seja mais barato.²¹

Percebe-se, dessa forma, que o capital já encontra limites na sua própria expansão, porque tem que manter o trabalho vivo (mais barato que a máquina, senão, não se valoriza).

Nesse mesmo artigo de Draper encontramos também os dados que nos possibilitam responder à pergunta formulada na introdução deste trabalho: por que a idéia de avanço tecnológico está associada à indústria automobilística e, mais recentemente, à microeletrônica:

No início da década de 60, a companhia que adquirisse um robô tinha de criar suas próprias técnicas de produção e treinar seus próprios especialistas, o que acarretava enormes inconveniências e custos. O fracasso era muito comum,

²⁰ MORAES NETO, Benedito Rodrigues. *Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 61.

²¹ DRAPER, Roger. Os robôs na indústria. *Diálogo*, v. 9, n. 4, 1986, p. 6.

como é comum hoje nas tentativas de implementar a fabricação integrada por computador. Somente as empresas ricas e de grande porte que já possuíam bastante know-how em automatização, ousavam arriscar e, como sabemos, essas empresas eram principalmente as da indústria automobilística.²²

Em outras palavras, somente as indústrias que haviam acumulado enorme quantidade de capital pela exploração do trabalho vivo e, além do mais, trabalho manual, poderiam financiar tais empreitadas. Essa enorme quantidade de riqueza produzida pela indústria automobilística vai colocá-la no ranking do “avanço capitalista”.

Segundo Paul Kennedy²³,

Em 1960 os Estados Unidos fabricaram 6,65 milhões de automóveis, que constituíam maciços 52% da produção mundial de 12,8 milhões desses veículos; em 1980, estavam produzindo apenas 23% do total mundial, mas como este era de 30 milhões de unidades, a produção americana absoluta tinha aumentado para 6,9 milhões de unidades.²⁴

Outro fato que podemos inferir, diante de tanta riqueza, é o de que a indústria automobilística ajuda a baratear os custos da microeletrônica e o seu aperfeiçoamento técnico.

No caso específico da microeletrônica, então, seu desenvolvimento está na proporção adequada ao desenvolvimento da riqueza capitalista na atualidade. Na medida em que grandes quantidades de capital foram investidas em pesquisa de novas tecnologias, a ciência deixou de se ligar formalmente ao capital para se transformar, agora, em fonte exclusiva de lucro. É o que nos aponta Wilson:

Nos últimos anos, parcerias criativas entre financiadores e empresários transformaram os frutos da ciência e da engenharia em novas tecnologias bem lucrativas, como as dos computadores e da engenharia genética.

Neste processo, a tecnologia atual não corresponde, também, à tecnologia desenvolvida na época de Marx, caracterizada por máquinas ciclópicas e totalmente automatizadas. Pelo contrário, a tecnologia hoje foi transformada

²² *Id.*, *ibid.*, p. 3.

²³ KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grande potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 411..

²⁴ WILSON, John W. Financiamento de novas empresas. *Diálogo*. v.19, n. 1, 1987, p. 19.

em miniaturas, ou se transferiu para os pequenos aparelhos, como os eletrodomésticos.

Esta “individualização” da “tecnologia” permite o barateamento e a comercialização de grande quantidade de mercadorias, garantindo o retorno do capital investido, tendo por base, no entanto, o trabalho manual da linha de montagem.

A mistificação vem exatamente da não consideração de que a microeletrônica, ou o desenvolvimento de qualquer outra máquina é produto histórico do trabalho. Trabalhos científicos e tecnológicos que se transmitem ao longo do desenvolvimento do capitalismo, transformando o trabalho manual como herança das sociedades anteriores, em automação crescente, nas origens do capitalismo, mas que nesse percurso, combina numa só base o trabalho manual e o intelectual, não prescindindo, em absoluto, do primeiro.

Essa mistificação estende seus tentáculos, também na educação, a ponto de Pinto entender que

A introdução da automação informatizada e, sobretudo, da automação flexível tem alimentado renovada esperança entre os estudiosos frente à hipótese do desenvolvimento da capacidade de trabalho da humanidade e da recuperação do homem integral e polivalente no próprio âmbito do mundo capitalista de produção.²⁵

Ainda segundo a Autora, e pelos exemplos citados por ela, a “tecnologia da informação” pode, “em alguns contextos, reforçar a divisão do trabalho”²⁶. Entretanto, a Autora chama a utilização da microeletrônica de “intelectualização da produção. Não percebe que, muito mais do que “liberar” o trabalho, esse processo substitui cada vez mais o trabalho do cientista, principalmente daquele ligado diretamente à produção, quando ela própria cita o cargo do engenheiro como uma profissão em “desagregação” no interior desse processo.

Na medida em que a ciência, personificada na figura do cientista, só existe de forma parcial, este conhecimento se transfere, cada vez mais para a máquina, e é por isso que a produção não prescinde do trabalho manual, mas pelo contrário, reforça a oposição entre o pensar e o fazer (uns pensam e outros fazem).

²⁵ PINTO, Ana Maria Rezende. *Op. cit.*, p. 47.

²⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 56.

Isto ocorre muito mais pela própria objetivação da ciência em máquinas (tecnologia), do que pelo “avanço” proporcionado pela leitura de “signos e símbolos”, como quer a Autora. Podemos com outro exemplo, perceber o descolamento da ciência do profissional: no caso dos médicos, a ciência se transfere cada vez mais para os instrumentos tecnológicos, e os diagnósticos se transformam em símbolos e signos, interpretados pelos médicos no processo de simplificação e parcialização dessa profissão, transformando os médicos em escravos desses instrumentos.

Não se pode desconsiderar, no entanto, o avanço da microeletrônica na sua totalidade, pelo contrário. Ela indica que a humanidade pode aplicar a tecnologia em qualquer área que se queira. A adaptação que o capital faz dessa microeletrônica é que não se constitui em avanço, por que não libera o ser humano, nem mesmo precisa de grandes conhecimentos para a sua utilização, além de imprimir limites ao desenvolvimento da tecnologia, cada vez mais distante do processo produtivo.

Dessa forma, num país em que o progresso capitalista sempre foi o da indústria automobilística, a introdução da “automação”, com uma acento periférico, pode ser considerada como “revolução tecnológica”, quando Pinto considera que “isto significa que a produção moderna é revestida de alto conteúdo científico-tecnológico”.²⁷

Outras passagens também demonstram o grau de mistificação dessa tecnologia e retratam o que a Autora chama de “alto conteúdo científico tecnológico”²⁸

- 1) Maior grau de sofisticação logística;
- 2) Criação de novos processos, materiais e produtos;
- 3) Novos mercados.

Esse é o conteúdo capitalista, e é como se fosse agora que a produção passa a se utilizar da ciência e da tecnologia. A distinção histórica das diversas fases da sociedade capitalista não se faz agora somente pela proposição marxiana “com que meios de trabalho se faz”, mas, também pela proposição **do que se faz**.

²⁷ PINTO, Ana Maria Rezende. *Op. cit.*, p. 58.

²⁸ *Id.*, *ibid.*, *loc. cit.*

4. Considerações finais

O otimismo exagerado acerca da utilização de novas tecnologias no processo de trabalho, como vimos, desconhece em si mesma a necessidade de lucro capitalista.

Na realidade, a tecnologia, por ser produto do desenvolvimento da ciência e uma conquista, portanto, da humanidade, já contém em si todo o controle acerca das leis da natureza, daí a possibilidade de manipulação, quando utilizada em qualquer forma de atividade que proporcione lucro.

Ela se ajusta perfeitamente a qualquer coisa que se queira realizar, basta, no entanto, que seja “financiada”, ou “adquirida”. Só esse requisito já é o suficiente, no entanto, para limitá-la.

Nunca, em qualquer época, a tecnologia se ajustou tão bem à forma de produção capitalista, na medida em que possibilita, em muitos casos, a divisão técnica do trabalho ou, até mesmo a sua ampliação, problema já superado historicamente pelo sistema automático de máquinas.

Nesse processo, continua escravizando tanto o trabalho manual quanto o intelectual, agora, este último, subsumido realmente ao capital.

A presença indígena na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e seu termo

*Loiva Canova**

A proposta deste texto é dissertar sobre a historicidade da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá no setecentos, localizada no centro da América do Sul. Vila que resultou da concentração populacional de índios, escravos negros africanos, europeus e mamelucos, bem como dos processos históricos da expansão dos bandeirantes, das monções, do sonho do ouro, da caça aos índios e das estratégias geopolíticas de colonização do império português. O objetivo deste artigo é dar visibilidade à presença indígena na Vila e no seu termo por meio da documentação local produzida pelos agentes do governo português.

Palavras-chave: Cuiabá; índios; colonização.

The purpose of this text is to speak about the historicity of Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá seven hundred, located in the center of South America that resulted from the village population concentration of Indians, slaves, Africans, Europeans and mestizos as well as processes Historic expansion of the pioneers, the monsoons, the dream of gold, the Indians

Um histórico da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá

O termo que denomina a capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, é uma expressão urbana que resultou das ações expansionistas dos bandeirantes paulistas. A Vila do Cuiabá tem mais de três séculos de história, o período da história colonial. Sua trajetória está registrada ainda nos tempos das viagens monçoeiras, do sonho do ouro e da caça aos índios, cuja mão de obra muito serviu à agricultura em terras de São Paulo.

* Doutora em História, Professora do Departamento de História da UFMT. loivacanova@gmail.com

hunting and geopolitical strategies of colonization of the Portuguese empire. The purpose of this article is to give visibility to the indigenous presence in the village and its end through the

documentation produced by the local agents of the Portuguese government.

Keywords: Cuiabá; indians; colonization.

Atualmente, Cuiabá limita-se com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada e Acorizal. O município, banhado por intensos raios solares, está situado às margens do rio homônimo e forma uma conturbação urbana com a cidade de Várzea Grande. A estatística populacional dos dois municípios soma a média de 750 mil habitantes.

Inicialmente, foi chamada pelos oficiais da Coroa portuguesa de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e ganhou essa condição ainda no início dos anos vinte do setecentos, precisamente em primeiro de janeiro de 1727.

Nos anos de 1718 e 1719, antecedendo a condição de vila, as tão famosas minas eram administradas por seu descobridor e fundador, Pascoal Moreira Cabral. Ele era o chefe da bandeira que chegou às paragens do Rio Cuiabá, afluente do Rio Paraguai, com o intuito de apresar índios Coxiponés. Ali se estabeleceu por resultado da significativa descoberta de ouro no Rio Coxipó, onde foi formado o primeiro núcleo populacional, o Arraial da Forquilha.

Em pouco tempo, seguindo para a região das minas do Cuiabá, muitos homens chegaram com Rodrigo Cesar de Menezes, o governador de São Paulo, para dar início às práticas de colonização. Foi nessa época em que ocorreu o processo histórico do expansionismo português, na sua margem mais dilatada, a oeste do antigo Tratado de Tordesilhas, um sertão ainda pouco conhecido pelos oficiais da Coroa portuguesa, de onde, mais tarde, viria o primeiro governador da capitania de Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura.

A espacialidade da conquista e colonização portuguesa do arraial ficaria inicialmente sob a administração da Capitania de São Paulo, posteriormente desmembrada para ser criada a Capitania de Mato Grosso, no ano de 1748.

O Capitão-General e Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Cesar de Menezes, viajou com monçoeiros em direção ao arraial do Cuiabá, chegando

às minas em 1726. Foi responsável por elevar o arraial à categoria de Vila, e nela administrou a Câmara. Nas obrigações reconhecidamente públicas, o Capitão-General da Capitania de São Paulo oficializou a conquista na parte mais central da América do Sul.¹ As ações de Rodrigo Cesar de Menezes significaram o símbolo da rígida administração metropolitana, sentida, sobretudo, na região das minas novas. Nelas estabelece o fisco, aparelha a burocracia, levanta Pelourinho, toma casas para Senado da Câmara e nomeia Ouvidor.²

Conforme define Carlos Alberto Rosa, as “câmaras eram instituições locais, que tiveram papel fundamental na formação e manutenção da América portuguesa”. Ao iniciar a colonização do Cuiabá, nas primeiras décadas do setecentos, Portugal havia acumulado experiência na colonização imperial em três continentes, consolidando a instituição urbana das câmaras em séculos de domínio ultramarino.³

Rosa explica que a câmara do Cuiabá

normatizava o espaço urbano, o fornecimento de gêneros alimentícios a moradores da vila, o exercício de “ofícios mecânicos” na vila e seu termo por meio de “exames de Mestres de Ofícios”, a saúde contratando cirurgiões para atender as camadas mais pobres do “povo” e “seus escravos”, [...] a concessão de terras sesmarias.⁴

Ainda segundo Rosa, nas câmaras eram elaborados estatutos e posturas municipais que normatizavam questões de edificação, higiene, saúde, alimentação e festas, entre outros. Havia concessão de privilégios e imunidades aos “homens da governança” (vereadores, juizes, oficiais camarários), concedendo-lhes que praticassem com a isenção possível o “bem comum”.⁵

É possível confirmar nos registros deixados por Rodrigo Cesar de Menezes que, em um esforço para fundar a Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, no ano de

¹ MENDONÇA, Rubens. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982. p. 67 e ss.

² CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969. p. 205.

³ ROSA, Carlos Alberto. Mínima história dos Anais. In: ANNAES do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830. Transcrição e organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), 2007. p. 21.

⁴ *Idem*, p. 23.

⁵ *Ibidem*, p. 22.

1726, aplicou todo “cuidado, indústria, e com despesas”, e de seus soldos investiu na vinda de “muitos moradores” para, nas terras com abundância de ouro e índios, produzirem mantimentos. Porque muito precisava ser alargada a fronteira naqueles “desertos indecisos pela linha imaginária”. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi descrita pelo capitão, em 1732, como a de “mais larga extensão do domínio da Coroa”, cuja localização, conforme escrevia, ficava “no mais interior de todo o estado do Brasil”.⁶ As representações, elaboradas em meados da terceira década do setecentos, sobre as minas do Cuiabá, no interior do sertão, foram configuradas com múltiplos sentidos, cuja dimensão fica evidente nos vocábulos escolhidos para a descrição: “larga extensão”, “desertos”, “dilatadas jornadas” e “dilatadas campinas”.⁷

Segundo Virgílio Corrêa Filho, só na monção de 1726, em que viajou Rodrigo Cesar de Menezes, chegaram ao porto do Rio Cuiabá cerca de 3 mil pessoas, entre negros e brancos, em um comboio com mais de 300 canoas.⁸ Apesar de a viagem até as minas de Cuiabá ser, sem dúvida, perigosa, muitas vezes, mesmo em meio às dificuldades, mostrou-se prazerosa e exótica. O inédito da flora e fauna tem destaque nos relatos sertanistas. Os monçoeiros encaravam todo tipo de obstáculos: corredeiras, doenças, fome, frio, calor, cansaço, mosquitos e ataques indígenas. O flagelo considerado mais terrível era o enfreitamento com os ferozes índios Paiaguá, cujos ataques tiveram início em 1725.⁹

A população de São Paulo, porém, não desistiu. Muitas pessoas se dirigiram às novas minas, e por elas andaram, viveram, exploraram minério, esquadrinharam suas riquezas nas margens dos córregos, sendo o mais famoso o da Prainha, afluente à esquerda do Rio Cuiabá. Ali, o bandeirante sorocabano Miguel Sutil descobriu a mais rica das minas coloniais. Outros encontraram ouro, próximo de onde é hoje a Igreja do Rosário. Esses achados minerais marcariam definitivamente um dos lugares da colonização.

⁶ PARECER do Conselho Ultramarino enviado por Rodrigo Cesar de Menezes. Lisboa Ocidental, 8 jan. 1732. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR (UFMT), microficha 6, doc. 80/AHU.

⁷ GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 23 e ss.

⁸ CORRÊA FILHO, V. *Op. cit.*, p. 50.

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 64.

Com as descobertas do ouro, esse lugar tão distante foi devidamente repovoado por pessoas de várias localidades. Além daquelas vindas de São Paulo, vieram também de Minas, as das Gerais e dos Goias. Na primeira Vila, na margem mais a oeste de todas as terras da América portuguesa, homens e mulheres trataram de aparelhar o lugar com práticas de produção agrícola, criações e vários outros afazeres característicos de um cotidiano de vida urbana. Construíram casas, quintais e levantaram capela usando madeira, barro, taipa de pilão e alvenaria, material utilizado pela população moradora da Vila. Segundo Holanda, no ano de 1727 havia ali 2,6 mil negros e índios labutando nas lavras de ouro.¹⁰

Essa espacialidade logo mostrou indícios de crescimento. Por meio dos registros, segundo Carlos Alberto Rosa, observa-se a movimentação dos “carros de boi transportando carga entre a vila e o porto geral” e as edificações construídas em forma de “sobrado”, confirmam a consolidação do centro da vila e a ostentação do poder.¹¹

A propósito dos primeiros ranchos, o arquiteto Júlio de Lamonica Freire escreveu que foram erguidos sem preocupações urbanísticas e localizavam-se nas cercanias das lavras, onde os moradores aproveitavam “os espaços livres das encostas escavadas pela garimpagem do ouro. Ruas e ruelas serpenteavam pelo terreno, ajustando-se a ele, ao longo do curso d’água”. Segundo Freire, a produção do espaço urbano foi consequência da expressão arquitetônica do barroco. A matriz, o pelourinho, as igrejas do Senhor dos Passos e do Rosário foram os primeiros “pontos de tensão em torno dos quais a vila se estruturava e se organizava”. Em torno das áreas das jazidas, principalmente nas da margem esquerda do riacho, em frente à colina, iniciou-se o povoamento, erguendo-se a Matriz, as igrejas, os largos, as primeiras ruas, as primeiras casas.¹²

Cuiabá simbolizou, no setecentos, um espaço de conquista, um minúsculo fragmento das intencionalidades do projeto colonial português. Nela, se concentraram os mais diferentes personagens da colonização, entre eles os admi-

¹⁰ *Idem*, p. 55.

¹¹ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)*. 1996. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 63 e ss.

¹² FREIRE, Júlio de Lamonica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997. p. 40 e 42.

nistradores coloniais, representantes do poder metropolitano, que compunham o quadro dos agentes oficiais do comando da conquista, responsáveis, respectivamente, pela execução do conhecimento e reconhecimento do espaço, pela pregação da fé em Cristo e, também, pela defesa do território.

Inicialmente um modesto povoado, posteriormente tornou-se arraial, vila e então cidade, condição à qual passou em 17 de setembro de 1818. Atualmente a maior de todas as cidades que agregam o conjunto das expressões urbanas do Estado de Mato Grosso, Cuiabá é uma cidade que traz em sua história 293 anos de movimento arquitetônico, em um espaço de cerrado, cortada por vários córregos e pelo Rio Cuiabá, por onde chegaram os monçoeiros com seus inúmeros sonhos de riqueza.

Cuiabá foi lugar que teve em prospectos suas linhas e curvas e, nas construções dos equipamentos da vila, o esforço conjunto de muitos trabalhadores. O trabalho indígena foi na maior parte dos Bororo, Paresi, Guató, Paiaguá, Guaná, Mizuaré e dos negros africanos escravizados e forros.¹³

Os africanos e seus descendentes foram trazidos para o Cuiabá desde as primeiras décadas do setecentos. Sobre os africanos, escreveu Carlos Alberto Rosa: “Há vários casos de senhores trazendo 14 a 28 escravos cada um, antes de 1727. Só em 1726 entraram na freguesia do Cuiabá 373 escravos”,¹⁴ e complementa: “A presença africana aqui evoca as intensas relações entre a América e a África. E os elos do tráfico, litoral atlântico e esta parte, articulando África ocidental, Bahia, Rio, São Paulo e Minas Gerais ao Cuiabá”.¹⁵

Na sociedade colonial, desigual, hierárquica, preconceituosa, os negros e também os índios bravios (os indivíduos mais desqualificados de toda a sociedade da época) – portanto, infiéis – foram reiteradamente representados como perigosos e traiçoeiros pelos oficiais da Coroa portuguesa, sobretudo no contexto de expansão e colonização, porque impediam, atrasavam e oneravam os investimentos do império luso na parte da conquista mais dilatada de todas as terras

¹³ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (Org.). *A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003. p. 23-24.

¹⁴ *Idem*, p. 38.

¹⁵ *Idem*, p. 38.

da colônia americana. A presença de africanos escravizados foi relatada na correspondência oficial, nas crônicas e nos relatos sertanistas do período. Para este texto, destaca-se um fragmento de documento que menciona ataques de índios da nação Bororo a africanos escravizados:

Táobem na Chapada deráo os Bororos na ultima outava de Pascoa onde mata-rão hua negra, e frecharáo dous negros. Sahiráo duas Bandeiras para este Cer-táo permita Deos se estinguáo estes venenozos bixos que tanto vão danificando este Paiz e impossibilitando as conveniências a seus habitantes.¹⁶

Os negros estavam na lida dos ofícios urbanos e nos trabalhos da roça. O número de negros no ofício dos engenhos de aguardente e do melado de cana-de-açúcar era significativo:

E na verdade Senhor ao que me parece servem mais os sobreditos Engenhos de ruína a estas Minas de que de utilidade a S. Magestade q. Deos Guarde porque havendo nellas dezassete ou dezoito Engenhos, e mais alguns e acarossadores [?] em que se fabricáo mellados e agoardente em cujas fabricas se acháo ocu-pados melhor de quatrocentos negros, [...].¹⁷

Para além dos conteúdos registrados por meio de mandos e notícias, com problemáticas amplamente diferenciadas em um fragmento textual, a Vila foi cenário cujo principal meio de articulação era a igreja, denominada Bom Jesus, o mais importante ponto de referência por onde delineavam-se os contornos de ruas. Dimensão estratégica de fluxos e refluxos, a igreja foi símbolo demarcador dos novos empreendimentos da ação dos diferentes moradores da Vila. Segundo Carlos Alberto Rosa, a igreja do Bom Jesus, feita pelo sorocabano Jacinto Barbosa Lopes, que construía também a matriz da Vila do Carmo, nas Gerais¹⁸, foi o marco inicial do arraial.

¹⁶ CÓPIA DE CARTA escrita ao Excelentíssimo Senhor Conde e General pelo Provedor da Fazenda Real das minas do Cuyaba, Thomé de Gouvea e Saã Queiroga. Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, 7 jun. 1734. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR (UFMT), microficha 28, doc. 1092/AHU. In: MORGADO, Eliane Maria de Oliveira *et al.* (Org.). *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Série transcrição: correspondência, v. 2), p. 56. A transcrição de aproximadamente 225 documentos ibê-ricos integrais, avulsos selecionados que compõem a série correspondências, dividida em quatro volumes, foi realizada por Otávio Canavarros, professor Doutor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

¹⁷ *Idem.*, p. 57.

¹⁸ Para compreender em detalhes a história da constituição da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e de seus moradores, ver ROSA, 1996 e ROSA, 2003.

Simultaneamente, autoridades portuguesas definiram como deveria ser o espaço do arraial. Sua elevação à categoria de vila deu-se em 1727, com governo local autônomo, que evidenciava a “governança” da vila sobre o vasto território.¹⁹

A partir da instalação da igreja Bom Jesus, foram construídos os primeiros arruamentos, os primeiros becos, que se insinuavam em suas curvas. Serviram aos que seguiam mais apressados e, a passos largos, precisavam encurtar o trajeto diário.

As fontes de água potável também compunham o cenário do ambiente da Vila. Recebiam especial atenção, tanto que, para elas, foram construídos ranchos e demais coberturas. Na Vila, havia água em lugares como o “sítio da paragem”, o da “Mandioca”, atual Praça do Conde de Azambuja, o “Tanque do Ernesto” e mais três fontes na margem oriental da Prainha, avenida que atualmente corta o centro da cidade.²⁰

A água potável era transportada pelos escravos africanos e indígenas, os “negros da terra”. Esses homens também trabalhavam nos serviços das roças, da extração do minério, nas olarias, no fabrico das telhas e dos tijolos, nas vendas, na criação de gado vacum e cavalar, na pescaria e nas benzeções e curas.

Conforme afirmou o historiador Edvaldo de Assis, as pessoas no Cuiabá, em muitas ocasiões, substituíram o conhecimento científico pelo saber do povo. Muitos usavam de alguma garrafada para o trato de enfermidades e, por vezes, contavam com os serviços de sangradores e de cirurgiões, além dos das irmandades religiosas, que em alguns momentos de desamparo se prestavam à solidariedade, “como, por exemplo, por ocasião dos sepultamentos e em caso de alguma condenação à força”. A população pobre usava de “curandeiros, das rezas, das benzeduras e de plantas medicinais como a erva de bicho, a quina, angico, poaia, barbatimão, erva-de-santa-maria, picão, caroba, erva-de-santo-inácio, água-pé”.²¹

As informações pesquisadas por Assis a respeito do uso medicinal de ervas pela população pobre são confirmadas pelo Governador de São Paulo, nos anos trinta do setecentos.

Quanto ao sirurgáo, e botica, se faz desnecessario, porq. naquelle Certáo, e ainda nas mesmas Minnas se curáo enfermidades graves com o remedio de ervas,

¹⁹ *Idem*, 2003, p. 15.

²⁰ *Idem*, 1996, p. 28.

²¹ ASSIS, Edvaldo de. *Cuiabá colonial: povoamento e sociedade*. Cuiabá: Barros, 1988. p. 60 e 63.

e balcemos de arvores como experimentey padecendo hua opilação, procedida de roins mantimentos, e aguas, e depois cuberto de lepara [?] q. me durou seis mezes, sem ficarme libre mais parte do corpo, q. o rosto. Cujas enfermidades destruirão [?] os remedios daquelles certões, o que não farião, os exquezitos das boticas.²²

Os pobres da Vila do Cuiabá tinham seus pequenos roçados e criatórios de porcos, portanto, estavam garantidos os rendimentos provenientes da venda de carne e do toucinho, bastante consumidos pela população. Nas roças, eram produzidos arroz, milho, abóbora e feijão e havia homens que trabalhavam na curtição do couro e nos engenhos de cana-de-açúcar e aguardente. Alguns também se ocupavam da atividade pesqueira, aproveitando-se do rio e das práticas indígenas, como o uso do timbó, da flecha e das iscas de genipapo. O peixe era o principal alimento da população pobre da vila, e o excedente era utilizado na fabricação de óleo ou vendido, pois era usado na iluminação das casas.²³

Para os mais afortunados, era possível adquirir no comércio da Vila, segundo um atestado no qual está registrada uma relação de produtos e preços, os seguintes itens:

Atestamos Que os preços dos Viverez que prezenemente Correm nestas Minas do Cuyaba tanto do que produz a terra das mesmas Minas como os que Vem de fora, São os Seguintez a Saber, Carne de Vaca a oitava e quarto arouba, Carne de Porco fresca a oitenta reis de ouro a libra, Toucinho Salgado a Cento e Vinte reis de Ouro a Libra, o alqueire de milho a tres quartos de Ouro o alqueire, o alqueire de feijão a oitava e meya, o alqueire de Farinha tanto do milho como da mandioca a oitava e meya, o alqueire de [ileg. + - 2 pal.] oitavas, huma Galinha meya oitava de ouro, hum frango meya pataca[?] de Ouro, hum [ileg. + - 4 pal.] tres quartos [ileg. + - 2 pal.] viveres da terra, e os que [ileg. + - 2 linhas] [f. 9]. O Frasco de Vinagre oitava e meya, Frasco de Aguardente do Reyno oitava e meya, o Frasco de Vinho duas oitavas, Manteiga a Libra a doze Vintens de Ouro, Farinha do Reyno a libra a meya pataca de Ouro, Pão o mais pequeno a oitenta reis de Ouro, Barril de Sal[?] de Alqueire a dez oitavas de Ouro, ASucar a libra a doze Vintens de Ouro, Cujos preços dos Sobreditos

²² PARECER do Conselho Ultramarino enviado por Rodrigo Cesar de Menezes. Lisboa Ocidental, 2 fev. 1732. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR (UFMT), microficha 10, doc. 692/AHU. In: MORGADO, Eliane Maria de Oliveira *et al.* (Org.). *Coletânea de documentos raros do período colonial (1727-1746)*. Cuiabá: EdUFMT, 2007. (Série transcrição: correspondência, v. 1), p. 82-83.

²³ ASSIS, Edvaldo de. *Op. cit.*, p. 58.

Generos algúas vezes tem deminuição, e outras vezes mayoria, Conforme a abundancia delles, e a mora que há das [ileg.] dos Povoados a estas Minas, donde Se experimenta falta de m.^{tos} dos Sobreditos generoz, e os q' há Sobem a preço mais avultado do que esta exposto, Sendo o Commum preço O que aSsi-ma Se rellata de Cada genero. E por nos Ser pedida a prezente atestacão pelos Supplicants declarados em a petição Verso lha mandamoz passar, o que tudo nella exposto Certeficamoz Ser Verdade, e para que [ileg.] haja de dar inteira [ileg. + - 3 linhas] [f. 9v].²⁴

A população pobre da Vila do Cuiabá sofria ações de agentes do Estado português, que oprimia e aplicava severos castigos com a finalidade de garantir o sistema escravocrata e a ordem pública. As violências contra a população carente em Cuiabá eram comuns, sendo as mais contumazes as prisões e as condenações ao enforcamento. Homens necessitados eram aproveitados para o serviço das vilas e, muitas vezes, incorporados como soldados nas companhias militares, com a garantia de um parco salário. Algumas companhias, inclusive, como a de Ordenança, pagavam os soldados com o que era chamado de “munição de boca”, ou seja, os soldados trocavam serviços por alimentos.²⁵

A formação social na vila Real do Cuiabá teve como consequência a intranquilidade e a violência nas ruas, especialmente por ocasião das festas religiosas e profanas, que mobilizava pessoas de todas as condições sociais. A sociedade da Vila do Cuiabá carecia de oportunidades para homens pobres, e estes, muitas vezes, “cometiam roubos, crimes e outros tipos de violência”. Era comum o poder público aproveitar-se desses “desocupados para o serviço militar, ou como componentes das bandeiras que saíam à caça de índios e de quilombolas ou escravos fugidos”.²⁶

Na Vila Real do Cuiabá, para atender à demanda de atividades mais especializadas, havia pessoas capacitadas para exercer ofícios de mecânicos ou

²⁴ REPRESENTAÇÃO dos oficiais Vitoriano Freitas da Cunha, Felix Caetano Pimentel Coelho, Maurício José de Abreu, Manoel da Ponte Pedreira e Francisco Xavier Dorta Tejo e os soldados de Dragões da Capitania de Mato Grosso ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça da Corte Real em que pedem que os seus soldos sejam pagos de mil réis por oitava de ouro desde o dia em que assentaram praça. Vila do Cuiabá, 27 abr. 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso, Projeto Resgate, Caixa 5, doc. n. 342.

²⁵ ASSIS, Edvaldo de. *Op. cit.*, p. 58-60.

²⁶ *Idem*, p. 33 e 59.

artesãos, como sapateiros, alfaiates, pedreiros, seleiros, carpinteiros, barbeiros, oleiros, pintores, caldeireiros e músicos, além de outros tipos de prestação de serviços à comunidade.²⁷

Ofícios e espaços foram multiplicados. A população foi aumentando, o cenário da vila mudou. O Mundéu, o Porto, o Coxipó, a Matriz e o Oratório eram pequeninos focos de adensamento edificado, ligados entre si por caminhos, ruas e travessas, que iam do centro da Vila para o Porto, para o Coxipó, para as lavras da Conceição e do Jacé e, a partir de 1737, para “os Goiases”.

Todas as ruas seguiam o eixo norte-sul em direção à Prainha, na época, ligada por travessas e becos perpendiculares, raras vezes oblíquos. Com o tempo, mais obras, manutenções, ruas e casas foram feitas. O cenário da incipiente Vila foi gradativamente ganhando proporções, projeções e materialidade. As ruas foram alargadas, ocorrendo em algumas vezes os pontos de fuga. Na Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, as leis de ordenamento colonial foram aplicadas, sistematizando condutas em relação aos mais variados assuntos. As casas, de acordo com algumas diretrizes, ganharam simetria, as janelas, portas e muros eram construídos em conformidade com as orientações da municipalidade portuguesa.

A Vila foi ponto de expressão administrativa que permitiu a produção da memória, no lugar da Câmara Municipal, ponto máximo da expressão do poder, onde os oficiais da Coroa deixaram registrados seus valores, intenções e condutas. Foi na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, minúsculo território do projeto colonial português, que se edificou o agenciamento do colonialismo metropolitano, no descobrimento das novas minas e identificação toponímica.

O Rio Cuiabá, naquele tempo em que a procura do ouro e a caça aos negros da terra era atividade importante, representou um dos principais lugares de chegada de comerciantes, funcionários reais, gente de vários tipos e sertanistas monçoeiros. Os rios, nos idos setecentistas, foram transformados em caminhos – “os caminhos que andam”.²⁸ O Rio Cuiabá, com toda a sua carga histórica, “com suas rochas memórias”, representou o ponto do afluxo na Vila de invocação real,

²⁷ *Idem*, p. 58.

²⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*, p. 18.

divina e ameríndia. Atualmente, a história do rio se faz pela atuação de moradores de dois centros urbanos, cruzado por pontes que ligam as cidades de Cuiabá e Várzea Grande e, a exemplo de outras, o rio de tantas “marcas” não tem merecido, nem da população local, nem de seus administradores, o devido cuidado com os seus recursos naturais, preciosos à vida e ao planeta.²⁹ Em momento oportuno, em que indivíduos de diversos setores, ONGs, sociedades indígenas e ambientalistas mostram-se ocupados com os impactos ambientais, finaliza-se esse item com as seguintes palavras:

Os recursos hídricos são essenciais para a vida no planeta, estando a sobrevivência dos homens, animais e plantas dependente desse recurso natural. A disponibilidade de água para o consumo humano deve ser uma preocupação constante da humanidade, pois a crescente demanda, oriunda do crescimento populacional e das atividades econômicas, diminui a disponibilidade desse recurso natural, comprometendo o abastecimento humano e a produção de alimentos. Os cursos de água são vitais e de importância estratégica para suas regiões. Ao inundar periodicamente as suas margens, fertilizam o solo para o cultivo agrícola; são fontes de abastecimento de água doce e de alimentos para a população [...].³⁰

A presença dos índios na Vila do Cuiabá e seu termo

Sobre a presença dos índios no termo da Vila³¹, Carlos Alberto Rosa explicou que houve muito trabalho compulsório, inclusive em lavras. Desses, destacou

²⁹ Para tal discussão ler: SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. “A natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. [...] Embora se reconheça (como se deve) que o impacto da humanidade sobre a ecologia da terra não foi puro benefício, a longa relação entre natureza e cultura tampouco tem constituído uma calamidade irremediável e predeterminada. No mínimo, parece correto reconhecer que é a percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.”, p. 17 e 20. O termo “marca”, usado no texto, tem o significado de expressar a transformação que o homem opera na paisagem natural.

³⁰ MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Souza (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p. 272.

³¹ A região do Cuiabá compreendia as minas do Cuiabá e demais áreas que ficaram conhecidas na historiografia mato-grossense como termo do Cuiabá, mais propriamente o termo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, com flora e fauna típicas do cerrado e pantanal e, segundo o que esclarece Rosa: “o termo era o que chamaríamos hoje de território municipal”. ROSA Carlos Alberto. *Mínima...*, *op. cit.*, p. 25.

o trabalho escravo dos Cabixi, Paresi, Maimbaré, Bacairi, Guató, Paiaгуá, Bororo.

Em 1740 existiam ‘mais de dois mil’ índios ‘administrados’, no termo da Vila Real, a população do termo era ‘mais ou menos’ seis mil pessoas, os índios sendo 35 por cento desse total. Não se sabe ainda quantos viviam na vila. Mas trabalharam na construção do espaço edificado em seu território invadido, moraram nele, percorreram-no de ponta a ponta.³²

Os índios Paresi, reiteradamente escravizados desde os anos iniciais da expansão e colonização pelo interior da América, foram citados em documentos como trabalhadores de roçados na Vila do Cuiabá e nas terras de São Paulo.³³ A utilização do trabalho indígena “estendeu-se à agricultura, à pecuária e aos serviços domésticos”. Os índios Paresi, “com *status* de colonos, viviam na Vila do Cuiabá, cuja produção excedente era levada para abastecer o mercado local”.³⁴ Uma fonte setecentista dos anos trinta informa a existência de homens proprietários de índios Paresi na região:

Em virtude de um bando que v. Excelência que aqui mandou lansar o Brigadeiro Regente se tem matriculado os Índios Parecys por esta Provedoria, aonde fazem termo, e dam fiancé aos entregar sendolhes pedidos por Ordem de Sua Magestade para as syas aldeas, quasi todos que há nestas Minas tenho matriculado excepto o Ouvidor que não deu os seus, nem seu irmão athê o presente não são poucos os qye possui.³⁵

Ainda, haviam índios Paresi deixados como herança quando da morte do Senhor Antonio Roiz de Mattos:

Ha poucos dias morreu nestas Minas hum homem a bem testado chamado Antonio Roiz de Mattos, e pellos auzentes se lhe tomou conta de seys bens entre os quais huve eu q. andar em praça hu.m citio com três índios Parecizes, quando a V. Excelencia lhe paressa justo que morrendo alguma pessoa a bem testada, tendo semelhante gentio se tome conta delle por esta Provedoria, com ordem de Vossa Excelencia o farey entregandose a pessoa muyto capaz, fa-

³² ROSA, Carlos Rosa. O urbano..., *op. cit.*, p. 37.

³³ CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. 2003. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

³⁴ ASSIS, Evaldo de. *Op. cit.*, p. 89.

³⁵ CÓPIA DE CARTA..., *op. cit.*, p. 58.

zendo este termo, e dando fiança aos entregar quando V. Excelencia mande se entregarem nas Aldeyas de S. Magestade que sempre me parese mais quoa-
rente [?] do que os auzentes tomarem conta delles, e fação nisto conveniências
com gente forra e liberta, com tem feito o Ouvidor que se não serve com outra
gente.³⁶

Nos anos quarenta dos mil e setecentos, índios de diferentes nações esta-
vam na Vila e participavam dos cotidianos festivos e dos cerimoniais católicos.
A informação é confirmada em carta assinada pelos oficiais da Câmara da Vila de
Cuiabá, quando camaristas relatam ao rei Dom João V as despesas com o festejo
da procissão do Corpo do filho do Deus cristão. Para o ritual, os funcionários
diziam necessitar de “cera” para o uso de todos os moradores, a fim de iluminar
as ruas e para bem impressionar os índios que assistiriam ao cortejo. O ritual
cristão, se bem paramentado, justificavam os camaristas, traria mais índios para
o batismo.

Não Sô nas festas, e procissoes que a lei determina[?] Se fação, mas tambem,
e principalmente[?] na do Corpo de Deus toda da real proteção[?] de V. Mag.^{de}
Se practica nesta Villa a grande[?] indecencia de quaze hir Sem Luzes, porque
Como[?] ainda Se não achão restabelecidas as poucas[?] Irmandades que nella
há, e [ileg. + - 2 pal.] rendas[?] para as despezas, Supposto que acompanhe[?]
as procissoes não tem Cera com que o fação; ao[?] que me parece justo que o
pio, e Catholico Zelo de V. Mag.^{de} não permita o concorra[?] com as Luzes
neceSsarias aSim as Irmandades Como a todas as pessoas que tiverem Servido
nesta Camera obrigadas a acompanhar as ditas procissoes, porque Se nas mais
povoações deste Brazil, aSim Se esta praticando; Com[?] muito maior reção
Se deve observar nesta[?] Comarca, onde a immensidade de gentios[?] de va-
rias nascões está attento ao nosso Culto[?] divino, e lhes Servirá de maior ede-
ficação[?] toda a magnificencia, Consiliando os animos para Com mais fervor
deixarem os Seus gentilicos ritos, e Se inclinarem a receber o Santo baptismo.
O que aSim[?] esperamos na real grandeza de V. Mag.^{de} e que determine aos
Corregedores Levem em[?] Conta esta despeza aos Procuradores da Camera,
pela qual esperamos em Deus[?] Seja Servido duplicar as rendas della no[?]
maior augmento destes vastos dominios[?] [f. 1v] Dominios de V. Mag.^{de}, que
em tudo mandarâ o que for Servido.³⁷

³⁶ *idem*.

³⁷ CARTA dos camaristas da Vila de Cuiabá (Domingos Leme da S.^a[?], Christovão de Magalhães
Morais, Fran.^{co} Ribr.^o e Moraes, Dionizio Fellix de carvalho e Luis de Araujo Coura) ao rei Dom
Jão V. Vila de Cuiabá, 22 jun. 1748. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Res-

Neste caso, os funcionários da Câmara mostraram-se ocupados em utilizar os recursos de sedução por meio dos paramentos que ornavam a procissão e do festejo, com a intenção de convencer os índios a adotarem as novas práticas religiosas trazidas pelos colonizadores. As práticas de conversão ao Cristianismo usadas pelos missionários faziam-se, muitas vezes, pela oralidade, pelas preleções verbais ou pelas encenações gestuais e religiosas, empregadas “para melhor atrair a atenção dos seus ouvintes”.³⁸

Passados três anos da solicitação dos funcionários da Câmara feita ao rei para atender aos custos da dramatização ritualística de festejos cristãos, comprovando o enredo da presença indígena na Vila, tem-se outro relato interessante do Governador da Capitania. Segundo Antônio Rolim de Moura, para assim justificar a necessidade da fundação de uma missão na Serra Acima, ou na Chapada do Guimarães, como é mais comumente denominada, destacou os maus-tratos e as más condições em que viviam os índios sob a administração dos moradores da Vila do Cuiabá.

Neste principio Sempre ella ha de Ser mayor porque he tal o dezemparo em que estes Mizaraves Viviam na mam dos Seus administradores que a Mayor parte andavam quazi inteiramente nus e adoecendo os deix[?] morrer Sem assistencia pello que aos que Se tem vindo recolher foy e he necessario acodirlhe a muytos com aLguma cobertura e curalos das queixas que padeciam Sem remedio que principalmente este anno tem Sido muyto geraes [...].³⁹

Embora se tenha aqui um discurso enaltecedor da boa conduta diante de seus pares, do bom governante, do homem cumpridor das responsabilidades a ele atribuídas a mando da Rainha de Portugal, Mariana d’Áustria”,⁴⁰ esposa do

gate. Caixa 4, doc. n. 234.

³⁸ Sobre o assunto da atuação dos missionários, ler: ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 95.

³⁹ CORRESPONDÊNCIA enviada pelo Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura para o Rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 11 jul. 1751. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 6, doc. n. 355. Este documento também é lido na: CÓPIA da carta de Antônio Rolim de Moura para Sua Majestade D. José I. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 11 jul. 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. *Livro de Registro de Provisões Reais, Patentes, Cartas e Bandos*. Governo de Antônio Rolim de Moura e Luiz Pinto de Souza Coutinho. Manuscrito, Livro C-04, Estante 1, Doc. 193, [f. 13-13v].

⁴⁰ Para estudo desse assunto, ver: INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ao Governador da capitania de

adoentado rei D. João V, é bem verdade que os índios viviam no espaço da Vila em condições nada dignificantes.

Além de escrever a respeito dos maus-tratos dos administradores, construindo-se um bom sertanista, o Governador relata a dizimação dos índios, alçados pelos interesses de predores sertanistas:

Todo este districto da Cuyabá acharam os primeiros Sertanistas coalhado de Gentio de que hoje não ha mais do que huns pequenos restos e os que Se achão na mam dos administradores que me parece Não chegaram a SeisCentos. Precizamente assim havia de Ser porque desde que estas terras Se descobriram Sempre os Sirtanistas andaram em busca delles. Chegando a aLguma aLdea depois de a renderem a poder de fogo metiam em correntes as molheres e homés que podiam terlhe Serventia ou pera a comcupicencia ou pera o Serviço das roças e o que hera inutil passavam a cotelo ordenariamente Como tambem aos que no caminho mostravam qualquer repugnancia. Recolhidos a Suas Cazas os vendiam Como pretos chegando a rematalos publicamente ate o tempo de João Gonçalves Pereira que Servio de Ouvidor e pos nisso algum Cobro porem ficaram Sem [f. 3v] pre athe a minha vinda fazendo as mesmas vendas ou ocultas ou paliadas. ALem disto os tratavam Com Sumo rigor ao mesmo tempo que nas Suas doenças os deichavam morrer ao dezemparo Cuidando tam pouco da Sua doutrina que huma grande parte dos que ainda ha estam por bautizar.⁴¹

A narrativa reforça informações sobre o comércio de homens setecentistas interessados na venda de nativos em diferentes regiões da colônia. Essas práticas de escravização e posterior comércio eram mais eficazes quando os índios eram vistos como mansos, fiéis, dóceis e amigos. Imagens que ganhavam importância e representavam um campo de atuação, maiormente porque as informações circulavam nos espaços do poder colonial e metropolitano. Imagens construídas que fizeram dos índios alvos especiais na direção dos interesses dos agentes coloniais e colonizadores, ora para escravizar, ora para aldear, ora para matar.

Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, 19 jan. 1749. In: MOURA, Carlos Francisco. *D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja*: biografia. Cuiabá: EdUFMT, 1982. (Coleção Documentos Ibéricos, Série Capitães-Generais, 1), p. 127-137. INSTRUÇÃO Real. Lisboa, 19 jan. 1749, p. 128. Foi localizada em Cuiabá uma cópia manuscrita [a parte inicial está danificada, faltam os oito primeiros considerandos] da INSTRUÇÃO REAL enviada pela rainha de Portugal ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura. Lisboa, 19 jan. 1749. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Pasta 23, n. 1391.

⁴¹ CORRESPONDÊNCIA..., *op. cit.*, 1751.

Na Repartição do Cuiabá, além de os índios serem persistentemente caçados por sertanistas com a intenção de escravizá-los, foram também objeto de interesse dos agentes missionários e do Governador Antônio Rolim de Moura, com o fito de os reduzirem a um sistema de aldeamento.

Depois de se estabelecer na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, em julho de 1751, Rolim de Moura segue a orientação régia de encarregar-se da fundação de um aldeamento que estivesse sob a administração de um missionário da Companhia de Jesus no Distrito do Cuiabá, o jesuíta Estêvão de Castro. O padre Estêvão de Castro foi o responsável pela organização de uma missão jesuítica em Santana do Sacramento, atual Chapada dos Guimarães.⁴²

O lugar escolhido para a fundação da missão de Santana foi ocupado oficialmente pela ação colonizadora portuguesa nos anos vinte do setecentos, quando o Capitão-General da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, doou a Carta de Sesmaria ao Tenente Coronel Antônio de Almeida Lara, paulista de Sorocaba, em 1726.

A propósito da escolha do lugar da missão, tem-se que os argumentos apresentados pelo missionário Estêvão de Castro tinham caráter elucidativo e avaliava o local ponto por ponto, enfatizando o ambiente como o melhor lugar para a instalação da missão. O primeiro motivo apresentado foi o lugar da Serra Acima estar livre de doenças, ser de fácil acesso e pela proximidade da Vila do Cuiabá:

Pelo Reverendíssimo Padre Estevão foi dito o seguinte: Eu que a vinte e três meses cuido do Cargo dos índios para que Deus me chamou, e a minha religião me entregou, e havendo quatro meses que estou no Cuiabá, em cujo distrito ordena Sua Majestade, se funde a nova aldeia para os índios que estão dispersos e maltratados por alguns moradores, não tenho achado sítio mais cômodo que o da Chapada, distando nove léguas desta Vila para o nascente, pelas razões seguintes. Primeira por ser o sítio mais saudável deste distrito por voto de todos, mostrando-os experiência, que estando ardendo este presente ano todo o distrito do Cuiabá em doenças, vi eu que só no sítio da chapada não havia doença alguma que se pudesse chamar epidêmica [...].⁴³

⁴² CÓPIA DO TERMO DA JUNTA, que fez para a determinação do sítio em que se devia fazer para aldeia dos Padres da Missão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 9 maio 1751. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. *Livro de Registro de Termos de Juntas, Petições e Cartas Expedidas (1751-1808)*. Governo de Antônio Rolim de Moura e Caetano Pinto M. Montenegro. Manuscrito, Livro C-08, Estante 1, [f. 6-14].

⁴³ *Idem*.

Para o padre Estevão de Castro, poderia haver investimentos em roças, pois ali existiam matas cuja extensão ele associou à capacidade nutricional do solo. A fertilidade da terra, segundo item avaliado, foi projetada a partir do indicador da existência de matas, “que dizem continuar por três dias de viagem, circunstância muito elogiável para roçarias”.⁴⁴ Nos estudos que tratam da legislação indigenista, há informação de que a Coroa ocupava-se em legislar por meio de Cartas Régias, instruções reservadas aos colonizadores. A respeito das terras para o aldeamento destinado aos índios, deveriam levar em consideração as dimensões, a produtividade para o plantio das roças e rio para as pescarias.⁴⁵

Ainda sobre o assunto da escolha do lugar da aldeia, apesar de não existirem rios navegáveis, havia recursos fluviais com peixes que, mesmo no tempo das chuvas e das enchentes, os índios da região, os Bororo, usavam dos ribeirões para a atividade da pescaria. O terceiro motivo era o de que

ainda que não tem rio navegável, tem contudo ribeirões em que se acha peixe, e se tem pescado em abundância, como o que experimentei na quaresma deste presente ano, que sendo tempo de enchentes no Cuiabá, e por isso [ilegível] me trouxeram uns índios Bororo os dezoito peixes de competente grandiosa, os quais comemos frescos neste dia, e com sal em seis dias seguintes [...].⁴⁶

O aldeamento construído na Chapada dos Guimarães teve por objetivo a realização do projeto colonial, pois garantiria a conversão, a ocupação do território, sua defesa e constante reserva de mão de obra para o desenvolvimento econômico da frente colonizadora nos tempos em que se convencionou chamar de mercantilismo.

Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, as aldeias foram “construídas para atender a interesses diversos”. Seus idealizadores e fundadores nem sempre eram religiosos. Os grupos indígenas nas aldeias eram variados e estabeleciam, como também influenciavam, diferentes relações com as sociedades envolvidas. Nelas, ocorriam processos de reelaborações identitárias, pois a política do

⁴⁴ *Idem.*

⁴⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998. p. 118.

⁴⁶ CÓPIA DO TERMO DA JUNTA... , *citado*.

aldeamento indígena tinha por intuito transformar os índios em súditos cristãos. Representavam também novas territorializações, visto que as aldeias constituíam espaços demarcados por elementos de fora, cuja experiência interativa entre índios de distintas nações e missionários possibilitavam novas elaborações culturais e, portanto, assimilacionistas, tanto dos que projetavam a política quanto daqueles que as negociavam, ou a ela eram submetidos (no caso dos índios). Nesse processo, os índios se transformavam ou eram transformados, necessariamente, conforme os padrões jesuítas, por meio de proibições de seus cultos e das suas tradições, que poderiam ser milenares. A política missionária nas aldeias atuava de modo a cumprir discriminações e preconceitos, propondo sobretudo a ideia de catequisar com intenções de promover benefícios de dominação colonial e religiosa.⁴⁷

A política de aldear índios era destinada especialmente aos índios bons, aos amigos ou aliados. Com os índios inimigos, a prática dos conquistadores era a guerra justa, qual seja, o extermínio dos contumazes inimigos resistentes à colonização por meio do uso de armas de fogo. De modo geral, a prática de eliminar os índios considerados inimigos, pestilentos, infieis, traiçoeiros, “bixos”, como escreveu o Provedor da Fazenda Real das minas do Cuyaba Thomé de Gouvea e Saã Queiroga, foi recorrente no Cuiabá, notadamente relativa aos da nação Paiaguá.

Os índios Paiaguá, por terem seus territórios na região que vinha sendo dominada pelos colonizadores, demandavam, da parte do governo e de moradores do Cuiabá, políticas e investimentos para submeter-lhes à derrota e forçar o seu silêncio.

Dos registros oficiais locais a propósito dos ataques da nação Paiaguá, as notícias relatam que foram iniciadas ações de guerra contra expedições monçoeiras no ano de 1725. Esses índios investiam de maneira inesperada e violenta, “assaltando mercadorias” e destruindo as municações. Conforme relato de Sérgio Buarque de Holanda, em um dos ataques dos Paiaguá contra os monçoeiros, em uma viagem datada de 1725, de um total de seiscentas pessoas, distribuídas em vinte canoas, só duas se salvaram, um negro e um branco.⁴⁸ Os ataques indígenas

⁴⁷ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Op. cit.*, p. 95 a 100.

⁴⁸ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Op. cit.*, p. 64.

às expedições tornaram-se recorrentes, conforme descrito por José Barbosa de Sá: no ano de 1726, novamente a monção que vinha a Cuiabá foi atacada pelos Paiaguá, e a luta entre os índios e os monçoeiros foi sangrenta. Do combate restaram dois rapazes, que lutaram até as últimas forças. Ao referir-se ao assunto, escreve:

[...] Vindo neste ano monção, junta em uma grande frota, foi assaltada do gentio Paiaguá [...]; com eles embarcaram dois fortes mancebos, que mereciam seus nomes letras de ouro escritas nas asas da Fama [...], naturais da vila de Itu. Cercados [...] do gentio pelas oito horas do dia, pelejaram até as duas da tarde, primeiro com armas de fogo, deixadas estas à espada, rebatendo as lanças dos gentios, arrancando-lhas das mãos e com elas ferindo-os. Perdidos os companheiros e remeiros, mantiveram a peleja eles sós, matando muitos bárbaros e ferindo-os [...], em tal forma que sobre eles caiu todo o ferino poder, até que renderam as vidas a troco das muitas que tiraram [...].⁴⁹

Os frequentes ataques aos monçoeiros resultavam em mortes e raptos. Informações documentais revelam enfrentamentos desde os anos iniciais da colonização nas minas do Cuiabá, quando os Paiaguá destroçavam completamente a leva de canoeiros. Uma centena de brancos, negros e mestiços morreu na monção do ouvidor Antônio Lanhas Peixoto, em 1730. Nesse episódio, os Paiaguá levaram cerca de dez arrobas de ouro, roupas e armas para comercializarem com os castelhanos em Assunção.

O ataque provocaria a represália oficial, através de expedição armada pelo capitão Antônio Almeida Lara, em Cuiabá, no ano de 1731, numa investida que matou muitos índios e os perseguiu até os arredores de Assunção. Os choques, contudo, prosseguiriam ainda por várias décadas.⁵⁰

A nação Paiaguá, por sua conduta guerreira, foi vista como “inimiga, infiel, selvagem, pestilenta”... Essas são representações dos Paiaguá na Repartição do Cuiabá, conceitos que ganharam visibilidade nos discursos oficiais dos administradores coloniais e da Coroa. Em um discurso oficial da metrópole, datado do ano de 1749, com respeito aos índios Paiaguá, a Rainha mandou fazer ataques

⁴⁹ SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: EdUFMT; Secretaria de Educação e Cultura, 1975, p. 2. Na obra, Sá descreve a guerra dos moradores da Vila do Cuiabá contra os índios Paiaguá.

⁵⁰ SILVA, Valdeez Antônio da. *Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções no vale do médio Tietê*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 49.

“às suas ilhas”, que ficavam nas águas do Rio Paraguai. Ainda consta que “aos Governadores de São Paulo” se ordenou que “mandassem alguns bergantins armados com gente de ordenanças para castigar os insultos d’aqueles bárbaros, e segurar a navegação dos ditos comboios”. Com respeito às ações políticas destinadas aos índios Paiaguá, as orientações da Rainha são de rigor e de atenção com relação àquelas orientações dirigidas ao governante:

Confo do vosso zelo atendaís a preservar os navegantes e vizinhos do dito rio do susto d’aquele gentio, e quando exaustos todos os meios de persuasão e de brandura, não possais conseguir que desista das suas hostilidades, procurareis eficazmente reduzi-los com castigo a viverem racionalmente. E si para isto necessitardes de alguma cousa que falem n’aquele sertão, o avisareis pelo dito conselho, para se darem as providencias convenientes.⁵¹

A imagem da ameaça e do horror também ganhou espaço nos escritos do oficial português Antônio Rolim de Moura. Em representações do perigo e do medo, apresentou os índios com aspectos indesejáveis, definiu-os como irracionais e capazes de tornar a vida do colonizador um martírio. Por serem tão diferentes, tão resistentes, justificava-se a prática da “guerra justa”,⁵² ou seja, era defensor da luta armada, que foi viabilizada por meio da organização de grupos de homens moradores da Vila do Cuiabá.

Mesmo o Governador estando no Guaporé, mantinha-se informado sobre a ofensiva dos Paiaguá na Repartição do Cuiabá. Pelo visto, os índios continuavam agindo contra os que andavam pela região do Pantanal. Ele, por sua vez, tomou decisões políticas com o intuito de fazer dos Paiaguá índios com menos “atrevimento”:

A vista disto, chegando ao Cuiabá, dei conta a Sua Majestade para que me determinasse o que devia obrar, vendo que o dito Sr. me recomendava também muito evitasse todo o motivo de escândalo aos vassallos d’El Rey de Castella.

⁵¹ INSTRUÇÕES dadas pela Rainha ..., *op. cit.*, p. 132.

⁵² O Conde de Sarzedas, em 15 de agosto de 1732, publicou um bando aprovando a “guerra justa” aos Paiaguá e a outros grupos ameríndios tidos como inimigos, “através do qual abria alistamento e prometia aos participantes da luta a repartição de cativos, além de patente de oficial aos mais capazes”. CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004. p. 255 e CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. p. 52.

Naquele tempo, nem o poder nem a ousadia era tanta no gentio quebrantado ainda da última derrota que havia tido; porém agora me veio parte do Cuiabá, que ele havia chegado com vinte e seis canoas a Figueira, dois dias de viagem até o porto da vila, e que ali matou um pescador e lhe levou quatro índios e depois encontrando-se com uma canoa em que iam três brancos e outros escravos, dois destes se haviam retirado, e dos mais se não sabia. Nestes termos me resolvi escrever ao Governador da Assumpção a carta, cuja cópia remeto inclusa, e enquanto não chega a sua resposta ou resolução de Sua Majestade determino mandar canoas de guarda costa para desinfestarem os rios, principalmente o Cuiabá, e ver juntamente se podem alcançar ocasião de bater o gentio, e refrear-lhe assim mais o seu demasiado *atrevimento*.⁵³

Em algumas fontes, Rolim de Moura descreveu como atributos dos Paiaguá a vileza e a insolência, definindo-os como “pestilentos, hostis e violentos”, em outras passagens, os índios Paiaguá eram “gentios nossos inimigos”.⁵⁴ A política de Rolim de Moura em relação aos Paiaguá foi de austeridade: como representante das forças militares de Portugal e principal autoridade na Capitania, agiu para impulsionar sua destruição, e suas representações animaram ações para tal fim.

Em sua análise, os Paiaguá deveriam ser tratados com severidade, pois foram os que mais trabalho deram aos colonos da Vila:

Exmo. Sr. o gentio Paiaguá inimigo antigo e novo meu que depois de uma grande vantagem que sobre ele tivemos andara mais abatido, agora torna outra vez a afoitar-se, e são repetidos os assaltos com que tem infestado os rios que servem de comunicação a este governo com os portos de mar; pelo que me vejo precisado a procurar os meios de pôr fim as suas hostilidades, e como este não poderá conseguir-se sem atacar nos seus próprios alojamentos, e os principais deles se acham não somente dentro da demarcação determinada pelo novo Tratado, pertencente a Sua Majestade Católica, mas muito vizinho à Cidade da Assumpção, não quis dar a execução este projeto sem participá-lo a V. Exa. e

⁵³ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça da Corte Real sobre a ordem de reduzir o gentio Paiaguá por bem ou por meio das armas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 28 jul. 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 7, doc. n. 433. (grifo nosso).

⁵⁴ RELAÇÃO da viagem que fez o Conde de Azambuja da cidade de São Paulo para a Vila do Cuiabá no ano de 1751. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja*. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 1, p. 18.

pedir-lhe o Seu beneplácito, assim pela atenção que V. Exa. merece pelo Seu lugar e parte, como pela que meu amo me manda ter com tudo que diz respeito a Sua Majestade Católica.⁵⁵

Rolim de Moura escreve ainda dos índios Paiaguá, tendo como amparo aos seus argumentos as instruções da Rainha, que prescreviam morte à nação. O enfrentamento armado foi argumento bastante difundido na lida com a nação. Avaliados na impossibilidade de transformá-los em seres racionais, e diante da constatação da ausência de virtudes domesticáveis, a solução seria sua destruição:

Nas minhas Instruções me ordena Sua Majestade que não podendo acabar por bem com o gentio Paiaguá se abstenha de nos fazer hostilidades que costuma, o reduza a isso pelo meio de armas. O primeiro é impossível por ser aquele gentio bárbaro, e sem fidelidade, da sorte, que ainda quando se pudesse fazer alguma convenção, ficaríamos com ela tão seguros, como não a havendo. O segundo também parece impraticável, sem serem atacados nos seus próprios alojamentos, os quais estão muito dentro da demarcação pertencente à Castela nas vizinhanças da Cidade de Assunção; porque ainda que se surpreenda nos nossos rios algum corpo deles, nunca essa ação termina a guerra, somente a moderará por algum tempo. Porém esta mesma surpresa tem grande dificuldade porque este gentio não passa para os nossos rios, se não quando as suas margens estão alagadas, e por elas é que marcha, o que as nossas canoas não podem fazer com a mesma facilidade assim pelo seu tamanho, como por falta de conhecimento das veredas nos nossos pilotos, cuja circunstância lhe dá uma grande vantagem sobre nós, que é observar-nos sempre, e atacar-nos só quando tem partido.⁵⁶

Esse excerto demonstra que o Governador alertava da necessidade da frota para acompanhar as canoas que poderiam ser atacadas pelos Paiaguá. Desde os primeiros escritos de sertanistas e outros agentes coloniais, há registros de narrativas que expõem os contumazes ataques desta nação. É certo que, por ocasião da derrota na guerra contra os invasores de seus territórios, os Paiaguá se tornavam menos hostis, apesar de ser uma situação circunstancial. As vozes, com o fim de atacá-los, bem como sua hostilidade, são também proferidas por Rolim de Moura, que determinava a execução de projetos que “desinfestassem a comunicação dos rios que levavam aos portos do mar”.

⁵⁵ OFÍCIO do [Governador...], *citado*.

⁵⁶ *Idem*.

De outro, os Paiaguá foram assimilados à política de aldeamento na missão de Santa Ana, localizada Serra Acima. Esses eram informantes sobre assuntos relacionados aos espanhóis. Sabe-se que a nação Paiaguá estabeleceu política de aliança com os vizinhos fronteiriços:

[...] Tendo eu notícia de que um Paiaguá casado fora com toda a sua família buscar de paz o sítio de Camapuã; o mandei vir para o Cuiabá, e dali passá-lo para a aldeia de Santa Ana vizinha àquela Vila; e lhe mandei fazer perguntas sobre a situação das povoações daquele gentio, e sobre o trato que tem com os espanhóis pela suspeita que há nesta Capitania de que eles os ajudam a fazer-nos a guerra; a qual é fundada em se lhe haverem achado por várias vezes lanças [ilegível] choupas de ferro muito bem tiradas; e argolas de bronze, com pontas nos seus porretes que são as armas de que se servem mais ordinariamente; e de uma causa e outra se acham na minha mão amostras que foram apanhadas já no meu tempo pelo Alferes de Dragões em um dos comboios das Canoas de Comércio. E como os ditos Paiaguás se não sabe que tenham forjas, antes é uma casta de gentio volante, e que não faz permanência por muito tempo em uma parte parece sem dúvida que só lhe podem vir as duas armas do comércio que tem com os espanhóis seus vizinhos da cidade de Assumpção e mais povoações que há para aquela parte sendo pois perguntado o do Paiaguá, e as mais pessoas da sua família.⁵⁷

Na história do Mato Grosso setecentista, foram os índios Paiaguá os que mais resistiram ao poder do colonizador. Nos múltiplos registros em documentos escritos por Antônio Rolim de Moura, aparecem dados dos arriscados ataques desta nação. Esses índios foram descritos como destros na arte da navegação; chamados de corsos, viviam ao longo do Rio Paraguai, eram nômades, moravam nas canoas, sobreviviam dos recursos do Pantanal e aprenderam a importância do comércio com os assuncenhos. As práticas comerciais assimiladas pelos Paiaguá, como forma de resistência e negociação com os inimigos portugueses, representam o processo interativo de aprendizado entre os homens do empreendimento colonizador e os nativos.

Para assegurar a construção do projeto colonial e garantir interesses individuais, colonos e colonizadores contaram com o trabalho dos índios em diversas

⁵⁷ OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso] Antônio Rolim de Moura ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça da Corte Real. Vila Bela da Santíssima Trindade, 26 jun. 1756. Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso. Projeto Resgate. Caixa 8, doc. n. 518.

atividades. As histórias que moveram recursos privados dos homens da Vila do Cuiabá não se restringem à guerra aos índios Paiaguá. As variantes iam da solicitação de investimentos da metrópole para promoção à vida cristã, como também narrativas que denunciavam a condição difícil daqueles que estavam reclusos na cadeia da Vila,

A Câmara da Vila do Cuiabá me tem representado do que a cadeia dela se acha sempre cheia de presos, os quais por muito passam grandes misérias, e que podem também prejudicar ao comum, por poderem originar-se dali epidemias, que entrem a lavar pela terra. Duas são as causas disto, a primeira é correrem somente os livramentos dos que têm que gastar, e os que são pobres se eternizam na prisão, a outra o não haver nesta capitania a ordem para se sentenciar em junta de justiça até pena de morte de pretos, mulatos e carijós [...].⁵⁸

A presença de pretos, mulatos e carijós (índios cristianizados) na cadeia pública da Vila do Cuiabá é uma mostra da sociedade desigual, racista e preconceituosa, construída nos tempos iniciais da colonização. Esses ocupavam os espaços da transgressão e, neste caso, se fosse possível, Antônio Rolim de Moura os executaria com a pena de morte, pondo fim aos custos de manutenção dos transgressores do inapropriado local: a cadeia. Sua intenção de relatar a superlotação da prisão ocupada pelos pobres do local e os problemas epidêmicos dali gerados, poderiam se alastrar pela Vila e seus arredores, justificando, desse modo, a condenação à pena de morte.

Na Vila do Cuiabá, além de índios reclusos merecedores da pena de morte, de índios para serem convencidos ao batismo, de índios doentes e maltrapilhos, vivendo sob a tutela de administradores, havia índios que eram donos de si, possuidores de escravo e venda.

Nestas minas [do Mato Grosso] se acha um índio Pareci casado, que vive sobre si com roça, e criações, sem ter, nem necessitar de administração de ninguém. No Cuiabá também há outro, que não só vive sobre si, mas tem um escravo seu em uma venda por sua conta.⁵⁹

⁵⁸ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Sua Majestade Dom José I. Vila Bela da Santíssima Trindade, 3 fev. 1755. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja*. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982. v. 2, p. 59.

⁵⁹ CARTA enviada por Antônio Rolim de Moura a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Vila Bela da Santíssima Trindade, 14 dez. 1758. In: PAIVA, Ana Mesquita Martins de *et al.* (Org.) *D. Antônio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja*. (Correspondências). Cuiabá: EdUFMT, 1982, v. 3, p. 203.

Os assuntos contidos na citação podem ser problematizados à luz do “Directório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario”.⁶⁰ Esse conjunto de leis representa um documento jurídico que regulamentou na América portuguesa as ações dirigidas aos índios entre os anos de 1758 e 1798.

Os conteúdos da política assimilacionista, tratados particularmente na administração pombalina, necessitam de maiores estudos na historiografia regional, de maneira especial, diga-se aqui das questões referentes à temática indígena, após a publicação do Directório. Por ora, o intento deste texto foi mostrar fragmentos da presença indígena na região do Cuiabá, com o sentido político de alertar a sociedade da contribuição histórica desses povos e do respeito que merecem nas relações estatais e privadas, muitas vezes estabelecidas de forma autoritária. Maiormente, aviltante dos direitos à vida de povos que construíram patrimônios culturais à nação e, em particular, ao Estado de Mato Grosso.

Com o intuito de finalizar tão variado campo de discussão, são citadas as explicações de Maria Regina Celestino de Almeida,

Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram todos, por eles, chamados índios. Eram, em sua grande maioria, povos guerreiros, e suas guerras e histórias se entrelaçaram, desde o século XVI, com as guerras e histórias dos colonizadores, contribuindo para delinear seus rumos.⁶¹

⁶⁰ DIRECTÓRIO, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1758.

⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Op. cit.*, p. 7.

A cultura escolar no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá/MS: um olhar por meio das festas (1972 – 1987)

Celeida Maria Costa de Souza Silva*

Utilizamos a categoria cultura escolar como aporte para entender a organização, o funcionamento interno da escola, bem como, as práticas escolares. Acreditamos que no interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar a escola, mas não está restrita à ela, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida. Não há dúvidas de que no âmbito da história da educação, os novos olhares sobre a escola possibilitam a escrita de uma nova história das instituições escolares, bem como uma história do cotidiano escolar. Estudar as práticas escolares do Colégio Salesiano de Santa Teresa por meio das festas significa problematizar questões ligadas à gênese da cultura escolar, lembrando-se que, no interior da escola, as ações dos sujeitos serão inventadas, ou recriadas. Desta forma, o olhar histórico no universo escolar por meio das festas, possibilita revisitar o passado, construir

Pretendemos neste artigo abordar aspectos da *cultura escolar* no Colégio Salesiano de Santa Teresa (1972-1987), localizado em Corumbá-MS. Uma instituição tradicional, confessional, um dos mais antigos colégios da cidade e do estado, com atividades educacionais desde 1899. Buscamos compreender que valores e sentimentos foram criados ou difundidos por meio das comemorações e que propósitos ou intenções a festa carregava. É importante lembrar que as festas como elementos da *cultura escolar* sofrem modificações de acordo com as épocas, e as finalidades que as produ-

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e Docente da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail: celeidams@uol.com.br

interpretações, explicações e entender a escola por dentro.

Palavras chave: Cultura escolar. Práticas escolares. Festas.

We use the category of school culture as a base to understand the organization, the internal running of the school, and the school practices. We believe that inside of each school or scholar institution there is a culture that can be considered singular to the school, but not restrict to it, involved with other more extensive cultural practices of society. There we affirm that the society produces the school and is produced by it. There are no doubts that in the area of history

of education new looks above the school make possible the writing of a new history of scholar institutions, by the writing of a history of scholar quotidian. Study the school practices in the Colégio Salesiano de Santa Teresa, through festivities means to examine questions attached to the genesis of scholar culture, reminding that inside of school actions of subjects are invented or recreated. In this way, the historical look of school world by the festivities makes possible to revisit the past, to build up interpretations, explanations and to understand the inside of a school.

Keywords: Scholar culture. School practices. Festivities.

zem, sejam elas, políticas, sociais, econômicas, religiosas ou de socialização. E os sujeitos que as elaboram ou dela participam, como atores ou espectadores, também as transformam e, por elas são transformados.

um novo olhar sobre a escola

Utilizamos a categoria *cultura escolar* como aporte para entender a organização, o funcionamento interno da escola, bem como, as práticas escolares. Acreditamos que no interior de cada escola ou instituição escolar, existe uma cultura, que pode ser considerada peculiar a escola, mas não está restrita à ela, relaciona-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade. Daí afirmar que a sociedade produz a escola e é também por ela produzida, ou seja, os saberes da sociedade perpassam a escola e vice-versa.

Esse novo olhar sobre a escola tem recebido contribuições de diversas áreas de estudos como a antropologia, a sociologia, a filosofia, a linguística, dentre outras. Deste modo, vários autores têm dado suporte aos estudos sobre a *cultura escolar* a saber, Jean-Claude Forquin, Antonio Viñao Frago, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vincent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Jean Hérbrard, André Chervel, entre outros.

No Brasil, tem se dedicado aos estudos da *cultura escolar*, Luciano Mendes de Faria Filho, Irlen Antônio Gonçalves, Rosa Fátima de Souza, Vera Teresa

Valdemarin, Eurize Caldas Pessanha, Marcus Vinícius da Cunha, entre outros. Destaca-se que é um campo em construção, em que documentos oficiais vem sendo revisitados, mas também outras fontes, como livros de ocorrência, boletins de alunos, agendas escolares, comprovantes de vacinação, fotografias de eventos, cadernetas escolares e muitos outros, portam pistas que podem permitir que sejam produzidos novos olhares da e sobre a escola acerca do passado e do presente.

Esse “olhar para as práticas cotidianas da escola fixa-se nos acontecimentos silenciosos do seu funcionamento interno. Silenciosos, seja pela ausência de documentos, ou documentos pouco conservados”¹. Observar as práticas escolares, requer trazer para a análise questões ligadas aos aspectos internos da escola como, a distribuição do tempo, dos espaços escolares, da organização dos programas. Destarte, no interior da escola são produzidas maneiras de pensar e de agir que oferecem a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo “estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas”². Nesse sentido,

a *cultura escolar* é entendida como práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais –, função, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento ... – e modos de pensar, assim como significados e idéias compartilhadas³.

Outro autor que tem contribuído para a compreensão e análise da *cultura escolar*, é Dominique Julia que a define como

Um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos ⁴.

¹ GONÇALVES, Irlen Antônio, FARIA FILHO, Luciano Mendes de Faria. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafio teórico-metodológicos. In: SOUZA, Rosa Fátima, VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafio para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 33.

² VIÑAO FRAGO, A. História dela educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 0, 1995.

³ *Idem*, pp.68-69.

⁴ JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas, n. 1, jan./jun. 2001, p. 10, grifos do autor.

As normas e práticas precisam ser analisadas levando-se em conta o contexto em que foram produzidas, sem deixar de entender as finalidades de sua produção, sejam elas, religiosas, sociopolíticas ou de socialização.

Buscaremos a partir das contribuições de Viñao Frago e Dominique Julia um olhar mais interno para a escola. Viñao Frago considera a *cultura escolar* como um “conjunto dos aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização”⁵. Então, para este autor, a *cultura escolar* abrange toda a vida escolar. Isso significa dizer que a organização e o funcionamento da escola desvelam múltiplos traços culturais e valores que se constroem na concepção das idéias sobre o ensinar e o aprender pelos professores e alunos, nos modos de comunicação, nas formas de distribuição do espaço e do tempo, nas condutas, nos modos de pensar, dizer e fazer.

As acepções de *cultura escolar* dos dois autores citados, manifesta um novo olhar sobre a escola. Um olhar que permite conhecer a escola por dentro. Portanto, os dois conceitos podem ser considerados complementares e constituem outras formas de analisar e escrever a história da educação. De acordo com Souza, a posição de Viñao Frago, “põe em relevo o conjunto das características do modo de ser e viver tipicamente escolares envolvendo a dimensão do cotidiano, a materialidade das práticas e os significados simbólicos do universo escolar”, e a de Julia, “dá ênfase aos processos de transmissão cultural da escola”⁶.

Chervel através do estudo sobre a história das disciplinas escolares faz a crítica àqueles que consideram a escola como agente de transmissão de saberes. Diz que não se pode reduzir a escola a um simples espaço de transmissão de saberes produzidos fora dela. Para o autor, as criações espontâneas e originais do sistema escolar ainda não foram devidamente valorizadas, logo, critica os esquemas de explicação que posicionam o saber escolar como um saber inferior ou derivado de outros saberes tidos como superiores. Desse modo, defende a idéia de que a escola não apenas reproduz os conhecimentos considerados relevantes para uma determinada sociedade, mas também os produz, gerando um saber próprio - específico da escola - que se estenderá para toda a sociedade.

⁵ VIÑAO FRAGO, A. *Op. cit.*, pp. 68-69.

⁶ SOUZA, Rosa Fatima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinícius (Org.). *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 4.

Portanto, da análise feita por Chervel, é possível inferir que a *cultura escolar* forma não somente os indivíduos que frequentam as instituições escolares, mas influencia de forma ampla a cultura da sociedade global, uma vez que, penetra, molda, modifica e (re) constrói os saberes. Julia inspirado pelo trabalho de Chervel, “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa”, propõe aos historiadores da educação que questionem as práticas cotidianas e o funcionamento interno da escola. Não menospreza as análises macro-políticas, mas incentiva a aproximação entre as análises macro e os estudos voltados para o interior da escola.

Quanto ao problema das fontes, o autor, instiga o historiador a fazer “flecha com qualquer graveto”⁷, recomendando que nos deixemos sensibilizar por novos objetos, ao mesmo tempo, admite as dificuldades de se investigar sobre as práticas culturais por elas não deixarem muitos rastros.

Respeitando as especificidades dos diversos campos de conhecimento dos vários autores que têm se ocupado da construção da categoria, é preciso dizer, que todos contribuem de uma forma ou de outra, para o processo de construção do conceito de *cultura escolar*. Isso quer dizer que, apesar de apresentarem características e interpretações distintas, os vários autores podem colaborar no diálogo, na interface dos diversos campos, possibilitando vários olhares sobre a *cultura escolar*.

Não há dúvidas de que no âmbito da história da educação, os novos olhares sobre a escola possibilitam a escrita de uma nova história das instituições escolares, bem como uma história do cotidiano escolar. Estudar as práticas escolares do Colégio Salesiano de Santa Teresa significa problematizar questões ligadas à gênese da *cultura escolar*, lembrando-se que, no interior da escola, as ações dos sujeitos serão inventadas, ou recriadas. Consideramos as festividades escolares como momentos privilegiados para propagar conhecimentos, normas e valores legitimados pela sociedade e pela instituição escolar. Destarte, as festas escolares possuem caráter político e pedagógico.

⁷ JULIA, Dominique, *apud* FARIA FILHO, L. M. de et alii. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 1, jan./abr. 2004, p. 144.

O estudo sobre as festas escolares

Sabemos que a escola é ao mesmo tempo transmissora e produtora de cultura e, por meio das festas escolares propagam o imaginário sóciopolítico para todos que são chamados a dela participar como atores ou espectadores. Comemorar é uma forma de preservar a memória coletiva, a coexistência do grupo, despertar as sensibilidades, a solidariedade e impedir o esquecimento.

Desse modo, ao estudar as festividades escolares não podemos reduzi-las a momentos de confraternização, descontração, e alegria, mas precisamos entendê-las, como momentos especiais, de integração, de exaltação de valores – à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes. Em outras palavras, as ocasiões festivas eram propícias para a difusão de conhecimentos, normas e valores legitimados pela escola, pelos governantes e pela sociedade. Sendo compostas por normas e práticas com objetivos educativos, as festas escolares, revelam características importantes da *cultura escolar*.

Conforme já abordado anteriormente, há diferentes concepções para o termo *cultura escolar*, e estas nos ajudam a pensar as festas escolares no Colégio Salesiano de Santa Teresa. Portanto, a investigação histórica através da categoria *cultura escolar* constitui um importante instrumento na tentativa de compreender a escola por dentro, por meio das festas e comemorações⁸.

É interessante dizer que as transformações nas formas de promover pesquisas no âmbito da história, a partir do século XX, com o movimento da Escola dos Annales possibilitou que novos temas, métodos e objetos de estudos, antes negligenciados ou considerados de pouca importância para a historiografia, pudessem ser estudados. Ampliou-se a partir daí, o universo do historiador, que passou a dialogar de forma mais significativa com as outras disciplinas ou áreas do conhecimento deixando de lado estudos com temas “tradicionais”, elegendo temas ligados ao cotidiano escolar, às práticas e às culturas escolares.

Como diz Chartier, é preciso apreender o que se faz na escola⁹ em seus diferentes tempos e lugares, buscando compreender a sua historicidade, ao mes-

⁸ As acepções festas e comemorações são usadas neste estudo como sinônimas. As fontes consultadas não nos permitiram estabelecer diferenças entre elas.

⁹ CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. *Educação e pesquisa*. Revista da Faculdade de Educação da USP. São Paulo: FEUSP, v. 26, n2, jul./dez. 2000.

mo tempo, que novos significados devem ser atribuídos às práticas escolares, enquanto elementos que constituem a realidade educacional e social.

Sendo próprias da *cultura escolar*, as festas escolares transformam-se de acordo com as épocas e as finalidades, sejam elas, sociais, políticas, econômicas e religiosas. Nesse sentido, são concebidas, apropriadas e representadas pelos diferentes sujeitos que participam do processo educativo: dirigentes de ensino, professores, alunos e sociedade em geral, de formas distintas.

Daí, pensar que os conceitos de representação e de apropriação produzidos por Roger Chartier¹⁰ podem colaborar para o entendimento de que o significado de determinada festa para os seus idealizadores pode ser diferente daquele pensado, e apropriado pelos professores, alunos e comunidade em geral. Como nos adverte Chartier, por meio das representações sociais, elaboram-se estratégias de pensar e (re) construir a realidade. Assim,

Não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias de e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio¹¹.

De acordo com o autor, as representações produzem estratégias e práticas, logo, fazem parte de um campo onde forças que lutam para impor seu domínio, para legitimar seu projeto político-social, concorrem e competem entre si. Diante disso, ao pensar as festas no contexto escolar, não podemos pensá-las distante das representações de escola, do aluno, do professor, da população, da sociedade, ou seja, dos que são chamados a dela participar. Podemos inferir que a escolha pelos detentores do poder do que deveria ser festejado ou comemorado, e como deveria ser a comemoração estava ligado ao tipo de projeto social e político a que a instituição escolar estava historicamente inserida, e ao tipo de representação que precisava (re) criar e difundir.

¹⁰ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

¹¹ *Idem*, p. 17, *apud* SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (Prismas), 1998, p. 18.

Sabemos que na ocasião da realização das festas, leis, normas e regulamentos eram impostos, e apropriados de diversas formas, pelos diferentes atores escolares. Para o diretor escolar, era um momento de mostrar o sucesso da escola, a interação entre alunos, professores e funcionários; para os professores e funcionários, era mais uma atribuição, uma obrigação a ser cumprida; e para os alunos, era um dia em que podiam agir de forma mais espontânea, quebrando a rotina do cotidiano escolar.

Nos momentos festivos eram múltiplas as atividades desenvolvidas pelos alunos, orientadas pelos professores. Dependendo do tipo de festividade, os alunos interpretavam hinos cívicos, canções, cantos sagrados, declamavam, participavam de competições, confraternizavam, isto é, podiam expressar-se mais livremente, mas, respeitando os regulamentos da escola.

Mostrar a história do Colégio Santa Teresa por meio das festas e comemorações escolares articulando aspectos internos e externos à escola nos permite desvelar às mudanças e permanências no calendário escolar, nas práticas escolares, bem como as funções educativas das festas, principalmente, depois de instituído o convênio (1971) que possibilitou o ingresso de alunos de vários setores sociais, em especial das camadas populares, no Colégio.

Um aspecto relevante, é que no período em estudo (1972-1987), uma das grandes preocupações dos reformadores, políticos, intelectuais e educadores, era com a educação moral e cívica, a divulgação dos valores cívico-patrióticos e a preparação para o trabalho (Lei 5692/71). O exemplo a seguir relatado no livro de ocorrência revela como foi comemorado o dia de Tiradentes e da Fundação Brasília no ano de 1976 no Colégio Santa Teresa:

Houve quadros murais, cartazes, pesquisas e trabalhos em aula, hasteamento do pavilhão nacional ao canto do hino: hino da Independência. Palestra alusiva por um professor, declamação de poesias pelos alunos [...] ¹².

Cada instituição escolar possui suas singularidades, portanto, suas formas de celebrar. Independente do local onde a escola localizava-se o importante era aproveitar desses eventos para inculcar hábitos de ordem, comportamentos, sentimentos pátrios e deveres para com a pátria e com o próximo.

¹² LIVRO DE OCORRÊNCIA DO COLÉGIO SALESIANO DE SANTA TERESA, 1976.

Consideramos as festas como acontecimentos públicos de grande relevância social, pois delas participavam autoridades políticas, pessoas gradadas da sociedade, a família dos alunos, representantes da imprensa e, além do aspecto formativo, projetavam a instituição externamente. A participação das pessoas para comemorar as datas eleitas como importantes no calendário escolar estreitava os laços entre escola e sociedade, tornando-a, *locus* privilegiado para a divulgação da cultura e da memória histórica, por meio de festividades cívicas, religiosas e os festejos que visavam celebrar a instituição escolar (festa de aniversário do colégio, do início encerramento do ano letivo, dentre outras).

Acreditamos que as práticas simbólicas – exames, festas escolares, comemorações cívicas, desfiles - não podem ser negligenciadas, por serem importantes para a sociabilidade, visibilidade e construção da identidade da escola. Essas práticas produzem múltiplos sentidos para alunos, professores, famílias e comunidade escolar, gerando representações diversas sobre a escola no meio social.

As festas e o calendário escolar

De acordo com Carvalho¹³, “Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar as figuras que sirvam de imagem e modelos para os membros da comunidade” a fim de legitimar o regime. No contexto escolar, as festas e comemorações contribuem para legitimar as tradições inventadas e dar coesão social à nação.

Hobsbawm¹⁴ utilizou o termo tradição inventada referindo-se ao conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica cujo objetivo era de incutir valores e normas de comportamento por meio da repetição. Inventam-se as tradições sejam em momentos de crise ou de mudança na sociedade, selecionando que eventos e pessoas devem ser lembrados ou esquecidos. Destarte, qualquer prática social que precisa ser repetida cria normas, regulamentos, formaliza convenções e rotinas para servir a “novos” propósitos nacionais. De forma geral, Hobsbawm classifica as tradições inventadas em três categorias superpostas:

- a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que

¹³ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 14.

¹⁴ HOBBSAWM, Eric, RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridade, e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento [...] ¹⁵ .

Na construção da memória nacional, participam diferentes grupos da sociedade – especialistas, historiadores, publicistas, ideólogos, doutrinadores, educadores - que organizam as comemorações, as festas, definindo as datas, os heróis, monumentos, hinos, e como devem ser lembrados e celebrados.

Ozouf ¹⁶ ao estudar a festa revolucionária na França aponta que as comemorações estão a serviço da memória, tendo como principal objetivo impedir o esquecimento, e estimular a recordação. Importa destacar, que a maioria das tradições inventadas estão ligadas a uma inovação histórica chamada nação. Que por sua vez criou símbolos e acessórios, como: hinos nacionais, bandeira nacional, armas nacionais para expressar sua identidade e soberania. Não nos esqueçamos que legitimidade, soberania e cidadania são essenciais na construção de uma nação, na organização da tradição e da memória coletiva, formadora da identidade nacional. Embora,

A maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas ¹⁷.

Não há como estudar as tradições inventadas sem contemplar o contexto mais amplo da história da sociedade. É preciso levar em conta também, o papel da história, e do historiador, utilizados muitas vezes como instrumentos legitimadores das ações e da coesão grupal da nação. Como nos alerta Hobsbawm¹⁸, todos os historiadores sejam quais forem seus objetivos, contribuem de forma consciente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado, portanto, devem estar atentos para a dimensão de suas atividades.

¹⁵ *Idem*, p. 17, grifos do autor.

¹⁶ OZOUF, Mona. A festa sob a Revolução Francesa. In; LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 216-232.

¹⁷ HOBSBAWM, Eric, RANGER, T. (Orgs.). *Op. cit.*, p. 20.

¹⁸ *Idem*, p. 22.

Entre finais do século XIX e início do século XX, as instituições escolares diante da necessidade de controlar, organizar o saber, as atividades de professores e alunos passaram a ordenar o tempo escolar através de calendários e horários. A regulamentação do tempo na escola – organização pedagógica e disciplinar - por meio de calendários e horários, é um eficiente instrumento de racionalização, porque ao mesmo tempo, que ordena as atividades educativas (agrupa os alunos em turmas, estabelece programas de ensino, lições, exercícios, intervalos), cumpre uma finalidade moral e de disciplinarização de condutas (pontualidade, assiduidade, ordem, asseio, obediência, prêmios e castigos).

A difusão dos valores morais e cívicos não ficava restrita aos conteúdos da disciplina história, mas perpassava os programas das demais áreas do conhecimento que compunham o saber humanístico. Esse conteúdo de caráter civilizador, moralizante e cívico foi amplamente divulgado por ocasião das diversas festas escolares que compunham o calendário escolar: comemorações cívicas, festas de encerramento, aniversário do diretor, festas religiosas, exposições escolares, dentre outras, amoldando o tempo escolar ao tempo social.

A festividade no momento em que se realiza, estabelece práticas ritualísticas cujo objetivo é o de fazer guardar na memória coletiva ou individual, aspectos da vida cultural ou social, selecionados para serem lembrados. Como assinou Pinheiro, os momentos festivos contribuem para

o exercício da cidadania e da participação política e social. A veneração dos símbolos a partir do hasteamento de bandeiras seguidos da entonação de hinos e do proferimento de discursos patrióticos proporciona o sentido da identificação dos homens com a sua cidade e com sua nação¹⁹.

A presença de autoridades nas festas buscava pelo menos no nível do discurso, mostrar uma aproximação entre o Estado e os diversos grupos sociais. As instituições de poder normatizavam as festas, e por meio delas, tentavam impor regras e normas às comunidades, a fim de dar um significado único a cada festividade. Todavia, as festas produziam múltiplos significados e representações para os que dela participavam sejam como atores ou espectadores. Para Del Prio-

¹⁹ PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916-1922). In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006, p. 116.

ri, “a festa, seus espaços e suas atividades vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização”²⁰.

Consideramos que a festa ocupa um lugar de destaque na sociedade brasileira, e quando ela acontece revela experiências, expectativas de futuro e imagens sociais. De acordo com Amaral²¹ “ela é capaz de conforme o contexto, diluir, cristalizar, celebrar, ironizar, ritualizar ou sacralizar a experiência social particular dos grupos que a realizam”.

No que diz respeito às festas escolares, as definições pedagógicas podem ser vistas, na escolha das datas para comporem os calendários escolares; nos conteúdos escolares elucidados nos programas das comemorações; nas prescrições sobre a forma de agir e se comportar durante as solenidades. A constituição de um calendário específico para a escola determinando: datas para matrículas, o início e término do ano letivo, feriados, festas, período de avaliações, entrega de notas na secretaria, entrega de boletins, encerramento do bimestre, interrupções diversas, entre outras, visava estabelecer um sistema de ensino homogêneo, ao mesmo tempo, que significava a racionalização do tempo e o controle das atividades escolares.

De acordo com Le Goff “enquanto organizador do quadro temporal, condutor da vida pública e quotidiana, o calendário é, sobretudo, um objecto social. Tem, portanto uma história, aliás muitas histórias [...]” e é preciso observar como os detentores do poder interferem na composição dos calendários, utilizando-o como um “instrumentos de poder”. Para o autor,

o calendário depende do tempo cósmico, regulador da duração que se impõe a todas as sociedades humanas [...] estas captam-no, medem-no e transformam-no em calendário segundo as suas estruturas sociais e políticas, os seus sistemas econômicos e culturais, os seus instrumentos científicos e tecnológicos²².

Com o processo de racionalização das instituições escolares no final do século XIX e início do século XX foram estabelecidas prescrições com relação

²⁰ DEL PRIORI, Mary. *Festas e utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 105.

²¹ AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significado do festejar, no país que “não é sério”*. São Paulo, 1998. Tese de Doutorado. FFLCH-USP, 1998, p.07-08.

²² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. ruy Oliveira. Lisboa: Ed. 70, IIº v., 2000, p. 62 – 70.

à utilização do tempo escolar²³, entre elas, o calendário escolar, que retratava não somente aspectos pedagógicos mas também sociais. Os calendários civil e religioso do país organizavam as temporalidades da escola, as atividades dos professores e alunos no cotidiano escolar determinando “o tempo de trabalho e descanso, tempo ocupado e tempo livre, tempo de aprender e tempo de brincar, tempo de atividade e tempo de ócio, tempo de silêncio e tempo de falar”²⁴ e o tempo de festejar.

Os tempos escolares são múltiplos e, assim como, a ordenação do espaço fazem parte da ordem social e escolar. Desta forma, são tempos pessoais e institucionais, individuais e coletivos, demarcá-los, controlá-los, organizando-os em séries/anos, horários, utilizando relógios e campainhas, cumpre um papel educativo, e influencia a vida das pessoas (alunos, famílias, professores, diretores, padrões) envolvidas no processo educativo. Portanto, o tempo escolar não pode desprender-se das relações sociais e tempos sociais da qual a escola faz parte²⁵.

No calendário escolar estão fixadas as datas a serem comemoradas. Essas datas, marcadas por significados religiosos, políticos, e sociais, não podem ser analisadas como interrupções/rupturas sem validade no processo ensino-aprendizagem, mas têm que ser vistas, como um tempo em que se desenvolve uma prática social com conteúdos, símbolos e valores legitimados por um regime político ou grupo, com intenções educativas. De acordo com Carvalho, “símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem”²⁶ e a escola era, e é um lugar excelente para o processo de inculcação.

²³ SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998; GALLEGU, Rita de Cássia. *Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-19290)*. São Paulo. 2003. Dissertação de Mestrado. FEUSP, 2003; CÂNDIDO, Renato Marcílio. *Cultura da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2007. FE-USP, 2007.

²⁴ SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998, p. 220.

²⁵ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos-metodológicos de um programa de pesquisa*. In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: História e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

²⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 89.

As festas e comemorações escolares eram planejadas pelas autoridades de ensino, responsáveis por estabelecer decretos/leis, elegendo as datas e comemorações que deveriam compor o calendário escolar, bem como as instruções para os rituais cívicos. Os dirigentes das delegacias de ensino reuniam com os diretores das escolas para orientá-los de como deveriam ser as celebrações. Os diretores repassavam aos professores as orientações e normas de como deveriam preparar os alunos para as festividades escolares. Podemos afirmar que os conteúdos escolares, normas, comportamentos, valores, relacionados às datas festivas eram ensinados não só para os alunos, mas a todos que acompanhavam os eventos escolares. É preciso enfatizar que os sujeitos escolares, alunos, professores, dirigentes, como integrantes da *cultura escolar* ora agem em seu fazer cotidiano na instituição educativa, acatando o que foi definido por outros sem a sua presença, ora desenvolvem práticas que contribuem para a construção da escola e da *cultura escolar*.

As suspensões nas atividades escolares obedeciam às cronologias religiosas (domingo, dias santos, semana santa, finados) e cívicas (eventos históricos: descobrimento do Brasil, Proclamação da Independência, Proclamação da República e outros). Os calendários e horários eram importantes instrumentos de registros, regulação e ordenação do tempo escolar. Tempo este que deveria ser bem distribuído e aproveitado para evitar a ociosidade, valorizando a regularidade, a pontualidade e a ordem. Desse modo, os calendários e horários estabelecem e direcionam os ritmos das práticas sociais, as cadências das atividades escolares: ritos, festividades, exames, férias, rituais de entrada, intervalos, recreio, premiações, constituem práticas simbólicas que dão sentido à organização escolar e asseguram a identidade da escola enquanto instituição dotada de normas e códigos próprios.²⁷ salienta que os calendários definem o processo educativo, a estrutura organizativa da escola, racionalizando os tempos da escola e a rítmica das práticas e atividades de professores e alunos.

O ato de festejar

As festas escolares eram acontecimentos públicos importantíssimos no contexto social. Por meio delas, a escola abria-se para a população em geral e,

²⁷ TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. Cadernos escolares, ritmos docentes. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 1999, p. 96.

permitia-se conhecer e admirar. Durante a festa, havia toda uma programação a ser seguida que se assemelhava à rotina das aulas. O tempo da festa era todo cronometrado com hora para começar, terminar, para as homenagens, apresentações dos alunos, discurso dos professores e das autoridades. Constituiu o momento da celebração, da brincadeira, dos jogos, da música, da dança, mas também o tempo de aprender. São múltiplos os sentidos, as funções, e os modos de comemorar nas instituições escolares.

No Colégio Salesiano de Santa Teresa festejava-se para celebrar a unidade da instituição educativa. No início do ano letivo havia a festa do regulamento. Ocasão onde o diretor da escola reunia professores e alunos para dar boas vindas e ao mesmo tempo, proferir uma palestra sobre as normas disciplinares, os direitos e deveres de alunos e professores. Esse dia era revestido de caráter festivo visava motivar os alunos e professores a bem cumprirem os seus deveres. Era uma eficaz estratégia para legitimar a instituição e exigir o cumprimento de seus dispositivos normativos.

No decurso do ano eram muitos os momentos festivos: festas religiosas - com tríduos, certames e celebrações; festas cívicas, destacando as datas e comemorações consideradas significativas da história da pátria e do regime republicano com desfiles, gincanas, campeonatos esportivos, sessões litero-musicais, fanfarras; e outras festas, como festa do aniversário do diretor, festa de encerramento do ano letivo em que os alunos com boas notas recebiam prêmios e homenagens, festa de formatura, festas de confraternização, retiros, dentre outras. Além do aspecto formativo, as festas e comemorações projetavam a instituição externamente.

Sabemos que as festas serviam a diferentes propósitos e nas instituições educativas tinham como tarefa cultivar e difundir valores, formar o cidadão político brasileiro, promover o encontro entre o Estado, representado pelas autoridades públicas e a sociedade civil, pais, alunos, professores, e demais espectadores.

Nas festas e comemorações os rituais eram marcados por hinos, hasteamento de bandeiras, preleções, recitação de poesias, discursos, entrega de prêmios. Esses atos constituem práticas simbólicas, detentoras de significados sociais e culturais. É preciso dizer que sempre há uma luta durante a escolha de símbolos e alegorias, para representar um regime, e no Brasil, pós-Proclamação da Repú-

blica não foi diferente. Travou-se uma batalha ideológica e política em busca de uma imagem que representasse o novo regime e atingisse o imaginário popular. Segundo Costa e Schwarcz²⁸, houve uma

[...] verdadeira batalha ideológica, quando se mudaram nomes de ruas e de estabelecimentos que lembravam a extinta monarquia, em que se impuseram novas imagens para representar a nação – figuras de mulheres francesas substituíam os índios tropicais, Tiradentes entrava no lugar dos marcos imperiais -, a República preparava-se para redesenhar a nação²⁹.

Ideologias e utopias constituem o imaginário social, mas também símbolos, alegorias, rituais e mitos foram instrumentos importantíssimos na projeção de interesses, aspirações, na manipulação de sentimentos coletivos e condutas, disseminados durante as festas escolares.

O Decreto nº 155 B de 14 de janeiro de 1890 instituiu os dias das festas nacionais a ser celebradas.

[...]

São considerados dias de festa nacional:

1º de janeiro: consagrado à comemoração da fraternidade universal. 21 de abril: consagrado à comemoração dos precursores da Independência do Brasil, resumidos em Tiradentes; 3 de maio: consagrado à comemoração da descoberta do Brasil. 13 de maio: consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros. 14 de julho: consagrado à comemoração da República, da Liberdade e da Independência dos povos americanos. 7 de setembro: consagrado à comemoração da Independência do Brasil. 12 de outubro: consagrado à comemoração da descoberta da América. 2 de novembro; consagrado à comemoração dos mortos. 15 de novembro: consagrado à comemoração da proclamação da República.

Sala das sessões do Governo Provisório, 14 de janeiro de 1890, 2ª República – Manoel Deodoro da Fonseca – Ruy Barbosa – Quintino Bocayuva – Benjamin Constant – Botelho de Magalhães – Eduardo Wandenkolk – Aristides da Silveira Lobo – M. Ferraz de Campos Salles – Dimétrio Nunes Ribeiro³⁰.

²⁸ COSTA, A. M. da, SCHWARCZ, L. M. *Virando o século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁹ *Idem*, p. 127.

³⁰ CINTRA, Assis. *Obra aprovada pela Diretoria de Instrução Pública do Estado de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos, s/d, apud CÂNDIDO, Renata Marcilio. *Op. cit.*, p. 65-66.

Podemos afirmar que poucas alterações ocorreram no calendário oficial brasileiro estabelecido a partir de 1890. Os dias 3 de maio e 14 de julho deixam de figurar como feriados nacionais, as demais datas fixadas permaneceram, e outras foram incorporadas no calendário escolar, ou mudaram de sentido. Como exemplo, a descoberta do Brasil antes comemorada no dia 3 de maio, passa a ser comemorada no dia 22 de abril; o dia 13 de maio antes “consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros, passa ser comemorado a abolição da escravidão; e 12 de outubro passou a ser celebrado a padroeira do Brasil Nossa Senhora Aparecida.

A interrupção das aulas ocorria em decorrência das comemorações cívicas (descobrimento do Brasil, Proclamação da Independência, Tiradentes, Dia do Trabalho, Proclamação da República), e religiosas (dias santos, Semana Santa, Finados, festa da Padroeira). A escola não ensinava somente os valores cívicos, mas era a guardiã desses valores que constituíram a identidade e a memória nacional. Os símbolos nacionais eram ensinados e cultuados de acordo com as determinações oficiais, objetivando produzir sensibilidades nos alunos, professores e, eram estendidos à sociedade.

As festas e comemorações ocupavam uma grande quantidade de tempo durante o ano letivo, e os professores eram os responsáveis por ornamentar a escola, a sala de aula, participar ativamente das comemorações, difundindo valores cívicos e cumprindo as atividades previamente determinadas pelas autoridades educacionais. Assim, tinham que preparar, treinar antecipadamente os alunos para que pudessem representar de forma satisfatória à escola nas diversas apresentações fossem elas, cívicas, religiosas ou de outra natureza.

As datas a serem comemoradas estavam previstas no calendário escolar e seguiam as orientações ou programas previamente definidos pela Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e delegacias de ensino. A programação da Semana da Pátria elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Corumbá (SMEC) era encaminhada às escolas públicas e privadas. A solenidade de abertura da semana iniciava no dia 1 de setembro e estendia-se até o dia 7 na Praça da Independência. Todas as escolas eram convidadas a participar da abertura, bem como, previamente eram escaladas para em um dia durante a semana encaminhar uma representação de alunos devidamente uniformizados para acompanhar o hasteamento ou arriamento da bandeira, ao som do hino nacional, e depois fazer apresentação.

No programa da festa, hinos, bandas de música, recitação de poemas, danças, retreta, exposição de armas e equipamentos das Forças Armadas, apresentação de alunos. O dia da Pátria era a mais importante das datas cívicas e por isso, deveria ser solenemente festejado nas escolas públicas e, privadas. O ponto alto da semana era o desfile cívico-militar que ocorria na manhã do dia 7 de setembro passando pelas principais ruas do centro da cidade, desembocando na Avenida General Rondon. A população deixava suas casas e aglomerava-se nas ruas, participando como espectadores do desfile.

A preocupação era de que a festa cumprisse a sua finalidade educativa colaborando para que as datas cívicas fossem respeitadas e celebradas; o amor à pátria fosse cultivado; a educação valorizada, por meio das festas de acolhida aos alunos e professores, de formatura, de encerramento do ano escolar. O programa das festas escolares geralmente, compostos de homenagens, às autoridades, como delegados de ensino, prefeitos, secretários de educação e professores. Os alunos que se destacavam por bom comportamento e notas altas recebiam prêmios e elogios durante as festividades.

Como já foi dito, cabia ao professor preparar seus alunos para os dias festivos. Em outras palavras, o trabalho do professor estendeu-se, não estava mais restrito a executar tarefas no âmbito da sala de aula, mas deveria participar ativamente das festividades, do planejamento a execução. O trabalho do professor e o desempenho de seus alunos eram avaliados conforme a qualidade das apresentações veiculadas nos dias festivos.

É preciso dizer que a instituição escolar desenvolveu normas de conduta, fixou valores padronizados que não correspondia com os discursos em nome da “democracia”. De acordo com Bittencourt, as regras estabelecidas, os códigos internos, o sistema de avaliação imposto, fez da escola propagadora de uma mentalidade individualista, elitista e competitiva. Os conteúdos dos programas visavam formar um cidadão civilizado que se tornaria um político, industrial, intelectual, burocrata, comerciante, portanto, auxiliava na construção desse futuro homem “civilizado” e “moderno” selecionando os mais “capazes” e os mais “produtivos”³¹.

³¹ Cf. BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917 – 1939)*. São Paulo: Loyola, 1990, p. 77-78.

Por meio das festas eram difundidos os valores da escola, da política dominante, o desempenho dos alunos e, a sociedade podia avaliar a instituição de ensino e como estava cumprindo a sua função educativa. Os alunos participavam ativamente dos festejos como atores e colaboradores sabendo que de sua disciplina e responsabilidade dependiam o sucesso ou fracasso do evento. Desse modo, as festas contribuíram para legitimar a instituição educativa como lugar privilegiado para o acesso ao conhecimento e, dos professores como profissionais responsáveis pela transmissão desses saberes.

Apesar de haver determinações e regulamentos oficiais para as festividades escolares, sabemos que há uma diferença entre o que é determinado legalmente e as apropriações e representações que os sujeitos escolares têm, e fazem da festa.

A tipologia das festas

Nesse estudo, estamos considerando as informações sobre as festas que aconteceram no Colégio Salesiano de Santa Teresa (1972-1987), levando em conta a organização temporal presente no calendário escolar, o Regimento Escolar, as anotações do livro de ocorrência, os ofícios expedidos, ofícios recebidos, ofícios circulares, depoimentos de ex-alunos, professores e funcionários, agendas, programas oficiais, dentre outros.

Para uma melhor organização das festas registradas no calendário escolar, do período eleito para estudo, dividimos em três categorias: festas cívicas regulares, inscritas na lei; festas religiosas; e festas que reforçam a identidade da escola. Do primeiro tipo, destacamos: a) 31 de março- “*Revolução de 1964*”; b) 21 de abril – Tiradentes e Fundação de Brasília; c) 1º de maio – dia do trabalhador; d) 13 de junho – Retomada de Corumbá; e) 25 de agosto – dia do soldado; f) 7 de setembro - Independência do Brasil; g) 21 de setembro - Aniversário de Corumbá; h) 11 de outubro - Divisão do Estado de Mato Grosso e criação do Estado de Mato Grosso do Sul; i) 15 de novembro – Proclamação da República; entre outras.

Do segundo tipo, celebrações/festas religiosas previstas no calendário escolar podemos citar: a) Tríduo escolar à Nossa Senhora Auxiliadora; b) 02 de fevereiro – Nossa Senhora da Candelária – Padroeira de Corumbá; c) Semana

Santa; d) Corpus Christi; e) 24 de maio - consagrado à Nossa Senhora Auxiliadora – Padroeira da Missão Salesiana; f) 16 de agosto – Aniversário de São João Bosco e da Comunidade Salesiana; g) 02 de novembro – Finados.

E, no terceiro grupo, comemorações que reforçam a identidade dessa escola temos: a) Festa do Regulamento; b) carnaval; c) a festa junina denominada Sapolândia; d) o Festival Salesiano de Arte (FESART); e) os jogos abertos salesianos; f) feira de ciência e cultura; g) manhãs e tardes de formação; h) competições esportivas interclasses; i) jornadas juvenis; j) aniversário do diretor; k) dia das mães; l) 21 de agosto – folclore; m) 12 de outubro - dia das crianças; n) 15 de outubro - dia do professor; entre outros.

As festas e comemorações elencadas no calendário escolar, não correspondiam, necessariamente, a um dia de suspensão das atividades escolares. Mas, dependendo da importância da data a ser lembrada, havia todo um ritual escolar a ser seguido que contemplava: hasteamento a bandeira, hinos, exposições, declamações, poemas, dramatizações, competições, confecção e, apresentação de trabalhos escolares relacionados à data festiva, visando incitar nos alunos o respeito e amor a pátria, e dar maior visibilidade social à escola.

Durante as festas, os indivíduos rompem com a rotina do cotidiano escolar. É um ato coletivo com significados distintos para os que dela participam. No âmbito escolar, as datas escolhidas para serem festejadas, os programas, as normas e regras das comemorações, revelam o caráter pedagógico das festas escolares. A escola tinha a tarefa de ministrar aos alunos os conhecimentos científicos e as regras necessárias para “garantir a unidade política do país inculcando em todas as crianças idéias e sentimentos necessários à própria existência da nacionalidade”³².

Consideramos as festas escolares, oportunidades especiais para veicular, aos alunos, pais, professores e, demais participantes dos eventos, os conteúdos escolares, comportamentos, valores, ou seja, a cultura específica da escola. Dessa forma, são momentos de desenvolvimento das atividades escolares e também de aprendizagens. Podemos dizer que as festas no Colégio Salesiano de Santa

³² Carvalho, Marta M. C. Por uma história cultural dos sabers pedagógicos. In: SOUSA, C. P. de, CATANI, Denise (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1989, *apud* CÂNDIDO, Renata Marcilio. *Op. cit.*, p. 41.

Teresa, quais sejam: cívicas, religiosas, ou outras festas, são sinônimos de permanência. Poucas alterações ocorreram ao longo do período eleito para estudo. No que diz respeito às festas cívicas, o recorte temporal do período de estudo perpassa três momentos significativos da história política brasileira e regional. O primeiro é o do Regime Militar no Brasil, o segundo da divisão administrativa do Estado de Mato Grosso em 1977, que dá origem ao Estado de Mato Grosso do Sul e, o terceiro, o início da Abertura Política.

É interessante destacar que em cada um desses momentos históricos, colocava-se em cena rituais distintos procurando educar os alunos e a comunidade para uma série de valores e virtudes cívicas, políticas e sociais. Assim, não podemos perder de vista ao analisar os relatos das festas que eles comportam silêncios e esquecimentos, voluntários, ou não, de segmentos da sociedade. Precisamos fazer considerações sobre o lugar de origem do participante, lembrando das práticas de controle e supervisão de pessoas e coisas nos festejos. É preciso reconhecer que não são dados inocentes, mas o que um grupo quis registrar. “Não são mentiras ou deturpação da realidade, mas um determinado olhar sobre ela, olhar que é parte integrante e inseparável da realidade”³³.

As festas e comemorações escolares deveriam seguir as regulamentações legais em vigor na época³⁴. A delegacia de ensino definia junto aos diretores das escolas a programação dos festejos escolares. Essa programação era encaminhada às escolas, com as determinações e procedimentos de como celebrar as festas e comemorações nacionais no âmbito da escola.

Os diretores do Colégio Santa Teresa reuniam com os coordenadores e professores para repassar as orientações e recomendações oficiais recebidas. De acordo com o tema da festa, definiam o que seria ensinado aos alunos e de que

³³ CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais: festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 23.

³⁴ Legislação Federal: Decreto-Lei nº 869, de 12/09/1969 Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; Lei nº 5700/71, de 01/09/1971 Dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos Nacionais e dá outras providências; Decreto nº 68065, de 14 /01/1971 Regulamenta o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 5692, de 11 de agosto de 1971; Constituição Federal.

forma. Cada professor ficava responsável por decorar a sua sala de aula, colaborar para a ornamentação do colégio, planejar, organizar a atividade para sua turma enfatizando a importância da data para a soberania do país.

Desse modo, os professores que antes desempenhavam atividades relacionadas à sala de aula e ao seu fazer pedagógico, como planejamento, execução das aulas, correção de trabalhos, de cadernos e de provas, passaram a ter a responsabilidade de preparar as festas escolares e os alunos. Analisando o calendário escolar e os diversos registros do cotidiano escolar do Colégio Salesiano de Santa Teresa, podemos afirmar que o festejar, o celebrar e o comemorar influenciava constantemente nos dias letivos e no trabalho do professor, pois estes tinham a obrigação de preparar seu grupo de alunos para as festividades, participar das comemorações coletivas, propagar valores morais e cívicos, devendo cumprir as prescrições das autoridades educacionais. É preciso considerar que embora houvesse as prescrições, os professores construam as suas práticas, organizavam as suas aulas, o seu fazer pedagógico utilizando de outros meios.

O programa das festas começava sempre com uma explicação sobre a data, feita por um professor, ou mesmo pelo diretor da escola, seguindo de apresentações de alunos. Foi registrado pelo Pe. Diretor Mario Pelattiero em 20 de abril de 1976 a antecipação das comemorações ao dia de Tiradentes:

Comemora-se a data de amanhã. Houve: quadros murais; cartazes; pesquisas e trabalhos em aula; hasteamento do pavilhão nacional ao canto do Hino: Hino à Independência; palestra alusiva por um professor; declamação de poesias pelos alunos; houve aula regular³⁵.

Por ser o dia 21 de abril feriado nacional reservado a comemoração do dia de Tiradentes e da Fundação de Brasília, e não podendo ser esquecida a data durante o feriado, a seção cívica foi antecipada para do dia 20 de abril, podendo ser dividida em duas partes. Na primeira parte, todas as professoras trabalharam o mesmo tema, cada uma em sua sala, desenvolvendo atividades diversas com caráter festivo, motivando os alunos a confeccionarem quadros murais, cartazes, fazerem pesquisas e trabalhos no interior da sala de aula (cópias, ditados, composições livres). Na segunda parte, todos os alunos participaram do hasteamento da bandeira, do canto ao Hino à Independência, depois ouviram palestra ligada

³⁵ LIVRO DE OCORRÊNCIA..., *citado*, p. 31.

ao tema, assistiram as apresentações dos grupos de alunos escolhidos para representar cada turma e, retornaram às salas.

Recitar poesias, declamar, apresentações de ginásticas, desfiles, homenagens, cantos, competições esportivas, passeatas eram atividades incorporadas a cultura festiva. O momento de integração e socialização durante o ritual festivo contribuía para a construção da memória coletiva. Podemos dizer que as datas instituídas pelo Estado para serem comemoradas e os conteúdos a serem veiculados por meio delas, buscavam “formar” o bom cidadão.

Ao inscrever as festas para que fossem (re)lembradas, os relatos reordenavam a memória social, e a organização inconsciente da memória coletiva. Os valores e sentimentos políticos presentes nas festas podem nos informar sobre as estratégias políticas de legitimação do poder, ou de moralização da educação, pois, as festas, possuem vários significados e uma profusão de sentidos.

O significado da festa não se restringe apenas ao vínculo que ela mantém com as circunstâncias [...] O seu ritual e a sua simbologia, [...] têm muito a dizer aos historiadores, que deixam de apenas narrar essas festas para buscar compreender os comportamentos a ela ligados, as representações coletivas que elas encerram e sua ressonância social³⁶.

É importante tomar cuidado para não reduzir a festa apenas a instrumento de controle da população e entretenimento em períodos de tensões sociais. É inegável que cumpre essa função, mas não pode ser vista apenas como um instrumento usado por um determinado grupo social ou pelo Estado para atender determinados fins. Lambert³⁷ diz que é um mecanismo importante na manutenção de determinados valores e idéias e possui uma multiplicidade de usos, intenções e sentidos servindo a diferentes finalidades³⁸ que variam de acordo com o tipo de comemoração e a instituição que a realiza.

As festas cívicas, religiosas, ou outras festas previstas no calendário do Colégio Santa Teresa, reunia um grande número de pessoas, entre elas, alunos, professores, pais e, sociedade em geral, que vinham assistir e participar das sole-

³⁶ CHAMON, Carla Simone. *Op. cit.*, p. 13.

³⁷ LAMBERT, Hercília Mara Facuri Coelho. Festa e participação popular (São Paulo – início do século XX. In: *História*, n. 13, São Paulo, 1994, p. 16.

³⁸ OZOUF, Mona. *Op. cit.*,

nidades de homenagens a pessoas públicas ou personagens históricos, bem como das celebrações religiosas. Recreação, hinos, música, missa, apresentação teatral marcavam o dia festivo que era considerado um dia de descanso das atividades escolares por ter uma rotina diferente dos dias de aula normal, mas nem por isso, isento de caráter educativo.

A importância social e cultural da escola era muito grande. Ali ensinava-se a ler, escrever e contar; as normas de boa convivência; apoiavam as campanhas de vacinação; incentivavam o desenvolvimento físico, mental e intelectual, o civismo e, a formação moral do cidadão. Era um lugar de encontro, solenidades e comemorações³⁹. As festas não se restringem ao espaço da escola, mas tem a capacidade de estender-se por toda a sociedade, penetrando, moldando e influenciando nas formas de agir e de se comportar dos indivíduos. Anualmente eram realizadas palestras sobre formação cívica e moral, direitos e deveres, moral-religiosa, o bom cidadão, grandes nomes da história do nosso país, proferidas pelo padre diretor. Posso inferir que essas palestras tinham a intenção de propagar, divulgar e afirmar o regime militar que havia se instaurado por meio do Golpe de 1964.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também – e é o que aqui me interessa – por símbolos, alegorias, rituais e mitos .

Era importante selecionar, planejar e programar as festividades escolares, de modo que pudessem construir e reforçar a memória oficial nacional com atividades diversas dentro e fora da escola. Carvalho diz que o imaginário para criar raízes precisa de “uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural na qual se alimentarem”⁴⁰. Na concepção do autor, a criação de símbolos, de alegorias, de heróis ocorre justamente porque ao implantar um regime político faltou a participação do povo.

³⁹ Cf. SOUZA, Rosa Fátima de. *Op. cit.*, 1998,

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 89.

Levando-se em conta, a etimologia, cívico do latim *civicu* relativo aos cidadãos como membros do Estado⁴¹, a festa cívica, é uma festa produzida por questões políticas, mas não podemos reduzi-la a essa característica. Um dos objetivos da festa cívica é produzir sensibilidades, contagiando e comovendo a todos⁴². Outra característica é a publicidade, e por acontecer no espaço público, aberta a todos e nos lugares em que muitas pessoas circulam, não existe festa cívica feita às escondidas, ou reservada a apenas um segmento da sociedade.

Constitui a festa, a diversão, o controle, a resistência, o prazer, a alegria, as emoções, e por mais que o historiador queira, jamais conseguirá compreendê-la sob o aspecto onírico. O campo das emoções é difícil de delimitar e abordar. O que queremos entender são os significados que a partir do imaginário social, as festas deram as ações humanas no cotidiano escolar. Sendo as festas cívicas rituais políticos contribuem para a construção de um conjunto de crenças e de valores sociais. O destinatário das festas cívicas eram os alunos, os pais, os professores, e a população em geral, que sempre estavam presentes para prestigiar as comemorações. A presença desses sujeitos era indispensável, porque são os espectadores, sem a sua presença e participação, ela perde a sua razão de ser. Já que a eles se pretendia instruir e educar.

⁴¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

⁴² Cf. CHAMON, Carla Simone. *Op. cit.*, p. 31.

A força de trabalho indígena da Aldeia Amambai na Indústria sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul (2010 – 2011)

Marina Brun Bucker*

Lídia Maria Ribas**

Gilberto Luiz Alves***

O objeto do presente artigo é a força de trabalho indígena da aldeia Amambai utilizada pela indústria sucroalcooleira no Mato Grosso do Sul. Tal atividade se restringe ao corte da cana-de-açúcar, que é prejudicial à saúde e mal remunerada. O objetivo é verificar o grau de atendimento de suas necessidades de reprodução, tendo como parâmetro os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dentre as con-

Introdução

Este trabalho tem como objeto a utilização da força de trabalho¹ indígena da aldeia Amambai pela indústria sucroalcooleira, no período compreendido entre 2010 e 2011. Ob-

* Graduada em Direito – USP. Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-UNIDERP. mhbucker@terra.com.br

** Mestrado e Doutorado em Direito – PUC-SP. Pós-Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Museu Social da Argentina – UMSA. Pesquisadora do CNPq. limaribas@uol.com.br

*** Mestrado em Educação pela UFSCAR-SP. Doutorado em Educação pela Unicamp-SP. Pós-Doutorado em Filosofia e História da Educação pela Unicamp-SP. gilbertoalves9@uol.com.br

¹ Força de trabalho é a capacidade do trabalhador de produzir riqueza material. A força de trabalho é o produto de venda que garante a sobrevivência desse trabalhador despojado de outros instrumentos. É um conceito fundamental em *O Capital*, de Karl Marx, onde o autor, criticando o sistema capitalista de produção, discute a compra e venda dessa “mercadoria”. O capitalista compra essa força de trabalho como qualquer outro produto que utiliza em sua produção, porém a remunera a quem do seu valor real, retirando daí seu lucro. O valor da força de trabalho, como de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção ou reprodução, ou seja, a manutenção do trabalhador e sua família.

clusões, a atividade sucroalcooleira, embora represente fonte de renda para o estado de MS, gera impactos negativos no aspecto ambiental e social. A subsistência dessa força de trabalho exige o apoio de programas socioassistenciais oferecidas pelo governo. No horizonte, há previsão de substituição desses trabalhadores por máquinas, sem se articularem alternativas para absorção dessa força de trabalho em outras atividades econômicas.

Palavras-chave: indígenas; força de trabalho; indústria sucroalcooleira.

The object of the present study is the native workforce of indian settlement and its employment by the sugarcane industry in Mato Grosso do Sul. This work is restricted to the cutting of sugarcane, an activity that is both health hazar-

dous and poorly paid. The study aims to check the level in which the reproduction needs are met, using as a parameter the indicators settled by the United Nations Development Programme (UNDP). Among the conclusions, the irreversible and growing expansion of the sugarcane industry was noticed. Although it represents stet income to State of Mato Grosso do Sul, it brings negative impact both environmentally and socially. The subsistence of this workforce demands support from governmental welfare programs. There is a foresight for substituting these workers by machines, but alternatives are not being articulated to absorb this workforce in other economic activities.

Keywords: indians; guarani-kaiowá; workforce; sugarcane industry.

jetiva verificar o grau de atendimento das necessidades de reprodução dessa força de trabalho, tendo como parâmetro os indicadores utilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)².

O estudo trata da contratação dos índios Guarani e Kaiowá da aldeia Amambai como força de trabalho explorada pela indústria sucroalcooleira – a qual se restringe praticamente ao corte da cana-de-açúcar –, bem como das consequências dessa atividade laborativa para a comunidade indígena e para a sociedade.

A atividade laborativa na indústria canavieira é atualmente uma realidade imposta às populações indígenas no estado de Mato Grosso do Sul (MS) como alternativa de sobrevivência. Embora apresente suas particularidades, a situação indígena faz parte do contexto universal capitalista, uma realidade mundial de expropriação de terras dos pequenos produtores para transformá-las em grandes latifúndios, utilizados para produção em larga escala, sob a forma, em geral, de monoculturas. É irrelevante para os grandes grupos empresariais comandados pelo capital financeiro que, para tanto, o meio ambiente esteja sendo destruído, e com ele, como consequência, a própria espécie humana.

² Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Disponível em: <http://.pnud.org.br>. Acesso em: 6 fev. 2011.

O estado de Mato Grosso do Sul abriga a segunda maior população indígena do país – 68.860 pessoas –, segundo dados oficiais de julho/2010 da Fundação Nacional de Saúde – Sistema de Informações da Atenção a Saúde Indígena³ –, confinada em pequenas áreas de terra, reservas, algumas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e outras ainda em processo de demarcação. As áreas não são suficientes para garantir sua forma tradicional de sobrevivência. A situação de pobreza em que vivem os indígenas os torna extremamente vulneráveis à exploração laboral, daí a necessidade de medidas mais efetivas para garantia de seus direitos, o que já se tornou tema de interesse internacional:

Eles representam 15% dos pobres do globo e um terço dos 900 milhões de pessoas que vivem na extrema pobreza. Os povos indígenas também têm piores índices sociais que o restante da população, como taxa de escolaridade mais baixa, além de altas taxas de criminalidade e de violação dos direitos humanos. No Brasil, por exemplo, a mortalidade infantil em tribos atingiu 41,9 para cada mil nascimentos em 2009, aponta a **Fundação Nacional de Saúde (Funasa)**. Já no restante da população, o índice foi de 19 no mesmo período (PNUD, 2011).⁴

A aldeia Amambai foi escolhida por representar a segunda aldeia de maior contingente populacional do estado de MS – 7.144 indígenas –, segundo dados divulgados pela Funasa⁵.

A importância do tema é atual por conta dos incentivos governamentais para ampliação de investimentos na indústria sucroalcooleira no estado de Mato Grosso do Sul, bem assim a expressiva e crescente oferta da força de trabalho indígena, atraindo interesses dos usineiros para sua utilização em função de seu baixo custo.

O setor sucroalcooleiro tem despertado interesse econômico não apenas regional, como revela notícia recente veiculada no sítio Canal do Produtor:

Com planos para ajudar a desenvolver o setor de etanol brasileiro, para atender a demanda de 200 bilhões de litros em 2020, empresas do setor como Raizen,

³ FUNASA. Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (FUNASA-SIASI 2010). *Demografia Indígena*. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/internet/desai/sistemaSiasiDemografiaIndigena.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

⁴ ONU lança primeira ação para promover direitos de povos indígenas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/noticias/imprensa.php?id01=3744>>. Acesso em: 24. mai. 2011.

⁵ FUNASA...*op. cit.*

BP Biocombustíveis, Glencore Brasil, Umoë Bioenergia e Petrobras Biocombustível, acreditam que o País terá de apostar na produtividade, na redução de custos, e na capacitação de mão de obra para atender essa demanda. Nessa linha, a Raizen já aprovou um investimento de US\$ 7 bilhões, para ampliar sua produção de cana-de-açúcar, nos próximos cinco anos. Na mesma linha a BP Biocombustíveis também prevê incrementos em suas produções.⁶

O estudo desenvolve-se em três partes.

Na primeira, busca-se dar uma abordagem geral da exploração do trabalho, própria do sistema capitalista de produção com seus desafios e contradições. Para tanto, como referencial teórico são utilizados os textos: “*Trabalho assalariado e Capital*” – produzido por Marx; “*O Século XXI – socialismo ou barbárie*”, de István Mészáros; “*Universal e Singular: em discussão a abordagem científica do regional*”, de Gilberto Luiz Alves; “*Educação e Trabalho na Fronteira de Mato Grosso*”, de Carla Villamaina Centeno; “*Errantes do fim do século*”, de Maria Aparecida de Moraes Silva.

Especificamente para uma melhor elucidação do modo de pensar e agir dos povos indígenas e, em especial, do Guarani, foram consultadas as obras “*Os índios e a civilização*”, de Darcy Ribeiro, “*Aspectos fundamentais da cultura guarani*”, de Egon Schaden, dentre outras.

Na segunda parte, o enfoque é dado à indústria sucroalcooleira e ao seu crescimento incentivado pela produção do álcool combustível, tido como importante fonte de energia renovável, porém com destruição de grandes áreas de cerrado.

De modo a se averiguar como o tema está sendo visto no meio científico em Mato Grosso do Sul, foram utilizados estudos historiográficos produzidos por Antonio Brand, Maucir Pauletti, Egon Heck, dentre outros, desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos das Populações Indígenas (NEPPI), da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

Por fim, na última parte, procura-se verificar as condições sociais atuais desses trabalhadores indígenas, ou seja, como vivem na aldeia o trabalhador e

⁶ Setor sucroalcooleiro busca ajuste para atender demanda. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/setor-sucroalcooleiro-busca-ajuste-para-atender-demanda>>. Acesso em: 10.jun.2011.

seus familiares. Como critério de verificação, é considerado o conjunto de indicadores tidos como relevantes pelo PNUD, uma vez que não existe um índice específico para populações indígenas.

No intuito de avaliar se a atividade laborativa possibilita ao trabalhador indígena alcançar desenvolvimento humano, ou ao menos lhe assegura a reprodução da força de trabalho (manutenção própria e de sua família), são levantados os seguintes indicadores da aldeia Amambai: saúde, renda, educação, alimentação, condição de moradia, dentre outros. Foram feitos levantamentos em órgãos oficiais, entrevistas, consultas em sítios oficiais, pesquisas em textos de lei, visitas ao local de trabalho dos indígenas e à aldeia Amambai.

Exploração do trabalho no sistema capitalista de produção

O Brasil teve um processo de colonização bastante semelhante ao dos demais países do continente americano, como salienta Gilberto Luiz Alves, qual seja, a exploração do território para atender ao mercado capitalista europeu.

Produção de gêneros agrícolas em grande escala; surgimento de manufaturas avançadas, como os engenhos de açúcar, eram soluções impensáveis num Europa cujas terras ainda eram dominadas, em grande parte, por uma produção de caráter feudal voltada à subsistência. Dessa forma, no Novo Mundo as relações de produção no campo já nasceram com o sinete do capital⁷.

Desde o período colonial, os movimentos de expansão econômica em território brasileiro deram-se em função de uma demanda externa, própria do sistema capitalista de produção: cana-de-açúcar, ouro, exploração da erva-mate nativa, criação de gado, monoculturas etc., sem preocupação alguma com o extermínio, escravidão ou desalojamento dos povos nativos de seus territórios, destruição de florestas e das matas naturais.

Hoje, no espaço territorial entre Brasil, Paraguai e Argentina, embora tenham afinidade histórica, aspectos culturais e sócio-organizacionais semelhan-

⁷ ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: *Mato Grosso do Sul: o universal e o singular*. Campo Grande: Uniderp, 2003, p. 2. Disponível em: <http://www.geppe.ufms.br/textos.html>. Acesso em: 20 ago.2010.

tes, vivem quatro grupos de origem guarani – os *Mbya*; os Pãi-tavyterã, no Brasil conhecidos como *Kaiowá*; os Avá Guarani, denominados no Brasil como *Guarani* ou Nhandeva e os *Ache-Guaiaki*⁸ – com algumas características distintas entre si, tais como: o modo como falam o idioma guarani, a forma como realizam seus cultos religiosos etc. O povo indígena que habita a região fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, onde se situa o município de Amambai, é predominantemente o Guarani.

Atualmente, o município de Amambai, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocupa uma área de 4.258,74 km² com uma população de 34.986 habitantes, conforme estimativa das populações residentes em 1º.07.2009 informada pelos municípios⁹. E, conforme dados obtidos no sítio do Ministério da Saúde e no Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde¹⁰, no município existem três aldeias, quais sejam: Limão Verde, Amambai e Jaguari.

Segundo Schaden¹¹, a cultura guarani não valorizava o enriquecimento material individual e o acúmulo de bens, porém a chegada do branco alterou essa realidade. Também desse contato é que foram produzidas novas necessidades que não mais podiam ser atendidas pela sua tradicional forma de existência. O trabalho assalariado fora da aldeia surgiu como a possibilidade de acesso a esses bens e, para tanto, não mais teriam os trabalhadores disponibilidade de tempo para cuidar de suas próprias lavouras.

Sustenta o professor Brand¹² que um dos maiores problemas enfrentados pelos Guarani-Kaiowá foi a invasão e destruição de suas terras, desrespeito a

⁸ BRAND, Antonio Jacó et al. *Guarani Retã: povos guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*, 2008. Disponível em: http://www.campanhaguarani.org.br/pub/publicação/caderno_guarani_port1.pdf. Acesso em: 25 out. 2010.

⁹ IBGE. *Estimativas das populações residentes, em 1º de julho de 2009, segundo os municípios*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/POP2009_DOU.pdf. Acesso em: 25 out. 2010.

¹⁰ FUNASA..., *op. cit.*

¹¹ SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962, p. 45 e 47.

¹² BRAND, Antônio Jacó. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. *Revista Tellus*. Campo Grande-MS, UCDB, ano 4, n. 6, abr. 2004, p. 138.

seus costumes e cultura, expulsão e discriminação com a chegada de fazendeiros e colonos.

Para Silva¹³, o Estatuto da Terra (ET/1964) e o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR/1963) foram dois ordenamentos jurídicos de grande eficácia na mudança das relações de trabalho até então existentes no campo. A partir dos anos 1950, o aumento da produção agrícola torna-se o discurso da classe dominante, desenvolvimentista, que condenava o atraso no campo, pouco produtivo, com métodos obsoletos e trabalhadores miseráveis. O Estado passa a intervir diretamente na maneira de produzir, gerando a “erradicação dos cafezais” e a “diversificação das culturas agrícolas”.

Em substituição ao ETR, veio a Lei n. 5.889/73, que passa a utilizar a terminologia ‘empregado rural’, em vez de trabalhador rural, para definir aqueles que laboravam para um empregador, de forma não eventual. Ao proteger os permanentes, a lei excluiu da proteção trabalhista os eventuais. Essas leis regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo.

Surge o ‘bóia-fria’, trabalhador volante, eventual, banido da legislação. O ‘bóia-fria’ é duplamente negado, enquanto trabalhador permanente e enquanto possuidor de direitos. Negam-lhe até o direito de ser trabalhador. Imprimem-lhe a nomenclatura de ‘bóia-fria’, sentida como vergonha, humilhação, tal como as frases em epígrafe demonstram. Arrancam-lhe não só a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraízam-no. Retiram-lhe, sobretudo a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. Produz-se, assim, uma relação de força simbólica (Bourdieu & Boltanski, 1975), mediante a qual as condições subjetivas do ser são negadas. A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante, é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não pára em lugar nenhum, que não tem responsabilidades¹⁴.

Esse processo de expropriação e concentração de terras determinado pelo capital ainda continua produzindo uma massa de trabalhadores em busca de qualquer trabalho que lhe garanta sobrevivência¹⁵. Também os povos indígenas

¹³ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 62.

¹⁴ *Idem*, p. 66.

¹⁵ *Idem*, p. 84.

sofreram esbulho semelhante, porém de uma forma talvez até mais aviltante, porque nada receberam quando de suas terras foram despojados e confinados em reservas.

Historicamente no Brasil, a situação dos Guarani e Kaiowá sofreu profundas alterações logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com o término da guerra, passou-se à demarcação das terras na região de fronteira Brasil-Paraguai. Os combatentes tiveram contato com os índios e acesso aos ervais nativos. Começou a ocupação daquela região de fronteira do sul do estado, então conhecido como Mato Grosso. A partir de então a história daqueles indígenas passou a ser determinada pelas explorações econômicas capitalistas que se sucederam. Inicialmente a erva-mate, posteriormente as fazendas de gado, as colônias agrícolas, a exploração da monocultura da soja (década de 70) e finalmente a indústria sucroalcooleira (década de 80). Ao mesmo tempo em que presenciavam a invasão de seu território, suas matas destruídas pelos colonos, passam a ser vistos como importante reserva de força de trabalho a ser utilizada nessas sucessivas fases exploratórias.

Entre 1915-1924, o SPI demarcou 18.124 hectares de terra, para onde foram deslocadas as aldeias, possibilitando dessa forma a liberação do território para a exploração agropecuária. Não foram considerados os padrões indígenas de relação com a terra e a forma de exploração dos recursos naturais¹⁶. A escolha dos locais deu-se em decorrência de concentração dos indígenas e da falta de interesse de terceiros. Também foi o SPI que introduziu a figura do Capitão como líder máximo em cada reserva. Era ele o interlocutor entre o governo e a comunidade indígena¹⁷.

Em 1943, Getúlio Vargas criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943), sobre território indígena, para

¹⁶ BRAND, Antônio Jacó; HECK, Egon. A expansão da indústria sucroalcooleira e o desafio da produção de alimentos entre os Guarani e Kaiowá. In: BEZERRA, Célia Varela; COSTA, Sonia Maria Alves da. (Org.) *Exigibilidade de direito humano à alimentação adequada: experiências e desafios*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2008, p. 173.

¹⁷ BRAND, Antônio Jacó. O bom mesmo é ficar sem capitão: o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani, MS. *Revista Tellus*. Campo Grande-MS, UCDB, ano 1, n. 1, p. out. 2001, p. 69.

que colonos vindos de outras regiões do país tivessem acesso às terras. O objetivo era aumentar a produção de alimentos e povoar o país, bem como reduzir o domínio exercido pela Companhia Matte Larangeira na fronteira¹⁸. Para a instalação dos colonos na região, houve necessidade de desalojar os indígenas e, progressivamente, confiná-los em reservas¹⁹.

A partir de 1950, acentua-se a exploração econômica agrícola na região, especialmente sobre as terras antes ocupadas pelos Kaiowá, aumentando o desmatamento do território²⁰.

A população das comunidades indígenas deslocadas para reservas delimitadas pelo SPI aumentou expressivamente e acentuou ainda mais o problema do confinamento. As reservas eram orientadas no sentido de assimilação desses povos, ou seja, abandono de sua cultura originária e adoção da cultura dos brancos. Para tanto, eram utilizados como mão de obra nas atividades agropecuárias.

Em 1980, por conta da criação do Proálcool, inicia-se, em Mato Grosso do Sul, a instalação das indústrias sucroalcooleiras. A força de trabalho indígena, já excedente ante a mecanização na lavoura e o confinamento nas reservas, passa a ser direcionada para essa atividade. As denúncias de exploração e descaso com as regras mínimas de proteção do trabalhador indígena são frequentes. Os maiores problemas trabalhistas envolvem excesso de jornada, más condições de segurança, higiene e alimentação²¹.

Porém, não há desconsiderar que atualmente grande parte da população indígena do estado tem no trabalho assalariado do corte da cana-de-açúcar sua principal fonte de rendimentos²².

¹⁸ BRAND, Antônio Jacó. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre-RS, 1997, p. 87.

¹⁹ BRAND, Antônio Jacó. Os complexos..., *op. cit.*, p. 139.

²⁰ BRAND, Antônio Jacó. *Povos indígenas na região do pantanal e do cerrado: desenvolvimento participativo, universidades e pesquisa-ação.*, p. 5 Disponível em: <<http://www.unites.uqam.ca/brasil/Français/Nouvelles/bandUQAM2007.pdf>>. Acesso em : 14 abr. 2010.

²¹ BRAND, Antônio Jacó. Educação escolar e sustentabilidade indígena: possibilidades e desafios. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo, v. 60, n. 4, out. 2008, p. 183. Disponível em: <[HTTP://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=pid=S0009-](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=pid=S0009-)

²² *Idem*, p. 193

A indústria sucroalcooleira

O Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 14 de novembro de 1975 pelo Decreto n. 76.593 com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando ao atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos, trouxe impulso à indústria sucroalcooleira. Os primeiros veículos movidos a álcool hidratado chegaram ao mercado em 1979. Porém, com o fim da crise do petróleo, o programa foi revisto. Sem vantagens e incentivos, a produção entrou em declínio.

Novo impulso à indústria sucroalcooleira veio com o lançamento no mercado automobilístico dos veículos bicombustível – *flex fuel* –, que possibilitam o abastecimento com álcool ou gasolina. O governo brasileiro justifica a proteção fiscal sob o fundamento de que o uso do etanol, como álcool hidratado ou como anidro adicionado à gasolina, na proporção de 20 a 25% (Lei Federal n. 8.723/93), representa um diferencial positivo em relação ao petróleo, por conta da significativa redução da emissão de gás carbônico na atmosfera, além de ser um combustível renovável.

No cenário mundial, o Brasil é um país atraente para investimentos, porque, além da tecnologia eficiente para a produção de álcool combustível, possui força de trabalho abundante e barata e grande quantidade de terra e água²³.

Mato Grosso do Sul também se destaca por seu potencial nessa atividade.

A região Centro-Oeste de forma geral e especialmente o Estado de Mato Grosso do Sul, por sua proximidade aos grandes centros consumidores, suas possibilidades em termos de logística, pelos preços mais baixos das terras em relação a outros estados, pela grande disponibilidade de áreas e um clima favorável, se apresentou como uma importante alternativa para o desenvolvimento desta cadeia²⁴.

²³ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Intensificação da exploração do trabalho nos canaviais, problemas sociais e ambientais acarretados pela produção do etanol. *Revista NERA*, Presidente Prudente, UNESP, ano 11, n. 12, jan./jun. 2008, p 26.

²⁴ PEREIRA, Marcelo Castro et al. A expansão da cadeia sucroalcooleira em Mato Grosso do Sul. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 22 a 25 jul. 2007. UEL, Londrina-PR, p. 3. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/965.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

O Brasil, após mais de trinta anos do Proálcool, vive um momento de grande expansão da indústria sucroalcooleira, porém não mais comandada pelo Estado, mas sim por interesses particulares. Além das áreas tradicionais do interior paulista e do nordeste, avança desenfreadamente pelas regiões de Cerrado. Ao que se constata, esse é um caminho sem volta. Acredita-se que o álcool terá cada vez mais papel importante como combustível renovável, não apenas no Brasil como no mundo pelo seu custo de produção bastante competitivo.

Não há negar a relevância econômica do setor sucroalcooleiro para a economia nacional e também regional, porém a forma como sua produção se organiza produz impactos socioambientais negativos, cabendo dar destaque à precariedade das relações e condições da atividade laborativa.

Embora Mato Grosso do Sul responda por um percentual pequeno na produção de álcool se comparado com o estado de São Paulo, o fator relevante é o aumento percentual em relação à safra anterior. Segundo a Conab, a produção estadual de 23.297,8 mil toneladas passou para 34.333,2 mil toneladas, ou seja, teve um acréscimo de 47,4%²⁵.

O que torna ainda mais perversa essa atividade laborativa, além das condições naturais que lhe são típicas (trabalho a céu aberto, altas temperaturas, presença de fumaça etc.), é principalmente a forma remuneratória de sua força de trabalho. O cortador de cana é remunerado por produção, o que contribui sobremaneira para que essa atividade já tão penosa lhe custe, muitas vezes, a perda da capacidade laborativa em curto período de tempo ante a necessidade de, cada vez mais, superar as metas anteriores, para garantir a recontração, o que estabelece uma concorrência perniciosa entre os próprios trabalhadores.

A rotina de um cortador inicia-se com a definição do eito (área de corte), passando-se, então, ao corte. Porém, para ser mantido no emprego e recontratado na safra seguinte, normalmente, é exigida do trabalhador uma produção mínima de 6 toneladas/dia.

Um trabalhador que corte 6 toneladas de cana, em um eito de 200 metros de comprimento por 6 metros de largura, caminha durante o dia uma distância de

²⁵ CONAB. *Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, terceiro levantamento*, jan./2011. Brasília: Conab 2011. Disponível em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_01_06_09_14_50_boletim_cana_3o_lev_safra_2010_2011..pdf>. Acesso em: 28 jan. 2011.

aproximadamente 4.400 metros e despende aproximadamente 20 golpes com o podão para cortar um feixe de cana, o que equivale a 66.666 golpes por dia (considerando uma cana em pé, de primeiro corte, não caída e não enrolada, que tenha uma densidade de 10 canas a cada 30 cm.). Além de andar e golpear a cana, o trabalhador tem de, a cada 30 cm, abaixar-se e torcer-se para abraçar e golpear a cana bem rente ao solo e levantar-se para golpeá-la em cima. Além disso, ele ainda amontoa vários feixes de cana cortados em uma linha e os transporta até a linha central. Isso significa que ele não apenas anda 4.400 metros por dia como transporta nos braços 6 toneladas de cana em montes de aproximadamente 15 kg a uma distância que varia de 1,5 a 3 metros.²⁵

Outro aspecto ainda mais preocupante é que, assim como a produtividade da lavoura aumentou por conta de investimentos no setor (tecnologia, máquinas, melhora da qualidade da cana-de-açúcar, do preparo do solo, adubação etc.), também a produtividade dos trabalhadores rurais, infelizmente para a saúde deles, sofreu o mesmo processo. Já se fala em 12 toneladas ao dia²⁶. É o homem tentando competir com as máquinas e não ser substituído por elas.

A legislação prevê o fim da colheita manual, a ser, em curto período de tempo, substituída pela mecanizada. Ainda não é possível a completa mecanização por conta da exigência das máquinas atuais quanto à inclinação máxima do terreno. O processo já vem ocorrendo no estado de São Paulo.

Em Mato Grosso do Sul, a Lei estadual n. 3.404, de 30 de julho de 2007, prevê no artigo 3º, que não mais será permitida a queima da palha da cana a partir de 2016.²⁷ Por consequência, se a proibição for observada, haverá uma redução significativa de postos de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar. Porém, ainda é grande a massa de trabalhadores que sobrevive do corte da cana. Vislumbrando-se a substituição da força de trabalho pela máquina, não se assiste, ainda, à

²⁶ ALVES, Francisco. “Por que morrem os cortadores de cana?” *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-8, set./dez. 2006, p. 94/5. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2010.

²⁷ *Idem*, p. 96.

²⁸ Art. 3º Nas áreas em que a topografia permitir a colheita mecanizada, a queima de palha de cana-de-açúcar será totalmente eliminada no prazo máximo de 6 (seis) anos, a partir do ano de 2010, à razão de 16,75% (dezesesseis vírgula setenta e cinco por cento) ao ano, pelo menos.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, fica proibida a queima de palha de cana-de-açúcar em áreas situadas a menos de 5 (cinco) quilômetros do perímetro urbano.

criação de alternativas para absorver essa força de trabalho, que em curto período de tempo será descartada.

A contratação de indígenas para o trabalho no corte da cana-de-açúcar, como já salientado, data de 1980, quando o Proálcool deu novo alento para a sua produção no território sul-mato-grossense. A situação de confinamento desses povos em áreas de terras insuficientes, reservas superpovoadas, com seus recursos naturais comprometidos, sem oferecer mínimas condições de sobrevivência, foi fator decisivo para torná-los trabalhadores assalariados na indústria sucroalcooleira.

É fato que trabalhar fora da aldeia não é novidade para os Guaranis, que desde a exploração da erva-mate nativa na região sul, no fim do século XIX, já eram recrutados como trabalhadores braçais. Depois realizaram desmatamentos e semearam pastagens para os fazendeiros. Por último, como principal alternativa de salário atualmente, deslocam-se para as unidades industriais do setor sucroalcooleiro.

Nesse contexto sul-mato-grossense, uma situação específica despertou interesse de forma mais particularizada. Trata-se da utilização da força de trabalho indígena da aldeia Amambai para trabalhar no corte da cana-de-açúcar em plantações localizadas no município de Sidrolândia-MS.

A Aldeia Amambai possui 2.429 hectares e tem uma população de 7.126 indígenas, segundo dados do Ministério da Saúde referentes a 1º julho de 2010 (FUNASA-SIASI, 2010). Está localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, em município de mesmo nome, e é habitada por populações Guarani e Kaiowá, com predominância do idioma Guarani. Assim como outras comunidades indígenas, sua força de trabalho é maciçamente utilizada na indústria sucroalcooleira.

A indústria arregimenta trabalhadores por intermédio dos cabeçantes da aldeia. “São eles que arrumam turmas, organizam seu engajamento no local de trabalho e exercem também o papel de controle dessa mesma mão-de-obra”²⁹. Como conhecem os dois idiomas (guarani e português), servem de intermediadores nas negociações, em virtude das dificuldades de compreensão do idioma nacional pelos demais indígenas.

²⁹ BRAND, Antônio Jacó. O impacto..., *op. cit.*, p. 47.

O trabalho no corte da cana-de-açúcar é a opção de salário oferecida pela empregadora, a qual firma contratos de trabalho temporários. Essa força de trabalho é deslocada para longe de seus familiares, em plantações de difícil acesso e nenhuma fiscalização efetiva, sem que o trabalhador tenha a menor ingerência do controle da produção e do valor a ser pago. Findos os períodos pactuados, os grupos normalmente formados por cinquenta pessoas deveriam ser substituídos para possibilitar aos indígenas a permanência por determinado período (dez dias) na aldeia com seus familiares. Isso, porém, não tem ocorrido. Na verdade, os trabalhadores mais produtivos permanecem apenas dois ou três dias na aldeia e já retornam para as plantações de cana-de-açúcar. A produção do grupo é medida individualmente e cada um recebe conforme sua produção. Os cabeçantes, que deveriam defender os interesses dos indígenas, pela necessidade de garantir seu próprio emprego, acabam por se sujeitar aos interesses patronais. Os indígenas, além dos obstáculos da diferença de idioma, pelas dificuldades financeiras de que são vítimas, não podem arriscar a perda do emprego questionando melhores condições de trabalho. Os alojamentos são construídos nos canaviais, distantes das cidades, para facilitar a disciplina e o controle.

Os índios, diferentemente do que se propaga, são bastante produtivos no corte da cana. Além disso, reivindicam pouco, são dóceis e seguem à risca as orientações dadas³⁰. O contrato de equipe, forma de contratação adotada, transfere para o cabeçante a obrigação de mantê-los assim. Mesmo porque, qualquer questionamento ou insubordinação faz com que na próxima contratação tal trabalhador seja excluído do grupo. Somente se torna cabeçante quem for autorizado pelo capitão. Cada indígena que sai da aldeia para trabalhar na usina representa um valor pago ao capitão. A usina normalmente indica quem ela aceita ou não como cabeçante. Um funcionário da usina vai até a aldeia e contrata o cabeçante, que então arregimenta seu grupo. O cabeçante não trabalha no corte, tão somente fiscaliza seu grupo e ganha um percentual sobre a produção da equipe por ele arregimentada. O controle exercido pela usina sobre a força de trabalho é total. Mesmo porque ao capitão da aldeia, que teoricamente deveria defender os interesses dos indígenas, interessa manter um bom relacionamento com a usina, porquanto seu maior ou menor rendimento dependerá do número de trabalhadores por ela contratados.

A forma de contratação em muito se assemelha ao sistema de “conchavo”, citado por Centeno em seu estudo sobre o trabalho nos ervais³¹. Adianta-se um

³⁰ BRAND, Antônio Jacó; HECK, Egon. *Op. cit.*, p. 187.

³¹ CENTENO, Carla Villamaina. *Educação e trabalho na fronteira de Mato Grosso*.

valor ao trabalhador que, antes mesmo de começar sua nova atividade laborativa, já se endivida com a empregadora. Destarte, antes mesmo de iniciarem a prestação de trabalho, já estão em débito com o contratante, o que implica sujeição.

Na cana-de-açúcar, a realidade não é diferente. A usina adianta determinada importância (entre R\$220,00 e R\$250,00, segundo valores referentes ao final de 2010), para que o indígena não deixe a família desamparada até que retorne ao término do contrato. Ou seja, da mesma forma, já sai da aldeia endividado com a empregadora. Sua produção inicial já se destina a pagar sua dívida com a empresa.

Ao término do contrato temporário de sessenta ou setenta dias, teoricamente, deveria receber o que lhe é devido pelo que produziu no período, via de regra, em torno de três a quatro salários-mínimos. A usina, entretanto, não cumpre com suas obrigações contratuais. Verificou-se, através de consultas a processos no Fórum Trabalhista de Amambai, que atrasos no pagamento das verbas rescisórias, incluindo saldos salariais, é fundamento recorrente de reclamações trabalhistas propostas pelos indígenas, os quais, entretanto, dada a escassez de oferta de trabalho, findam por aceitar novos contratos com o mesmo empregador inadimplente, sem que sequer tenham recebido o saldo de contratos já findos.

A situação desses trabalhadores merece reflexões, pois, como bem ponderado por Brand³², embora tolerada como a única opção atual, o trabalho na cana-de-açúcar tem gerado sérios conflitos na população indígena.

As consequências sociais do aproveitamento da força de trabalho indígena da Aldeia Amambai

Para analisar as condições sociais de vida e desenvolvimento dessa população, como fontes primárias de pesquisa, foram feitos levantamentos através de entrevistas com funcionários de órgãos oficiais no município de Amambai, tais como: as Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social, de Educação, a

Estudo Histórico sobre o trabalhador Ervateiro (1870-1930). Campo Grande: UFMS, 2008, p. 67.

³² BRAND, Antônio Jacó. O impacto..., *op. cit.*, p. 48

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), envolvidos com as questões indígenas. Foram entrevistados funcionários da Sesai (antiga Funasa), diretores e professores das escolas indígenas da aldeia Amambai e lideranças indígenas, pessoas que mantêm contato permanente com as famílias desses trabalhadores. Foram coletados dados em consultas a sítios oficiais da Funai, da Sesai, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, do IBGE, do PNUD e outros. Também foram consultados textos de lei, como a Constituição Federal/1988, Legislações Federais e Estaduais que dispõem sobre matérias pertinentes ao tema em estudo. Na Vara do Trabalho de Amambai, foram feitos levantamentos das demandas ajuizadas nos últimos dez anos por trabalhadores indígenas e das questões mais recorrentes.

Com o objetivo de conhecer a realidade laboral dos trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar, optou-se inicialmente por uma visita a uma usina sucroalcooleira. Nos próprios canaviais, foram aplicados 100 questionários, quando então os trabalhadores suspendiam a atividade de corte, respondiam as perguntas e retornavam ao trabalho. Alguns trabalhadores demonstraram grande dificuldade de compreensão, apesar de as perguntas serem bastante simples. Os resultados serão apresentados no decorrer do artigo, conforme cada item analisado, confrontando-os com a realidade constatada quando das visitas à aldeia.

Na pesquisa de campo, verificou-se que a empregadora fornece marmitas, e os trabalhadores fazem suas refeições ao ar livre, de maneira precária. São estendidas lonas nas laterais dos ônibus, para proteção do sol; sob elas os trabalhadores se sentam em alguns bancos, revezando-se, fazem suas refeições e logo retornam ao trabalho. Apesar de a legislação trabalhista prever a obrigatoriedade do intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, esse período não é respeitado. Não há banheiros no local de trabalho, o que implica dizer que as necessidades fisiológicas são feitas a céu aberto. Os alojamentos onde permanecem no horário de repouso também não apresentam boas condições de higiene. Todos esses fatores são desfavoráveis para a saúde desses trabalhadores, comprometendo a longevidade como força de trabalho.

Após o contato com o local de trabalho, foram realizadas visitas aos órgãos públicos envolvidos na questão indígena no município de Amambai, bem como à aldeia de mesmo nome. A intenção foi averiguar a condição de vida desses tra-

balhadores fora do local de trabalho, a realidade social e a situação familiar. As visitas ocorreram nos meses de outubro e novembro de 2010, fevereiro, março, abril, maio e junho de 2011.

Para se ter uma visão inicial das condições de vida desses trabalhadores, força de trabalho que impulsiona a indústria sucroalcooleira sul-mato-grossense, foram levantados alguns aspectos considerados importantes pelo PNUD. Foram utilizados os indicadores adotados pelo programa para mensuração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tais como longevidade, educação e renda, somados a outros, também bastante significativos e que envolvem o núcleo familiar do trabalhador, por exemplo, alimentação, moradia, saneamento básico e atendimento médico.

A longevidade é um indicador que reflete quantos anos se espera que determinada pessoa nascida em um ano de referência deva viver. Assim ele sintetiza as condições de saúde e salubridade de determinada localidade, pois quanto mais mortes nas faixas etárias menores, menor será a expectativa de vida daquela comunidade. Daí decorre então a necessidade de se examinar o aspecto saúde.

Através da Lei n. 8.080/90 foi instituído no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), que, em seu artigo 3º, prevê:

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.³³

Como se vê, todos os aspectos antes noticiados estão interligados, porque irremediavelmente refletem no fator saúde.

Posteriormente, a Lei n. 9.836/1999, alterando a citada Lei n. 8.080/90, acrescentou-lhe o capítulo V, para instituir o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena vinculado ao SUS, que prevê a criação de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

O Ministério da Saúde, em 1999, atendendo à previsão legal, elaborou um programa para tratar da saúde das populações indígenas, denominado “Programa

³³ Lei n. 8.080/90. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 25.out.10.

de Saúde Indígena. Etnodesenvolvimento das sociedades indígenas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001).

O programa previa que a Funasa assumiria a responsabilidade pela saúde indígena, tanto preventiva como assistencial. Dividiu-se o território nacional em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, articulados com o SUS. O DSEI de Mato Grosso do Sul tem 15 Polos Base. No município de Amambai, está instalado um deles. O Polo Base de Amambai atende 5 aldeias: Amambai, Jaguari, Taquaperi, Limão Verde e Guassuty.

No dia 19.10.2010, foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Ministério da Saúde, que, em substituição à Funasa, passou a gerenciar diretamente a saúde dos indígenas.

Na aldeia de Amambai, estão instalados dois Postos de Saúde: Posto I e Posto II. Em visita a um dos Postos de Saúde, constatou-se que dois dentistas dão atendimento a três aldeias (8.916 indígenas – segundo dados da Sesai). Segundo informações colhidas no local, o tratamento odontológico é deficiente por falta de material adequado para procedimentos mais complexos, basicamente são feitas restaurações e limpeza, pois existe grande incidência de cáries nos indígenas tendo como causa provável a alimentação com alto teor de carboidratos e uma higienização deficiente. De idêntica deficiência padecem os postos de saúde quanto ao serviço médico. No Posto I, há apenas um médico. No Posto II, somente há atendimento médico duas vezes por semana. Faltam os medicamentos mais utilizados, principalmente nas épocas do ano em que há maior incidência das doenças respiratórias. Os casos mais graves são encaminhados para os hospitais, porém com grande dificuldade para conseguir vagas.

Pelos dados fornecidos pela Sesai, no Polo Base Amambai, as doenças mais frequentes nas crianças indígenas são diarreia, infecção das vias aéreas superiores (IVAS), insuficiência renal aguda (IRA), pneumonia, dermatites, verminose, asma, infecções gastrointestinais, escabiose. Já nos adultos, são tuberculose, lombalgias, afecção do músculo esquelético, hipertensão, doenças sexualmente transmissíveis, IRA, diarreia, pneumonias. A maior incidência dessas doenças na população indígena tem como causas prováveis as moradias inadequadas, desemprego, falta de saneamento básico e condições insalubres de trabalho. A atividade laborativa tem influência significativa na incidência das doenças dos trabalhadores das usinas. As lombalgias são decorrentes da má postura e esforço físico.

O consumo de bebidas alcoólicas, embora seja conhecido como um problema muito presente nas aldeias, foi admitido com certa reserva pelos trabalhadores entrevistados. Talvez pelo receio de terem sua recontração comprometida ou por não reconhecerem o consumo descontrolado da bebida como uma doença.

Segundo dados obtidos no Sesai, o coeficiente de natalidade do Polo Base de Amambai englobando as Aldeias Limão Verde, Jaguari, Guassuty, Taquaperi e Amambai, nos últimos cinco anos, teve a seguinte variação: 2006 – 49,28/1000 habitantes; 2007 – 40,23/1000 habitantes; 2008 – 43,21/1000 habitantes; 2009 – 37,35/1000 habitantes; 2010 – 32,64/1000 habitantes. Embora a taxa de natalidade indígena seja superior à nacional, vem sofrendo um declínio nos últimos anos, o que revela diminuição do crescimento populacional.

Segundo estatísticas da Sesai, dos 123 óbitos ocorridos no ano de 2008, 33 pessoas estavam na faixa etária dos 20 aos 49 anos; em 2009, 26 pessoas, e em 2010, 33 pessoas. Portanto, a maior incidência de mortes ocorre especificamente nessa faixa etária, cujas causas principais são as externas, assim entendidas, homicídios, suicídios etc., fato que revela o alto índice de violência nas aldeias.

Outro aspecto relevante para se mensurar a qualidade de vida dos trabalhadores é o tipo de moradia, se atende às condições mínimas de salubridade.

Em visita à aldeia, confirmou-se a pequena quantidade de casas de alvenaria. Via de regra, as casas são de tábua ou sapé, são mal ventiladas e possuem poucos cômodos, normalmente dois, dos quais um é o dormitório. Os banheiros são externos, vulgarmente conhecidos como ‘casinhas’. Na maioria das residências, o piso é de terra batida e o telhado de Eternit, palha ou lona. O lixo é enterrado no próprio terreno. Famílias mais numerosas, compostas em média de 5 a 7 pessoas, chegam a dividir um único cômodo na hora do descanso noturno. Algumas casas nem sequer dispõem de luz elétrica e, embora tenham água encanada até a casa, a torneira é externa. A falta de higiene é facilmente constatada, o que possibilita a proliferação de doenças, principalmente entre as crianças, maiores vítimas de verminoses e escabioses. As roças próximas às residências são pequenas, normalmente de mandioca e banana; não há cultivo de hortas. Nem toda a área da terra indígena onde se situa a aldeia é propícia ao plantio. Poucas famílias mantêm roças maiores nas áreas de terra de melhor qualidade, onde cultivam milho.

A Educação também é um dos indicadores considerados no cálculo do IDH. A apuração do índice leva em consideração o número de pessoas matriculadas nas escolas e também a quantidade de pessoas alfabetizadas (capazes de ler e escrever um pequeno texto de pouca complexidade).

Quando se pretende avaliar a qualidade de vida de determinado grupo social, é necessário conhecer o nível de educação de seus integrantes. Pessoas mais educadas têm mais consciência de sua cidadania, de seus direitos e prerrogativas como cidadão. Apresentam um grau maior de resistência à exploração. Também, não se sujeitam a situações que possam comprometer sua integridade física e saúde.

Com relação à escolarização, a pesquisa com os trabalhadores revelou que 14% dos entrevistados estudaram muito pouco (até dois anos) e 14% não estudaram. Apenas 37% deles foram além da quarta série. Aproximadamente 32% dos trabalhadores declararam possuir de dois a quatro anos de estudo, contudo a grande dificuldade de compreensão dos questionamentos apresentada pelo grupo entrevistado demonstrou que ainda há muito que ser investido na educação do indígena adulto.

Segundo informações colhidas na Secretaria Municipal de Educação, funcionam na aldeia Amambai duas escolas municipais e uma escola estadual. A escola municipal polo é denominada *Mbo'Eroy Guarani Kaiowá* – Coroa Sagrada –, onde estão matriculados 1.240 alunos (incluídas as extensões: Patrimônio, Katupyry, Panduí e Centro da Terra), do pré-escolar ao 9º ano, cuja grade curricular é a mesma das escolas municipais urbanas, com acréscimo de duas matérias: língua materna e cultura. As quatro extensões são administradas pela escola polo e funcionam com salas multisseriadas, do primeiro ao quinto ano, do ensino fundamental.³⁴

Já a escola estadual *Mbo'Eroy Guarani Kaiowá* oferece o ensino médio e também o Curso de Jovens e Adultos – Projeto EJA –, etapa do ensino médio. No ensino regular, estão matriculados 138 alunos. No Projeto EJA, estão matri-

³⁴ Classes Multisseriadas são classes onde alunos de níveis diferentes estudam juntos numa sala, o professor atende simultaneamente várias séries, e é uma característica da educação rural. Disponível em: <<http://www.pedagogos.pro.br/noticia.php?a=52&c=1>>. Acesso em: 4.mar.2011.

culados 48 alunos. As áreas de conhecimento são as mesmas, porém na parte diversificada somente se ministra língua estrangeira. No entanto, faltam materiais e profissionais habilitados para o ensino das línguas guarani e portuguesa, o que limita muitos os alunos a terem o domínio da escrita e da leitura.

Também na aldeia funciona a escola municipal Criança Feliz ou *Mitã Rory*, dirigida pela Missão Evangélica Presbiteriana do Brasil, com 787 alunos. São oferecidas duas aulas de língua materna por semana para todas as turmas.

Não há escolas profissionalizantes na aldeia.

Como as vagas de trabalho oferecidas na aldeia provêm da Sesai ou da Prefeitura, os jovens só vislumbram como opção de estudo profissionalizante as áreas voltadas para a saúde e saneamento, para então poderem trabalhar como agentes de saúde, técnicos de enfermagem, agentes de saneamento e serviços gerais. A maioria dos rapazes acaba por trabalhar nas usinas de álcool.

Da somatória das duas escolas municipais, tem-se um total de 1.315 crianças matriculadas do pré ao 5º ano. No ensino médio, são somente 128 jovens na escola estadual, o que representa um percentual muito baixo, se considerado o número de 840 jovens, entre 15 e 19, da aldeia, apontado pelo relatório da Funasa relativo a julho/2010 (FUNASA-SIASI, 2010).

As direções das escolas aduzem que a falta de perspectiva dos jovens tem levado a um desânimo coletivo. O uso de drogas, facilitado pela região de fronteira, passou a ser uma realidade preocupante na comunidade indígena. As crianças, além de estar sendo viciadas, também estão sendo usadas no tráfico.

Não existe um centro esportivo ou um espaço destinado a desenvolver atividades educativas com as crianças e adolescentes nos horários em que não se encontram nas escolas. Em contrapartida, as mães indígenas não têm a preocupação nem o hábito de vigiar suas crianças, pelo contrário permitem que circulem livremente pela aldeia. Logo, elas se tornam alvo fácil para traficantes.

Há muita resistência dos moradores da cidade de Amambai em aceitar a participação social dos indígenas, apesar de eles também movimentarem o comércio com seus recursos financeiros. É uma realidade perceptível quando se frequenta o comércio local. Os indígenas são segregados e não têm opção de emprego a não ser o corte da cana-de-açúcar ou o trabalho na Sesai. O uso contínuo

da bebida alcoólica somente agrava essa situação porque alguns ficam violentos, provocam algazarras, o que acirra o preconceito contra o indígena.

Aspecto também de grande importância para a mensuração de qualidade de vida é a verificação da renda *per capita* da família do trabalhador. Em razão do tamanho dos núcleos familiares compostos de quatro até oito pessoas, a renda *per capita* dos seus integrantes os coloca na condição de vulnerabilidade. Mais de 50% dos trabalhadores confirmaram o recebimento de complementação de renda através dos programas assistenciais do governo, tais como: (1) Bolsa Família, para famílias cuja renda *per capita* se encontre na faixa de R\$68,00 e R\$140,00. Na aldeia Amambai, segundo informações colhidas em abril de 2011 na Secretaria Municipal de Assistência Social, são atendidas 756 famílias cadastradas, o que representa em torno de 3.250 pessoas. (2) Vale Renda, que beneficia famílias com renda *per capita* até meio salário-mínimo. Recebem R\$140,00 por mês. Em relação aos indígenas, não há o pagamento em espécie; são entregues cestas básicas. Segundo dados colhidos na Superintendência de Assistência Social do Estado, setor Indígena, existem 1.465 famílias cadastradas que recebem cestas, contendo 27 kg de alimentos.

Para inclusão nesses programas, um dos critérios a ser observado é que a renda *per capita* familiar mensal seja inferior a 1/4 do salário-mínimo. Logo, o salário recebido é insuficiente para atender as necessidades básicas da família indígena.

A Funai também fornece cestas alimentares aos indígenas, sem imposição de condicionalidades. Em março de 2011, segundo dados colhidos na própria fundação, ela entregou 1.915 cestas para atendimento de 6.444 pessoas.

Os indígenas, como são considerados trabalhadores rurais, e desde os dezesseis anos estão filiados à Previdência Social, na condição de trabalhadores especiais e fazem jus aos benefícios assistenciais (aqueles que não exigem contraprestação pecuniária).

Informaram os funcionários da Sesai que a família indígena passa dificuldades com alimentação, principalmente quando o fornecimento das cestas da Funai e da Secretaria do estado de MS atrasa, o que tem acontecido com frequência. No ano de 2011, até o mês de junho, foram fornecidas cestas em apenas dois meses. Não há planejamento para o consumo mensal da alimentação, porquanto as ín-

dias não têm o hábito de se preocupar com o futuro e, quando recebem as cestas alimentares, fazem todo o alimento em um curto intervalo de tempo, o que leva à falta de comida no resto do mês até que nova cesta seja entregue.

Há considerar ainda que muitos indígenas nem sempre conseguem ser contratados para o trabalho no corte da cana-de-açúcar, logo suas famílias sobrevivem exclusivamente das cestas.

Como todo o trabalho braçal, a maior remuneração é determinada pela resistência física e habilidade no manuseio do podão. Destarte não há nenhum incentivo à busca de estudos para ampliação dos horizontes intelectuais do trabalhador. É uma força de trabalho barata e abundante, um convite à exploração pelo capital. A consequência é um envelhecimento precoce aliado a graves prejuízos para a saúde desses trabalhadores.

Um dos maiores entraves para que os indígenas possam questionar seus direitos é a falta de documentação civil. As crianças indígenas quando nascem não são registradas no Cartório de Registro Civil. Seu documento de identificação é o Registro Administrativo Indígena – RANI –, emitido pela Fundação Nacional do Índio.

Possuir certidão de nascimento, carteira de identidade civil e uma inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas é uma situação incomum em se tratando da população indígena. A maioria dos trabalhadores indígenas não as possui. A resistência na procura por tais documentos pelos indígenas partia de uma premissa equivocada de que, em se possuindo registro civil, perder-se-ia a condição de indígena. O que causa certo desconforto é o fato de que eles têm Carteira de Trabalho, para poder ser contratados pelas usinas, e título de eleitor, para exercer o direito de voto. Porém, os outros documentos citados não. Ou seja, quando há interesse por parte da administração pública, os obstáculos são facilmente superados.

Em síntese, tendo como referência os indicadores do IDH, observa-se que a situação familiar do trabalhador indígena é preocupante em muitos aspectos: moradia, saúde, educação, emprego, social etc.

Apesar do oferecimento de cursos de alfabetização para adultos, não há possibilidade de os trabalhadores frequentá-los, uma vez que trabalham em locais distantes das aldeias. Mesmo que assim não fosse, o corte da cana exige

tamanho esforço físico que praticamente seria impossível, depois de um dia de trabalho, o indígena ainda se dedicar aos estudos no período noturno. Já os jovens que conseguem concluir o ensino médio estão desestimulados e sem expectativas de mudanças na realidade em que vivem.

Assim, considerando um sistema educacional de baixa qualidade nesse mundo cada vez mais globalizado e competitivo, onde as possibilidades de trabalho são condicionadas e disponibilizadas para aqueles que estiverem mais bem preparados para enfrentar as dificuldades e obstáculos impostos pelo sistema capitalista de produção, o indígena ainda enfrentará sérios problemas futuros.

Considerações finais

As populações indígenas no Brasil desde a época da colonização sofrem um processo de expropriação de suas terras e exploração de sua força de trabalho. Rotulados de incapazes, foram confinados em áreas delimitadas, para que pudessem ser tutelados pelo Estado e por consequência tivessem suas terras liberadas para a exploração do capital. Somente seriam reconhecidos como capazes e titulares de direitos quando se integrassem à comunidade nacional, ou seja, tornassem economicamente produtivos, no modelo de produção capitalista, e, a partir de então, não mais seriam índios e sim cidadãos. Por razões culturais, não se adequavam a esse modo de produção e não se sujeitavam às regras que lhe eram impostas, por isso passaram a ser discriminados e marginalizados.

As comunidades indígenas, à medida que se expandiram as fronteiras agrícolas, foram sendo progressivamente deslocadas para as reservas delimitadas pelo governo federal. A consequência inevitável foi o superpovoamento acompanhado de conflitos e escassez de recursos para garantia de sobrevivência. Com o confinamento em áreas pequenas, superpovoadas, extinguiu-se a economia de reciprocidade, sua forma primitiva de produção destinada ao consumo e distribuição do excedente. O trabalho assalariado remanesceu como alternativa para garantia de sobrevivência, contudo a pouca escolaridade dos trabalhadores indígenas nacionais os coloca em posição de vulnerabilidade e os sujeita à exploração.

O problema dos povos indígenas é mundial e decorre do sistema de produção capitalista onde se permite a expansão predatória de grandes grupos empresariais, com destruição e exploração de recursos naturais e de etnias indígenas.

Uma das razões da exclusão social e da pobreza extrema dessas populações em território nacional é a dificuldade para exercer os meios de subsistência autonomamente, sem a dependência da intervenção do Estado mediante programas que, em um primeiro momento, mitigam as necessidades primárias, mas a médio e longo prazo acentuam a sujeição e diminuem as chances do desenvolvimento de mecanismos próprios de manutenção e desenvolvimento.

Em termos de amostragem da realidade, o trabalho atualmente disponibilizado ao indígena da aldeia Amambai, situada em Mato Grosso do Sul, é o corte da cana-de-açúcar, uma atividade mal remunerada e prejudicial à saúde, porque envolve trabalho repetitivo e desgastante, realizado a céu aberto, na presença de fumaça e fuligem, em jornadas extenuantes.

O processo seletivo contém o germe da precariedade. Os trabalhadores são escolhidos pelo cabeçante, o interlocutor entre o grupo e a usina, em razão de falar a língua portuguesa com maior fluência, além da sua língua nativa, que é o guarani. Essa limitação comunicativa implica a submissão dos trabalhadores indígenas ao cabeçante. A intermediação nem sempre garante ao grupo indígena a defesa dos interesses de seus integrantes, porque também o cabeçante é um trabalhador escolhido pela Usina, o qual recebe como remuneração um percentual sobre a produção de seu grupo. Também, o capitão da aldeia tem sua renda condicionada ao maior ou menor número de indígenas contratados pelas usinas. Em razão disso, às lideranças não interessa buscar alternativas para que os trabalhadores indígenas deixem de depender da exploração de sua força de trabalho pela indústria sucroalcooleira.

Os trabalhadores, contratados temporariamente para o corte da cana-de-açúcar, ao deixarem a aldeia, recebem um adiantamento em dinheiro, contraindo assim uma dívida, para que a família tenha um amparo financeiro até que retornem ao final do contrato.

É fato notório que a oferta de mão de obra supera em muito a procura por trabalhadores rurais, mormente em razão da exigência legal da progressiva mecanização do processo de corte da cana-de-açúcar, o que vem reduzindo ainda mais os postos de trabalho disponíveis para os indígenas, que são contratados principalmente para essa atividade.

Não há cursos profissionalizantes para os jovens, para que possam ser encaminhados para outras atividades distintas do corte da cana-de-açúcar, embora seja essa uma necessidade urgente para melhorar o quadro social verificado. A mecanização, dadas as pressões sociais contra as queimadas nas lavouras canavieiras, tende a se efetivar em curto intervalo de tempo. Como resultado, nem sequer esses postos de trabalho braçal estarão disponíveis aos futuros trabalhadores indígenas.

A real intenção de mudar essa situação poderia ser demonstrada pelos envolvidos – governo, empregado e empregador –, discutindo-se uma política salarial para o setor sucroalcooleiro que assegure melhores condições de vida para seus trabalhadores.

As condições sociais da aldeia indígena de Amambai revelam a necessidade de medidas não apenas paliativas como vêm sendo adotadas, mas sérias políticas de inclusão social, com desenvolvimento de formas alternativas de aumento de renda familiar.

Para que mudanças significativas ocorram, as crianças devem se tornar prioridade nas políticas públicas.

Um primeiro passo seria a obrigatoriedade de os recém-nascidos receberem gratuitamente suas certidões de nascimento já na saída dos hospitais, assim como a carteira de vacinação, com conscientização das mães sobre a importância dos cuidados com tais documentos na vida futura dos seus filhos, para o exercício de cidadania, por exemplo, ter o mesmo tratamento educacional dedicado às demais crianças brasileiras.

A preocupação efetiva com a educação de base é essencial, para evitar as distorções sentidas, quais sejam, crianças indígenas terminando o quinto ano do ensino fundamental com sérias dificuldades de leitura e escrita. Escolas com salas multisseriadas somente se justificam quando a distância inviabiliza o deslocamento dos estudantes até a escola de ensino regular. Não é o caso da aldeia Amambai. Um transporte escolar dentro do perímetro da aldeia talvez pudesse garantir mais isonomia de qualidade de ensino entre as crianças indígenas.

Não há pensar em melhoria de qualidade de ensino sem um real investimento em capacitação do quadro de professores. Para tanto, a implantação de programas de formação inicial e continuada para docentes indígenas e apoio à

produção e publicação de materiais didáticos específicos e com qualidade para uso nas escolas seria um primeiro caminho. Para estimular a busca do aprendizado, o processo deve ser acompanhado de uma política salarial condizente com a responsabilidade a ser assumida por esses professores.

O pouco interesse dos jovens por educação, revelado pelo inexpressivo número de indígenas cursando o ensino médio, é um tema que deve ser debatido com as lideranças e com os grupos familiares. Uma escola, com ginásio esportivo e professores capacitados, para desenvolver potencialidades no esporte, pode ser uma opção para ocupar o tempo ocioso das crianças e dos adolescentes.

O recebimento de cestas alimentares deveria ter uma contrapartida por parte das famílias, mediante participação dos adultos na comunidade escolar, dedicando algumas horas semanais a estudos e manutenção das escolas.

Devem ser oferecidos cursos de capacitação para as mulheres, tanto no aspecto de gerenciamento da economia doméstica, higiene, cuidado com os filhos, como também na busca de alternativas para geração de renda familiar.

As iniciativas devem ser voltadas para as necessidades da aldeia e para as particularidades da região. A título de sugestão, poderia investir-se na produção de farinha de mandioca e derivados, doces caseiros, artesanato de fibras naturais etc. A forma de se viabilizar tais atividades se daria mediante a instalação de uma “incubadora”.³⁵ Ou seja, o município, aliado aos Serviços Sociais, atuaria na capacitação das mulheres e dos jovens indígenas e auxiliaria na gestão. Na incubadora, seriam disponibilizados diferentes serviços, desde a capacitação, planejamento, produção e comercialização de produtos, sob a orientação contínua de profissionais preparados para ensinar e monitorar o gerenciamento dessas atividades.

³⁵ Incubadora de empresas é um mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas (industriais, de prestação de serviços, de base tecnológica ou de manufaturas leves), oferecendo suporte técnico, gerencial e formação complementar ao empreendedor. A incubadora também facilita e agiliza o processo de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas. Em geral, dispõe de um espaço físico especialmente construído ou adaptado para alojar temporariamente micro e pequenas empresas e oferece uma série de serviços, tais como cursos de capacitação gerencial, assessorias, consultorias, orientação na elaboração de projetos a instituições de fomento, serviços administrativos, acesso a informações etc. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/inovacao/acoes-sebrae/incubadora-de-empresas>>. Acesso em: 22.ago.2011.

A preocupação com a cultura guarani deve se voltar para o seu resgate histórico, pela conservação da memória e não ser plantada como ilusão de um retorno a uma realidade não mais passível de ser alcançada.

Apesar de a aprendizagem da língua guarani ser um direito legalmente assegurado, é indispensável que os indígenas também tenham conhecimento e domínio da língua portuguesa, para que possam compreender a realidade do entorno da aldeia, porquanto não são apenas indígenas, mas brasileiros indígenas.

É imprescindível que a preocupação se volte para a urgente e real necessidade de os indígenas exercitarem e usufruírem de todas as prerrogativas de cidadãos brasileiros, com direitos e deveres a serem conhecidos e respeitados. Esse cuidado deve ser estendido também aos adultos e não apenas às crianças e adolescentes.



*caderno
Especial*

Manifesto à Nação Brasileira¹

ALIGA SUL DE MATO GROSSO, neste momento de reorganização do paiz, convoca os esforços e tentamens dos filhos do sul do Estado e daqueles que aqui seradicaram para o objetivo que legitimamente visa – a separação ou secessão da região sul da do norte matogrossense para então constituir-se em um Estado autonmo ou território federal.

Motivos de ordem econômica e de aspectomoral cindiram as duas regiões, o norte e sul, e as destinaram divorciantes; fatores políticos e razões dissidentes de zonas diversificadas e de interesses diferentes operaram esse *divortium*; surdiram-se em divergencia irreduzíveis e em contrastes notáveis que se confirmam no entre-choque das aversões mutuas de suas respectivas populações, nas contradições de suas mentalidades distintas, nas suas geografias, nos destinos de suas civilizações contrastadas e irrecociáveis.

Trabalho da destinação histórica.

Com efeito, o norte do Estado insulou-se isolante inalcançavel elaborando pelo trabalho de suas varias gerações uma psicologia de fisionomia assinaladamente peculiar, com o seu feitio próprio e irrecognecivel com a índole exclusivista e dissimile de sua população que se retarda e rêmora aversivamente em contagiar-se com os quadros e com o cenário da vida meridional; a sua gente desertou-se para o imenso e inatingível septentrião e encerrou se entro de si mesma, na solidão e na contemplação, e ahi, nesse estado e condição de parada ou estação sobre si própria, difficilmente compreenderia o sentido, os rumores e as agitações da civilização meridional, que lhe parece assim exotica, disfigurada e estranha. Sahi, consequentemente, a indisfarçável xenofobia e a aversão da população do

¹ Coleção Leal de Queiroz. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Panfleto distribuido na região sul de Mato Grosso, sem data.

norte pelo elemento étnico que habita o sul; e dahi, pois essa falta de conotação e de solidariedade entre duas regiões extremas e que se desconhecem, essa ausência de comércio e de contacto, de corporação e de estímulos.

A rutura é assim um estado de fato e de realidade e apenas aguarda uma situação de direito e de legitimação. Essa virá pela convocação e liga dos esforços e tentamens dos filhos do sul e dos que aqui se fixaram.

O Destino Histórico de territórios diversificados

O povoamento do Norte do Estado pertence ao *ciclo de ouro* da história da civilização brasileira, primeira e única fase de penetração para o norte em vista de evidente finalidade o enriquecimento imediato pelo ouro de aluvião. Exaustas as minas de ouro, o homem, a princípio migrante o desplantado, fixa-se não obstante ao solo, que agora o mal trata e o mal serve, eis que o norte até esta data povoado é estéril, infecundo.

Em 1717 funda-se a vila de Cuiabá, que de futuro seria o único ponto de interesse e de atrativo para uma zona imensa e que, criando-se a si mesma, tornar-se ia o *curriculum* de uma civilização inegualavel e dispar, essa que ali está, com seu característico étnico e com sua face psicologia em símile no Brasil.

Cuiabá, com o correr do tempo, tingiu e impregnou com o seu colorido proprio todos os demais nucleos de população do norte e, por tal modo afeiçãoou essa população á sua semelhança, que toda a vastia extensão septentrional acima de determinada linha fez-se “cuiabana”, com efeito, cuiabano, e to habitante do norte pelo seu tipo fisionómico pelo feitio moral.

Emquanto assim se povoava a septentrião de Mato Grosso, o sul continuou até a guerra do Paraguay (1864) quase desconhecido, desatendido da Capital do Estado e sem interesses para o governo centra. Com aquela guerra inicia-se propriamente a fase da colonização meridional e que haveria de envincillar essa grande e suntuosa região do Brasil, atando-a aos centros brasileiros.

Ao Sul, sem duvida, é obra e vontade exclusivas do filho deste trato da terra e do adventício, isto é, do matogrossense e do *pão rodado*. Duzentos e cinquenta

mil habitantes forjam aqui essa civilização, copia da civilização brasileira, com o seu destino, rumos e pendores sensivelmente diversos daqueles do norte, isolado no seu indherentismo e na sua inimidade.

O estigma, um dos fatores da separação

Era de se esperar o dissídio e o choque entre populações antagonicas.

A do Norte, presa dos compromissos com o passado e desgastando o material desse passado, como que entorpecida e agoniada, conforma-se agora tão sómente com a sua destinação histórica, que a dispoz evidentemente para a primeira demão civilisadora e assim a fixou; como que avançadamente nas posses de *fato* das extremidades do paiz, a do sul, população de caráter extroverso, heterogênea, na sua formação, representnado o caldeamento de varias civilizações e com *outro* facies físico e intelectual, é por assim dizer uma super-camada racial que ameaça sobrepor-se e abranger absorventemente a civilização norte ou senão tranfigural-a, transmudando-lhe os hábitos e os dostumes, a índole e os sentidos.

Ante, pois, esse elemento étnico, arrastado ao sabor do destino o cuiabano, contrastando-o apelidou-o de *páo rodado* como se lhe dirigisse a primeira e má saudação e o cumprimento da desafeição.

Agora esse gilvaz, esse estigma é um dos signos dessa campanha.

E, pois, esse manifesto convoca, indistintamente sob esse distintivo pejorativo, exaltando-o assim, todos os filhos dos outros estadosmbrasileiros aqui residentes, que a nós se incorporaram para a obra comum de elaborar essa civilização meridional, e, bem assim, conclama todos os estrangeiros, tambem sob a mesma bandeira, eis que aqui fizeram a sua nova patria, a patria de seus filhos e o centro de suas atividades legitimas.

Motivos de ordem econômica

O Estado de Mato Grosso não tem meios para manteros seu proprio aparelho administrativo, por modo que o seu funcionalismo publico nunca recebe os vencimentos em dia. Vive em permanente regimen deficitario, no regimen de

estado mendigo, em que as dotações orçamentarias são meras fantasias, em que as verbas são desviadas para destinos inconfessáveis, em que o tesouro é fraudado miseravelmente, em que as rendas são sempre super-estimadas e a despesas sub-estimadas para ofim de se justificarem os desmandas e malversações.

Si o Estado arrecada 7.000 contos, dispende 10.000, alimentado sempre um *deficit* que atinge atualmente a mais de 20.000 contos: si arrecada assim 7.000 contos, cousa pouco provável, o governo gasta-os exclusivamente com o seu corpo de funcionários, eterno parasitados cofres públicos, por tal modo que os encargos da administração são sacrificados, nenhuns serviços, nenhuma obra publicas. Cuiabá, não a cidade de Cuiaá, mas a sua população, alimenta-se, vive e subsiste, e isso parcamente, só e exclusivamente dos impostos que o tesouro recolhe. Com efeito, naquela velhissima e colonialmcidade os seus habitantes são funcionarios publicos, todos já nascem funcionarios, do municipio, dos distritos ou da União; por tal maneira que o proprio nasciturno, o que há de nascer, já é mesmo um projeto de burocrata, já é uma nova boca que se alimentará dos cócs cofres públicos, que forçosamente terá de ser alimentada pelo tesouro do Estado. Sem nenhuma fantasia de expressão, na Capital do Estado, em ultima redução, toda a sua população só tem uma unica fote de renda para manter duramente – é o dinheiro dos impostos, que quase todo provem do sul do Estado. É, pois, o que se poderia chamar um povo de *orçamentiveros*, devoradores de impostos.

Todo o norte do Estado nada produz para exportar. Nenhuma industria agricola ou pastoril ali prospera. Sua população vegeta, estagnada no deserto de seu isolamento. Do norte só tem descido para o sul o funcionário publico, figura do tipo clássico, o professor publico, o rabula, o eterno candidato ao emprego. É assim que, em Campo Grande e em outras cidades sulinas, todo *cuiabano* é sempre funcionario publico distrital, municipal, estadual ou federal. Cuiabá jamais remeteu para o msul o comerciante, o fazendeiro, ou o industrial.

O sul, com a sua grande riqueza é o unico contribuinte, a presa do norte, o que trabalha e o que elabora.

Um governo houve, o do dr. Mario Correa, que gastou na longínqua e velha capital, sacrificando o erário publico, perto de 20.000 contos com o fito de embelesa-la, e esse mesmo presidente não colocou um só prego no sul nem ao menos visitou esta região durante o quatrienio de seu governo para conehecel-la e saber das suas necessidades.

Apezar do abandono sistemático a que todas as administrações estaduais têm votado ao sul, criminosamente todos nos sonogando e cerceando mesmo o progresso desta região, afim do rápido desenvolvimento meridional não prejudicar a modorra septentrional, só o sul progride. Prospera a pecuária, intensifica-se a indústria modernizada e floresce a agricultura. As grandes cidades tem assim o figurino dos centros prósperos e creadores, cheio de vida e plenos de civilização, com as suas vias de comunicação, estrada de ferro e rios navegáveis, com o seu comércio e indústrias vivazes, com os seus campos feteis, cultivados e povoados. Sómente aqui a vida é trabalho, criação e obra. Porque, pois jungir o sul ao norte por obra de um artifício ou de um expediente, quando sua autonomia é um fato e uma realidade conquistada.

Ficção de Estado

Existe um governo em Mato Grosso? Certamente que não.

O que aqui subsiste é a ficção de um poder central, sem expressão ou significação de governo ou força orgânica social, sem sentimento de autoridade e de prestígio.

As causas determinantes dessa carencia de força de um órgão executivo central fundam-se em multifários motivos, e o maior deles, sem dúvida, está na ausência de contacto e de afinidade duradoura entre o norte e o sul, por tal modo que, para o homem meridional, o governo de Cuiabá, não é o *seu governo*, senão o governo do norte, isto é, a autoridade cuiabana. Então, o que se observa aqui no sul com respeito ao poder executivo estadual é a falta de um sentimento de prestígio e de sanção inerente à ideia de poder público, é a não existência do sentimento de reconhecimento e de aprovação, como que um estado de inimizade de antagonismos permanentes.

Causas profundas fizeram assim essa psicologia coletiva, dispuseram o habitante do sul para essa posição mental. Primeiramente nota ele o hiato nas comunicações entre o norte e a sua região meridional, coisa de ordem física, geografia, e, pois, irremovível; secundariamente, o sentimento vivo que o homem do sul tem de sua autonomia regional, que ele conquistou por sua obra, esforço e vontade própria, sem solidariedade e colaboração do governo de Cuiabá, que

no sul só se faz sentir pela razia e pelo espolio atravez dos impostos, onus e contribuições vexatórias. Dahi decorre, pois, o sentimento de repulsa pelo representante do executivo quanto intervem ele nos negocios do sul: dahi transcorre essa expressão de menoscabo e desestima á sua presença, de desobediencia, de rebeldia e de guerra permanente contra tudo que nos vem do norte.

Acresce a tudo isso, para mais vivamente qualificar a ficção de estado, o foto notorio de não se achar armada esta unidade da federação de meios propios para manter o seu aparelho administrativo, falho sobre todos os pontos e sentidos; sem rendas suficientes, sem magistratura, sem instrução, sem policia, sem saúde publica, isto é, sem órgãos de disciplina social, de poder organico e composição coletiva.

Mato Grosso permanece na condição das sociedades atingidas por pertinaz “anarquia branca”; e não fora aqui as obras dos quartéis federais e o sentimento de ordem que elas expressam e impõem e bem assim as intermitentes intervenções federais, e a dissolução social seria ainda mais aguda e irremediável.

A tentativa tardia de colonização do sul

Ante esse estado de intolerancia manifesta do sul pelo norte, ante esse dissídio e guerra perrtinaz de interesses divorciados de duas regiões diferentes, Cuiabá iniciou agora que a presa lhe foge ás mãos, mas serodiamente, a conquista do sul, tentando aqui a sua colonização indesejada por instrumentos dos cargos públicos e das representações eleitorais. Contraproducente, sem dúvida, é esse trabalho feito tardiamente, pois, então, a repulsa torna-se mais aguda, a luta abre-se mais ainda e franqueia-se em todos os sentidos.

Com efeito, todas as repartições publicas, com raras exceções estão ocupadas por cuiabanos, com a representação do Estado na Constituinte é de filhos do norte. A absorção e anulação do sul é assim tentada asperamente e vãmente planejada. O povo, compreendido ahi o filho do sul, os filhos de outros estados que aqui se radicaram e os estrangeiros nacionalizados, mal percebe por esse lado o trabalho de missionários e de redução do sul pela conquista sistemática dos postos e parcelas do poder publico. Na Constituinte Nacional o sul não tem um só representante autorizado e, pois, nenhuma voz de seus interesses. E, entretanto,

o eleitorado do sul é muito maior e mais expressivo que o do norte, denotando assim esse fato a nula coesão das forças políticas desta região e da facilidade com que é ainda explorado aqui o sentimento da opinião pública eleitoral. O sul está, pois, sem um só representante ou delegado de sua confiança na Assembleia Nacional Constituinte, quando os seus negócios coletivos estão em cheque.

O território Federal de Maracajú

Pleiteamos, pois, por todos os motivos acima apontados, a criação de um novo Estado ou do território Federal de Maracajú e iremos tentar a sua realização junto da Assembleia Constituinte, que agora se reúne para a grande obra de reorganização do Brasil. Esse Estado ou território federal autônomo abrangerá os municípios de Sant'Ana do Paranaíba, Três Lagoas, Campo Grande, Coxim, Aquidauana, Miranda, Corumbá, Porto Murtinho, Bela Vista, Nioac, EntreRios, Maracajú e Ponta Porã.

Toda essa região acima demarcada não compreende uma quinta partedo atual Estado de Mato Grosso, atinge no máximo a 290.000 quilômetros quadrados.

Si a Constituinte, na sua sabedoria e tendo em conta os novos rumos que quer traçar ao Brasil, deliberar a criação de um novo Estado ou do Território, legitimará apenas e tão só ratificará por ato de sua soberania um estado de fato reconhecidamente existente, isto é, ratificará a autonomia de uma intensa região e corrigirá um erro da divisão administrativa vinda dos tempos do Brasil colônia.

A LIGA SUL DE MATO GROSSO, dirigindo este manifesto a todos os habitantes desta região sulina, convoca-os para esse grandetrabalho coletivo que, realizado, será a conquista legítima de nosso ideário e um bem para a nossa PÁTRIA que ora se reconstrói.

O Comitê Central da Liga Sul Matogrossense



Resenha

Os Jacobinos Negros

Carlos Alexandre Barros Trubiliano¹

(JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo, Boitempo, 2010)

I. Sobre o Sr. Cyril Lionel Robert James²

O historiador, romancista e jornalista *Cyril Lionel Robert James* nasceu em janeiro de 1901 na ilha de Trinidad. Teve uma infância e juventude privilegiada, marcada por uma excelente formação escolar e pela prática esportiva do *cricket*. Com apenas 19 anos deu início a sua carreira docente, lecionando literatura, na *Royal Queen's College*.

Em 1932, aos 31 anos, muda-se para a Grã-Bretanha, devido a sua paixão e conhecimento sobre *cricket* tornasse repórter esportivo do *Manchester Guardian*. Na terra da rainha, filia-se ao *Partido Trabalhista Independente*, (Independent Labour Party) e, em 1938, aderiu a *IV Internacional Comunista*, entrando em contato, mais intensamente, com as ideias de *Leon Trotsky*.

É notória a influência que as teses marxistas, em especial as interpretações trotskista, exercerão em suas obras “*A Revolução Mundial 1917-1937*”, publicada em 1937, e os “*Jacobinos negros*” de 1938. Vale destacar, que nesse período, a Europa passava por grande instabilidade política, devido à ascensão do nazi-fascismo e pelo totalitarismo stalinista na URSS.

¹ Doutorando em História Política da Universidade Julho de Mesquita (Unesp – Campus Franca)/ Bolsista FAPESP. trubiliano@hotmail.com

² Informações extraídas da comunicação feita pelo doutorando, Unesp/Franca, Rubens Arantes no curso “*A escravidão na cultura ocidental*”; e pela comunicação de: SILVA, Tiago Hilarino Christophe da. Um marxista caribenho: o pensamento e a práxis de Cyril Lionel Robert James. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: *Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

Por conta da Segunda Guerra Mundial, *James* refugia-se nos Estados Unidos, onde deu prosseguimento a suas atividades acadêmicas e políticas. Membro fundador do Partido Socialista dos Trabalhadores (*Socialist Workers Party* ou *SWP*) publicou em 1948 o manifesto “*Uma resposta revolucionária ao problema do negro nos Estados Unidos*”.

Devido a sua militância, em 1953, *James* foi expulso dos Estados Unidos. Ele decidiu voltar à Inglaterra, onde permaneceu até 1958, quando, então, retorna a Trinidad. Em sua terra natal, envolve-se na luta pela libertação anti-colonialista britânica. Ainda na década de 1950 publica a obra “*Navegantes, Renegados e Naufragos: Herman Melville e o mundo em que vivemos*” em 1953.

A década de 1960 foi bem movimentada para o nosso autor, no campo político *James* se envolve nos movimentos de independência na África e em Trinidad, é entusiasta dos ideais do Pan-Africanismo e da integração das ilhas caribenhas em uma - *Federação das Índias Ocidentais*.

No tocante a carreira acadêmica e produção intelectual publica em 1960, “*Política Moderna*”, em 1962, “*Partidos Políticos Livres nas Índias Ocidentais*” e, em 1963, “*Além da Fronteira*”. Em 1968, vem o convite para lecionar na prestigiada *Universidade de Columbia* nos Estados Unidos.

Durante a década de 1970, *James* retorna para a Inglaterra e ainda encontra fôlego para publicar “*Nkruma e a Revolução de Gana*” em 1977. Na década de 1980 retorna para Trinidad aonde veio a falecer em 1989, deixando como legado, uma produção acadêmica respeitada e de referência para estudos nas ciências humanas, bem com, um exemplo de vida marcado pela entrega a militância e a seus ideais.

II. Sobre a obra: Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos

Em 1938 *James*, residindo em Londres, publica “*Os jacobinos negros*” (*The black jacobins*), a obra trás questões referentes à revolução negra de São Domingos e a sua relação com a sua principal liderança: *Toussaint L'Ouverture*.

No Brasil o texto terá sua primeira tradução apenas em 2000, feita por *Afonso Teixeira Filho*, com uma edição revisada em 2007 pela Editora *Boitempo*. Em suas 400 páginas a estrutura física do livro está dividida em 13 capítulos acompanhados de um apêndice intitulado “*De Toussaint L’Ouverture a Fidel Castro*”.

Para maior compreensão do livro, temos que levar em conta o contexto em que foi escrito: descrédito do liberalismo, auge do nazi-fascismo e predominância das teorias eugênicas. Tal cenário acabou motivando o autor a escrever um texto, que denunciava o estado de opressão em que vivam os africanos e seus descendentes, seja na África ou em outras partes do globo, tornando a posteriori leitura obrigatória para estudos sobre a diáspora Africana.

Embora o ano de publicação date de 1938 James já havia escrito sobre o assunto antes, em 1932. O trabalho de levantamento bibliográfico e de fontes foi grandioso, sendo necessário até “*importar da França livros que trataram seriamente desses eventos tão célebres na história daquele país.*”³. A pesquisa também contou com correspondências e relatórios oficiais, compêndios de história do comércio colonial, narrativas de viajantes, dados estatísticos e biografias.

Ainda no tocante a função social da obra e sua importância para a interpretação histórica, *James* nos aponta, que a grande virtude contida no “*Os jacobinos negros*” é a ênfase dada ao protagonismo dos escravos no processo revolucionário, nas palavras do autor: “*foram os próprios escravos que fizeram a revolução.*”⁴, tendo especial destaque a figura do líder do movimento - “*foi quase totalmente trabalho de um único homem: Toussaint L’Ouverture*”⁵.

III. A tese central

A viabilização da revolução no Haiti deve-se, em parte, ao fato dos escravos já se encontrarem, em certa medida, organizados e disciplinados, devido ao sistema fabril, já implantada, no século XVIII, nas lavouras da ilha. Para o autor:

Trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles **estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores**

³ JAMES, C. L. R. *Op. cit.*, p. 11.

⁴ *Idem*, p. 14.

⁵ *Idem*, p. 15.

daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado⁶. (Grifo nosso)

Observa-se que para o autor, já no século XVIII, havia entre os escravos do Haiti uma consciência de classe, que os permitiu se organizarem para combater a exploração colonial. Deve-se destacar também, que os revoltosos tinham o desejo de libertar-se da tirania a que eram submetidos, deste modo, se insurgiam contra os maus tratos, ainda nos navios negreiros - “*Morriam não apenas por causa do tratamento, mas também de mágoa, de raiva e de desespero. Faziam longas greves de fome; desatavam as suas cadeias e se atiravam sobre a tripulação numa tentativa inútil de revolta.*”⁷

III Leitura Marxista

Revolta escrava ou uma luta de classes?

Mesmo para os leitores que não tem contato com a biografia de *James*, a terminologia empregada por ele, deixa claro que se trata de uma leitura fundada no marxismo. Não são poucos os conceitos empregos em seu texto: *proletariado, imperialismo, luta de classes, revolta das massas trabalhadoras, exploração dos escravos, dos trabalhadores* - constituem a interpretação dado pelo nosso autor para o problema em que se dispões a analisar além das citações a *Lênin* e a *Trotsky*.

É possível afirmarmos, diante do seu livro, bem como de sua biografia, que *James*, como filiado ao *Partido Trabalhista Independente*, militante da *IV Internacional*, fundador do *Partido Socialista dos Trabalhadores* (SWP) e integrante ativo de diversos movimentos sociais, de que demarcou sua interpretação sobre a História a partir de sua leitura da “*teoria da revolução permanente*” proposta por Leon Trotsky.

Respondendo a questão feita acima, se partirmos da leitura de nosso autor sobre o fato histórico que ocorreu no Haiti, foi à demonstração de uma luta de

⁶ *Idem*, p. 99.

⁷ *Idem*, p. 23.

classes. Tal leitura recebeu diversa críticas, uma das mais conhecidas no Brasil foi feita pelo professor Dr. *Jacob Gorender*

As rebeliões, no começo do século XIX, no continente americano, só podiam ter caráter antiescravista e anticolonialista. No mundo atual, o cenário internacional é sacudido pelas lutas anticapitalistas e antiimperialistas. Trata-se de etapas históricas profundamente diversas. Não obstante, o anacronismo não prejudica o texto que se segue ao Preâmbulo.⁸

Não podemos deixar de mencionar a crítica feita pelo professor *Jacob Gorender* ao preâmbulo datado de 1980, em que *James* liga as rebeliões escravas no Haiti com as lutas operárias do século XX cometendo aquele que é considerado o maior dos pecados para o historiador: o *Anacronismo*. Todavia dentro de uma abordagem histórica e social, entendemos que devemos contextualizar o autor e sua obra com sua leitura de vida, nos parece que a escrita de “*Os jacobinos negros*” e o prefácio de 1980, antes de um texto acadêmico é um esforço militante, que tem como pretensão denunciar, conforme o próprio autor, a “*perseguição e opressão*” que vivem os africanos e os afro-descendentes.

IV. O caso Haiti

Em 1789, a colônia francesa das Índias Ocidentais de São Domingos representava dois terços do comércio exterior da França e era o maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu. Era parte integral da vida econômica da época, a maior colônia do mundo, o orgulho da França e a inveja de todas as outras nações imperialistas. A sua estrutura era sustentada pelo trabalho de meio milhão de escravos.⁹

Basta ligar a televisão, sintonizar o rádio ou acessar a internet e entrar em contato com as notícias que vem do Haiti. Logo nos depararmos com as palavras: tragédia, caos, crise, fome, morte, doenças. Estas informações quando soam aos nossos ouvidos nos faz refletir - como uma colônia produtora de açúcar, café, anil, cacau, algodão, entre outros produtos, responsável por dois terços do co-

⁸ GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história Haiti. *Estudos Avançados*. V. 18, n. 50, 2004, p. 296.

⁹ JAMES, C. L. R. *Op. cit.*, p. 15.

mércio exterior da França, que em 1789, exportou *11 milhões de libras*¹⁰, fracassou no projeto de Estado-nação livre da miséria e das desigualdades? James propôs uma resposta.

Para o nosso autor, o fracasso do projeto Haiti não se deve apenas a falta de diversidade econômica, uma vez que, a produção primária dominava a paisagem, não havendo maiores perspectivas de geração de riqueza, em especial ao desenvolvimento industrial.

Na análise de *James* o isolamento ou quarentena imposta pelas potências imperialistas e até mesmo as nações latino-americanas, foram responsáveis pelo atrofiamiento econômico da ilha caribenha, não permitindo o desenvolvimento de uma economia mais sólida, tendo por consequência o agravamento das desigualdades históricas já bem conhecidas pela massa trabalhadora do Haiti.

V. Considerações finais

Compreendemos o texto de *Cyril Lionel Robert James*, como sendo um esforço para responder questões que não se restringem somente ao caso da independência do Haiti, mas como uma leitura sobre a exploração do trabalho escravo e as formas de relação do sistema escravista e colonial na América.

Para finalizarmos, podemos dizer que ainda hoje, o texto serve como instrumento de análise para entendermos as relações de trabalho em muitos países latino-americanos, onde encontramos cada vez mais latente essa realidade apregoada pelo método capitalista de exploração, proposta pela manutenção dos grandes latifúndios, das monoculturas de exportação e da exploração da mão de obra dos trabalhadores do campo.

¹⁰ *Idem.*

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista Albuquerque é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e coautoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por um Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte Times New Roman, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé. Caso houver imagens, elas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

9. Em se tratando de pesquisa com apoio financeiro e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.

10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico da Câmara Editorial revistaalbuquerque@gmail.com. O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

a) SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo Edição. Cidade: Editora, ano, p.

b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: Título do livro em itálico: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.

c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Editora, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor, em CAIXA ALTA (maiúscu-

lo). Título. Data. Localização no arquivo, Nome do arquivo.

b) Para jornais, entrar com o título do periódico em itálico. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe à Câmara Editorial a decisão soberana referente à oportunidade da publicação das contribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação da Revista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, um exemplar da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenham o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

